REVISTA

Ano 4 - Edição Nº 6
Novembro 2008 - R$ 15,00

História & Luta de Classes

Adriana Machado Penna
Ana Lima Kallás
Ana Lúcia da Costa Silveira
Danilo Enrico Martuscelli
Diana Berman
Fábio Frizzo
Gilson Dantas
James Petras
Karl Kautsky
Kênia Miranda
Luiz Bernardo Pericás
Mariana de Oliveira Lopes
Pedro Henrique Campos
Romulo Matos
Sérgio Domingues
Virgínia Fontes

IMPERIALISMO: Teoria, experiência histórica e características contemporâneas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

ARTIGOS 7

Na aurora do Imperialismo: o Império Egípcio do XVI Século Antes de Cristo 7
Fábio Frizzo

O antiimperialismo de Stálin e a Questão Chinesa dos Anos de 1920 15
Danilo Enrico Martuscelli

O Imperialismo e as teorias dos "Ciclos Longos": um diálogo improvável 23
Gilson Dantas

Sistema Imperial: Hierarquias, Redes e Clientes – o caso da Somália 31
James Petras

A luta pela Palestina 39
Luiz Bernardo Pericás

Em nome da Ordem Democrática e da Reconciliação Nacional: Igreja Católica e imperialismo na América Latina – o caso chileno 45
Ana Lima Kallás

A questão energética: a Venezuela do petróleo entre os anos de 1910 e 1980 53
Mariana de Oliveira Lopes

As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras 61
Pedro Henrique Pedreira Campos

A Cultura Esportiva sob a hegemonia do Capitalismo Monopolista 67
Adriana Machado Penna

TRADUÇÃO 73

O Imperialismo e a guerra 73
Karl Kautsky (Setembro de 1914)

Percalços para traduzir e editar um texto 79
Diana Berman e Virgínia Fontes

Comentário: Kautsky e o Imperialismo 81
Virgínia Fontes

ENSAIO 85

O Subimperialismo Brasileiro na América Latina 85
Sérgio Domingues

RESENHAS 89

Imperialismo Contemporâneo – espoliação e benevolência 89
Virgínia Fontes

Soldados, borracha: duas palavras, várias preposições 93
Ana Lúcia da Costa Silveira

"Pelo Pão e pela Liberdade": a luta contra a exploração de escravizados e livres no Rio de Janeiro entre meados do século XIX e início do XX. 97
Kênia Miranda e Romulo Matos

NORMAS PARA OS AUTORES 100

Organizadores gerais deste número: Kênia Miranda (UFF); Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (PUCSP) e Virgínia Fontes (UFF)

Comissão Editorial: Enrique Serra Padros (RS), Eurelino Coelho (BA), Francisco Dominguez (Inglaterra), Gilberto Calil (PR), Lorene Figueiredo (MG), Marcelo Badaró (RJ), Maria José Acedo del Olmo (SP), Mario Maestri (RS), Virgínia Fontes (RJ)

Conselho Editorial: Adalberto Paranhos (UFU), Adelmir Fiabani (UNT), Adriana Facina (UFF), Afonso Alencastro (UFSJ), Alvenir de Almeida (FAC e IDEAU-RS), Antonio de Pádua Bosi (UNIOESTE), Armando Boito (UNICAMP), Beatriz Loner (UFPEL), Carla Luciana Silva (UNIOESTE), Carlos Bonamigo (UNIPAR), Carlos Zacarias de Sena Júnior (UNEB), Cláudia Trindade (FIOCRUZ), Claudira Cardoso (UFRGS), Deminan Melo (UFF), Diorge Konrad (UFSM), Dulce Portilho (UEG), Edílson José Gracioli (UFU), Enrique Serra Padrós (UFRGS), Érika Arantes (UFF), Eurelino Coelho (UEFS), Euzébio Assunpção (Faculdade de Osório), Fabiano Faria (RJ). Felipe Demier (UFF), Francisco Carvalho (UFRGS), Francisco Dominguez (Middlesex Universitty), Gabriela Rodrigues (RS), Gelson Rosentino (UERJ), Gilberto Calil (UNIOESTE), Gilson Dantas (UEG), Gláucia Konrad (UFSM), Helen Ortiz (RS), Hélvio Mariano (UNICENTRO), Isabel Gritti (URI), Joana El-Jaick Andrade (USP), João Raimundo Araújo (FFSD), Jorge Magasish (Bélgica), José Pedro Cabrera (UNT), José Rodrigues (UFF); Kátia Paranhos (UFU), Kênia Miranda (UFF); Lorene Figueiredo de Oliveira (UFJF), Lucelno Lacerda de Brito (PUCSP), Luciana Lombardo Costa Pereira (UFF), Luciano Pimentel (UPF), Lúcio Flávio de Almeida (PUC-SP), Luis Carlos Amaro (RS), Marcelo Badaró (UFF), Maria do Carmo Brazil (UFGD), Maria José Acedo Del´Olmo (UNIVAP), Mario Jorge Bastos (UFF), Mário José Maestri Filho (UPF), Michel Silva (UDESC), Nara Machado (PUCRS), Noeli Woloszyn (Universidade do Contestado), Olgário Vogt (UNISC), Paulo Esselin (UFMS), Paulo Zarth (UNIJUÍ), Pedro Paulo Funari (UNICAMP), Pedro Marinho (MAST), Renata Gonçalves (UEL), Renato Dalla Vecchia (RS), Renato Lemos (UFRJ), Ricardo Gama da Costa (FFSD), Romualdo Oliveira (USP), Rômulo Costa Mattos (UFF), Ronaldo Rosas Reis (UFF); Sarah Iurkiv Ribeiro (Unioeste), Sean Purdy (USP), Selma Martins Duarte (Unioeste), Sérgio Lessa (UFAL), Setembrino dal Bosco (UPF), Sirlei Gedoz (UNISINOS), Sônia Regina Mendonça (UFF), Tarcísio Carvalho (UFF), Teones Pimenta de França (FSSSL) Thaís Wenczenovicz (Unoesc), Theo Piñeiro (UFF), Valério Arcary (CEFET-SP), Vera Barroso (FAPA), Virgínia Fontes (UFF/Fiocruz), Wanderson Fábio de Melo (USP), Zilda Alves de Moura (UPF).

Próximos Números: Dossiê Questão Agrária. Envio de contribuições até 30.3.2009. Dossiê Teoria da História. Envio de contribuições até 31.7.2009.

Distribuição: historiaelutadeclasses@uol.com.br. **Página Eletrônica:** http://historiaelutadeclasses.wordpress.com/

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação: André Defrain - **Imagem da Capa:** Estampilha, de Ronaldo Rosas Reis - **Revisão e Edição:** Gilberto Calil e Carla Luciana Silva - **Impressão:** Gráfica Líder, Av. Maripá, 796 – Telefax (45)-3254-1892 – 85960-000 – Marechal Cândido Rondon - PR

Foram impressos 1.200 exemplares em Novembro de 2008

APRESENTAÇÃO

Imperialismo: teoria, experiência histórica e características contemporâneas

Estamos em meio a mais uma grande crise do capital e vivenciando um momento crítico – econômica e socialmente falando – do imperialismo. Sua compreensão exige retomar a reflexão sobre o volume de transformações que a expansão do capitalismo produz e impõe, ao expandir sua acumulação e atuar como se ela fosse infinita. Não se trata apenas das modificações mais visíveis, como as econômicas – novos produtos, grandes conglomerados (corporações), proprietários quase abstratos (acionistas ou "marcas"), novos setores predominantes ou novas tecnologias – ou os formatos institucionais. Marx ao explicitar, no Manifesto do Partido Comunista, que a burguesia deve revolucionar constantemente os instrumentos de produção e as relações de produção, enfatizava que isso correspondia a revolucionar o conjunto das relações sociais. Diferentemente dos períodos históricos pré-capitalistas, cuja condição de existência repousava sobre a permanência e a tradição, a dinâmica capitalista impõe transformações brutais na vida social de parcelas sempre crescentes da população planetária. Se há uma tradição capitalista, ela se traduz no desenraizamento permanente, na exigência constante de comprimir o tempo e o espaço, resultantes da necessidade imperiosa do capital de expandir-se através da subalternização de massas sempre ampliadas de trabalhadores, capazes de valorizar massas gigantescas de capital, ao mesmo tempo em que procura desvencilhar-se desses mesmos trabalhadores que são sua substância.

O imperialismo, já em primórdios do século XX, representou uma dessas revoluções do capital, que modificou o panorama mundial para assegurar a permanência da extração do mais-valor e a reprodução ampliada do capital. Com Lênin, aprendemos a analisar uma modificação qualitativa no capitalismo, resultante das transformações impostas nas relações sociais – já então mundiais – pela nova escala de concentração de capitais que tinha lugar nos países centrais.

Estamos vivendo um período no qual ocorreu um novo impulso de centralização e concentração de capitais, frente ao qual os parâmetros anteriores parecem tímidos e limitados. A partilha do mundo intensificou-se, de inícios do século XX para este primórdio do século XXI, trazendo novos formatos. A exportação de capitais e sua correspondente e cristalizada divisão internacional do trabalho, deu lugar a uma mega-concentração internacionalizada de capitais, a novas formas de expropriação social e a uma socialização internacionalizada do processo de produção e da força de trabalho de novo tipo, sob a batuta de um capital que se pulveriza para assegurar sua concentração. As organizações dos trabalhadores foram frontalmente atacadas ao mesmo tempo em que o processo de trabalho e as formas jurídicas de sua contratação procuram pulverizar a classe trabalhadora. A capacidade multiplicada de destruição da natureza ameaça destruir a própria humanidade.

Em poucos mais de 30 dias, os EUA – e uma série de Bancos Centrais de diferentes países em redor do planeta – disponibilizaram mais de um trilhão de dólares tentando refrear a crise financeira, resultante de uma sobreacumulação de capitais e do estímulo ao capital fictício. Este último, entretanto, produziu efeitos sociais bem reais, intensificando as expropriações primárias (da terra) e secundárias (de direitos, de proximidade entre os trabalhadores) e modificando as próprias relações sociais, objetiva e subjetivamente. Uma nova sociabilidade imperialista vem sendo posta em prática e ela se espraia na política (homogeneização e irrelevância dos partidos), na intensa disponibilização ("libertação") de trabalhadores inflexivelmente reduzidos a seres flexíveis para o capital, na cultura, no empresariamento generalizado e nas formas de comportamento.

Ao contrário do que propugnam algumas teses, não há uma cisão entre o capital financeiro e o produtivo, uma vez que capital financeiro é a fusão de diversos tipos de capital. Capital bancário e capital produtivo são faces do mesmo processo de acumulação atual. A contradição entre acumulação, concentração e expansão chega ao seu limite em uma crise que não é inaugural, mas cíclica, embora com características próprias.

Depois de 30 anos bloqueando qualquer recurso público para as áreas sociais, o papel do Estado como "gestor dos negócios da burguesia" é exercido hoje ainda mais explicitamente. A inflexão ocorrida na forma da política (a intervenção e a estatização) não deve obscurecer a permanência da mesma política: prossegue a doação de recursos públicos ao grande capital, impulsionando ainda mais sua concentração. Isso significa que os estados estão comprometendo nosso futuro sob o tacão do capital, que continua a capitanear as operações de salvamento de suas condições de predomínio. Qualquer modificação diferente daquelas que visam recompor a expansão capitalista dependerá da luta da classe trabalhadora, que deverá agora fazer frente tanto aos capitais de seu próprio país como aos capitais internacionalizados.

Este dossiê de História & Luta de Classes se alia ao combate de nosso tempo: avançar na compreensão teórica do imperialismo e socializar a reflexão de seu processo histórico e de suas diferentes modalidades, de modo a cooperar para a emancipação dos trabalhadores e da humanidade.

Abrindo a revista, temos um objeto incomum à problemática do imperialismo - *Na aurora do imperialismo: o império egípcio do XVI antes de Cristo.* O artigo, de autoria de Fábio Frizzo, mostra a possibilidade e a necessidade de um diálogo entre o passado, a História Antiga, e o presente ao apresentar a hipótese de que o Egito se configurou como um dos

primeiros sistemas imperiais da humanidade. Cabe ressaltar que, para análise de seu objeto – o império egícpcio – Frizzo se utiliza de conceitos "contemporâneos", tais como hegemonia e o próprio conceito de imperialismo.

Danilo Martuscelli, em *O antiimperialismo de Stálin e a questão chinesa nos anos de 1920,* analisa os Escritos Políticos de Stálin sobre o papel dos comunistas na China após a instauração da República, revelando que o que sustenta este antiimperialismo é, na verdade, uma perspectiva política de colaboração de classes.

Em *O Imperialismo e as teorias dos "ciclos longos": um diálogo improvável,* Gilson Dantas critica as teorias dos ciclos longos, em particular a de Kondratiev. Como contraponto ao viés estruturalista desta teoria, que prescinde da luta de classes nas análises sobre a economia capitalista. O autor recorre à teoria do imperialismo de Lênin para um debate crítico.

O caráter contemporâneo do Imperialismo e a sua complexa rede de sustentação internacional, uma vez que não há um centro de poder auto-suficiente, é o tema de *Sistema Imperial: Hierarquias, Redes e Clientes - O Caso da Somália,* de James Petras (texto traduzido a partir da versão em espanhol, publicada no site *Rebelión*).

Luiz Bernardo Pericás, em *a Luta pela Palestina,* busca as origens da crise entre Israel e os palestinos para debater os conflitos da região e as suas relações internacionais e apontar como solução a luta pela construção "de um Estado palestino 'laico', independente e soberano".

A América Latina é objeto de dois artigos: *Em nome da ordem democrática e da reconciliação nacional: Igreja Católica e imperialismo na América Latina – o caso chileno,* de Ana Lima Kallás, e *A questão energética: a Venezuela do petróleo ente os anos de 1910 e 1980*, de Mariana de Oliveira Lopes. O primeiro artigo considera a instituição católica como um aparelho privado de hegemonia cujo papel de difusor da política imperialista para a América Latina pode ser verificado no caso chileno. Já o segundo, discute o protagonismo da exploração do petróleo no processo de acumulação e concentração do capital na Venezuela.

No cenário nacional temos a análise das chamadas "multinacionais brasileiras", seja no que tange à diversificação de seus negócios, seja na sua atuação externa, tema do artigo de Pedro Campos, intitulado *As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras*.

A cultura esportiva sob a hegemonia do capitalismo monopolista, de autoria de Adriana Machado Penna, encerra a seção dos artigos. Neste trabalho, a autora problematiza a massificação da cultura esportiva através das políticas públicas construídas para o esporte sob a orientação da ONU, como por exemplo, as do governo Lula.

A decisão pela tradução do texto de Kautsky de 1914 – *O Imperialismo e a guerra* – que trata do caráter econômico da expansão capitalista e as suas características militares, se justifica por ser o texto citado por Lênin na sua obra clássica: *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. As dificuldades que envolveram esta escolha e a pesquisa pelas publicações disponibilizadas estão registradas por Diana Berman e Virgínia Fontes em *Percalços para traduzir e editar um texto*. A produção de Kautsky e suas apropriações, bem como a diferença entre tal abordagem sobre o Imperialismo e a de Lênin são ainda objeto de análise de Virgínia Fontes em *Comentários: Kautsky e o imperialismo.*

O debate sobre o Brasil conta ainda com o debate trazido por Sérgio Domingues sobre *O Subimperialismo brasileiro na América Latina*, em caráter ensaístico.

Instigamos à leitura de David Harvey, na obra "O Novo Imperialismo", através da resenha de Virgínia Fontes: *Imperialismo Contemporâneo – Espoliação e Benevolência.* Da mesma forma, provocamos nossos leitores a se debruçarem sobre o livro de María Verónica Secreto - "Soldados da Borracha. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas" – através da resenha de Ana Lúcia da Costa Silveira: *Soldados, Borracha: duas palavras, várias preposições*.

Por fim, *"Pelo Pão e pela Liberdade": a luta contra a exploração de escravizados e livres no Rio de Janeiro entre meados do século XIX e início do XX* resenha o novo livro de Marcelo Badaró Mattos. Os autores, Kenia Miranda e Romulo Mattos, destacam as contribuições de *"Escravizados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca"* para a compreensão do processo complexo e contraditório de *fazer-se* classe em uma situação histórica concreta.

Registramos nosso agradecimento a Ronaldo Rosas Reis, professor e artista plástico, que nos possibilitou a fruição coletiva de sua obra: *Estampilha* (1985-2005). Instado a ceder o seu desenho de Lênin para ilustrar a capa deste número da revista, Ronaldo foi além e produziu um novo trabalho artístico realizado a partir de uma montagem da *Estampilha*. Nesse sentido, nosso agradecimento é duplo.

Novembro de 2008

Kênia Miranda, Lúcio Flávio e Virgínia Fontes

Na aurora do Imperialismo: o Império Egípcio do XVI Século Antes de Cristo

Fábio Frizzo*

Às oito horas e quarenta e seis minutos daquela terça-feira, um Boeing, que partira de Boston tendo Los Angeles como seu destino, chocou-se contra a torre norte do World Trade Center, em Nova Iorque, dando início ao que ficou conhecido como "ataques de 11 de setembro" do ano de 2001. A partir deste momento, o governo pouco popular do presidente George Bush Jr. ganhou força, o que resultou na execução quase instantânea das políticas neoconservadoras planejadas pelo Partido Republicano.

O aumento da paranóia interna e o endurecimento da política internacional estadunidense, com os bombardeios e invasões do terrorismo de Estado em sua "guerra contra o terror", marcaram o abandono de um projeto imperialista baseado na expansão do consenso, por meio de uma política multiculturalista[1], em favor da coerção das armas e da ocupação militar dos territórios[2], passando por cima até mesmo de resoluções da ONU. A partir disto, holofotes deixaram mais claro que os Estados Unidos da América eram e são o mais importante centro do sistema mundial atual.

Uma mudança social de tal magnitude não poderia deixar de afetar, de uma maneira ou de outra, as pesquisas realizadas nas mais diversas partes do planeta. Neste sentido, concordamos com Hall quando este afirma que

> "Uma forma de [abordar as mudanças atuais no sistema mundial] é examinar as grandes mudanças do passado. Não as assumindo como idênticas, mas com a pretensão mais modesta de que estudar as mudanças do passado pode levar a algum insight sobre as possíveis mudanças do futuro"[3].

Este tipo de análise torna-se ainda mais valiosa para os pesquisadores preocupados com a construção de um projeto contra-hegemônico, sejam quais forem seus campos de atuação. O que nos leva ao cerne deste artigo, voltar ao Egito da Antiguidade para analisar seu processo de expansão imperial, ocorrido durante o período conhecido como o apogeu daquela civilização, o Reino Novo (1550-1069 a.C.). Todavia, faz-se necessária a atividade prévia de "limpeza do terreno" teórico-metodológico, que envolve conceitos apropriados pelo senso comum e, portanto, de entendimento duvidoso.

Não havia palavras para designar os termos "império" e "imperialismo" na língua egípcia antiga. "Império" deriva do latim *imperium*, que significava o poder político, com base religiosa, a princípio do rei de Roma, mas que passou a ser atribuído a quaisquer governantes habilitados ao comando militar mediante a *Lex curiata de imperio*, votada por uma assembléia (*comitia curiata*). Ainda na época da República, apareceu o termo *imperator*, general investido com o *imperium*. Somente nos séculos I e II d.C. o vocábulo sofreu desdobramentos semânticos, passando a significar também o território dominado por Roma, que tinha a Itália como centro de um espaço hierarquizado. Tal modificação foi, mais tarde, aproveitada pela historiografia para designar este novo período da história latina: o Império Romano.

Mendes, Bustamante e Davidson, apoiados no trabalho de MacComark, afirmam que a estrutura desenvolvida pelo Império Romano sobreviveu na história como um "modelo cognitivo", servindo para auxiliar na construção de ideologias imperiais através da história – como na da Idade Média, da época napoleônica ou do período vitoriano – e da ficção – a exemplo do império galático dos filmes *Guerra nas Estrelas*[4]. Aproveito para acrescentar, baseado no trabalho de

* Mestrando em História Social do PPGH-UFF e integrante do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antigüidade (CEIA-UFF).

1 Sobre esta aparente contradição entre expansão do consenso e multiculturalismo, ver JACOBY, Russel. O Mito do Multiculturalismo. ____. *O Fim da Utopia: Política e Cultura na Era da Apatia*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001. pp. 49-95.

2 RAMPINELLI, Waldir. Imperialismo: ele ainda existe? *História e Luta de Classes*, n. 5, Abril, 2008, p. 95.

3 HALL, Thomas. "World-Systems and Evolution: An Appraisal". KARDULIAS, Nick. (org.). *World-Systems Theory in Practice. Leadership, Production, and Exchange*. Lanham-Boulder: Rowman & Littlefield Publichers, 1999, p. 6.

4 MENDES, Norma; BUSTAMANTE, Regina; DAVIDSON, Jorge. A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas. *Tempo*, Vol. 9, n. 18, Junho, 2005. p. 19.

Thompson sobre o conceito de classe, uma utilização correlata do termo império "*... como uma característica heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica...*[5]".

Os dicionários atuais da língua portuguesa ligam o termo "imperialismo" a "império". Apesar da obviedade contemporânea da relação entre estes vocábulos, uma das primeiras utilizações de "imperialismo" foi no início do século XX, pelo economista inglês J. A. Hobson, no livro *Imperialism. A Study*, descrevendo o fenômeno da dominação mundial britânica. Segundo Hobson, enquanto os impérios antigos e medievais estavam ligados a uma federação de Estados submetida a uma hegemonia que cobria boa parte do "mundo conhecido", o imperialismo contemporâneo seria internacionalista, por ter sido adotado por várias nações simultaneamente. Além disto, o autor britânico fazia uma distinção entre imperialismo e colonialismo, este último contando com a migração e instalação de um número considerável de colonos.

A vertente marxista de análise dos impérios iniciou-se com os próprios pais fundadores desta corrente de pensamento. Marx e Engels se interessaram pelos mais diferenciados exemplos imperiais: o romano, o hindu antigo, o mongol, o manchu chinês e, como não poderia deixar de ser, o imperialismo europeu deles contemporâneo.

Apesar dos trabalhos de Marx e Engels, certamente o mais conhecido marco da teoria marxista sobre o assunto foi a brochura escrita por Lênin durante seu exílio em Zurique, no ano de 1916, intitulada *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, na qual nota o desenvolvimento de um mercado mundial aberto aos investimentos financeiros das grandes potências capitalistas. Por sua concentração nos impérios do mundo contemporâneo, a obra de Lênin não nos é tão valiosa neste estudo. Contudo, a partir deste enfoque, décadas mais tarde apareceu o trabalho do sociólogo Immanuel Wallerstein, materializado em sua obra *The Modern World-System*, que, apesar de constituir uma crítica anti-sistêmica, sofreu censuras dos marxistas mais ortodoxos sob o argumento de que estimulava o esquecimento das lutas de classe internas às nações por ver o nascimento do capitalismo a partir de uma relação entre Estados.

O sistema-mundial de Wallerstein teria aparecido com o capitalismo, por meio de uma hierarquização do espaço relacionada à divisão do trabalho na produção e ao fluxo de mercadorias. Segundo ele,

> "Esta hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos loci da acumulação de capital"[6].

Wallerstein completa seu modelo afirmando que as direções geográficas das cadeias mercantis não se estabelecem de forma aleatória, seu sentido é centrípeto. Os pontos de origem são múltiplos, mas a produção acaba convergindo para poucas áreas.

O modelo centro-periferia, forma pela qual foi generalizada a teoria do sistema-mundial, foi utilizado primeiro para analisar os impérios construídos com as grandes navegações do século XVI e suas relações metrópole-colônia. Nos primeiros estudos, a periferia foi vista a partir de uma submissão completa, o que foi contestado pelos pesquisadores destas localidades. As ações afirmativas da periferia passaram a demonstrar que não há uma imposição completa da cultura central, mas uma construção conjunta que leva em consideração as respostas e resistências complexas elaboradas pelas zonas periféricas.

Devido às numerosas interpretações baseadas na idéia do sistema-mundial, Hall preferiu definilo como um paradigma que comporta várias teorias[7], o que proporciona a possibilidade de aliá-lo com o materialismo histórico. De maneira geral, os princípios invioláveis do sistema foram expostos por Chase-Dunn como: 1. sociedades são fortemente pressionadas e afetadas por suas interações com outras; 2. o sistema mundial moderno foi estruturado como uma hierarquia centro-periferia na qual Estados centrais militar e economicamente poderosos exploram regiões periféricas menos poderosas[8].

Na área específica da História Antiga o imperialismo é um conceito há muito discutido. Uma definição confessadamente pouco precisa e mais próxima do senso comum estabelecido hoje sobre o entendimento do termo é a de Finley:

> "Um historiador pode chamar corretamente um Estado de 'imperialista' se ele exerceu autoridade em qualquer período sobre outros Estados (ou comunidades ou povos) para propósito e vantagens próprias, sejam elas quais forem"[9].

Um conceito mais fechado, acompanhado, por exemplo, de uma aproximação mais estreita com a teoria centro-periferia, foi feito por Guarinello:

5 THOMPSON, Edward. Sobre Classe e Falsa Consciência. ____. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Edit. Unicamp, 2007. p. 272.

6 WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2001. p. 28.

7 HALL, Thomas. *Op. Cit*. p.2

8 CHASE-DUNN, Chris. "Foreword". *In:* KARDULIAS, Nick (org.). *Op. Cit*. pp. xi-xii.

9 FINLEY, Moses. "Empire in the Greco-Roman World" . *Greece & Rome*, vol. 25, n. 1, Abril, 1978. p. 1.

> "O imperialismo antigo manifesta-se através do estabelecimento de um diferencial de poder, obtido ou não por meio da ação militar direta (...) e que proporciona um fluxo centrípeto de bens para a cidade-Estado em expansão. Trata-se assim da relação entre um centro acumulador (...) e uma periferia submetida e explorada. As categorias de vantagens materiais e imateriais que compõe tal fluxo, bem como as modalidades de expressão e exercício de tal poder, podem variar profundamente no tempo e no espaço"[10].

Como pode ser inferido a partir da citação acima, a despeito da afirmação de Wallerstein de que seu sistema-mundial só tenha aparecido junto com o capitalismo, o modelo conceitual foi apropriado para a Antiguidade, através da relação centro-periferia, para explicar os modos de incorporação e resistência entre as sociedades. Neste sentido, Hall concorda com Mendes ao afirmar que há necessidade de transformar qualquer suposição sistemática em um problema empírico e histórico, o que levaria a uma adaptação de conceitos[11].

O Exemplo do Imperialismo Egípcio do Reino Novo

O Reino Novo (1550-1069 a.C.) manifesta, antes de qualquer outra coisa, as conseqüências da ocupação parcial do Egito pelos asiáticos hicsos por mais de um século. Uma das conseqüências deste processo foi a de que, pela primeira vez em sua história, o Egito antigo equiparou-se tecnologicamente à Ásia Ocidental.

Houve um avanço da urbanização. O Estado, compreendido por palácios e templos, enriqueceu mediante o crescimento interno e o aumento dos tributos externos. Iniciou-se um processo de militarização, com o surgimento de um exército profissional, e, conseqüentemente, apareceu uma nova forma de remuneração, baseada na concessão de pequenas parcelas de terra – propriedades privadas em alguns casos –, o que mais tarde foi estendido a outras funções.

Todas estas questões da sociedade são influenciadas e ao mesmo tempo influenciam o processo de imperialismo que se desenvolve no Reino Novo. Segundo António Tavares, *"... só no Império Novo, o Egito foi verdadeiramente "império". Nos períodos anteriores, esteve mais voltado para si mesmo do que para o exterior"*[12].

Buzby divide o imperialismo egípcio em três fases principais. A primeira compreenderia a expulsão dos hicsos, a reconquista da parte da Núbia[13], que estivera sob o domínio do Egito em períodos anteriores, e o controle sobre as rebeliões internas. A segunda fase seria caracterizada por uma expansão militar agressiva e pelo rápido crescimento iniciado no reinado do faraó Amenhotep I. Esta etapa, que teria como mote o aumento das fronteiras, termina com o reinado de Thotmés III, no qual o Egito já alcançava o Eufrates. A terceira fase seria centrada na manutenção do império, característica do reinado de Amenhotep II[14]. Betsy Bryan concorda com Buzby em que, a partir do fim do governo individual de Thotmés III a paz já era eminente, apesar deste faraó ter se esmerado na conquista de espólios de guerra e de rotas comerciais antes dominadas por sírios, cipriotas, palestinos e egeus[15].

O início deste processo de expansão imperial levou a mudanças na figura do rei, conforme apontado por Vercoutter:

> "O Egito conhece de novo um regime fortemente centralizado (...); mas o faraó já não é uma divindade inacessível: desde a sua mais tenra idade forma-se no ofício das armas, é um rei-soldado pelo menos tanto quanto um rei-deus, e a administração do país ressente-se das atividades militares de seu chefe"[16].

As atribuições régias estavam, portanto, intimamente ligadas às questões militares, mas também à ideologia dos egípcios. Neste sentido, a sujeição dos inimigos tinha um papel no drama cósmico, no qual o rei deveria manter a ordem contra o caos. A existência de um deus sol, mantenedor do universo organizado, implicava em um rei, herdeiro desta divindade, conquistador dos estrangeiros, vistos, em boa parte do Reino Novo, como agentes do caos. Aos deuses interessava principalmente controlar terras, que produzissem para seus templos e cultos. A posse destas terras era justificada por um contrato pelo qual o faraó dava aos deuses templos e oferendas e recebia em troca a garantia de seu poder universal, da sua riqueza e boa fortuna[17].

---

10 GUARINELLO, Norberto. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática, 1994. p. 11-12.

11 HALL, Thomas. *Op. Cit.* p. 7.

12 TAVARES, Antonio. *Impérios e Propaganda na Antiguidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. p. 44.

13 O nome Núbia, de origem medieval, serve para designar os territórios situados ao sul do antigo Estado egípcio, que os antigos egípcios denominavam *Uauat* (da primeira à terceira catarata do Nilo) e *Kush* (entre a terceira e a quarta catarata do mesmo rio).

14BUZBY. Russel. *Imperialism in Early New Kingdom Egypt*. Sidney: Kaleidoscope Eyes, 2002. pp. 1-18. Retirado do endereço http://www.sydgram.nsw.edu.au/CollegeSt/extension/Oct02/Buzby.pdf, acessado em 12/07/2007.

15 BRYAN, Betsy. "The Eighteenth Dynasty before the Amarna Period c.1550 - 1352 BC". *In.:* SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 2000. pp. 235-240.

16 VERCOUTTER, Jean. "O Egipto até o fim do Império Novo". *In*: LÉVÊQUE, Pierre. *As Primeiras Civilizações*. *Volume I: os Impérios do Bronze*. Lisboa: Edições 70, 1998. p. 192.

17 KEMP, Barry. "Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 B.C.)". GARNSAY, P. & WHITTAKER, C. (orgs.). *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. pp. 7-57. A citação é das pp. 8-11.

A justificação ideológica da posse das terras estrangeiras leva-nos a uma questão não consensual entre os estudiosos. O'Connor divide as posições dos egiptólogos em duas vertentes[18]. A primeira, que podemos chamar de materialista, percebe mudanças na ideologia decorrendo da vida política e das experiências da elite e, principalmente, do faraó. Sendo assim, a função religiosa da expansão seria de fato uma justificativa para esta. Kemp, por exemplo, afirma que o mando divino das campanhas militares esconde a verdadeira causa desta nas fontes[19]. A segunda, que pode ser chamada de idealista, defendida por O´Connor, acredita que a evolução na ideologia é produto de uma especulação teológica e de uma mudança de crenças, a que respondem as situações políticas.

A discussão entre o que chamei de posições materialistas e idealistas parece-me insuficientemente dialética ao propor o primado da materialidade nas relações sociais sobre as representações ideológicas, ou vice-versa. Acredito ser muito mais profícua uma posição que considere os aspectos materiais e ideológicos da questão no mesmo patamar, interagindo de forma dialética ao invés de por meio de determinações unívocas.

Partindo de uma posição materialista, Kemp acredita haver uma contraparte ritualizada do mundo real, uma dimensão similar àquela em que operava a religião egípcia. As lutas do rei no mundo real seriam ressignificadas a partir de sua tradução para uma dimensão cósmica. Isto levava a representações que apresentavam o mando egípcio sobre o mundo como um fato dado. Neste contexto, as relações entre o Egito e os outros territórios só pode ser aquela entre senhor e vassalo, manifestada mediante o envio de tributos por reis ao faraó[20].

Ainda que não determinante, o caráter ideológico por trás do expansionismo imperialista egípcio tem fundamental importância. Outrossim, o culto de Amon-Rá foi a principal força religiosa do Reino Novo, responsável pelo desenvolvimento da base ideológica do imperialismo através dos mecanismos que já observamos. Mesmo a partir de sua visão materialista, Kemp não descarta a importância da religião na tomada de decisões, mostrando que os oráculos tinham grande influência nas decisões pessoais e na ratificação das políticas estatais no Reino Novo. A força do culto de Amon e de seu oráculo também é demonstrada por Buzby. Todavia, esses dois autores destoam em relação à influência do culto de Amon na política externa. Enquanto Kemp mostra que não há provas da influência de fato do oráculo, Buzby acredita que o controle deste pelos sacerdotes de Amon servia à manipulação do faraó, que deveria consultá-lo antes de iniciar qualquer campanha militar[21].

Ao término da segunda fase imperial, aquela de expansão militar agressiva, o Egito já tinha alcançado o *status* de núcleo de um sistema centro-periférico, que incluía boa parte da região conhecida como crescente fértil. Tal posto foi atingido pela presença de uma elite, que se tornou consumidora de recursos de outros grupos político-econômicos mediante uma série de mecanismos de exploração, direta ou indireta.

O sistema não era controlado somente pela elite egípcia, que tinha, entretanto, hegemonia sobre as classes sociais dominantes das regiões submetidas. Segundo Rowlands, para definir uma formação econômico-social como periferia seria necessário que a elite local dependesse da rede de alianças para se manter no topo da hierarquia e que os custos para a manutenção desta posição hierárquica fossem distribuídos de forma desigual, seja em termos da taxa de exploração local ou de custos para manutenção das alianças externas dessas elites[22].

Wallerstein sustenta que as elites das zonas periféricas, pelo menos em um primeiro momento, aproximam-se da ideologia central, distanciando-se dos interesses de suas sociedades[23]. Nestes casos, a apropriação da ideologia desenvolvida no núcleo do sistema serviria como forma de diferenciação social dentro das próprias áreas periféricas. Um argumento mais materialista seria o de que para se apropriarem do excedente, as elites periféricas necessitam de um volume maior de riqueza produzido do que a elite central, o que acaba resultando na dependência das primeiras em relação à segunda.

A apropriação da visão de mundo egípcia pelas elites periféricas fica clara ao destacarmos o fato de que príncipes destas elites eram educados na corte do faraó. Além disto, foram encontradas diversas tumbas com múmias negras de nobres núbios enterrados conforme os costumes.

Em artigo paradigmático sobre o imperialismo egípcio, Kemp afirma que há uma diferenciação entre a expansão em direção à Ásia Ocidental e aquela voltada para a Núbia[24]. O egiptólogo aponta dois interesses básicos na conquista e controle de um local: o

18 O'CONNOR, David. "The City and The Wolrd: Worldview and Built Forms in the Reign of Amenhotep III". In.: ____ & CLINE, Eric H. *Amenhotep II: Perspectives on His Reign*. Michigan: The University of Michigan Press, 1998. pp. 125- 172. A citação é das pp. 131-141.
19 KEMP, Barry. *Op. Cit.* pp. 11-12.
20 KEMP, Barry. *Op. Cit.* p. 13-14.
21 Cf. KEMP, Barry. *Op Cit*. p. 18. & BUZBY. Russell. *Op. Cit*. p. 4.
22 ROWLANDS, M. "Centre and Periphery: a review of a concept". LARSEN, M. e KRISTIANSEN, K (edits). *Centre and Periphery in the Ancient World*. London: Cambridge University Press, 1987. p. 4.
23 WALLERSTEIN, Immanuel. *Op. Cit*. p. 72.
24 KEMP, Barry. *Op. Cit*.

primeiro seria o retorno econômico, que era observado no sul através do controle de minas de ouro e importantes rotas comerciais, enquanto no norte estava mais ligado aos espólios de guerra e às taxas cobradas aos conquistados; e o segundo interesse seria a busca do prestígio político e militar por uma aristocracia, o que teria culminado na ascensão do general Horemheb ao trono, no fim da XVIII[a] Dinastia. Na Núbia, para além da glória militar, a administração civil também teria sido fonte de poder político.

Kemp baseia sua explicação para o imperialismo direcionado à Núbia no desenvolvimento, a partir da reunificação do Egito, de um ímpeto conquistador burocrático-militar[25], já que sua teoria sobre a colonização da Baixa Núbia afirma que esta região não proporcionava ganhos econômicos para o centro do império, causando-lhe, pelo contrário, evasão de recursos. Para ele, os tributos recolhidos nos territórios núbios submetidos ao Egito eram redistribuídos localmente[26]. Além disto, afirma que na Ásia Ocidental a força da cultura e a relativa sofisticação da sociedade não teriam permitido o estabelecimento de colônias. Ali, o senso de poder egípcio vinha da tentativa de derrotar fortes exércitos e talvez ainda mais da participação como maior potência nas relações internacionais, que levava a trocas de "presentes", juramentos de vassalagem e outras formas de submissão.

O modelo utilizado por Kemp para definir as ações egípcias na Núbia não nos parece ser o mais adequado. Portanto, partamos para as críticas a ele. Primeiro, o argumento de que as trocas de presentes só se davam no norte é invalidado pela idéia de que esta era a forma dominante de comércio entre os primeiros Estados e pelo fato de que a ideologia faraônica dificultava a separação entre tributo e presentes, já que o vocábulo na língua egípcia era o mesmo para os dois.

Em segundo lugar, o trabalho de Kemp participaria de uma corrente que, segundo Morkot, simplificaria ao extremo as relações entre Egito e Núbia, incorporando preconceitos do século XIX[27]. Se a defesa de um modelo que não rende ganhos ao centro do império é fruto de um pensamento que busca justificar socialmente a expansão imperial, a posição de Kemp no relativo a uma suposta cultura menos sofisticada na Núbia do que na Ásia Ocidental contém, segundo Ciro Cardoso:

> "... uma suposição, com conotações racistas, relativa ao "atraso" da Núbia e seus principados negros (...). Na atualidade se percebe, pelo contrário, uma similaridade em linhas gerais na forma de relacionarem-se os egípcios com as suas áreas de expansão tanto asiáticas quanto africanas, o que supõe um papel muito mais ativo (e diversificado) para os núbios incorporados ao domínio egípcio do que sua simples submissão"[28].

Ainda que carregada de preconceitos, a afirmação de Kemp de que havia uma diferença na maneira de dominar é correta para a relação entre o Egito e, por um lado a Ásia Ocidental e, por outro, a Baixa Núbia. Segundo Smith:

> "... a Baixa Núbia era, pelo menos administrativa e culturalmente, uma parte do Egito [...]. Esta visão contrasta com aquela da Síria-Palestina, que nunca foi pensada como uma parte deste..."[29].

Na Síria-Palestina não houve uma tentativa séria de impor um modo de vida, ao contrário da Baixa Núbia, que teve seu sistema civil, econômico e religioso moldado conforme o egípcio. Além disto, indícios mostram que o funcionário egípcio responsável por administrar a Núbia, o vice-rei conhecido como "Filho Real de Kush", tinha autoridade também sobre a porção sul do Alto Egito, no que parecia ser uma forma burocrática de manter a região de extração aurífera dentro de uma só instância administrativa.

A anexação da região de Uauat demonstra uma preocupação especial dos egípcios para com aquele território. Aqui aparece a grande singularidade da dominação daquela área em relação às outras submetidas ao Egito. A partir de sua reconquista, a Baixa Núbia passou a ser alvo de uma política especial de ocupação, que contou com várias iniciativas que visavam à integração econômica e cultural, por exemplo a cobrança de corvéia e a construção de templos egípcios.

A importância estratégica dessa ocupação parece ser, atualmente, quase consenso entre os egiptólogos[30]. Ao contrário do que pensa Kemp, a política do Reino Novo na Baixa Núbia não serviu para drenar recursos estatais, mas *"... como um meio de financiar a infra-estrutura imperial para a exploração de recursos de luxo, como ouro e bens comerciais exóticos"*[31]. Dentre tais recursos luxuosos, o ouro teve papel "...

25 *Idem, Ibidem*. p. 20.
26 *Idem, Ibidem*. p. 33.
27 MORKOT, Robert. "Nubia in New Kingdom: The Limits of Egyptian Control". DAVIES, W.. (Edit.). *Egypt in Africa. Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991. p. 294.
28 CARDOSO, Ciro. *Comparação de Dois Impérios Niléticos: o Egito na Núbia e a Núbia no Egito (séculos XVI-VII a.C.)*. (Texto inédito cedido pelo autor). pp. 1-2.
29 SMITH, Stuart. *Askut in Núbia: the economics and ideology of Egiptian imperialism in the second millenium B.C.*. London: Kegan Paul International, 1995. p. 180.
30 Concordam nesta posição MORKOT, SMITH, CARDOSO, BRYAN e MANLEY.
31 SMITH, Stuart T.. *Op. Cit.* . p. 175.
32 *Idem, Ibidem*. p. 16.

fundamental na manutenção das relações políticas e econômicas do Egito no Oriente Próximo"[32].

O fluxo centrípeto de bens de luxo foi apontado por Rowlands como sendo o principal interesse das elites centro-imperiais, já que o transporte de comódites por grandes distâncias no mundo antigo tinha altos custos[33] – ainda que no Egito isto fosse reduzido pela presença do Nilo.

As fontes demonstram claramente aspectos da dominação imperial como o pagamento de impostos e o envio de riquezas, como é possível observar no seguinte trecho da tumba de um vice-rei da Núbia:

> *"Sua Majestade que se encontra na Residência de Tebas no grande púlpito para proclamar as maravilhas de seu exército (...) quem esteve de pé na presença de sua Majestade apresentando o tributo das terras estrangeiras do sul perante este bom deus. (...) Aqueles carregados com ouro (200 homens); aqueles carregados com ouro (150 homens); (...) aqueles carregados com marfim (340 homens); aqueles com ébano (1000 homens)"*[34].

Por outro lado, a correspondência encontrada em um arquivo palaciano do faraó Amenhotep IV/Akhenaton, conhecida como "Cartas de Amarna", dá um panorama das relações internacionais da época, retratando as trocas entre o faraó e outros chefes de povos do Oriente Próximo. Esta fonte epistolar demonstra a importância das riquezas conseguidas em Uauat, entre outros locais, para a manutenção do império, conforme observado neste trecho escrito por um líder asiático: "*Envie-me muito ouro. E tu, por tua parte, o que quiseres de meu país, escreva-me que será levado a ti.*"[35]

Kardulias foca seu estudo do sistema centro-periferia do mundo egeu da Idade do Bronze na atividade econômica[36]. Para o caso da expansão egípcia para a Núbia, Kemp discorda da centralidade desta e propõe que o ímpeto imperial naquela situação era movido por uma mentalidade "escriba" e burocrática, já que a renda conquistada na região era redistribuída localmente[37]. Todavia, preferimos seguir o modelo proposto por Smith, que, próximo à posição de Kardulias, vê na atividade econômica o principal caráter do imperialismo egípcio na Núbia[38].

Smith concorda com Kemp, contudo, ao afirmar que as fortalezas construídas pela ocupação egípcia da Núbia no Reino Médio foram utilizadas como base da nova expansão. Neste ponto vai além e propõe que a anexação da Baixa Núbia só foi possível devido aos expatriados egípcios que permaneceram lá desde o Reino Médio e, posteriormente, facilitaram a difusão da cultura egípcia[39]. Smith afirma que a colonização da região fazia parte de uma estratégia de minimização de custos da dominação, já que, para ele, "u*ma Núbia colonizada deveria dar conta de uma parte considerável, se não de todo o custo da manutenção imperial*"[40].

Apoiado nas pesquisas de D'Altroy e Earle, Smith faz uma diferenciação entre riqueza e finança básica. No caso da Núbia, a riqueza incluiria vários bens de luxo, madeira, pedras preciosas e minerais de valor, principalmente ouro. Já a finança básica ficaria por conta de bens de subsistência como grãos e gado. Segundo este modelo, utilizava-se em Uauat a finança básica para manter a administração local – no esquema de redistribuição apontado por Kemp –, enquanto a riqueza era empregada para dar suporte a funções centralizadas do Estado, local ou inter-regionalmente, financiando a expansão e manutenção do império[41]. Neste modelo, tanto as elites quanto a população local se beneficiavam: a primeira com as vantagens do patronato imperial; e a segunda aproveitando-se dos silos estatais no caso de fome ou escassez.

Conforme visto acima, a colonização serviria para minimizar os custos da exploração. Neste sentido, investiu-se na egipcianização da Baixa Núbia, ainda que seja necessário explicar que tal conceito não aponta para uma via de mão única com a imposição da cultura central na área periférica, já que mudanças em qualquer região do sistema ocasionariam modificações na totalidade deste. Hall afirma que a alteração em uma região semiperiférica – que desfruta de algumas benesses sem arcar com certos custos – que goze da vantagem de uma posição geopolítica favorável pode ter papel fundamental na mudança do sistema[42]. Com isto, aponta para a necessidade de estudar os diferentes níveis de incorporação das áreas periféricas e suas conseqüências sistemáticas.

Quais razões poderiam levar, entretanto, um centro a estabelecer com uma região um tipo específico de relação que transforme em semiperiférica tal localidade? A necessidade de manter um controle inten-

33 ROWLANDS, M. *Op. Cit.* p. 5.
34 CUMMING, Barbara. *Egyptian Historical Records of The Later Eighteenth Dynasty*. England: Aris & Phillips, 1984. Fascículo 1 pp. 46-47.
35 MORAN, William. (Trad. e Edit.) *The Amarna Letters*. Baltimore-London: Johns Hopkins University Press, 1992. Carta EA 9, p. 18.
36 KARDULIAS, Nick. "Multiple Levels in the Aegean Bronze Age World-System". ____. (Edit.) *Op. Cit.* pp. 179-201.
37 KEMP, Barry. *Op. Cit.* p. 33.
38 SMITH, Stuart. *Op. Cit*. p. 22.
39 *Idem, Ibidem*. p. 148.
40 *Idem, Ibidem*. pp. 6-7.
41 *Idem, Ibidem*. p. 19-21. Esta diferenciação está ligada ainda à distinção entre os tipos de taxas cobradas na Baixa Núbia. Segundo Smith, o tributo conhecido por inu era enviado direto ao tesouro real, enquanto o b3kwt era entregue aos templos e por eles utilizados na redistribuição local.
42 HALL, Thomas. *Op. Cit.* p. 13.

so sobre a área da Baixa Núbia, a impossibilidade de estabelecer uma submissão calcada primariamente na coerção militar em todas as áreas periféricas e o desejo de diminuir os custos da dominação eram razões mais do que suficientes para o Estado faraônico. O fato de que as áreas periféricas não agem de forma passiva leva-nos a pensar na incorporação das elites destas regiões à lógica de dominação do sistema centro-periferia. Tais elites não eram simplesmente submissas, buscavam, pelo contrário, conseguir vantagens.

A habilidade das elites periféricas em buscar vantagens para seus grupos por meio de negociações com o centro descortina relações de dominação mais flexíveis do que as de uma submissão unilateral. A partir destas negociações das elites surge o conceito de "periferia negociada"[43]. Neste sentido, as elites de áreas semiperiféricas seriam capazes de negociar com as das áreas centrais, beneficiando-se com a dominação e fortalecendo seu poder sobre os outros grupos da região. Cardoso aponta tanto para o caráter semiperiférico da Baixa Núbia em relação ao Egito, quanto para a possibilidade da utilização do conceito de "periferia negociada"[44]. Afinal, segundo Robert Morkot, há boas razões para supor que a burocracia do vice-reinado da Núbia era largamente controlada por famílias da elite local, sendo somente os altos funcionários escolhidos diretamente dentre os egípcios[45].

O Egito como Potência Hegemônica na Idade do Bronze

A partir do estabelecimento do Egito como núcleo de um sistema centro-periférico no Oriente Próximo da Idade do Bronze, acreditamos na possibilidade de utilizar o conceito de "potência hegemônica ou grande potência", desenvolvido por Gramsci, para definir o Egito e sua relação com as áreas dominadas no Reino Novo. Para Gramsci, "*a grande potência é potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e de pactos com maior ou menor extensão*"[46]. No mesmo parágrafo, o militante sardo aponta os

> "Elementos para calcular a hierarquia de poder entre os Estados: 1) extensão do território, 2) força econômica, 3) força militar. O modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre os outros Estados..."[47].

Fontana lembra outro aspecto citado por Gramsci: o tamanho da população[48]. Estes elementos são fundamentalmente calculados na perspectiva de uma guerra, já que sua superioridade em um Estado pode determinar a vitória deste. A segurança de vitória, segundo Gramsci, *"... significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência, isto é, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem necessidade de combater*"[49].

É importante ressaltar que o próprio Fontana aponta para a possibilidade da utilização do conceito de "potência hegemônica" na História Antiga, citando o caso de Atenas na Liga de Delos, quando a cidade-Estado tentou relacionar seu poder material a princípios intelectuais e morais. A supremacia segura nos quatro aspectos apontados por Gramsci teria garantido ao Egito a possibilidade de tornar-se um centro imperial. Para isto, a dominação da Baixa Núbia fora fundamental. Suas minas de ouro teriam tornado o reino faraônico a grande potência econômica do Oriente Próximo. Com isto, teria aumentado também a força militar, para o que contribuíram da mesma forma os habitantes da região, obrigados, como os egípcios, a pagar corvéias militares. A força econômica, igualmente, passou a ser usada como forma de pressão diplomática sobre as cidades-Estado e povos do norte, por exemplo.

Em relação a Uauat, a estratégia de redução de custos através da egipcianização associa-se também à tentativa de construção de um consenso, no sentido gramsciano, mediante a expansão da ideologia egípcia. Quanto à tentativa de criação de uma dominação baseada na hegemonia[50], concordam pesquisadores de períodos pré-capitalistas:

> "Outro problema é se a exploração depende necessariamente da coerção. Em períodos de crise, este é o caso indubitavelmente. Mas em circunstâncias mais estáveis, a repressão pode ser mais seguramente baseada no estabelecimento de uma hegemonia de interesses compartilhados e na crença nos benefícios da manutenção da ordem estabelecida"[51].

Conclusão

Da Antiguidade, sem dúvida, os impérios mais conhecidos são o romano e o macedônio, sendo

43 KARDULIAS, Nick P. "Preface". *In.:* _____ (Edit). *Op. Cit.* p. xviii.
44 CARDOSO, Ciro. *Comparação de dois impérios... Op. Cit.* p. 8.
45 MORKOT, Robert G. *Op. Cit.* p. 299.
46 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp. 55.
47 *Idem, Ibidem*, p. 55.
48 FONTANA, Benedetto. "Hegemonia e Nova Ordem Mundial". In: COUTINHO, C. & Teixeira, A. (org). *Ler Gramsci, Entender a Realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 113-125 (citação da página 120).
49 GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit*. p. 55.
50 Conceito que obviamente necessita de uma adaptação, já que as sociedades antigas estavam mais próximas do que Gramsci chamou de "sociedades orientais", com uma sociedade civil gelatinosa.
51 ROWLANDS, M. LARSEN, M. KRISTIANSEN, K. "Preface". *In:*_____ (Edits.) *Op. Cit.* Sem página indicada.

o egípcio, anterior aos dois, esquecido na maioria das vezes. O primeiro impulso para escrever este artigo veio justamente do questionamento do senso comum acerca da existência de um império faraônico no sentido mais estrito do conceito. Neste sentido, para concluir, apoiar-nos-emos nas cinco características ressaltadas por Mendes, depois de Barfield, necessárias à construção de um governo imperial complexo ou de um sistema centro-periferia[52]:

1)Existência de um sistema administrativo para explorar a diversidade, seja econômica, política, religiosa ou étnica. O império egípcio era formado por uma heterogeneidade de formações econômico-sociais e a administração central era pensada justamente para tirar proveito desta multiplicidade.

2) Estabelecimento de um sistema de transporte destinado a servir ao centro imperial militar e economicamente. Esta característica era, certamente, o menor dos problemas do império egípcio, já que este era atravessado de alto a baixo por águas navegáveis.

3) Criação de um sofisticado sistema de comunicação, que permita administrar diretamente do centro todas as áreas submetidas. O fluxo direto de informações era mantido pelas vias de transporte através de correspondência, como demonstrado pelas "Cartas de Amarna".

4)Manutenção do monopólio da força dentro do território imperial e sua projeção frente às regiões internas. Conforme a divisão feita por Buzby, num segundo momento, o império egípcio concentrou-se em manter o monopólio da força dentro de seu território.

5) Construção de um "projeto imperial" que impõe certa unidade através do império. Este último elemento fica claro a partir, por exemplo, da construção de templos egípcios nas áreas dominadas, como estratégia de difusão da ideologia central.

O segundo impulso para escrever este artigo – que move minha pesquisa de mestrado – é aquele expresso no início do texto: esperar que o estudo histórico de um dos primeiros sistemas imperiais da humanidade ajude na compreensão de alguma constante dos sistemas centro-periféricos que possa ser utilizada na construção de um projeto contra-hegemônico, o que, nas palavras de Wallerstein, seria uma ação anti-sistêmica ou revolucionária.

Retirado de www.izio.org.za/.../history_new_kingdom.htm , acesso em 04/10/2008.

52 MENDES, N.; BUSTAMANTE, R.; DAVIDSON, J. *Op. Cit.* pp. 20-21.

O antiimperialismo de Stálin e a Questão Chinesa dos Anos de 1920

Danilo Enrico Martuscelli*

Após a vitória da Revolução de Outubro, em 1917, e a derrota da revolução dos comunistas em alguns países da Europa Ocidental, o foco de atenção deslocou-se para o processo de guerra civil, em curso, na China, isto é, a polêmica instaurada tinha um ponto de partida comum: em 1926, a China estava em vias de sua segunda revolução[1]. As cisões no movimento comunista resultaram na formação de duas linhas políticas distintas para orientar a luta de classes na formação social chinesa. De um lado, a posição oficial do *Comintern* sustentava que para combater o imperialismo estrangeiro e os resquícios de feudalismo ainda existentes na China e realizar a etapa democrático-burguesa da revolução, seria necessária a aliança do proletariado urbano industrial com a burguesia nacional. Tal linha política se efetivou na aliança do Partido Comunista da China com o *Kuomintang* na China[2]. De outro lado, os oposicionistas defendiam que apenas uma aliança do nascente proletariado urbano com as massas camponesas oprimidas tornaria possível a transformação radical das relações sociais existentes na China. Nesse sentido, a burguesia nacional chinesa não lograria criar autonomia política diante da burguesia compradora, pró-imperialista.

Com o objetivo de aprofundar a discussão desse debate que tomou a atenção dos comunistas no final dos anos de 1920, procuraremos analisar os escritos de um dos principais dirigentes comunistas do período: Joseph Stálin. Observamos que predomina nos escritos desse dirigente comunista não só uma concepção evolucionista-linear das etapas de desenvolvimento das "sociedades humanas", sintetizada na idéia de que qualquer povo passaria necessariamente pelas fases seqüenciais desde a comunidade primitiva, passando pelo escravismo, o feudalismo e o capitalismo, até chegar ao socialismo; como também uma visão tutelar acerca das classes exploradas numa dada formação social, reforçando, assim, a tese de que seria natural numa dada fase da "evolução humana" a dominação política sobre parcela significativa das classes exploradas como meio de atingir um nível civilizatório superior, numa etapa seguinte. Juntas, as concepções evolucionista-linear das etapas de desenvolvimento das "sociedades humanas" e de tutela sobre os produtores diretos, produzem efeitos significativos sobre a própria concepção de luta antiimperialista defendida por Stálin.

Diríamos que os escritos de Stálin produzem um duplo efeito: de um lado, fazem alusão à relação entre antiimperialismo e socialismo, e, de outro, dissimulam a relação entre antiimperialismo, socialismo e extinção das contradições de classe. Para ser mais preciso, sustentamos que na construção da relação entre antiimperialismo e socialismo, Stálin toma como necessário, no âmbito da efetivação da luta antiimperialista, a formação de um Estado que represente os interesses da burguesia nacional, e, no âmbito da consecução dos objetivos socialistas, a constituição de um Estado voltado para os interesses do proletariado. Na prática, no entanto, ao analisar a luta de classes na formação social chinesa, Stálin não aponta para a dissolução do próprio Estado, nem, conseqüentemente, para a abolição das classes sociais. No limite, o antiimperialismo de Stálin está vinculado à perpetuação das relações de classe e, portanto, das relações de exploração e dominação classistas, ou ainda, sob a bandeira do antiimperialismo coloca-se, nas entrelinhas, a perspectiva da necessidade da exploração e da dominação política de parcela considerável dos

* Doutorando em Ciência Política pela Unicamp. Correio eletrônico: daniloenrico@yahoo.com.br. Somos gratos a Lúcio Flávio Rodrigues pelas observações feitas à primeira versão deste artigo.

1 BROUÉ, Pierre (org.). *La question chinoise dans l'Internationale communiste (1926-1927)*. Paris: Études et documentation internationales, 1965. As transformações políticas ocorridas na China, em 1911, resultaram na derrubada da dinastia Ching e na proclamação da República, caracterizando a primeira revolução desse país.

2 O Partido Comunista da China (PCC) foi fundado em 1921. Nos dois primeiros congressos que realizou, em 1921 e 1922, o PCC recusou a colaboração de classes com a burguesia nacional e defendeu a independência política do partido. No entanto, como observa Naves, a partir do terceiro congresso, em 1923, o PCC passou "a adotar uma política de colaboração e de alianças com as forças do Kuomitang (Partido Nacionalista), de Sun Yat-sen, abandonando a perspectiva de uma revolução proletária na China em favor de uma revolução nacional-burguesa". NAVES, Márcio Bilharinho. *Mao*: o processo da revolução. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 19.

produtores diretos – a massa camponesa, em especial - como algo legítimo e desejável para a constituição da ditadura do proletariado.

A revolução proletária e a ditadura do proletariado

Ao tratar do problema da revolução proletária, ganha relevância, na análise de Stálin, a questão da ditadura do proletariado que constitui um diferencial na história dos Estados de classe até então existentes. Para Stálin, se os Estados de classes que existiram configuraram uma ditadura da minoria exploradora sobre uma maioria explorada, a inovação da ditadura do proletariado consiste em inverter essa relação: na constituição de uma ditadura da maioria explorada sobre a minoria exploradora[3]. Consideramos possível interpretar que, para Stálin, na revolução proletária coexistem uma classe explorada e uma classe exploradora, ou seja, o processo de valorização do capital continua a se desenvolver, acarretando não um permanente processo de superação das velhas relações de produção, mas a permanência dessas.

Esse aspecto fica evidente quando Stálin indica alguns elementos que comprovam a força da burguesia derrubada no período pós-revolucionário: a) a força e solidariedade das relações internacionais da burguesia; b) a conservação do que ele denomina "uma série de enormes vantagens", entre as quais, a conservação do dinheiro, de bens imóveis, de relações e hábitos de organização e administração, de uma instrução mais elevada em relação ao restante da população; de uma experiência militar superior. Além disso, Stálin assegura que é impossível expulsar os proprietários rurais, capitalistas e pequenos produtores de mercadorias sem estabelecer um "entendimento". Dessa maneira, Stálin compreende que, com a instauração da revolução proletária, o proletariado toma o poder, mas não contém a força política da burguesia, o que significa dizer que a valorização do capital pode continuar a se desenvolver sob a hegemonia do proletariado.

Em síntese:

> "Dentro do capitalismo a democracia é uma democracia capitalista, a democracia da minoria exploradora, baseada na restrição dos direitos da maioria explorada e dirigida contra essa maioria (...) Sob a ditadura do proletariado a democracia é uma democracia proletária, uma democracia da maioria explorada, baseada na **restrição dos direitos** da minoria exploradora e dirigida contra esta minoria[4]."

No entanto, não seria prudente de nossa parte se considerássemos apenas as observações em que Stálin sustenta a idéia de continuidade ou de inversão de posições (velho e novo oprimido/ velho e novo opressor), pois são evidentes em seu texto alguns apontamentos que remetem à idéia de destruição do Estado burguês. Isso aparece em passagens como a que segue:

> "A ditadura do proletariado não pode brotar como conseqüência do desenvolvimento pacífico da sociedade burguesa e da democracia burguesa; **apenas pode surgir como resultado da destruição** da máquina do Estado burguês, do exército burguês, do aparelho burocrático, da política burguesa[5]."

A partir disso, é possível afirmar que duas problemáticas funcionam no texto de Stálin, quando este se atém à conceituação da ditadura do proletariado. Idéias de continuidade e destruição combinam-se em suas formulações teóricas. Quando o dirigente comunista conceitua o que vem a ser o poder soviético é possível identificar numa só passagem a operação de duas problemáticas:

> "(...) o Poder soviético é uma nova forma de organização estatal, que se distingue em princípio da velha forma democrático-burguesa e parlamentar, um novo tipo de Estado, adequado não à tarefa de exploração e opressão das massas trabalhadoras, mas antes à tarefa de libertar completamente estas massas de toda espécie de opressão e de toda exploração, preparado para a tarefa da ditadura do proletariado[6]."

Nesse trecho, ao mesmo tempo em que se alude à idéia de destruição da velha forma estatal, ao não se esclarecer que o denominado "novo tipo de Estado" é transitório e que, portanto, não deve perpetuar-se como forma de organização jurídica-política da sociedade, devendo existir, assim, apenas até o desaparecimento das classes sociais, Stálin parece entender que o poder soviético é uma organização jurídica-política de vida longa e que apenas inverte a relação de opressor e oprimido, o que significa, no mínimo, que a antiga burguesia continua a existir no período pós-revolucionário, bem como a valorização do capital. Na verdade, Stálin parece operar com a idéia da substituição de um Estado (burguês) por outro (proletário), sem problematizar rigorosamente a própria dissolução das sociedades de

3 Essa posição pode ser encontrada numa série de conferências realizadas por Stálin na Universidade de Sverdlov, em abril de 1924, em especial no texto-conferência: "A ditadura do proletariado" In: *Questões políticas* (Col. Fundamentos, n.11). Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979.

4 Cf. "A ditadura do proletariado", op. cit., p. 46. (grifos nossos)

5 Cf. "A ditadura do proletariado", op. cit. (grifos nossos)

6 "A ditadura do proletariado", op. cit., p. 49.

classes, o que resulta, no mínimo, na definição do Estado proletário como um Estado substituto do Estado burguês, e, portanto, como um Estado que não deve perecer.

A revolução nos países subordinados ao imperialismo

Se Stálin tem a preocupação de traçar as características elementares e gerais da revolução socialista, não deixa de explicitar também as diferenças existentes entre a revolução nos países imperialistas e nos países subordinados ao imperialismo. Segundo o dirigente comunista, enquanto nos países imperialistas a burguesia é opressora de outros povos, é contra-revolucionária em todas as etapas da revolução e o fator nacional está ausente da luta emancipadora; no caso dos países denominados "coloniais e dependentes", a opressão imperialista de outros Estados é um dos fatores da revolução e não deixa de afetar a burguesia nacional, que em determinada etapa e durante determinado período pode apoiar o movimento revolucionário de seu país, o que torna, nesse sentido, o fator nacional, um fator da revolução[7].

Aqui o dirigente comunista trava uma luta contra os seus opositores que não visualizariam o impacto que o imperialismo teria sobre parte da burguesia nacional. Stálin entende que a burguesia nacional é um dos aliados potenciais do proletariado na revolução democrático-burguesa: "(...) nos países coloniais, os blocos e os acordos temporários com a *burguesia*, numa etapa determinada da revolução colonial, não apenas são admissíveis, mas evidentemente necessários"[8]. Ou como consta na crítica endereçada à oposição, tomando como base o caso chinês:

> "Ao que parece, a oposição supõe que os blocos com a burguesia nacional nos países coloniais hão de ser duradouros. Mas isso apenas podem supor pessoas que tenham perdido os últimos vestígios do leninismo. Se os senhores feudais e o imperialismo são, na China, na etapa atual, mais fortes do que a revolução, se a pressão dessas forças adversas levou o Kuomintang a desviar-se para a direita e a uma derrota temporária da revolução chinesa, apenas podem regozijar-se por isso pessoas contagiadas de derrotismo[9]."

Com a crise chinesa de 1927 e a trágica derrota dos revolucionários, Stálin recebeu duras críticas de seus opositores, dentre eles Trotsky, tendo inaugurado uma "nova estratégia". A partir desses episódios, Stálin continuou a afirmar que a linha política do *Comintern* era adequada à formação social chinesa, localizando o problema central da derrota na aplicação dessa linha política pelo oportunismo de direita de Chen Duxiu e de outros dirigentes chineses[10]. Nessa avaliação, o problema da derrota da revolução estaria principalmente ligado ao papel cumprido pelas direções políticas, ou ainda, tudo se remeteria às condições subjetivas do processo revolucionário, nada sendo dito sobre as condições e possibilidades de a burguesia na China, denominada por Stálin como burguesia nacional, se empenhar efetivamente numa luta antiimperialista em aliança com o proletariado.

Stálin apresenta também outras duas subdivisões para cada um dos tipos particulares de revolução. Para ele, há uma diferença essencial entre as revoluções burguesas dos países imperialistas do Ocidente (Inglaterra, França, Alemanha e Áustria) e a revolução burguesa da Rússia imperialista. No primeiro caso, o proletariado não podia representar uma "força política independente" devido à sua debilidade, cabendo, dessa maneira, à "burguesia liberal" a hegemonia da revolução. Nesse sentido, nos países do Ocidente, "os camponeses não obtiveram sua libertação do regime de servidão das mãos do proletariado, pouco numeroso e não organizado, mas das mãos dos burgueses"[11]. Já no segundo caso, o proletariado podia representar uma "força política independente", pois na Rússia havia uma extraordinária concentração de operários na indústria (54% de todos os operários trabalhavam em empresas com mais de 500 operários); existia um partido revolucionário; praticava-se nas empresas "escandalosas formas de exploração"; havia um regime policial dos "carrascos czaristas"; a burguesia russa era débil politicamente, sendo servidora do czarismo no pós-1905; havia feudalismo no campo e onipotência dos proprietários rurais; estava em curso uma guerra imperialista; o czarismo agravava a opressão dos proprietários rurais e dos capitalistas, o que veio a fortalecer a formação de uma frente única, formada pelo bloco operário-camponês. Nessa situação, os camponeses tornaram-se um aliado do proletariado, pois não tinham esperança de concretizar suas reivindicações imediatas apoiando

7 Cf. "Sobre o problema da China" In: *O marxismo e o problema nacional e colonial*. (História e política 3). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
8 Cf. "Sobre o problema da China", op. cit., p. 177.
9 Cf. "Sobre o problema da China", op. cit., p. 182.
10 Ver: SOFRI, Gianni. "O problema da revolução socialista nos países atrasados" In: HOBSBAWM, Eric (org.). História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
11 Cf. "O problema camponês", In: *Questões políticas*, op. cit., p. 55.

uma burguesia afeita à guerra[12].

Em relação aos países "coloniais e dependentes", Stálin apresenta alguns problemas que o levam a fazer ponderações importantes a respeito da natureza da revolução nesses países. Segundo ele, a revolução na China e na Índia não se desenvolveria, nesse período, da mesma maneira que a revolução na Turquia, Pérsia e Afeganistão. Entre os últimos, quase não havia proletariado industrial e não existia uma poderosa revolução agrária camponesa, ou seja, era uma revolução da burguesia comercial nacional contra, em primeiro lugar, os imperialistas estrangeiros, e, em segundo lugar, contra os camponeses e operários. Entre os primeiros, pelo contrário, havia um certo número de proletariado industrial ativo e combativo, com prestígio entre os camponeses e existia uma ampla revolução agrária que visava superar as sobrevivências do feudalismo[13]. Portanto, neste caso, havia a possibilidade de ocorrência de uma revolução sob a hegemonia do proletariado.

A revolução na formação social chinesa

Ao tomar o exemplo da China, Stálin desenvolve a tese das etapas da revolução nos países que não integram o bloco imperialista. De acordo com ele, a China é "um país oprimido, semicolonial, obrigado a lutar contra a opressão imperialista de outros Estados"[14], o que significa que o proletariado chinês deve realizar acordos "temporários" com a burguesia nacional[15]. Seguindo essa linha de argumentação, Stálin esquematiza as etapas da revolução chinesa:

> "(...) a primeira [etapa] é a revolução da frente *única* nacional geral, o período de Cantão, quando a revolução dirigia seus golpes fundamentalmente contra o imperialismo estrangeiro, enquanto a burguesia nacional apoiava o movimento revolucionário; a segunda etapa é a da revolução democrático-burguesa, após a chegada das tropas nacionais ao rio Yang-Tse, quando a burguesia se afastou da revolução, enquanto o movimento agrário se desenvolveu até converter-se em poderosa revolução de dezenas de milhões de camponeses (a revolução chinesa encontra-se atualmente na segunda etapa de seu desenvolvimento); a terceira etapa é a da revolução soviética, à qual ainda não se chegou, mas se chegará[16]."

Desse modo, se a primeira fase define-se como etapa de ataque ao inimigo externo ("imperialismo estrangeiro"), na segunda fase, o movimento revolucionário deve-se dirigir contra o inimigo interno ("regime feudal" ou "resquícios de feudalismo"). No entanto, o dirigente comunista ressalta que é apenas na etapa soviética que a luta contra o imperialismo e a revolução agrária podem atingir o seu coroamento, ou seja, lograr romper definitivamente com as formas do poder existentes. Esse posicionamento levou-o a divergir da política adotada pela oposição que defendia a formação dos *soviets* de deputados operários e camponeses e, conseqüentemente, a saída dos comunistas do *Kuomintang*, na etapa democrático-burguesa[17]. Ao se referir ao período do governo de Wu-Tchang, no qual se desenvolvia o "Kuomintang de esquerda", Stálin salienta que esse governo ainda não havia sido desacreditado e desmascarado pelas grandes massas operárias e camponesas, isto é, "não havia tido tempo de esgotar suas possibilidades como organização burguesa revolucionária" e, nesse sentido,

> "lançar a palavra de ordem dos Soviets e da derrocada do governo Wu-Tchang, no momento em que as massas ainda não se haviam convencido, por sua própria experiência, da inutilidade desse governo, da necessidade de sua derrocada; significava antecipar-se, isolar-se das massas, privar-se do apoio das massas e fazer fracassar, desse modo, a obra iniciada."[18]

Dessa maneira, segundo Stálin, é necessário, em primeiro lugar, esgotar as possibilidades do *Kuomintang* como organização burguesa revolucionária, para depois fazer a revolução proletária avançar e, nesse sentido, a oposição comete

---

12 "O problema camponês", op. cit.

13 Cf. "Entrevista con los estudiantes de la Universidad Sun Yat-Sen" In: *Obras* (tomo 9). Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1954. No mesmo tomo das obras do dirigente comunista, é possível encontrar um discurso pronunciado na 10ª seção do 8º Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista, realizado em 24 de maio de 1927, no qual Stálin torna a discutir a questão do peso do proletariado industrial nas formações sociais "coloniais e dependentes". Ver: "La revolución en China y las tareas de la Internacional Comunista".

14 Cf. "Sobre o problema da China", op. cit., p. 170.

15 Na "Carta a Chugonov", escrita em 9 de abril de 1927, Stálin explica as razões pelas quais os comunistas puderam se aliar com os sunyatsenistas no Kuomintang: "A diferença entre o sunyatsenismo e o comunismo (marxismo) segue em pé. Se, apesar de tudo, os comunistas da China colaboram com os kuomintanistas, isso se deve aos três princípios de Sun Yat-Sen – democracia, nacionalidade e socialismo – como uma base perfeitamente aceitável para o trabalho conjunto dos comunistas e dos sunyatsenistas no partido do Kuomintang, nesta fase concreta do desenvolvimento da revolução chinesa". "Carta a Chugonov" In: *Obras* (tomo 9), op. cit., p. 207.

16 Cf. "Sobre o problema da China", op. cit, p. 171.

17 Ao conceber os soviets como uma organização da luta operária contra o poder existente, Stálin problematiza a questão do momento e das condições propícias para sua implementação. Segundo ele, os soviets não podem se instalar em quaisquer momentos e condições, ou melhor, é apenas nas condições de insurreição ou luta direta das massas contra as relações de poder existentes que os soviets podem se materializar efetivamente. Do contrário, "a melhor organização revolucionária da classe operária" corre o risco "de se apodrecer e de se transformar numa arena de vazias lutas verbais". Cf. "Acerca de los problemas de la revolución China (respuesta al camarada Marchulin)" In: Obras (tomo proletariado industrial nas formações sociais "coloniais e dependentes". Ver: "La revolución en China y las tareas de la Internacional Comunista".

18 Cf. "Sobre o problema da China", op. cit., p. 170.

o equívoco de tomar a sua própria consciência como a consciência das massas de operários e camponeses. Stálin concorda com a oposição quanto ao fato de o Partido ter que marchar adiante (ser a vanguarda), mas faz a seguinte ponderação: desde que seja amparado pelas massas (possuir retaguarda):

> "Marchar para adiante separando-se da retaguarda, não sabendo levar consigo a retaguarda, significa cometer um erro capaz de fazer fracassar o movimento de avanço das massas durante determinado período. A direção leninista consiste precisamente em que a vanguarda saiba arrastar *atrás de si* a retaguarda, em que a vanguarda marche para diante *sem se separar* das massas. Mas para que a vanguarda possa conduzir efetivamente atrás de si as grandes massas, para isso se requer uma condição decisiva, e essa é exatamente que *as próprias massas se convençam por sua própria experiência, do acerto das indicações, diretivas e palavras de ordem da vanguarda*."[19]

Finalmente, quando trata da questão do poder futuro na China, Stálin apresenta o seguinte diagnóstico:

> "Eu penso que o futuro poder revolucionário da China chamará por sua natureza aquilo que foi a questão na Rússia em 1905, ou seja, a ditadura do proletariado e dos camponeses, com a diferença, contudo, que será um poder antiimperialista por excelência. Será um poder transitório para a evolução não-capitalista, ou, mais exatamente, para a evolução socialista da China."[20]

A análise da situação concreta como instrumento da luta revolucionária pode ser tomada como um dos elementos fundamentais da teoria de Stálin acerca da revolução. Isso leva o dirigente comunista a se distanciar de uma visão triunfalista da revolução, que concebe uma situação revolucionária para cada nascer do sol, ou melhor, para cada agitação das massas populares. Distinguir se as condições são favoráveis ou não ao avanço da luta revolucionária parece ser uma das virtudes de suas intervenções. No entanto, cabe indagar se a análise de Stálin não redunda numa visão mecanicista da história. Para confirmar tal hipótese, seria necessário, de nossa parte, cotejar a sua análise com cada momento histórico e verificar a procedência da mesma. Problema que não pode ser resolvido neste simples artigo. Outra opção encontra-se na tentativa de questionar a própria base de argumentação de sua análise, ou seja, questionar o que poderíamos chamar de teoria unilinearista do desenvolvimento histórico ou teoria dos estágios obrigatórios de todo povo, segundo a qual todas as sociedades conheceriam, mais cedo ou mais tarde, cinco tipos fundamentais de relações de produção em sua história: a comunidade primitiva, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Essa tese redunda num determinismo mecanicista, na medida em que concebe o socialismo como uma relação de produção que se formará *necessariamente* após o colapso do capitalismo, o que significa dizer que nenhum outro tipo de relação de produção poderá ocupar essa posição, já previamente estabelecida pelas condições históricas do presente. Pensar o socialismo como uma possibilidade histórica parece-nos ser a única maneira de romper com esse esquema mecanicista. Isso nos remete à idéia segundo a qual as lutas do presente não geram necessariamente conseqüências preestabelecidas, podendo surtir efeitos variados e reversíveis.

A respeito dessa visão mecanicista da história, e da tese da inevitabilidade do socialismo, podemos indagar se seria uma forma encontrada por dirigentes políticos para dar "ânimo" à luta das massas ou se redundaria numa simples visão "evolucionista". Tal como Stálin, Lênin também teve seus momentos de evolucionismo histórico. Em seu livro *Imperialismo:* fase superior do capitalismo, por exemplo, confere dois sentidos para o termo "fase superior". No imperialismo, a história do capitalismo conheceria uma forma de vida – graças à concentração da produção e do capital em grandes monopólios e graças à criação da "oligarquia financeira" – na qual o capital financeiro adquiria uma importância primordial, em detrimento da própria atividade produtiva. Há, no entanto, um outro sentido para o conceito de "fase superior", que está ligado à transição para o socialismo: o monopólio seria "a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada"; o que leva Lênin a concluir: "De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo, deduz-se que se deve qualificá-lo de **capitalismo de transição**, ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante." Dessa perspectiva, a "evolução das técnicas e da organização da produção" conduziria "inelutavelmente" ao socialismo.[21]

Em resumo, a teoria de Stálin fundamenta-se no seguinte pressuposto: o centro da revolução mundial é a União Soviética, pois foi nessa formação social que a revolução socialista teve seu início triunfante e é esta formação social que serve de modelo e apoio às outras revoluções em curso. Desse

19 "Sobre o problema da China", op. cit., p. 180.
20 STÁLIN, Joseph. "Les perspectives de la révolution en Chine" In: BROUÉ, Pierre, op. cit., p. 24.
21 Cf. "Imperialismo*:* fase superior do capitalismo". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa Ômega, [a.c. 1982], pp. 667-669 (grifo nosso).

modo, todas as outras formações sociais tenderiam a caminhar, mais cedo ou mais tarde, rumo a esse modelo ou "espírito absoluto" – a URSS –, o que levaria o socialismo ao triunfo em escala mundial. Stálin abstrai, assim, as especificidades de cada formação social em nome da tese da revolução em um só país. Nessa formulação teórica, o dirigente comunista não abre espaço para que outras formações sociais superem ou ultrapassem as realizações alcançadas pelo que ele denominou "epicentro revolucionário". A despeito de apresentar as diferenças de composição das classes sociais em um conjunto de formações sociais analisadas, parece ser fundamental no esquema analítico de Stálin a idéia de uma evolução unilinear da revolução para a história de todos os povos.

A questão das alianças na etapa revolucionária

Como questão decorrente da ditadura do proletariado, acima indicada, Stálin elege o problema do aliado do proletariado na sua luta pelo poder, a saber, o problema do camponês. Assim, o dirigente comunista apresenta uma posição distinta da adotada pela Segunda Internacional Comunista, que, segundo ele, teria sido indiferente ao problema do camponês, ou seja, "reconhece a existência de uma capacidade revolucionária nas fileiras da maioria dos camponeses e a possibilidade de aproveitá-la no interesse da ditadura do proletariado", assegurando, no entanto, que o proletariado não deve apoiar qualquer movimento camponês, mas apenas aqueles que impulsionem a revolução proletária.[22]

Quanto a esse aspecto, Stálin aplica a sua teoria diferencial da revolução, mostrando, de início, que os camponeses da União Soviética não podem ser confundidos com os camponeses do Ocidente, pois:

> "Um camponês que passou pela escola de três revoluções, que lutou pelo proletariado e sua direção, contra o czar e contra o poder burguês, um camponês que recebeu da mão da revolução proletária a terra e a paz e que, devido a isso, converteu-se em reserva do proletariado, este camponês deve distinguir-se do camponês que lutou na revolução burguesa sob a direção da burguesia liberal, que recebeu a terra das mãos desta burguesia e se converteu graças a isso em reserva da burguesia."[23]

Ou em outro texto ao se referir ao problema da revolução chinesa:

> "Impossível persuadir a massa pela agitação e pela propaganda unicamente. É necessário que a massa tenha suas próprias experiências políticas. É necessário que as amplas massas sintam elas mesmas a inevitabilidade, por exemplo, da queda do regime de opressão, a inevitabilidade do estabelecimento de uma nova ordem política e social."[24]

Ao seguir essa linha de argumentação, o dirigente comunista confere importância destacada à experiência de luta revolucionária dos camponeses para compreender o seu comportamento político em diferentes formações sociais. Na verdade, o camponês pode ser tomado como uma partícula de ferro num campo magnético, isto é, a partícula (os camponeses) deslocará para o pólo magnético (burguesia ou proletariado) que exercer maior atração sobre ela. Nesse sentido, é possível assegurar que, na análise de Stálin, o camponês, independentemente da formação social no qual está inserido, sempre ocupará um papel coadjuvante na luta revolucionária, ou ainda, um papel subalterno em relação à força dirigente.

A despeito de Stálin querer mostrar a importância do campesinato na edificação do socialismo, sua base de argumentação não logra explicar os motivos pelos quais a maioria da população russa deve exercer um papel coadjuvante na revolução socialista. O proletariado, por seu turno, é concebido como um detentor natural da direção de massas e a explicação para tanto é a de que este pode se organizar politicamente enquanto classe.

Talvez seja possível afirmar que Stálin aproveitou apenas uma parte da análise que Marx fez acerca dos camponeses na França de 1848. Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx ora define os camponeses como classe, ora não, ou melhor, os camponeses constituem uma classe, mas uma classe sem organização política, uma classe que se constitui como tal pelo fato de seus membros apresentarem as mesmas condições materiais de existência, os mesmo traços culturais, a mesma posição no sistema produtivo, entre outros aspectos.[25] Dessa forma, por não terem organização política, os camponeses se deixam representar por outrem – no caso francês, Bonaparte. A questão omitida por Stálin diz respeito à existência ou não de organização política, o que pode levar os camponeses a delegarem o poder de representação a outras classes ou se auto-

22 Cf. "O problema do camponês", op. cit., p. 54.

23 Cf. "O problema do camponês", op. cit., p. 60. Em outra passagem do texto, Stálin apresenta as diferenças entre a economia rural Russa e a do Ocidente para ratificar o seu posicionamento acerca do papel do campesinato. Para ele, enquanto que a primeira caracteriza-se pela cooperação rural em massa, a segunda define-se pela desagregação e decomposição.

24 STÁLIN, Joseph. "Remarques sur les questions actuelles" In: BROUÉ, Pierre, op. cit., p. 264.

25 Vale notar que Marx faz aqui uma análise dos pequenos camponeses franceses. Isso quer dizer que não é possível concluir a partir dessa análise que a condição econômica e o comportamento político do campesinato sejam os mesmos em todas as condições e situações históricas.

representarem. O dirigente comunista parece apenas se apropriar da tese segundo a qual os camponeses são incapazes de representar os seus próprios interesses. Assim, dissimula as condições concretas nas quais os camponeses podem organizar politicamente os seus interesses. Para Stálin, os camponeses estão sempre, independentemente da formação social concreta nas quais estão inseridos, fadados à condição de "reservas", "aliados", "aptos para colaboração econômica", perante a burguesia ou o proletariado, ou melhor, "podem ser aproveitados" como apoio dessas duas classes fundamentais, dependendo apenas se a correlação de forças sociais é mais favorável a uma ou outra.

Quando a análise se dirige especificamente à formação social chinesa, as razões pelas quais os camponeses devem ser tutelados por outras classes ficam evidentes: "Não se pode constituir os soviets nos campos sem os fazer nos centros industriais da China"[26], ou ainda, aos camponeses, não se coloca na ordem do dia a questão dos *soviets*, mas sim dos comitês camponeses que sejam eleitos pelos mesmos e capazes de formular suas reivindicações essenciais. Dito de outra maneira: os camponeses não têm condições de lutar contra o poder existente, suas lutas, na verdade, estão restritas ao plano das reivindicações imediatas mais urgentes.

Stálin indica também as vias que os revolucionários devem seguir para sublevar milhões de chineses à revolução. Nesse caso, o dirigente comunista confere ao campesinato uma reduzida autonomia de organização política, mesmo no plano da formação dos comitês camponeses. Segundo ele, as vias seriam as seguintes:

> "A primeira é aquela da formação de comitês camponeses e da penetração nesses comitês de **revolucionários chineses capazes de agir sobre o campesinato**."
>
> "A segunda via é aquela de uma **ação sobre o campesinato** no seio do aparelho de um novo poder nacional revolucionário."
>
> "A terceira via consiste em **agir sobre o campesinato** no seio do exército revolucionário."[27] (grifos nossos)

Para concluir, Stálin realça o caráter antiimperialista da luta revolucionária na China, colocando como palavra de ordem a nacionalização das empresas. O dirigente comunista traça, nesse caso, uma hierarquia do processo de nacionalização que se inicia com as estradas de ferro, passa pelas fábricas e usinas mais importantes e, em seguida, pelas empresas controladas por proprietários hostis ao povo chinês, encerrando com a nacionalização do solo. Enfim, Stálin deixa explícito a tese do primado das forças produtivas, ou seja, a revolução deve iniciar nas cidades e terminar nos campos. Em nenhum momento, se pensa numa inversão de modo a superar as contradições existentes entre campo e cidade, ou ainda, superar a posição subalterna do campo perante a cidade, do campesinato diante do proletariado.

Resumindo, ao subestimar a capacidade política do campesinato e delegar ao proletariado a direção da revolução, Stálin parece não lograr superar uma visão formalista das forças sociais em luta, nem, conseqüentemente, traçar uma política justa contra o inimigo, contradizendo, dessa maneira, seus próprios dizeres:

> "Uma política justa não deve conduzir sempre e em todas as condições à vitória sobre o inimigo. A vitória direta sobre o inimigo não é somente determinada por uma política justa, mas em primeiro lugar e sobretudo pelas relações de classe, pela superioridade manifesta das forças que estão do lado da revolução, pela decomposição do campo adversário, pela situação internacional favorável."[28]

Dito de outra maneira, Stálin apostou na aliança entre o proletariado urbano e a burguesia nacional em vão, bem como subestimou o papel do campesinato na revolução chinesa do biênio 1925-1927, quando negou a este o papel de direção do movimento revolucionário. No limite, ao analisar a questão chinesa nos anos de 1920, antes de atrelar a luta antiimperialista à luta contra a exploração de classe, Stálin vinculou-a ao esquema unilinear de desenvolvimento de todos os povos, o que corresponde à defesa, mesmo que indireta, da necessidade da exploração de classe para constituir o socialismo. Dentro dessa perspectiva, com a ditadura do proletariado, uma nova classe passaria a exercer o poder. No entanto, cabe a pergunta: e a perspectiva da abolição das classes sociais? Nos escritos de Stálin sobre a luta de classes na China nos anos de 1920, essa é uma questão que parece não ter a mínima importância, o que torna seu antiimperialismo uma política que tem como corolário central de longo prazo a perpetuação das relações de classe.

26 Cf. "Les perspectives de la révolution en Chine" In: BROUÉ, Pierre, op. cit., p. 25.

27 Cf. "Les perspectives de la révolution en Chine", op. cit., pp. 26-27.

28 Cf. "Remarques sur les questions actuelles", op. cit., p. 261.

O Imperialismo e as teorias dos "Ciclos Longos": um diálogo improvável

Gilson Dantas[1]

Introdução

O conceito de capitalismo tal como foi formulado por Marx era suficiente, na época do capitalismo concorrencial, para definir o sistema baseado no capital. No nosso tempo – e ao longo de todo o século XX, o desdobramento do capitalismo em capitalismo imperialista – atravessado por sucessivas crises e reacomodações – coloca novas questões.

Por outro lado, conceber o capitalismo dentro dos marcos ou da formatação imperialista pressupõe – classicamente – pelo menos duas definições: primeiro a de que se trata de uma ordem fundada nos grandes oligopólios financeiro-industriais de porte planetário e que contam com Estados fortes (imperialistas) em sua defesa e proteção; e, ao mesmo tempo, a noção de sistema em decadência, em processo de perda de vitalidade e de crescente destrutividade.

Com relação ao primeiro argumento, do imperialismo como a ordem dos oligopólios mundiais e sob a batuta do capital financeiro, trata-se de um processo mais ou menos evidente e que tem sido alvo de inúmeras análises[2].

Por outro lado, observar que o sistema como um todo ingressou em uma fase superior, de decadência, significa também entender que os focos ou momentos de crescimento econômico se desenvolvem **dentro** dos marcos históricos de uma tendência global e recorrente do sistema à destruição maciça de forças produtivas e à estagnação (a outra palavra para este fenômeno é putrefação, segundo Lenin[3]). No longo prazo, equivale a admitir a transitoriedade e historicidade do sistema.

Dizer transitório significa entender que ele é carregado de contradições na economia, na relação entre os Estados, entre as classes antagônicas e que se traduzem cronicamente em guerras, revoluções e em cada vez mais intensas crises, podendo marchar para turbulências que conduzam a *crash* na economia. Nada disso significa queda automática: ou o capitalismo é derrubado, revolucionariamente, ou se decompõe, com o risco, neste caso, de arrastar a humanidade à catástrofe (nuclear, ecológica, global).

No entanto, quando o tema é a historicidade ou transitoriedade do capitalismo, é usual em certos setores do pensamento intelectual de esquerda, que a ferramenta teórica imperialismo seja deixada de lado e seu poder explicativo ocupado, por exemplo, por teorias dos "ciclos longos".

Neste caso, tem-se um primeiro problema: mesmo tomadas em sua diversidade, praticamente todas estas teorias são atravessadas por algum viés estruturalista. Ou seja, o motor da história passa a ser – declaradamente ou não – as forças produtivas, o "ciclo" ou qualquer categoria semelhante e perdem sua precedência as relações de produção, a luta de classes. O sujeito político encontra-se, neste caso, subordinado ou subalterno.

Ao contrário, na ótica aqui adotada, em todo debate sobre perspectivas internacionais, a questão do imperialismo tem importância crucial ao introduzir vários elementos que estão ausentes nas diversas teorias das ondas longas[4]; um destes elementos poderia ser chamado de vitalidade do sistema ou limites que ele encontra para o desenvolvimento das forças produtivas.

Não é tema deste artigo examinar as concepções dos "ciclos longos"[5] na economia. No entanto pretende-se focalizar uma delas, e, através do diálogo com esta teoria (das *ondas longas* de Kondratiev), que conta com simpatia até de autores

---

1 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), coordenador do ***Instituto Karl Marx do DF-IKMDF*** (dantasgdantas@hotmail.com).

2 Ver, a respeito, por exemplo, textos de MANDEL, Ernest. *Tratado de economia marxista.* México: Ediciones Era, 1972. DUMÈNIL, Gerard. *O imperialismo estadunidense está em crise?* Disponível em: http://resistir.info. BACH, Paula, La crisis de acumulación del capital y las crisis "periódicas" o recesiones mundiales. *Revista Estratégia Internacional* n. 10 nov/dez 1998. CHESNAIS, François, 1998. Des Etats rentiers dominant un système capitaliste mondial en contraction tendancielle. *Carré Rouge*, n.9, octobre 1998, Paris, p.67 a 82. COGGIOLA, Osvaldo e MARTINS, José. *Dinâmica da globalização: Mercado Mundial e Ciclos Econômicos (1970-2005).* Florianópolis: UFSC, mimeo, 2006.

3 Ver LENIN, Vladimir. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In *Obras Escolhidas*, Lênin, v. 2, Lisboa, Portugal: Edições Avante!, 1984. pp.291 a 404.

4 A respeito destas teorias ver, por exemplo: GILL, Louis. *Fundamentos y límites del capitalismo.* Madrid: Editorial Trotta, 2002.

5 Que farão parte de um próximo artigo sobre as teorias de longa duração histórica e o marxismo. Desde já pode-se ler: CASTILLO, Christian , Las crisis y la curva del desarollo capitalista. *Revista Estratégia Internacional,* n.7, mar/abr 1998, p.10-20.

trotskistas como Mandel, será reiterada a importância crucial da idéia de imperialismo *vis-a-vis* teorias como a de Kondratiev. O pressuposto aqui adotado é o de que idéias ou projeções de longo prazo, que são mais baseadas em abstrações e fórmulas de que na luta de classes e no imperialismo, possuem menor ou nenhum poder explicativo de fundo.

Antes, porém, será de extrema importância assinalar o seguinte esclarecimento metodológico já que os **ciclos** *a la Kondratiev* serão aqui objeto de crítica: o capitalismo, tal como foi estudado por Marx, **possui** ciclos **periódicos** na economia. Ele funciona, assim como o corpo vivo respira[6], através de ciclos periódicos (ou regulares), ou seja, o sistema vive em movimentos cíclicos de crescimento seguidos de crise. Ontem como hoje. Por outro lado, o que também é verdade é que ele possui curvas ou ciclos **não**-periódicos e aqui já se trata de crescimento das forças produtivas, dos ciclos **básicos** que moldam àqueles, menores ou periódicos de curta duração.[7] Estes ciclos básicos **não** têm qualquer coincidência ou semelhança com os ciclos de Kondratiev que aqui serão objeto de crítica. Os ciclos básicos e irregulares (da curva de desenvolvimento capitalista), de acordo com Trotski, assumem, em primeiro lugar, uma tendência histórica declinante a partir da era imperialista e, em segundo lugar, sobre eles os acontecimentos e turbulências políticas passam a ter papel de suma importância. Nenhum destes dois aspectos está contemplado na teoria das ondas longas de Kondratiev como será discutido neste texto.

Kondratiev

A teoria de Kondratiev[8] (1892-1938) pressupõe uma noção de repetição, ou por outro lado, a idéia de que internamente, dentro da curva de ascenso ou descenso econômico, estão os fatores que explicam o sistema em sua evolução.

Segundo este autor, que formulou suas elaborações entre a I e a II Guerras, o capitalismo – e aqui ele vai abstrair indevidamente o comportamento das classes sociais –, atravessa ciclos longos, de mais ou menos 25 anos, de crescimento e crise.

Sabemos que Marx estudou a economia capitalista e concluiu que esta atravessava ciclos de 7 a 11 anos, de crescimento e crise (*respiração*), decorrentes "das contradições próprias desse modo de produção, que geravam superacumulação de mercadorias e capitais. A esses ciclos médios, Kondratiev sobrepôs as ondas longas, vinculadas a inovações tecnológicas em grande escala dependentes, por sua vez, do período de vida dos bens de capital duradouros (aproximadamente 50 anos). O capitalismo conheceria, assim, ciclos longos de expansão e contração a longo prazo; ao lado dos ciclos ´curtos´, interrompidos por crises rápidas, existiriam as chamadas ondas longas, que durariam vários decênios, marcadas por fases de ascensão (Fase A), seguidas por lentas e persistentes depressões (Fase B)".[9]

Para os adeptos contemporâneos de Kondradiev, a crise mundial de 1973 seria, por exemplo, entendida como quarta onda longa do capitalismo industrial e, nesta virada de século, o sistema ingressaria em uma onda longa de crescimento histórico. Para Kondradiev se trata de ciclos periódicos explicáveis em tempos rigorosamente econômicos.

> "Para comprovar suas teses, Kondratiev elaborou longas séries estatísticas (salários, poupanças, preços, produção de matérias-primas, ouro, comércio exterior etc.) nacionais e internacionais, as quais julgou suficientes para dar base científica à sua teoria, identificando ´ondas de crescimento´ nos períodos 1789-1823, 1848-1873 e 1894-1914: os intervalos corresponderiam a ´ondas decadentes.[10]"

Esta preocupação com ciclos longos e regulares, na esfera econômica do capitalismo, deixou de ser alvo relevante de debate durante décadas. No entanto, voltou ruidosamente à cena a partir do pós-II Guerra, através de correntes burguesas[11] que procuravam interpretar o novo "ciclo" de crescimento capitalista e, mais ainda, foi retomado por economistas de esquerda após a crise dos 70, como tentativa de debater e tentar explicar a forte tendência recessiva que se seguiu àquele boom.

Em um território teórico afim, desenvolveram-se trabalhos de ciclos de longa duração histórica do tipo Fernand Braudel,

---

Trotski, assinalou que, para definir a idade e o estado geral do capitalismo não basta mostrar que ele respira ritmicamente: o movimento cíclico acompanha **toda** a vida do capitalismo, daí ser imprescindível estudar também a evolução das forças produtivas, a estrutura da evolução capitalista. Ver TROTSKI, Leon. *Naturaleza y dinámica del capitalismo y la economia de transición*. Buenos Aires: CEIP, [1999], p. 69 a 73.

7 Trotski trata deste tema em vários textos da compilação TROTSKI, Leon, op. cit. Lá ele claramente se opõe à tentativa de Kondratiev de agregar ao ciclo industrial de aproximadamente 10 anos o conceito de outro "ciclo", de longa duração, de aproximadamente 50 anos.

8 O principal trabalho de Kondratiev, de 1926, é: *Los ciclos largos de la coyuntura económica,* Cuadernos de Economia, Cidade do México, Unam, 1992 [1926]. Nicolai Kondratiev foi ministro de Kerensky e, mais tarde, escolhido por Lênin para colaborar com o governo soviético no quesito planejamento econômico.

9 COGGIOLA, Osvaldo, 2002. *O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*, São Paulo: Xamã / Edições Pulsar, p. 158.

10 COGGIOLA, Osvaldo, op. cit., p.160.

11 Um exemplo é SCHUMPETER, Joseph A, *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

Wallerstein e Arrighi. [12]

Kondratiev e Mandel

No campo marxista, Mandel irá atribuir importância ao tema. Receptivo à idéia de "ciclo longo" de Kondratiev, Mandel[13] chega a ser reconhecido como o reintrodutor da teoria das ondas longas no marxismo.

Mandel – declaradamente trotskista – parece ter ignorado a natureza da crítica frontal de Trotski à teoria das ondas longas de Kondratiev. Trotski admite, seguindo Marx, os ciclos curtos de crescimento industrial aplicado a um país capitalista individualmente e, como foi assinalado, vê o ciclo como a forma através da qual o capitalismo funciona. Mas toma ciclos prolongados *a la* Kondratiev como "generalização equivocada sobre a base de uma analogia formal"[14], inaplicável, portanto, ao conjunto do capitalismo.

O argumento de Trotski:

> "Em relação às fases longas (de 50 anos) da tendência evolutiva do capitalismo, para as quais o professor Kondratiev sugere, infundadamente, o uso do termo ciclos, devemos destacar que seu caráter e duração estão determinados não pela dinâmica interna da economia capitalista, mas pelas condições externas que constituem a estrutura da evolução capitalista. A aquisição, para o capitalismo, de novos países e continentes, o descobrimento de novos recursos naturais e, no despertar destes, fatos maiores de ordem, 'superestrutural' tais como guerras e revoluções, determinam o caráter e a substituição das épocas ascendentes, estancadas ou declinantes do desenvolvimento capitalista"[15].

Portanto, a evolução ou os movimentos de longa duração do capitalismo – ou do capital, da economia – não podem estar subordinados a causas puramente endógenas ao ciclo, ao funcionamento capitalista, isto é, não podem ser tratados com ciclos industriais simplesmente.

Mandel, no entanto, sentiu-se tentado a posicionar-se simpático a Kondratiev na tentativa, que se revelou pouco marxista, de explicar o *boom* capitalista do pós-II Guerra[16] (ou seja, explicar o crescimento parcial das forças produtivas em um período histórico do declínio destas). Tentou unir os ciclos curtos de *O Capital* com os períodos históricos do capitalismo (auge, estancamento, declínio), incorporando, parcialmente, os elementos políticos. Ele observa, na sua explicação daquela "onda longa com tonalidade básica expansiva" (de 1940-1945 até 1966), mudanças endógenas do capitalismo e derrotas históricas dos trabalhadores pelo nazismo que, junto com a Guerra, aprofundaram a taxa de extração de mais-valia.

Neste particular, da esfera política, Mandel deixa de fora as concessões do sistema (Estado previdência) e a absolutamente necessária colaboração do stalinismo (em especial seus PCs europeus) para garantir aquele *boom.*

Além disso, tendeu a unilateralizar a análise da economia armamentista norte-americana como fator do desenvolvimento das forças produtivas: elas serão vistas mais desta forma e menos como uma forte evidência de parasitismo e dissipação de forças produtivas, elementos que acumulam mais crise no momento seguinte.[17]

O problema do enfoque de Mandel estará, essencialmente, em outro ponto: é certo que ele toma as diversas etapas do desenvolvimento do capitalismo na mesma linha de pensamento de Trotski, ou seja partindo da noção de linha tendencial descontínua e não de ciclos regulares. Mas, ao mesmo tempo, no preciso argumento de Day

> "fala de ondas longas de acordo com a noção de Kondratiev de um equilíbrio a longo prazo que evolui sem traumas. Concorda com Kondratiev e Trotski, o que é logicamente impossível. Ou o capitalismo se desenvolve de acordo com um padrão evolutivo, sem traumas, caso no qual é possível falar em ondas longas; ou, pelo contrário, a teoria das ondas só mistifica o desenvolvimento desigual do capitalismo, como sustentava Trotski. Nenhuma quantidade de sutileza pode superar o fato básico de que, para Trotski, as ondas ou ciclos prolongados eram incompatíveis com uma periodização marxista do capitalismo."[18]

Portanto, Mandel extrapolou: sua tentativa de misturar a teoria do imperialismo com a teoria de

12 Pode-se consultar: ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.* São Paulo: Contraponto / UNESP, 1996. BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo.* Rio de Janeiro: Rocco, 1987. WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico.* São Paulo: Brasiliense, 1995. Braudel, principal representante da *E'cole des Annales*, admitiu que sua teoria da "história de longa duração" era tributária das teorias econômicas.

13 MANDEL, Las ondas largas del desarrollo capitalista: la interpretación marxista. Madri: Siglo XXII, 1986.

14 COGGIOLA, Osvaldo, op. cit., p. 164.

15 TROTSKI, Leon, op. cit., p. 19.

16 Para uma explicação marxista do *boom* ver CASTILLO, Christian, op. cit. e também GILL, Louis, op. cit.

17 Ver, a respeito, argumentos de DANTAS, Gilson. *Estados Unidos, militarismo e economia da destruição (Belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

18 COGGIOLA, Osvaldo, op. cit., p. 162.

ciclos regulares de Kondratiev cria mais problemas do que soluções. Ou seja, mesmo Mandel sendo adepto da teoria do imperialismo, quando abre o flanco para mesclar as duas teorias ele vai amarrar, inadvertidamente ou não, as mudanças políticas ou sociais ao ritmo de ciclos imperiosos. Por essa via de raciocínio, inadvertidamente ou não, ação revolucionária dos trabalhadores e ação contra-tendencial da classe dominante seriam secundárias ao ciclo, no máximo **integrariam** o ciclo ao passo que, na verdade são **primárias**, como será argumentado adiante.

O imperialismo tem fases de reestabilização, momentos onde se recupera e crises. Trotski considera esses elementos em suas análises. A diferença está em que Trotski considera esses elementos nos marcos de uma decadência tendencial do imperialismo e, também, através de um processo onde a ação política de massa passa, por isso mesmo, a ser **decisiva**.

O argumento de Castillo[19] a este respeito é preciso:

> "Para Trotski a época imperialista implica na intervenção direta dos fatores políticos nas regularidades dos ciclos econômicos, ao ponto de alterar o desenvolvimento do ciclo industrial que Marx tinha assinalado. E se as regularidades do ciclo industrial aparecem permanentemente alteradas, falar de regularidades de cinqüenta anos, que operam independentemente dos resultados das guerras, das revoluções e de outros fatores históricos, é um verdadeiro despropósito".

Ainda segundo argumento do mesmo autor:

> "Para Trotski como também para todo pensamento da III Internacional, na análise se estabelece uma integração dos fatores políticos e econômicos. Na fase imperialista do capitalismo, com o mundo já conquistado, multiplica-se a importância daqueles como fatores explicativos. A ruptura que nós vemos hoje em dia entre uma tendência do tipo voluntarista-subjetivista, que nega a existência de leis objetivas do funcionamento do capital (como fazem Halloway, Negri e outros autores da corrente denominada *luta de classes*), e outra do tipo estruturalista-economicista (seja em sua variante mais burguesa dos *regulacionistas* seja naquela variante que adota uma visão ´circular´ das crises capitalistas), é uma volta atrás desse pensamento."[20]

A posição de Trotski a respeito vai, portanto, na contra-mão da de Mandel, e, por tabela de qualquer outro autor – mesmo os posicionados no campo marxista – que pretenda submeter a avaliação do processo histórico a estruturas e ciclos regulares para além do comportamento político das direções de classe. Ao mesmo tempo, tratando-se deste tema, é essencial ter claro, o papel, como ferramenta teórica, da teoria do imperialismo.

Imperialismo

No fim do século XIX, quando os oligopólios dos países capitalistas mais ricos se lançaram a disputar mercado mundial, colônias e matérias-primas, chegava-se à era em que o capitalismo rompia o casulo da dinâmica concorrencial interna a cada país, e assumia – por essa via – sua formatação imperialista.

Ao mesmo tempo, quando o grande capital se lança a grandes guerras detrás dos seus militarizados Estados nacionais, – e para isso chega a arrastar, pela primeira vez, milhões de trabalhadores a carnificinas mundiais – está dada a largada para a era do seu declínio como sistema. E isto por uma razão histórica e econômica: fecha-se a época em que o capital levara adiante sua missão histórica de desenvolvimento das forças produtivas, passando, a partir daí, diretamente, à sua destruição: o seu crescimento, como sistema, passa a depender do maciço desvio de forças produtivas para fora da economia produtiva e da plena dissipação de maciços contingentes de forças produtivas (teremos as duas guerras mundiais e a Grande Depressão como expressão deste processo, assim como a desproporção econômica do complexo militar-industrial norte-americano a partir da II Guerra).

Cada momento de crescimento passou a depender da conduta política entre as classes e cada uma destas conjunturas, econômicas nesta fase do capitalismo imperialista, passou a arrastar e a desenvolver simultaneamente os já citados componentes parasitários, de decomposição, como nunca. Isso é o contrário de vitalidade, é o inverso do que foi o funcionamento do sistema no século XIX.

No entanto, o ritmo, o formato e o próprio desfecho dessa inflexão na curva histórica do capitalismo **não** estão previamente estabelecidos e sequer são enquadráveis em qualquer projeção de longo prazo. Não para Lênin ou Bukharin (com sua teoria do imperialismo), Rosa Luxemburgo, Trotski, Gramsci ou qualquer marxista clássico. Não há ciclos regulares de longa duração a serem cumpridos, nem na economia e nem na política. Há tarefas, há

19 CASTILLO, Christian, op. cit., p.10.

20 CASTILLO, Christian, op cit., p.10.

programa, há estratégias a serem adotadas de acordo com as circunstâncias – necessariamente móveis – da luta de classes e da **relação de forças** entre as grandes classes em luta através dos seus sujeitos políticos.

A noção de imperialismo anuncia, por outro lado, e a partir do diagnóstico de que o sistema entrara em sua fase de declínio ("fase superior"), que o capitalismo tornou-se uma forma social – e uma economia – **mundialmente** madura para o socialismo e onde se destacam elos mais fracos (como a Rússia na época da I Guerra ou talvez, a América Latina neste momento) e, necessariamente, desequilíbrios graves que resvalam para guerras e agressões imperialistas. Indícios – tomando o processo de conjunto - de que a economia demanda planejamento racional, social, sob pena de escorregarmos, todos, arrastados pelo capital, para o abismo da barbárie.

Por sua vez, as crises, nos quatro cantos do planeta, estarão carregadas de processos revolucionários (como Rússia em 1905 e 1917, México em 1910, China em 1911 e 1927, Alemanha em 1918-21 etc). Os grandes Estados imperialistas irão intervir em cada foco revolucionário local pelo mundo afora como se fôsse um grave problema no **seu** país. As frações mais decisivas, mais fortes e mais conscientes do capitalismo irão para a queda de braço contra trabalhadores e camponeses, ali onde quer que eles se levantem como **sujeito** político revolucionário.

Lênin concebe a noção de imperialismo, portanto, não como uma "estrutura histórica" que se move por si só ou como a mão invisível ou visível da história, mas sim como o novo *conteúdo* do capitalismo – com suas implicações sociais, histórias e políticas. Sua gênese, como foi mencionado, esteve dada a partir do momento em que os grandes oligopólios se lançaram ao domínio da economia **internacional.**

Uma das virtudes da noção de imperialismo (ou fase imperialista do capitalismo), dentre outras, é a de que **não** supõe cada desfecho ou seqüência global, da história do mundo **ou da economia** como dada (a *globalização* imperialista não era inevitável, por exemplo) mas sim passível de sofrer reviravoltas sistêmicas, históricas, pelas **ações** revolucionárias, ou até pela **inação** revolucionária.

Não há ciclos longos econômicos a serem cumpridos para além das leis tendenciais do sistema. Para além, por exemplo, da tendência básica, secular, à queda da taxa média de lucro que constrange o capital em sua busca de acumulação incessante, lançando-o nas crises, na permanente tendência estagnacionista detrás de cada crescimento focal e na busca desesperada, como sistema, de se contrapor a tal tendência incontornável.

Ora, um dos defeitos da noção de "ciclos longos" como a "teoria das ondas longas de Kondratiev" é precisamente a de trafegar na direção oposta. Este autor pode se reportar a Karl Marx, na condição de autor que primeiro concebeu os ciclos industriais, só que não vai ser possível trazer aquela análise de Marx para os tempos atuais de forma mecânica, transformada em ciclos de longa duração do sistema e pior, por fora da teoria do imperialismo de Lênin.

Na época de Marx, e pouco depois dele, ainda no século XIX, o capitalismo atravessou um período de crescimento orgânico como foi dito. O sistema tinha vitalidade. Hoje, cada momento de crescimento do capitalismo passou a ser dependente mais que tudo da **política**, da intervenção do Estado na economia (moeda, no crédito etc), do confronto ou relação de forças entre as classes sociais em campo. Esse elemento é crucial e não obedece a qualquer rigor cíclico por si mesmo.

Mais críticas a Kondratiev

Em síntese, na teoria do imperialismo e da luta de classes, o desfecho e a seqüência das lutas, e do percurso histórico do imperialismo, não estão pré-estabelecidos: toda projeção do longo prazo passa a **depender** da luta revolucionária, da construção das direções revolucionárias do proletariado (anticapitalistas, socialistas). Kondratiev, ao contrário, mesmo admitindo que possa haver acidentes ou "fatores externos" que alterem parcialmente o ciclo, de meio século, mas sua tendência é a de passar ao largo da idéia, por exemplo, de que o ciclo de ascenso ou descenso dependeu, no século XX, muito mais do comportamento **político** das classes sociais do que de qualquer consideração endógena, econômica. Sua tese é, necessariamente, a da origem **endógena** do ciclo.

O contra-argumento foi dado por Trotski:

> "Um ciclo significa a existência de regularidades, correção, ritmo; o fato de que ele cresce a partir das propriedades internas da curva é nisso que consistem os ciclos conjunturais. Mas como é que podemos falar de ciclo neste caso? A fase ascendente do desenvolvimento capitalista não surge da dinâmica interna dos processos capitalistas como tais e sim nas condições nas quais ele entra com o seu próprio desenvolvimento, isto é, de

> abertura de novos continentes colônias, mercados para a atividade capitalista, ou então, dos tremores militares revolucionários que atravessam seu caminho... Eu gostaria, como acontece com o professor Kondratiev, de examinar a decadência européia através uma onda longa, mas as coisas não acontecem nesta forma... Para onde vai, se vai para ascenso ou para declínio ou se está parado ou inserido num atoleiro, depende do relevo. Claro que o relevo aqui não é algo acidental, vai sendo modificado pelo desenvolvimento do próprio capitalismo, mas não se trata de um processo imanente peculiar ao desenvolvimento do capitalismo como tal".[21]

Argumentando deste ponto de vista, se pode dizer que quando a crise chega, ela não vem formatada a partir de um determinismo circular e sim **aberta** à intervenção das classes políticas. O sistema abre caminho através de crises como a argentina de 2001, a boliviana, a da própria Venezuela atualmente e **a partir** da dificuldade maior ou menor dos trabalhadores em termos de apontarem a saída de classe. Uma única saída de classe e revolucionária num país relevante como a Venezuela, ou a Argentina, ao alastrar-se, já romperia com qualquer ciclo previamente desenhado por um kondratieviano. Com a agravante, já mencionada, de que Kondratiev abstrai aquela questão estratégica, de que o sistema vive um ciclo de decadência.

Sob uma ótica kondratieviana pode-se chegar a pensar que a derrota de várias revoluções como a espanhola, a francesa, a vitória do Vietnã ou as sucessivas derrotas de revoluções como a boliviana, neste século e no século XX, se devem a variáveis que poderão vir a ser descobertas, em sua regularidade, **dentro** da curva. Ou que a luta de classes está **integrada** à curva, como já foi argumentado.

Com isso também teremos excluído na análise o problema do envelhecimento, da decadência, ou da agonia de um sistema; da sua vitalidade, elemento histórico determinante que não rima com ciclo regular. Fica parecendo, mesmo que a ótica kondratieviana não mencione, que o sistema se renova a cada ciclo. Ou, vale dizer, sua noção de capitalismo sugere um organismo cuja decadência não pesa tão decisivamente **quanto** a regularidade do ciclo.

Por outro lado, mesmo defensores contemporâneos de Kondratiev no campo da esquerda, admitem sua debilidade teórica quando reconhecem que

> "apesar da riqueza de seus aportes, há muitas insuficiências no pensamento de Kondratiev. Ele não utiliza como indicador das fases cíclicas a taxa de lucro, principal sismógrafo do desenvolvimento capitalista, nem o produto interno bruto (PIB) *per capita*, principal instrumento de mensuração da expansão material. Não hierarquiza seus indicadores, o que dificulta o registro das mudanças das ondas cíclicas, que se manifestam num tempo muitas vezes demasiadamente longo - cinco a sete anos - para caracterizá-las. A importância das lutas de classe como parte dos ciclos é, muitas vezes, subdimensionada - ainda que não haja nenhuma necessidade teórica de fazê-lo[22]".

Kondratiev, boom do pós-Guerra, neoliberalismo e o ´fator´ político

No nosso tempo, o ciclo ou ritmo respiratório do sistema – naquela conhecida imagem de Trotski[23] – já não é o de um jovem. É a respiração de um sistema que, em sua senescência, entra e sai da UTI, entra e sai de um estado de crise grave, sob ameaça de crise sistêmica. E quando cresce de forma mais sustentada, como no caso do *boom* depois da II Guerra, uma análise mais detida irá mostrar que não passou de um crescimento excepcional em condições que não se repetem.

Aquele *boom* veio acompanhado de elementos de intenso parasitismo e decomposição além do decisivo recurso a elementos como crédito maciço, inclusive militar, que amplificam as condições de crise e mais adiante levam o sistema para crise mais profunda.

Um discípulo de Kondratiev poderia argumentar que, seja como for, essa crise no momento seguinte significou, conforme aquela teoria concebe, um período de 25 anos até a depressão de 1973, e depois um ciclo de depressão de mais outro quarto de século. No entanto aquele *boom,* ocorreu com base em determinadas condições econômicas excepcionais, e, sobretudo, a partir do comportamento **político** das classes sociais premissa necessária para que o próprio "ciclo" se desenvolvesse. Sem a aliança objetiva de Stalin com o imperialismo, sequer se poderia pensar em *anos de ouro* do capitalismo. O stalinismo bloqueou processos revolucionários na Europa e, por outro lado, as revoluções coloniais entraram no beco sem saída do nacionalismo burguês.

21 TROTSKI, Leon, op. cit., p. 91.
22 MARTINS, Carlos Eduardo. *Margem Esquerda*. Os ciclos longos e a conjuntura contemporânea. Margem à Esquerda: ensaios marxistas, v. I, p. 77-96, 2006, p. 86.
23 Trotski, Leon, op. cit., p. 13.

Ao mesmo tempo, mesmo que se procurasse adotar, como explicação de fundo para o ciclo kondratieviano, o declínio tendencial da taxa média de lucro, tendência secular do capitalismo, e ainda sendo essa uma dinâmica marxista mais próxima da realidade, também ela deve levar em conta o "relevo" acima mencionado por Trotski e sobre o qual funciona a economia capitalista, assim como as contra-tendências de que o sistema lança mão; e aqui já se sai do campo ´endógeno´, da curva cíclica.

Se o imperialismo desfechou uma ofensiva política e pôde contar com condições de algum sucesso na fase depressiva do "ciclo" (iniciada nos 70), fase chamada neo-liberal, foi porque conseguiu aumentar a taxa de exploração do trabalho. Mas **só** pôde consegui-lo contendo as forças políticas da classe trabalhadora. Estamos diante novamente de uma explicação **política** (para um processo econômico que não é necessário dizer: tem suas próprias leis tendenciais).

A questão, como foi mencionado, é que na época do imperialismo ou capitalismo em declínio, a explicação política passa para o primeiro plano. Ela não nega ciclos industriais e de renovação tecnológica. Apenas estes ciclos, que seriam chamados de endógenos ou do próprio capitalismo, passam a ficar submetidos àquilo que eles encontram pela frente, ou seja, o capitalismo passa a depender de novos mercados e fontes de espoliação do planeta, e, sobretudo, de como consegue lidar com as turbulências revolucionárias.

Na marcha temporal do capitalismo, não é mais possível abstrair esse dado, muito menos em época de revoluções e de conflitos bélicos que quando não são entre os próprios países imperialistas, são deles com a periferia. Menos ainda em nome de movimento endógeno do sistema. Caso contrário perde-se na capacidade e abrangência de explicação dos processos históricos

O atoleiro americano no Iraque não estava inscrito em nenhum ciclo. Afinal de contas, objetivamente, o Iraque enfraquecido encontra-se enfrentado com a economia mais forte, mais bem armada e sua resistência sequer é unificada ou claramente revolucionária como foi no Vietnã.

Ao mesmo tempo, um ascenso revolucionário mundial quebraria as garantias de qualquer "linha econômica circular": em tais circunstâncias, qualquer regularidade kondratieviana pode passar para o segundo plano. Nesta época de interconexão profunda da economia mundial, de dependência que o imperialismo tem de países como Argentina, México, com a Ásia, o sistema não tem como prosseguir ileso o seu "ciclo" diante de "turbulências" revolucionárias bem sucedidas. Envelhecido, mergulhado no parasitismo e na destrutividade, o sistema já não é indiferente a processos de crise em seus diferentes ou remotos quadrantes.

Isto não significa que a política seja uma esfera autônoma. Pelo contrário, a política continua sendo a economia concentrada e sua autonomia é relativa em geral embora vá para o primeiro plano em certos momentos, os mais decisivos. É concentrada em sujeitos sociais (incluindo, com destaque os indivíduos, grupos e partidos de maior percepção e poder de decisão em cada classe e em dada conjuntura) que mesmo atuando em condições dadas e em condições onde não podem atropelar as leis tendenciais da economia capitalista mas, no entanto, movem-se com certa liberdade, tanto maior quanto mais possam contar com a força ou a correlação de força (política, militar) para quebrar a vontade da classe antagônica.

Em momentos onde o proletariado é derrotado – como na Alemanha nos anos 20 ou mundialmente nos anos 1970-80 – a burguesia avança e impõe mais exploração do trabalho, procura recuperar alguma dinâmica de crescimento por mais limitada, relativa e destrutiva que seja. Por sua vez, quando a classe trabalhadora avança, quando impõe uma relação de forças que lhe é favorável, pode conseguir conquistas (concessões), uma delas tendo sido, em seu tempo, o Estado de proteção social (*Estado Previdência*), que embora não se explique apenas por esta razão, **sem** ela não tem como ser entendido.

A classe trabalhadora tem inclusive o poder – se se organiza politicamente para tal – de abolir o capitalismo e, em conseqüência, de fazer desaparecer, historicamente, as leis da economia capitalista e qualquer idéia de ciclo capitalista, tarefa que **só** poderá ser levada a cabo no caso do comando político da economia (das forças produtivas) passar plenamente para as mãos da classe trabalhadora.

Esta subjetividade – se se pode dizer assim – destoa da tese dos "ciclos longos", já que esta coloca em seu lugar – no lugar da luta de classes – estruturas históricas ou ciclos históricos inexoráveis.

Considerações finais

Uma das grandes vantagens da noção de imperialismo vai estar justamente no fato de que permite perceber uma lógica histórica, um funcionamento econômico, político, do sistema que,

para além da idéia de "ciclos longos" – ou de inexorabilidade estrutural de longo prazo, repõe nas mãos do proletariado – ou das frações sociais dominantes da alta burguesia – o destino mediato e **imediato** da humanidade. Permite ver claro que mais decisivo do que ciclos de ascenso e descenso da economia que (são reais e fundamentais) tem sido a desorganização ou a deseducação da vanguarda revolucionária dos trabalhadores durante a crise. Não existe luta contra o "ciclo", existe luta contra o imperialismo, contra a burguesia.

Em última instância, se a economia capitalista pudesse ser manifestada em ciclos de 25 anos ou algo parecido, teríamos que considerar que revoluções como as que se apresentaram no capitalismo cêntrico na década de 30 (Espanha), nos anos 40 (França, Itália) e que eclodiram nos anos 60-70 (Portugal e de novo França e Espanha) com poder de desencadear processos que mudariam a história da humanidade, teriam que **necessariamente** fracassar. Estariam fadadas à derrota (para que o "ciclo" prevalecesse).

Tais processos teriam que abortar **porque** o ciclo econômico seria mais forte. Na verdade, tais processos revolucionários só não triunfaram por razões **políticas**, ou seja, tiveram contra si não o ciclo – qualquer ciclo histórico abstrato previamente concebido – mas o stalinismo e as direções reformistas. Isto é, foram revoluções abortadas essencialmente graças à política capituladora e colaboracionista de classe, dos Partidos Comunistas e da social-democracia, sobretudo dos comunistas (nome que os stalinistas se auto-atribuíram).

Sistema Imperial: Hierarquias, Redes e Clientes – o caso da Somália*

James Petras**

Introdução

O sistema imperial é muito mais complexo do que o habitualmente designado como "Império USA". O "Império USA"[1], com sua vasta rede de investimentos financeiros, bases militares, corporações multinacionais e estados clientes[2], é o elemento mais importante do sistema global imperial[3]. Ainda assim, seria demasiado simplista passar por alto as complexas hierarquias, redes, estados adeptos e clientes que definem o sistema imperial contemporâneo[4]. Atualmente, para que possamos compreender o que é o império e o que é o imperialismo, é necessário examinar o complexo e cambiante sistema de estratificação imperial.

Hierarquias Imperiais

Pode-se entender melhor a estrutura de poder do sistema imperial mundial elaborando uma classificação de países a partir de sua organização política, econômica, diplomática e militar. Esse sistema poderia ter o seguinte esquema:

Hierarquia Imperial (em ordem decrescente):

Estados Imperiais Centrais (CIS, em sua sigla em inglês)

Novas Potências Imperiais Emergentes (NEIP, em sua sigla em inglês)

Regimes Clientes Semi-Autônomos (SACR, em sua sigla em inglês)

Regimes Colaboradores Clientes (CCR, em sua sigla em inglês)

Estados Independentes:

Revolucionários: Cuba e Venezuela

Nacionalistas: Sudão, Irã, Zimbábue, Coréia do Norte

Territórios Controvertidos e Regimes em Transição

Resistência armada, regimes eleitos, movimentos sociais

Na parte superior do sistema imperial se encontram aqueles estados imperiais cujo poder se projeta em escala mundial, cujas classes governantes dominam os mercados financeiros e que são capazes de penetrar nas economias do resto do mundo. Na cúpula do sistema imperial se encontram os Estados Unidos, a União Européia (muito estratificada) e Japão. Com os Estados Unidos à frente, foram estabelecidas redes de "estados imperiais adeptos" (em grande medida hegemonias regionais) e estados vassalos ou clientes, que atuam com freqüência como forças militares substitutivas. Os estados imperiais atuam coordenadamente para derrubar as barreiras à penetração, enquanto competem, ao mesmo tempo, para conseguir vantagens para seus próprios estados e interesses multinacionais.

Logo abaixo dos estados imperiais centrais estão as novas potências imperiais emergentes (NEIP), fundamentalmente China, Índia, Canadá, Rússia e Austrália. Os estados NEIP estão submetidos à penetração imperial, uma vez que eles mesmos se estendem pelos países subdesenvolvidos vizinhos e do exterior e por países ricos em recursos extrativos. Os NEIP estão unidos aos estados imperiais centrais (CIS) em seus mesmos estados através de empresas mistas, ao mesmo tempo em que competem cada vez mais pelo controle dos recursos extrativos nos países subdesenvolvidos. "Seguem" com freqüência os passos das potências imperiais e, em alguns casos, se aproveitam dos conflitos para melhorar sua própria

---

* Traduzido por Gilberto Calil a partir da versão em espanhol publicada em Rebelión (http://www.rebelion.org/noticia.php?id=47122), traduzida por Sinfo Fernández do original em inglês.

** Sociólogo, Professor e Pesquisador na New York State University at Binghamton. O livro mais recente de *James Petras é The Power of Israel in the United States (Clarity Press: Atlanta).* Pode-se encontrar seus artigos em inglês em www.petras.lahaine.org, *e em espanhol em:* www.rebellion.org.

1 Nota de tradução: optamos por manter a expressão "Império USA", evitando a expressão corrente em português "império norte-americano", ideologicamente questionável.

2 Nota de tradução: no original, "estados clientelistas".

3 Petras, James and Morris Morley. Empire or Republic (NY: Routledge, 1995); Petras, J. and M. Morley: "The Role of the Imperial State" in US Hegemony Under Siege (London" Verso Books 1990).

4 Petras, James and Morris Morley. "The US imperial State" in James Petras et al Class State and Power in the Third World (Allanheld, Osmin: Montclair NJ, 1981).

posição. Por exemplo, a expansão externa da China e da Índia se centra nos investimentos nos setores energéticos e de extração de minerais para alimentar a industrialização doméstica, de forma similar às primeiras práticas imperiais (1880-1950) dos Estados Unidos e da Europa. De modo parecido, a China investe em países africanos que estão em conflito com os EUA e a UE, assim como os Estados Unidos desenvolveram laços com os regimes anticoloniais (Argélia, Quênia e África francófona) que estavam em conflito com seus antigos governantes coloniais europeus durante as décadas de 1950 e 1960.

Mais abaixo na hierarquia do sistema imperial estão os "regimes clientes semi-autônomos" (SACR). Estes incluem ao Brasil, Coréia do Sul, África do Sul, Taiwan, Argentina, Arábia Saudita, Chile e, ultimamente, Bolívia. Estes estados têm uma substancial base econômica nacional de apoio através da propriedade pública ou privada de setores econômicos chave. São governados por regimes que buscam mercados diversificados, ainda que muito dependentes das exportações dos estados imperiais emergentes. Por outra parte, estes estados dependem muito da proteção militar estatal imperial (Taiwan, Coréia do Sul e Arábia Saudita) e proporcionam bases militares regionais para as operações imperiais. Muitos deles são exportadores dependentes de recursos (Arábia Saudita, Chile, Nigéria e Bolívia) que compartem ingressos e benefícios com as multinacionais dos estados imperiais. Incluem a países que foram rapidamente industrializados (Taiwan e Coréia do Sul), assim como estados relativamente exportadores de produtos agrícolas e minerais (Brasil, Argentina e Chile).

Os estados petrolíferos ricos têm estreitos laços com as classes governantes financeiras dos países imperiais e investem muito em bens imóveis, instrumentos financeiros e bônus do Tesouro que servem para financiar o déficit dos EUA e da Inglaterra.

Em questões chave, como as guerras imperiais no Oriente Médio, a invasão do Haiti ou os regimes desestabilizados na África, apóiam as políticas neoliberais globais e a absorção imperial de setores estratégicos, colaborando com os governantes dos CIS e dos NEIP. Ainda assim, em virtude dos interesses de suas elites poderosas e, em alguns casos, de potentes movimentos sociais nacionais, entram em conflitos limitados com os poderes imperiais. Por exemplo, Brasil, Chile e Argentina não estavam de acordo com os esforços estadunidenses para socavar o governo nacionalista venezuelano. Têm lucrativas relações comerciais, energéticas e de investimento com a Venezuela. Além disso, não desejam legitimar golpes militares que possam ameaçar seu próprio governo e legitimidade ante um eleitorado propenso ao Presidente Chávez. Ainda que em nível estrutural estejam muito integrados no sistema imperial, os regimes SACR conservam um certo grau de autonomia ao formular políticas domésticas e exteriores, que inclusive podem levar-lhes a entrar em conflito ou a competir com os interesses imperiais.

Apesar de sua "autonomia relativa", estes regimes proporcionam também mercenários políticos e militares ao serviço dos países imperialistas. Como exemplo disto, é muito ilustrativo o caso do Haiti. Após a invasão estadunidense e o derrocamento do governo eleito de Aristide em 2004, os EUA conseguiram constituir uma força de ocupação composta por seus indiscutidos clientes e pelos regimes clientes "semi-autônomos". O Presidente Lula enviou um contingente importante. Um general brasileiro estava no comando de toda a força militar mercenária. Gabriel Valdez, do Chile, encabeçou a administração da ocupação das Nações Unidas como o funcionário mais importante para supervisionar a sangrenta repressão dos movimentos de resistência do Haiti. Outros clientes "semi-autônomos", como Uruguai e Bolívia, enviaram contingentes militares, que se somaram aos soldados dos regimes clientes tais como Panamá, Paraguai, Colômbia e Peru. O Presidente Evo Morales justificou a continuada colaboração militar da Bolívia com os EUA no Haiti sob sua presidência aludindo a seu "papel de mantenedores da paz", sabendo perfeitamente que entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2007, durante uma invasão em grande escala de tropas das Nações Unidas nos subúrbios mais pobres e mais densamente povoados do Haiti, foram massacrados dezenas de haitianos paupérrimos.

Tendo em conta a atual situação de Washington, o ponto chave teórico é que está comprometido em duas guerras em curso no Oriente Medio e na Ásia Ocidental, pelo que depende de seus clientes para que se façam de polícia e reprimam aos movimentos antiimperialistas de qualquer lugar do mundo. Somália, como Haiti, foi invadida por mercenários da Etiópia, treinados, financiados, armados e dirigidos por assessores militares estadunidenses. Em conseqüência com o expresso ao princípio, durante a ocupação, Washington conseguiu assegurar de seus clientes africanos (através da denominada Organização para a Unidade Africana, com o fantoche da Casa Branca, o porta-voz do exército ugandense Capitão Paddy Ankunda) o envio de um exército mercenário de ocupação para sustentar seu impopular governante cliente e senhor da guerra

somali. Apesar da oposição de seu Parlamento, Uganda está enviando 1.500 mercenários junto a contingentes da Nigéria, Burundi, Gana e Malawi.

Na base da hierarquia imperial estão os regimes colaboradores clientes (CCR). Neste grupo se incluem Egito, Jordânia, os Estados do Golfo, América Central e os estados das ilhas caribenhas, o Eixo de Estados Títeres Sub-Saharianos (ASS, em sua sigla em inglês) - fundamentalmente, Quênia, Uganda, Etiópia, Ruanda e Gana -, Colômbia, Peru, Paraguai, México, os Estados da Europa do Leste (de dentro e fora da UE), os antigos estados da URSS (Geórgia, Ucrânia, Kazaquistão, Letônia, etc.), Filipinas, Indonésia, Norte da África e Paquistão. Estes países estão governados por elites políticas autoritárias que dependem do império ou dos estados NEIP em questões relativas a armamento, financiamento e apoio político. Facilitam todo tipo de oportunidades para que se explorem e exportem matérias primas. Ao contrário dos SACR, as exportações dos regimes clientes têm pouco valor agregado, já que o processo industrial destas matérias primas tem lugar em países imperiais, especialmente nos NEIP. Nos CCR, governam uma série de elites depredadoras, rentistas, compradoras e cleptocráticas que carecem de qualquer vocação empreendedora empresarial. Com freqüência proporcionam soldados mercenários ao serviço de países imperiais para que intervenham, conquistem, ocupem e imponham regimes clientes nos países que se constituem em objetivo do império. Assim, os regimes clientes são colaboradores subordinados dos poderes imperiais no espólio da riqueza, na exploração de bilhões de trabalhadores, no deslocamento de campesinos e na destruição do meio ambiente.

A estrutura do sistema imperial se baseia no poder das classes governantes para exercer e projetar poder estatal e de mercado, para conservar o controle de relações de classe exploradoras dentro e fora do país e para organizar exércitos mercenários entre seus estados clientes. Guiados e dirigidos por oficiais imperiais, os exércitos mercenários colaboram na destruição de movimentos nacionalistas populares autônomos e de Estados independentes.

Os regimes clientes supõem um vínculo essencial para a manutenção dos poderes imperiais. Complementam as forças de ocupação imperiais, facilitando a extração de matérias primas. Sem os "mercenários de cor", os poderes imperiais teriam que ampliar e deslocar suas próprias forças militares, o que provocaria altos níveis de oposição interna e elevaria a resistência exterior a empreender guerras de recolonização. Além disso, os mercenários dos regimes clientes são mais baratos, em termos de financiamento e de redução de perda de vidas, que os soldados imperiais. Estes são os eufemísticos termos utilizados para descrever essas forças mercenárias clientes: Nações Unidas, Organização de Estados Americanos e "mantenedores da paz" da Organização da Unidade Africana, a "Coalizão da Boa Vontade", entre outros. Em muitos casos, uns quantos antigos oficiais imperiais brancos mandam oficiais de menor patente e soldados não brancos dos exércitos mercenários clientes.

Movimentos e Estados Independentes

O sistema imperial, ainda que estendido por todo o globo e penetrando profundamente em sociedades, economias e estados, não é nem onipotente nem onisciente. Os desafios ao sistema imperial procedem de duas fontes: estados relativamente independentes e movimentos políticos e sociais vigorosos.

Os estados "independentes" são regimes que se opõem fortemente aos estados imperiais, dos quais se constituem em objeto de perseguição. Se incluem neste capítulo Venezuela, Cuba, Irã, Coréia do Norte, Sudão e Zimbábue. O que define como "independentes" a estes regimes é sua vontade de rechaçar as políticas das potências imperiais, especialmente as intervenções militares imperiais. Também rechaçam as demandas imperialistas de acesso incondicional a mercados, fontes e bases militares.

Estes regimes diferem bastante entre eles em termos de política social, grau de apoio popular, identidades religiosas ou laicas, desenvolvimento econômico e consistência na oposição à agressão imperialista. Mas todos eles enfrentam ameaças militares imediatas e/ou programas de desestabilização, desenhados para substituir aos governos independentes por regimes clientes.

Territórios Controvertidos

A hierarquia imperial e suas redes estão baseadas em relações nacionais de classe e de poder. Isto significa que a manutenção de todo o sistema se apóia nas classes governantes que dominam a população de seus países, uma situação muito problemática, dada a desigual distribuição de custos e benefícios entre governantes e governados. Na atualidade, há movimentos sociais e de resistência de massas em numerosos países desafiando ao sistema imperial.

Os territórios controvertidos seriam Iraque, Afeganistão, Colômbia, Somália, Palestina, Sudão e Líbano, onde a resistência armada trata de derrotar aos clientes imperiais. Lugares de confrontação de

massas são Bolívia, Equador, Venezuela e Irã, onde os poderes imperiais tratam de derrocar regimes independentes recentemente eleitos. Ultimamente, no México, Palestina, Líbano, China, Equador e outros lugares, têm surgido uma série de movimentos sociais em grande escala que se organizam para combater aos regimes clientes e aos patrões imperiais. Dentro dos estados imperiais há uma oposição de massas ante políticas e guerras imperiais específicas, mas só pequenos e débeis movimentos antiimperialistas.

A anomalía: Israel no Sistema Imperial

Israel é claramente um poder colonialista, com o quarto ou quinto maior arsenal nuclear, que se constitui no segundo exportador de armas do mundo. Ainda assim, o tamanho de sua população, extensão territorial e economia são débeis em comparação com o império e com os novos poderes imperiais emergentes. Apesar destas limitações, Israel exerce um poder supremo na hora de influir na direção da política de guerra dos Estados Unidos no Oriente Medio, através de um poderoso aparato político sionista que impregna o estado, os meios de comunicação de massas, os setores econômicos de elite e a sociedade civil[5]. Tendo em vista a influência política direta de Israel na elaboração da política externa estadunidense, assim como sua colaboração militar exterior com regimes clientes imperiais ditatoriais, Israel pode ser considerado como parte da configuração do poder imperial, apesar das restrições demográficas que o fazem figurar próximo do status diplomático do pária universal e do fato de que sua economia está sendo mantida desde o exterior.

Regimes em Transição

O sistema imperial é muito assimétrico, está em constante desequilíbrio e portanto se dão uma série de fluxos contínuos: guerras, estalidos de lutas nacionais e de classe e crises econômicas que derrubam regimes e põem novas forças políticas no poder. Em tempos recentes, presenciamos a rápida transformação da Rússia de contendente hegemônico mundial (antes de 1989), a converter-se em um estado cliente imperial submetido a um saque sem precedentes (1991-1999), até sua atual posição como recente estado imperial emergente. Ainda que Rússia seja um dos casos mais dramáticos de mudanças rápidas e profundas do sistema imperialista mundial, outras experiências históricas servem de exemplo da importância das mudanças sociais e políticas ao conformar a relação dos países com o sistema imperialista mundial. China e Vietnã, anteriores bastões como estados independentes e antiimperialistas, têm sido testemunhas da ascensão de elites capitalistas liberais, do desmantelamento da economia socializada e da incorporação da China como nova potência imperialista emergente e Vietnã como regime cliente semi-autônomo.

As grandes transições havidas durante as décadas de 1980 e 1990 implicaram na conversão de estados antiimperialistas independentes em regimes clientes imperiais. No hemisfério ocidental, essas transições incluem a Nicarágua, Chile, Bolívia, Argentina, Jamaica e Granada. Na África, afetam Angola, Moçambique, Guine Bissau, Argélia, Etiópia e Líbia, todos eles convertidos em regimes clientes cleptocráticos. Na Ásia, foram postos em marcha processos similares na Indochina. Devido às conseqüências desastrosas de políticas centradas no império administradas por regimes clientes, a primeira década do novo milênio está sendo testemunha de uma série de agitações populares massivas e mudanças de regime, especialmente na América Latina. Insurreições populares na Argentina e Bolívia produziram as mudanças de regimes clientes para clientes semi-autônomos. Na Venezuela, depois de um golpe fracassado e uma campanha de desestabilização, o regime de Chávez se moveu de forma decisiva de uma posição de cliente semi-autônomo para uma posição antiimperialista independente.

Os contínuos conflitos entre estados imperiais e antiimperialistas, entre regimes clientes e movimentos nacionalistas, entre estados imperiais e novos estados imperialistas emergentes, mudaram a estrutura do sistema imperial. Os resultados destes conflitos produziram novas coalizões entre as forças principais que compõem a hierarquia imperial e seus adversários. O que está claro é que não há um "estado imperial" singular onipotente que possa definir unilateralmente o sistema internacional, nem sequer o sistema imperial.

Inclusive o mais poderoso estado imperial se mostrou incapaz de derrotar unilateralmente (com clientes ou sócios imperiais), ou sequer conter, a resistência popular anticolonial no Iraque ou Afeganistão. Os maiores êxitos políticos imperiais tiveram lugar onde os estados imperiais puderam ativar as forças militares de regimes clientes ou semi-autônomos, assegurar uma cumplicidade regional (OEA, OUA e OTAN) ou das Nações Unidas para legitimar suas conquistas. As elites colaboracionistas dos estados clientes ou semi-autônomos são peças essenciais para a manutenção e consolidação do sistema imperial e, em particular, do império

5 Ver Petras, James The Power of Israel in the United States (Clarity: Atlanta 2006)

estadunidense. Um caso específico é a intervenção e derrocamento do regime islâmico somali por parte dos EUA.

O Caso da Somália: Máscaras Negras – Rostos Brancos

A recente invasão etíope da Somália (dezembro de 2006) e o derrocamento da governante de fato União de Tribunais Islâmicos (ICU, em sua sigla em inglês) o Conselho Supremo de Tribunais Islâmicos e a imposição de um "governo de transição" ao estilo dos senhores da guerra é um excelente estudo de caso prático do papel central dos regimes colaboracionistas na manutenção e expansão do império estadunidense.

Desde 1991, com o derrocamento do governo de Siad Barre, até a metade de 2006, a Somália foi devastada por conflitos entre senhores da guerra que tinham sua base em feudos controlados por clãs[6]. Durante a invasão dos EUA/ONU e a ocupação temporal de Mogadiscio na metade da década de 1990, se produziu o massacre de uns 10.000 civis somalis e foram mortos e feridos uns quantos soldados dos EUA/ONU[7]. Durante a década sem lei, nos anos noventa, foram se estabelecendo pequenos grupos locais, cujos líderes compuseram mais tarde o ICU, que começou a formar organizações baseadas na comunidade contra os saques dos senhores da guerra. Ao basear seu êxito na construção de movimentos sociais a partir da comunidade, superando as alianças tribais e de clãs, o ICU começou a expulsar os corruptos senhores da guerra, pondo fim ao pagamento de extorsões impostas sobre comércios e residências. Em junho de 2006, esta ampla coalizão de clérigos islâmicos, juristas, trabalhadores, forças de segurança e comerciantes expulsaram os senhores da guerra mais poderosos da capital Mogadiscio. O ICU ganhou amplos apoios entre uma multidão de vendedores do mercado e pequenos comerciantes. Ante a total ausência de qualquer aparência de governo, o ICU começou a proporcionar segurança, princípios de direito e proteção a residências e propriedades frente aos saqueadores criminosos[9]. Instalou-se uma extensa rede de programas e centros de segurança social, clínicas sanitárias, cozinhas coletivas e escolas primárias para atender a um grande número de refugiados, campesinos deslocados e pobres urbanos. Estas intervenções aumentaram o apoio popular aos ICU.

Após expulsar os últimos senhores da guerra de Mogadiscio e da maior parte do país, o ICU estabeleceu um governo de fato, reconhecido e saudado pela grande maioria dos somalis, em torno de 90% da população[10]. Todos os informes, inclusive os hostis ao ICU, assinalavam que o povo somali recebeu com grande alegria o fim do governo dos senhores da guerra e a ordem trazida pelo ICU. O ICU foi uma administração relativamente honesta, que pôs fim à corrupção e extorsão dos senhores da guerra. A segurança pessoal e as propriedades foram protegidas, terminando com os confiscos arbitrários e os seqüestros que levavam a cabo os senhores da guerra e seus assassinos armados. O ICU é um movimento amplo que agrupa muitas tendências e que inclui islamistas moderados e radicais, políticos civis e combatentes armados, populistas e liberais, autoritários e eleitoralistas[11]. O mais importante é que os Tribunais conseguiram unificar o país e criar uma cara de nação, superando a fragmentação de clãs. No processo de unificação do país, o governo dos Tribunais Islâmicos reafirmou a soberania somali e a oposição à intervenção imperialista estadunidense no Oriente Medio e especialmente no Chifre de África[12] através de seu regime cliente etíope.

Intervenção USA: Nações Unidas, Ocupação Militar, Senhores da Guerra e títeres locais

A história recente dos esforços estadunidenses para incorporar a Somália em sua rede de estados clientes africanos começou a se desenvolver nos primeiros anos da década de 1990 sob o Presidente Clinton[13]. Ainda que a maioria dos comentaristas se refira atualmente a Bush como um belicista obsessivo por suas guerras no Iraque e Afeganistão, esquecem que o Presidente Clinton, em sua época, embarcou em vários atos de guerra na Somália, Iraque, Sudão e Iugoslávia. As ações militares de Clinton e seus embargos mataram e mutilaram milhares de somalis, causaram 500.000 mortos apenas entre as crianças iraquianas e provocaram milhares de mortes de civis e feridos nos Bálcãs. Clinton ordenou a destruição da principal planta farmacêutica do Sudão, que produzia vacinas vitais e medicamentos essenciais tanto para as pessoas como para seus animais, provocando carências graves[14]. Em 1994, o Presidente Clinton enviou

6 Ver Andrew England "Spectre of Rival Clans Returns to Mogadishu", Financial Times (London), 29 dezembro 2006 p.3)
7 Financial Times, 22 janeiro 2007 p.12.
8 Financial Times, 29 dezembro 2006 p.3.
9 William Church: "Somalia: CIA Blowback Weakens East Africa" Sudan Tribune, 2 fevereiro 2007.
10 O governo de transição ficou restrito a Baldoa, uma pequena cidade e sua sobrevivência dependia de Addis Abeba. Financial Times, 29 dezembro 2006 p.3
11 Financial Times, 31 dezembro 2007 p.2.
12 Nota de tradução: no original, "Cuerno de Africa". Refere-se à região nordeste da África, incluindo Somália, Etiópia, Eritréia e Djibuti, com aproximadamente 2 milhões de km^2 e 90 milhões de habitantes.
13 Stephan Shalom "Gravy Train: Feeding the Pentagon by Feeding Somalia" Z Magazine, fevereiro 1993.
14 Clinton proclamou que a planta farmacêutica estava produzindo armas biológicas e químicas, uma historia que foi rechaçada por investigadores científicos.

milhares de soldados à Somália para ocupar o país, sob a aparência de "missão humanitária"[15]. Washington interveio para apoiar a seu maleável senhor da guerra contra outro, contrariando o conselho dos comandantes italianos das tropas das Nações Unidas na Somália. Duas dúzias de soldados estadunidenses morreram em uma tentativa fracassada de assassinato e moradores furiosos arrastaram seus corpos mutilados pelas ruas da capital somali. Washington enviou helicópteros de combate que bombardearam duramente zonas povoadas de Mogadiscio, matando e mutilando a milhares de civis em represália[16].

Os EUA se viram finalmente obrigados a retirar seus soldados quando o Congresso e a opinião pública se voltaram majoritariamente contra a turbulenta guerra de Clinton. As Nações Unidas, que já não necessitavam mais ocultar a intervenção estadunidense, também se retiraram. A política de Clinton deu um giro a fim de se assegurar um subgrupo de senhores da guerra clientes contra os demais, uma política que teve continuidade durante a Administração Bush. O atual "Presidente" do regime títere dos EUA, apelidado "Governo Federal de Transição", é Abdullahi Yusuf. É um veterano senhor da guerra profundamente implicado em todas as depredações corruptas e ilegais que caracterizaram Somália entre 1991 a 2006[17]. Yusuf foi o presidente do estado autônomo e dissidente de Puntland na década de 1990.

Apesar do apoio financeiro estadunidense e etíope, Abdullahi Yusuf e seus associados senhores da guerra foram finalmente expulsos de Mogadiscio e de toda a parte central sudeste do país em junho de 2006. Yusuf se escondeu e permaneceu baseado em uma única cidade provincial na fronteira etíope, carecendo de qualquer base social de apoio, inclusive por parte dos clãs de senhores da guerra que permaneciam na capital[18]. Alguns senhores da guerra haviam retirado seu apoio a Yusuf e aceitaram as ofertas do ICU de se desarmar e se integrar na sociedade somali, levando em conta que o títere isolado e desacreditado de Washington já não era mais um fator militar ou político real na Somália. Ainda assim, Washington assegurou que uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas reconhecera o diminuto enclave do senhor da guerra de Baidoa como governo legítimo. Isto se levou a cabo apesar de que toda a existência do TFG dependia de um contingente de várias centenas de mercenários etíopes financiados pelos EUA. Como as tropas do ICU se deslocaram para o oeste para desalojar a Yusuf de seu posto fronteiriço – que compreendia menos de 5% do país -, os EUA aumentaram seu financiamento ao regime ditatorial de Meles Zenawi na Etiópia para que invadisse a Somália.[19]

Apesar dos contratempos, dezenas de assessores militares estadunidenses prepararam os mercenários etíopes para uma invasão da Somália por terra e ar em grande escala, a fim de voltar a instalar seu senhor da guerra títere Yusuf. Meles Zenawi, o ditador etíope, depende absolutamente do exército e armamento policial dos EUA, de seus créditos e assessores para conservar o poder para seu regime étnico Tigrayan e para manter algum apoio no disputado território somali. O grupo étnico Tigrayan representa menos de 10% da população multiétnica etíope. Meles enfrentou a crescente oposição armada dos movimentos de liberação Oromo e Ugandês[20]. Seu regime foi desprezado pela influente população Amhara na capital, por manipular as eleições de maio de 2005 e por assassinar em outubro de 2006 a 200 estudantes que protestavam e encarcerar a dezenas de milhares[21]. Muitos oficiais militares se opuseram por terem se implicado em uma guerra fronteiriça perdida com a Eritréia. Meles, que carece de apoio popular, se converteu no mais leal e servil cliente dos EUA na região. Repetindo sufocantemente a retórica imperial "antiterrorista" de Washington para atacar a Somália, Meles enviou uns 15.000 soldados, centenas de veículos blindados e dúzias de helicópteros e aviões de combate à Somália[22]. Proclamando que estava comprometido com a "guerra contra o terrorismo", Meles aterrorizou ao povo da Somália com bombardeios aéreos e uma política de terra arrasada. Em nome da "segurança nacional", Meles enviou suas tropas ao resgate do cercado senhor da guerra e marionete dos EUA, Abdullahi Yusuf.

Washington coordenou suas forças aéreas e navais com o avanço da invasora e devastadora força militar etíope. Como os EUA assessoraram o avanço dos mercenários etíopes por terra, a força aérea estadunidense bombardeou aos somalis que fugiam, matando dezenas, supostamente à caça de simpatizantes da Al Qaeda[23]. Segundo informes fidedignos, que foram confirmados depois por fontes dos EUA e do títere somali, as forças militares somalis e estadunidenses não conseguiram identificar um único dirigente de Al Qaeda ao examinar as dezenas

15 Shalom ibid.
16 Mark Bowden Black Hawk Down (Signet: New York 2002)
17 FT, 31 dezembro 2006 p.2
18 FT, 5 janeiro 2007 p. 4
19 William Church ibid.
20 "Somalia" Another War Made in the USA" entrevista com Mohamed Hassan (Michel.Collon@skynet.be)
21 Ibid.
22 FT, 5 de janeiro de 2007 p.5; FT, 29 dezembro 2006 p. 3
23 BBC News "US Somali Air Strikes 'Kill Many'", 9 janeiro 2007; aljazeera.net "US Launches Air Strikes on Somalia", 9 faneiro 2007

de mortos, refugiados e combatentes capturados[24]. Uma vez mais se demonstrou que era falso o pretexto utilizado por Washington e seu cliente etíope para invadir a Somália – que se atacava ao ICU porque dava refúgio a terroristas de Al Qaeda. As forças navais estadunidenses interceptaram todos os navios que passavam em frente à costa da Somália em busca de dirigentes somalis em fuga. No Quênia, Washington deu ordens a seu cliente Nairobi de capturar e devolver os somalis que cruzassem a fronteira. Sob a direção de Washington, tanto as Nações Unidas como a Organização da 'Unidade' Africana (sic) acordaram em enviar um exército de ocupação de "manutenção da paz" para proteger o imposto regime títere etíope de Yusuf.

Dada sua precária posição interna, Meles não pode manter por muito tempo seu exército de ocupação de 15.000 mercenários na Somália[25]. O ódio somali em relação aos ocupantes etíopes surgiu desde o primeiro dia em que entraram em Mogadiscio. Houve manifestações massivas diariamente e cada vez mais incidentes provocados pela resistência armada de combatentes reagrupados do ICU, militantes locais e senhores da guerra contrários a Yusuf[26]. A ocupação etíope dirigida pelos EUA foi seguida pelo regresso dos mesmos senhores da guerra que haviam saqueado o país entre 1991 e 2005[27].

A maior parte dos jornalistas, especialistas e observadores independentes reconhecem que sem a presença de um apoio "exterior", principalmente a presença de pelo menos 10.000 mercenários africanos ("forças de manutenção da paz") financiados por EUA e a UE, o regime de Yusuf teria sido derrotado em questão de dias, senão de horas. Washington conta com uma coalizão informal de clientes africanos – uma espécie de "Associação de Títeres Subsaharianos" (ASS, em sua sigla em inglês) - para reprimir o descontentamento massivo da população somali e impedir o retorno dos Tribunais Islâmicos populares. As Nações Unidas declararam que não enviariam um exército de ocupação até que os contingentes militares da "ASS" da Organização para a Unidade Africana tivessem "pacificado" o país[28].

Ainda assim, a ASS, mesmo querendo satisfazer a seus governantes clientes e oferecer tropas mercenárias para cumprir as ordens de Washington, teve dificuldades para cumprir este envio. Uma vez que se viu claramente que era uma operação "made in Washington", este envio de forças da ASS contra a crescente resistência nacional somali se converteu em algo muito impopular. Inclusive Yoweri Musevent, de Uganda, o servil cliente de Washington, encontrou resistência entre sua "leal" aprovação automática do Congresso[29]. Os demais países da ASS se negaram a mover suas tropas até que a UE e os EUA lhes puseram o dinheiro na mão e os etíopes lhes assegurassem o país antes de chegar. Enfrentando a oposição passiva da grande maioria de somalis e a resistência militante ativa dos Tribunais, o ditador etíope começou a retirar suas tropas mercenárias. Washington, reconhecendo que seu títere somali, o "Presidente Yusuf" estava completamente isolado e desacreditado, tratou de cooptar aos mais conservadores entre os dirigentes das Cortes Islâmicas[30]. Yusuf, sempre temeroso de perder seu frágil controle do poder, se negou a cumprir a tática de Washington de dividir o ICU.

A Invasão Somali: o Império e suas Redes

O caso somali ilustra a importância dos governantes clientes, senhores da guerra, clãs e outros colaboradores como primeira linha de defesa das posições estratégicas geopolíticas para estender e defender o império estadunidense. A experiência somali sublinha a importância da intervenção por parte de governantes clientes e regionais de estados vizinhos em defesa do império. Os regimes clientes e as elites colaboradoras reduzem em grande medida o custo econômico e político de manutenção dos postos avançados do império. Este é especialmente o caso no Iraque, Afeganistão e na iminente confrontação com a República Islâmica do Irã, dada a excessiva utilização atual das forças terrestres estadunidenses.

Ao considerar excessiva esta utilização das forças terrestres de EUA, o império confia nos ataques aéreos e navais, combinados com forças de terra mercenárias regionais, para expulsar um regime independente com apoio popular.

Sem a invasão etíope, o títere somali e senhor da guerra Abdullahi Yusuf teria sido facilmente expulso da Somália, o país teria se unificado e Washington já não teria por mais tempo o controle das áreas costeiras situadas frente a uma rota importante de transporte marítimo do petróleo. A perda do regime títere teria

24 FT, 5 janeiro 2007, p.5 "…não obstante não foi possível confirmar a presença de suspeitos da Al Qaeda, segundo Zeles Zenawi, Primeiro Ministro etíope".
25 aljazeera.net, 23 janeiro 2007; BBC News "More Ethiopians to Quit Somalia", 28 janeiro 2007.
26 aljazeera.net, 29 dezembro 2006; aljazeera.net, 6 janeiro 2007; BBC News, 26 janeiro 2007; Aljazeere.net, 28 janeiro 2007; aljazeera.net, 11 fevereiro 2007
27 "Estalaram saques e tiroteios assim que os combateentes islâmicos saíram da desmoronada capital e as milícias leais aos clãs locais apareceram pelas ruas." FT, 29 dezembro 2006
28 BBC News, 25 janeiro 2007; BBC, 30 janeiro 2007;BBC, 5 janeiro 2007.
29 People's Daily Online "O Parlamento ugandense para a tentativa de precipitar a expulsão dos mantenedores da paz em Somália." 2 fevereiro 2007.
30 Financial Times, 26 janeiro 2007, p.6.

privado Washington de uma plataforma costeira para ameaçar o Sudão e a Eritréia.

Ainda assim, desde uma perspectiva prática, os planos estratégicos de Washington para controlar o Chifre da África são um completo desastre. Para assegurar o máximo controle sobre os somalis, a Casa Branca decidiu voltar a pôr no poder um veterano senhor da guerra que era profundamente detestado, sem base social no país e dependente de desacreditados clãs guerreiros e criminosos senhores da guerra. Governantes isolados e desacreditados supõem uma frágil ameaça sobre a qual construir políticas estratégicas de intervenção regional (bases militares e missões de assessoramento). Em segundo lugar, Washington optou por utilizar um país vizinho (Etiópia) odiado por toda a população somali para apoiar seu títere nacional. Etiópia havia atacado os somalis até finais de 1979 pela independência de Ogadén, cujo povo se sente próximo aos somalis. Washington confiava no exército invasor do regime de Addis Abeba, que enfrentava crescentes tensões populares e nacionais e era claramente incapaz de sustentar uma ocupação prolongada. Finalmente, Washington contou com as proclamações verbais dos regimes da ASS para enviar tropas com prontidão para proteger seu reinstalado cliente. Os regimes clientes sempre dizem a seus amos imperiais o que estes querem escutar, ainda que sejam incapazes de cumpri-lo total e prontamente. Este é especialmente o caso quando os clientes temem que sua oposição interna e prolongadas e custosas complicações exteriores lhes levem ao descrédito total.

A experiência somali demonstra o abismo entre a estratégica projeção de poder do império e sua capacidade atual para conseguir suas metas. Também exemplifica como os imperialistas, pressionados pelo número de clientes, seus compromissos de "papel" e a conduta servil, falham na hora de reconhecer sua debilidade estratégica frente aos movimentos populares de liberação nacional.

Os esforços de construção do império estadunidense no Chifre da África, especialmente na Somália, demonstram que inclusive com colaboradores de elite e regimes clientes, com exércitos mercenários e aliados regionais da ASS, o império encontra grandes dificuldades para conter ou derrotar os movimentos populares de liberação nacional. O fracasso da política de Clinton na intervenção na Somália de 1993-94 deixou muito claro este extremo.

O custo econômico e humano de invasões militares prolongadas com tropas de terra levou repetidamente o povo estadunidense a pedir a retirada (e inclusive a aceitar a derrota) como se provou na Coréia, Indochina e, cada vez mais, no Iraque.

O apoio diplomático e financeiro, incluídas as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as equipes de assessores militares, não são suficientes para estabelecer regimes clientes estáveis. A precariedade dos mercenários impostos, como a ditadura do senhor da guerra Yusuf, demonstra os limites dos mandatos das Nações Unidas patrocinados pelos EUA.

A experiência somali na falida construção do império revela outro lado mais obscuro ainda do imperialismo: a política de "governar ou arrasar". O fracasso do regime de Clinton para conquistar a Somália foi seguido de uma política de tentar enfrentar um brutal senhor da guerra contra outro, aterrorizar a população, destruir o país e sua economia, até a ascensão da União de Tribunais Islâmicos. A política de "governar ou arrasar" é a que está sendo seguida atualmente no Iraque e no Afeganistão e será posta em marcha com o iminente ataque marítimo e aéreo dos EUA contra o Irã, com o apoio de Israel.

As origens das políticas de "governar ou arrasar" têm suas raízes no fato de que as conquistas dos exércitos imperiais não conseguem instaurar regimes populares, legítimos e estáveis. Ao ser produto da conquista imperial, estes regimes clientes são instáveis e dependem de exércitos estrangeiros que os sustentem. A ocupação exterior e as conseqüentes guerras com os movimentos nacionalistas provocam oposição massiva. A resistência das massas produz a repressão imperial sobre populações inteiras e sua infra-estrutura. A incapacidade para estabelecer uma ocupação estável e um regime cliente leva de forma inevitável a que os governantes imperiais decidam arrasar o país inteiro com o pensamento último de que um adversário débil e destruído supõe um consolo para uma guerra imperial perdida.

Frente ao aumento de estados e movimentos antiimperialistas laicos e islâmicos, ao possuir numerosos regimes clientes no Norte de África e o grupo da ASS, Washington está organizando um comando militar estadunidense para a África. O Comando África servirá para intensificar o controle de Washington sobre as forças militares africanas e acelerar seu envio quando necessitar reprimir movimentos de independência ou derrocar regimes antiimperialistas. Dada a ampla e muito competitiva presença de comerciantes, investidores e programas de ajuda chineses, Washington está reforçando seus aliados confiáveis entre as elites e generais clientes africanos[31].

31 aljazeera.net, 7 fevereiro 2007

A luta pela Palestina

Luiz Bernardo Pericás*

A prolongada crise entre Israel e o povo palestino, que se agravou em anos recentes a partir da segunda Intifada e da vitória eleitoral do Hamas em 2006, em realidade, tem suas origens há mais de cem anos, e só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica. Desde o século XIX, a crescente atuação de grupos sionistas europeus interessados no "retorno" dos judeus ao território palestino já gerava conflitos com a população árabe local. É bom lembrar que em 1852, só havia por volta de 11. 800 judeus na Palestina. Esse número subiu um pouco nas décadas subseqüentes, atingindo, em 1880, aproximadamente 24. 000, de uma população total de 500.000 habitantes. No período de 1880 a 1914, contudo, as movimentações migratórias israelitas por todo o continente europeu aumentam. Após uma onda anti-semita na Rússia (explicitada pelos pogroms czaristas) e com uma diversidade de leis restritivas em alguns países da Europa Oriental, começa a haver um maior interesse na constituição de colônias agrícolas judaicas na Palestina, que lentamente irão receber, nessa época, diversos grupos de judeus provenientes dessas nações; paralelamente, ocorrerá também uma leva migratória israelita para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Esse período coincide com a criação de diversas ligas anti-semitas, com o I Congresso Anti-semita Internacional na Alemanha (1882) e com a reação dos sionistas, que irão realizar encontros na segunda metade da década de 1890, na Basiléia, estabelecendo comitês executivos responsáveis por organizar a colonização agrícola da Palestina. A idéia do "retorno", portanto, estava extremamente associada, de um lado, aos preconceitos e perseguições anti-semitas na Europa, e de outro, à tentativa de construção de um "lar" onde os judeus pudessem viver sem ser atacados (e que supostamente possibilitasse a construção, posteriormente, de um Estado nacional seguro e independente).

Em 1907, será constituído em Jaffa um gabinete para estruturar a colonização, que já vinha sendo realizada lentamente com o dinheiro do barão Edmond de Rotschild e do "Fundo Nacional Judeu", estabelecido pelo V Congresso Sionista. Quando começa a Primeira Guerra Mundial, já existiam 44 colônias agrícolas judaicas na Palestina; e em 1917, quase no final do conflito na Europa, é divulgada a Declaração Balfour, feita pelo governo inglês, que garantia a livre colonização da região por israelitas, que nesse momento já contavam com aproximadamente 60.000 habitantes naquele território[1].

Depois da Primeira Guerra Mundial, a partilha imperialista do Oriente Médio daria para a Inglaterra, como zonas de influência, a Mesopotâmia (Iraque), a Palestina e a Jordânia, e para a França, a Síria e o Líbano. Já nessa época as companhias industriais e comerciais européias começariam a intervir pesadamente no mundo árabe, especialmente interessadas no controle das jazidas petrolíferas da região.

Temos de recordar, contudo, que o movimento sionista internacional ainda era pequeno e fraco em relação a outras alternativas para os hebreus, como o Bund e a emigração a outros países, como os Estados Unidos. Esse fato pode ser explicitado nos números da emigração à Palestina na época. Durante a administração do Império Otomano, entre 1881 e 1917, de uma emigração total de 3.177.000 judeus europeus, apenas 60.000 foram à Palestina. Já na época do controle britânico, depois da Primeira Guerra Mundial, no período de 1919 até a criação do Estado de Israel, em 1948, de uma emigração de 1.751.000 pessoas, 487.000 se mudaram para a região[2]. Na prática, foi só após as perseguições nazistas que a emigração para o Oriente Médio aumentou significativamente.

Os ingleses, sabendo da delicada situação local, haviam publicado o *Livro Branco,* em 1922, limitando a imigração judaica e evitando favorecer a criação de uma maioria israelita na região. Mesmo assim, a questão do imperialismo ocidental na

*Doutor em História (USP).

1 Ver STEIN, Leonard. *The Balfour Declaration.* Londres: Vallentine and Mitchell, 1961.

2 Para mais informações sobre o contexto histórico da questão palestina, ver CHALIAND, Gérard. *A resistência palestiniana.* Porto: Editorial Inova, 1970; GABBAY, R. E. *A Political History of the Arab-Jewish Conflict.* Genebra: s/e, 1959; HADAWI, Sami. *Bitter Harvest, Palestine Between 1914-1967.* Nova Iorque: The New York Press, 1967; KERR, M. *The Arab Gold War, A Study of Ideology in Politics.* Londres: Oxford University Press, 1965; e SCHWARTZ, W. *The Arabs in Israel.* Londres: Faber and Faber, 1959.

Palestina não passou despercebida de críticos mais sofisticados. O jornalista e teórico político peruano José Carlos Mariátegui, um dos pais do marxismo latino-americano, no artigo *La misión de Israel,* publicado em 3 de maio de 1929 no *Mundial,* criticava as ambições sionistas e apontava os problemas e os perigos da criação de um Estado israelense. Dizia ele:

> "Se alguma missão atual, moderna, tem o povo judeu, esta é a de servir, através de sua atividade ecumênica, à chegada de uma civilização universal. Se pode crer o povo judeu em sua predestinação, tem de ser na de atuar como levedura internacional de uma nova sociedade. Eis aqui como, em meu juízo, se coloca a questão, antes de tudo. O povo judeu, que eu amo, não fala exclusivamente hebreu nem yiddish; é poliglota, viajante, supranacional. Por identificar-se com todas as raças, possui os sentimentos e as artes de todas elas. Seu destino se mesclou ao de todos os povos que não o repudiaram (e também aos daqueles que o trataram como hóspede odioso, cujo nacionalismo deve seu caráter, em grande parte, a esta clausura). O mais alto valor de Israel no plano mundial está em sua variedade, em sua pluralidade, em sua diferenciação, dons por excelência de um povo cosmopolita. Israel não é uma raça, uma nação, um Estado, um idioma, uma cultura; é a superação de todas estas coisas ao mesmo tempo, para tornar-se algo tão moderno, tão desconhecido, que todavia não tem nome. Dando uma nova acepção a este termo, podemos dizer que é um complexo. Um complexo supranacional, a trama elementar, primária, ainda solta, de uma ordem ecumênica.
>
> As burguesias nacionais (a britânica em primeiro lugar) queriam reduzir os judeus a uma Nação, a um Estado. Esta atitude não é, quiçá, subconscientemente, senão a última perseguição de Israel. Perseguição hipócrita, diplomática, parlamentar, sagaz, que oferece aos judeus um novo *"ghetto"*. Na idade da Sociedade das Nações e do imperialismo em grande estilo, este novo *"ghetto"* não podia ser menor que a Palestina; nem podia faltar-lhe o prestígio sentimental da terra de origem. O *"ghetto"* tradicional correspondia tipicamente à Idade Média: à idade das cidades e das comunas. Nacionalistas leais, de povos de agudo anti-semitismo, confessaram mais ou menos explicitamente, sua esperança de que o nacionalismo de Israel libere suas pátrias do problema judeu. (...) A construção de um Estado judeu, ainda que não pese sobre ele a proteção, aberta ou oculta, de nenhum Império, não pode constituir a ambição de Israel hoje, já que sua realidade não é nacional, mas sim, supranacional. O tamanho e o objetivo desta ambição têm de ser muito maiores. (...) Seria um signo de decadência e de fadiga, que se esforçasse em procurá-lo nesta época do Super-Estado. (...) O patriotismo judeu já não pode mais se resolver no nacionalismo. E ao dizer não pode, não me refiro a um dever, senão a uma impossibilidade.
>
> Porque o perigo da tentação sionista não existe a não ser para uma parte dos judeus. A maior parte dos judeus já não pode escolher seu destino: uns estão firmemente comprometidos na empresa do capitalismo; outros, empenhados a fundo na empresa da revolução. Sião, o pequeno Estado criado para restabelecer Israel na Ásia, no Oriente, não deve ser nada mais que um lar cultural, uma terra de experimentação.
>
> A Palestina não representa senão o passado de Israel. Não representa sequer sua tradição, porque desde o princípio de seu ostracismo (isto é, há muitos séculos), a tradição e a cultura de Israel estão feitas de muitas coisas mais. Israel não pode renegar a cristandade nem renunciar ao Ocidente para fechar-se, carrancuda e grosseiramente, em seu solar nativo e em sua história pré-cristã.
>
> Israel, em vinte séculos, ligou seu destino ao do Ocidente. E hoje, quando a burguesia ocidental (como Roma em seu declínio, renunciando a seus próprios mitos) busca sua saúde em êxtases exóticos, Israel é mais Ocidente que o próprio Ocidente".[3]

Mas se Mariátegui via num suposto Estado israelense uma impossibilidade histórica por ser voltado ao passado, os acontecimentos demonstraram que os objetivos dos sionistas e do imperialismo inglês (e mais tarde, norte-americano), poderiam ser outros, bem diferentes. O que se percebeu é que os vínculos ocidentais não só se mantiveram, mas se aprofundaram. Ou seja, um Estado *ocidental,* moderno, capitalista, que pudesse representar os interesses de algumas grandes potências no Oriente Médio e garantir sua posição estratégica na região. Ainda demoraria para que esse painel se configurasse mais claramente, o que viria a ocorrer só algumas décadas mais tarde. Em outro artigo, *El problema de Palestina,* publicado em 30 de agosto de 1929, JCM afirmava:

> "O conflito entre árabes e judeus na Palestina, ostensivo e manifesto desde que se iniciou, sob o auspício da Grã-Bretanha, a organização do Estado sionista, entrou numa etapa de crise aguda. Os árabes se propõem, ao que parece, à

3 Ver MARIÁTEGUI, José Carlos. "La misión de Israel". In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Figuras y aspectos de la vida mundial III.* Lima: Biblioteca Amauta, 1987, págs. 32, 33, 35 e 36.

destruição das colônias fundadas na Palestina pelos judeus. (O ataque foi particularmente encarniçado contra a nova cidade hebréia de Tel Aviv). Em todo caso, reagiram violenta e barbaramente contra o restabelecimento dos judeus num território historicamente seu, mas dos quais longos séculos de ostracismo haviam cancelado seus títulos materiais de propriedade. (...)

Os judeus são, no território da Palestina, uma minoria nacional. Após dez anos de propaganda sionista, não se decidiram à repatriação senão uma parte das massas (aquelas mais brutalmente hostilizadas pelo anti-semitismo na Europa Central) e alguns grupos de estudantes e intelectuais, misticamente enamorados pelo ideal da ressurreição da pátria judia. A população árabe invoca seu direito de posse, contra os títulos tradicionais da população judia que se instala no território palestino. E a Grã-Bretanha, obrigada a prestar garantias à formação do lar nacional judeu (por estar esse território sob seu protetorado), se vê diante de um problema gravemente complicado para sua política colonial. A declaração Balfour a empenhou além de suas possibilidades. Uma enérgica intervenção britânica a favor dos judeus excitaria, contra o domínio britânico, não só os árabes da Palestina, mas todo o mundo muçulmano. A Grã-Bretanha teme que a questão sionista se converta num motivo a mais de agitação antibritânica de todos os povos maometanos que formam parte de seu imenso império oriental. A função do protetorado britânico na Palestina tem de se inspirar, assim, no interesse de dar garantias aos árabes, até quando formalmente se propõe dar garantias aos judeus. O jogo desses interesses contraditórios paralisa a ação britânica. A Grã-Bretanha está demasiadamente familiarizada com essas antinomias, com essas dualidades em sua política. A "hipocrisia da loira Álbion" é um dos mais velhos lugares comuns da história moderna. Mas acontecimentos como os que se desenvolvem atualmente na Palestina diminuem os limites de sua habilidade. A organização oficial sionista, ainda que incondicionalmente enfeudada à política britânica –conduta que a fez perder toda influência sobre grandes massas judias-, se viu obrigada a formular reivindicações que demonstram como é artificial a construção do lar nacional israelita. A Grã-Bretanha quer ser a fada madrinha do Estado sionista. Mas não é capaz nem de reconhecer aos judeus uma verdadeira independência nacional (uma efetiva soberania no território da Palestina), nem de protegê-los contra a reação árabe, com sua autoridade e poder imperiais".[4]

Nos anos 1930, os problemas locais se agudizariam, à medida que uma grande vaga de judeus fugindo da Alemanha chegava à Palestina. Para se ter uma idéia, em 1931, de uma população de 1.036.000 habitantes, 175.000 eram israelitas. Mas o nazismo empurrou mais 200.000 hebreus para a Palestina na segunda metade daquela década. É nessa época que aumenta também a atuação da Haganah, a organização sionista criada em 1920, que constituiu um braço armado com o objetivo de estabelecer um exército próprio para proteger os interesses de seus colonos. Como se pode imaginar, os árabes não estavam contentes com o constante influxo de europeus em suas terras, e as tensões entre as duas populações cresceram.

No final da década de 1930, seria publicado na Inglaterra outro *Livro Branco,* no qual se estipularia a quantidade máxima de 75.000 judeus que poderiam ingressar na Palestina até 1944, e que, depois desse período, qualquer imigração deveria ser aprovada pelos árabes. Na prática, contudo, não foi isso o que ocorreu. Entre 1939 e 1948, aproximadamente 153.000 israelitas foram para a Palestina, ao mesmo tempo em que grupos terroristas clandestinos, como a Irgun e o Stern, combatiam os ingleses e os árabes, com o objetivo de criar um Estado nacional autônomo. A Irgun (Etzel), que atuaria de 1931 a 1948, seria o embrião, o predecessor político do partido Herut, que mais tarde daria origem ao direitista partido Likud.

Com a retirada britânica da região e a transferência das responsabilidades para as Nações Unidas, depois da guerra, começa a se desenhar um projeto de partilha e criação de um Estado judeu, sem qualquer consulta à população árabe local, verdadeira dona daquelas terras. Em 29 de novembro de 1947, a ONU divide o território palestino, tendo como zona neutra a cidade de Jerusalém. Os árabes, que eram 1.300.000 na ocasião, ficariam com apenas 11.500 km^2, enquanto os 700.000 judeus ganhariam 14.500 km^2 de território.

Os árabes continuarão a empreender uma luta contra a ocupação sionista, que levará a represálias dos judeus. Em 1947, um grupo da Irgun foi o responsável pelo massacre de 254 palestinos do vilarejo de Deir Yassin, com a clara intenção de expulsar os moradores da região e impor um povoamento exclusivamente judaico no local. É importante recordar que não era a intenção da liderança sionista criar um Estado com uma grande

4 Ver MARIÁTEGUI, José Carlos. "El problema de Palestina". In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Figuras y aspectos de la vida mundial III.* Lima: Biblioteca Amauta, 1987, págs. 62 a 64.

proporção de árabes, nem tampouco defender a coexistência pacífica com o povo palestino. Para os dirigentes israelitas, aquela era "sua" terra. Isso significa dizer que uma massa de árabes, dentro e fora das fronteiras de Israel, poderia representar uma ameaça, um perigo à sobrevivência do país.

Desde a fundação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, o mito do "retorno" e as falsificações sobre a existência e os direitos dos palestinos foram incentivados e divulgados em todo o mundo. A máquina de propaganda do Estado israelense tentou mostrar os palestinos, para o público internacional, como cidadãos de segunda classe. Toda a luta palestina (legítima, por sinal) foi associada ao terrorismo e à brutalidade. Aqueles que antes haviam sido vítimas de preconceitos e perseguições se tornaram os carrascos e mantiveram uma contínua política de massacres às populações civis palestinas.

O Estado de Israel recebe em torno de US$ 5 bilhões anuais dos Estados Unidos. Isso, sem contar com o dinheiro proveniente de doações da direita evangélica e dos judeus norte-americanos. Grande parte do capital recebido vai para as Forças Armadas e para o aparato de segurança israelense, que compram *bulldozers* e equipamento militar sofisticado.

O orçamento militar de Israel é de US$ 10 bilhões anuais. Ainda recebe "suplementos" financeiros de Washington, que podem chegar a US$ 45 milhões. Na atualidade, os israelenses têm em torno de 120 F-15, 238 F-16, 50 F-4 Phantoms, 50 helicópteros de ataque, 120 helicópteros de transporte, 20 C-130 Hércules e 5 aviões tanque Boieng 707, para abastecimento no ar. Isso sem contar com todo o resto das Forças Armadas, entre tanques, navios e mísseis, em grande parte, de fabricação e tecnologia israelenses. [5]

A política tradicional dos governos de Israel ao longo dos anos tem sido a de destruir casas, expulsar famílias de suas terras, aumentar as taxas de desemprego entre os palestinos, criar assentamentos ilegais e massacrar populações civis, consequentemente levando muitos jovens sem perspectivas a cometer atos radicais e desesperados, como os atentados suicidas, por exemplo. Boa parte da população foi forçada a viver em campos de refugiados na Síria, em Gaza, na Jordânia e no Líbano, em condições precárias. Esses "campos", que chegam a ter até 6.000 pessoas, se caracterizam por centenas de casas de zinco, pedra, tijolo e cimento; são casas apertadas, com quartos de 3 a 4 metros quadrados cada um, nas quais até 15 pessoas convivem diariamente em estado de completa miséria. Enquanto isso, há 150 assentamentos ilegais na Cisjordânia, onde 300.000 colonos vivem com o apoio do governo. [6]

A disparidade entre Israel e os palestinos é imensa. Com um PIB de US$ 150 bilhões em 2007, aquele país tem cidades modernas e as melhores universidades e centros médicos do Oriente Médio. O contraste é claro aqui. Atualmente Israel tem 1,3 milhão de árabes e 5,4 milhões de judeus, isso sem contar com Gaza e Cisjordânia, que possuem uma população de 3,4 milhões de habitantes. De acordo com estimativas de Sergio Della Pergola, em 2020, os judeus serão apenas 47% da população entre o rio Jordão e o Mediterrâneo. Isso significa dizer que a criação de um Estado "único" entre palestinos e israelenses é cada vez uma impossibilidade maior. Afinal, os israelenses não poderiam arriscar (em eleições onde cada homem vale um voto) perder o controle judeu do país, este representando o principal sentido da existência daquela nação. Ainda assim, pesquisa recente indica que 44% dos israelenses estariam dispostos a sair de Israel se tivessem melhores condições de vida em outros países. Para se ter uma idéia, hoje em dia, há 500.000 israelenses vivendo só nos Estados Unidos. [7]

Cada povo utiliza as formas de luta necessárias e que condizem com sua localização geográfica e período histórico específicos. Por isso, ao longo dos anos foram criadas várias organizações para combater pela libertação da Palestina. Em 1964, foi fundada a OLP, durante o encontro árabe ocorrido no Egito, com a participação de Nasser e Ben Bella, entre outros, e em seguida, o ELP (Exército de Libertação da Palestina), ou seja, uma organização política e um braço armado, ambos ainda extremamente vinculados aos regimes árabes da região.

No IV Congresso da OLP esse painel começou a mudar, já que contou com a presença do Fatah e da Saika (criada em 1966, a partir do IX Congresso do Baath, uma organização ligada à Síria, de teor "pan-arabista" e com estrutura política e militar menor), dois importantes grupos que começaram a ganhar espaço dentro da organização. O

---

5 Para mais informações sobre as relações entre Estados Unidos e Israel, e a ingerência norte-americana no Oriente Médio, ver MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

6 Para uma crítica às políticas do Estado de Israel em relação aos palestinos, ver SAID, Edward. *Cultura e política.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003; e CONOVER, Ted. "The Checkpoint". In: *The Atlantic Monthly,* março de 2006, www.theatlantic.com/doc/200805/israel.

7 Ver GOLDBERG, Jeffrey. "Unforgiven". In: *The Atlantic Monthly,* maio de 2008, www.theatlantic.com/doc/200805/israel.

V Congresso marca um momento especial nesse processo, com o poder político do Fatah aumentando substancialmente dentro da OLP, ao ganhar 33 das 105 cadeiras do Conselho Nacional Palestino. Nesta ocasião, Iasser Arafat foi eleito presidente. A Saika, por sua vez, ficou com apenas 12 representantes.

O Fatah, que começou a ser constituído nos anos 1950 e que inicialmente se preocupava em criar uma organização política que estimulasse uma maior participação da intelectualidade árabe, após 1962 decidiu colocar suas energias na preparação de um grupo militar, a Al-Assifa, e assim, ter mais flexibilidade e liberdade de atuação em relação ao pesado aparelho da OLP. Mesmo sendo em certo ponto um movimento isolado e relativamente pequeno na época, tinha a intenção de mostrar que os palestinos podiam lutar por conta própria e com seus próprios militantes. O Fatah cresceu com os anos, e depois de muitas derrotas e vitórias, tornou-se o principal grupo dentro da OLP.

Também surgiram outros grupos importantes. Fundada em 1967, a FPLP (Frente Popular de Libertação da Palestina), parte do Movimento Nacionalista Árabe, inicialmente tinha bastante proximidade com o nasserismo. Um ano depois de sua criação, começou a treinar de 1.000 a 3.000 guerrilheiros e se uniu à OLP, tornando-se a segunda maior facção daquela organização. Nessa época, seus principais dirigentes e ideólogos começaram a se definir como marxista-leninistas. George Habash, seu líder e fundador, era assumidamente um grande admirador das idéias de Che Guevara. Esta organização sempre acreditou num Estado único, árabe, em todo o território que hoje compreende Israel, Gaza e Cisjordânia, no qual os judeus pudessem viver como cidadãos, sendo respeitados como minoria local. Defendia o retorno de todos os palestinos a seus lares de antes de 1948, e via a Palestina como ponto de partida para algo maior, a unificação árabe.

A FPLP sofreu cisões, que provocaram a constituição, em 1968, da FPLP-Comando Geral; em 1969, da FDPLP (Frente Democrática Popular de Libertação da Palestina), dirigida por Nayef Hawatmeh e Yasser Abd Rabbo, organização maoísta, que demonstrava admiração pelas experiências chinesa, vietnamita e cubana; e em 1972, da Frente Revolucionária Popular para a Libertação da Palestina. Todos estes, grupos seculares e armados. Enquanto o Fatah via a FDPLP como sectarista, esta achava que a organização de Iasser Arafat direitista, acreditando que ela não fazia o suficiente na luta contra o imperialismo nem conseguia envolver as massas palestinas num esquema de guerra popular. Outros grupos, como a Organização Popular e a Liga da Esquerda Revolucionária Palestina mais tarde se incorporaram a esta organização.[8]

Mesmo tendo o apoio relativo da população e vários combatentes, a FDPLP encontrava-se constantemente com problemas financeiros e dificuldades em dar continuidade a suas atividades militares. De qualquer forma, foi o primeiro movimento "comunista" revolucionário palestino que não dependia excessivamente da ajuda de outros países e que tinha também maior independência política. Décadas depois, organizações de caráter mais religioso, como as Brigadas dos Mártires da Al-Aqsa, a Jihad Islâmica e a mais influente delas, o Hamas, criado em 1987, vieram a engrossar os grupos que lutavam pela independência e criação de um Estado nacional. Todos esses exemplos indicam várias formas de luta dos palestinos nos planos político e militar.

Os anos mostraram, contudo, que uma solução militar é praticamente inviável, já que o balanço de forças continua sendo muito mais favorável econômica e militarmente para o Estado de Israel. Talvez a melhor forma de luta, nesse caso, fosse a desobediência civil combinada com uma ampla e profunda campanha na mídia ocidental em favor dos palestinos. É fundamental que se mude a percepção do público europeu e norte-americano sobre a questão, para que seja um elemento de pressão importante dentro de seus países de origem. Seria importante também conseguir o apoio de israelenses progressistas realmente interessados numa convivência pacífica e respeitosa entre os dois povos. Há uma boa proporção de israelenses críticos à atual condução política do processo de paz (se é que este é um bom termo), muitos dos quais, inclusive, militares (os chamados *refuseniks*), que se recusam a participar de incursões armadas contra os árabes, conseqüentemente sendo presos e em muitos casos, acusados de traição. Três grandes escritores israelenses têm se destacado na crítica construtiva às políticas do governo de seu país e defendendo não só uma aproximação entre os dois povos, mas a criação efetiva de um Estado palestino. Nesse sentido, o trabalho realizado por A. B. Yehoshua, o "Faulkner

8 Para mais informações sobre a situação da Palestina e de suas organizações políticas, até o final da década de 1960, ver BERGER, Morroe. *The Arab World Today.* Nova Iorque: Anchor Books, 1964; DODD, P. , e BARAKAT, H. *River Without a Bridge, A Study of the Exodus of the 1967 Palestinian Arab Refugees.* Beirute: The Institute for Palestinian Studies, 1968; GELLHORN, Martha. "The Arabs of Palestine". In: *The Atlantic Monthly,* outubro de 1961, www.theatlantic.com/doc/200805/israel; e HAIM, Sylvia. *Arab Nationalism, An Anthology.* San Francisco: University of California Press, 1962.

israelense"; David Grossman, comparado a Gabriel Garcia Marquez; e Amoz Oz, fundador do grupo de esquerda *Peace Now,* tem sido admirável e fundamental.[9] É interessante lembrar também que o número de judeus norte-americanos é maior do que o de cidadãos israelenses. Muitos deles atuam em organizações sionistas naquele país, que fazem pressão através de seu lobby em Washington para aprovar leis favoráveis a Israel. No Congresso dos Estados Unidos, assim como na grande mídia, há uma razoável quantidade de elementos com interesses ligados aos sionistas, divulgando suas versões dos fatos e incentivando a luta contra a população árabe. Para que a situação possa melhorar, um enfoque diferente, mais equilibrado, da grande mídia, mostrando a questão do ponto de vista dos dois lados, seria importante.

Os judeus, como qualquer outro povo, merecem viver com liberdade e dignidade, onde quer que seja. Preconceito, racismo e opressão devem ser combatidos em todas as instâncias. Não se deve nunca confundir o anti-semitismo com as críticas às políticas do Estado de Israel. O povo judeu sempre deu valiosas contribuições a todas as culturas das quais se mesclou. Os israelitas sempre desempenharam um papel extremamente importante dentro da civilização ocidental. Que isso fique bem claro. O povo hebreu certamente sofreu terríveis perseguições por séculos e foi vítima dos horrores monstruosos do Holocausto nazista. Isso é algo que deve sempre ser lembrado para nunca mais ocorrer, assim como as crueldades cometidas contra os negros durante a escravidão no período colonial e o genocídio de índios norte-americanos, para citar alguns exemplos. É inadmissível que perseguições e massacres ainda possam ocorrer contra civis inocentes de quaisquer raças e religiões na atualidade. Esse tipo de prática deve ser atacado. Por isso, qualquer Estado fascista que oprime e mata homens, mulheres e crianças todos os dias deve ser combatido. Muros, cercas e barreiras policiais não resolverão o problema. O destino da Palestina está intrinsecamente ligado ao de Israel, e mesmo com um Estado formal sendo constituído, ainda serão necessários muitos anos para deixar de ser um apêndice econômico de seu vizinho israelense.

O Hamas, ganhador das últimas eleições palestinas, de 25 de janeiro de 2006, e seu braço armado, as Brigadas Izzedine al-Qassam, continuam sendo contra a existência de Israel e mantém um viés "islâmico", religioso, na condução política de Gaza, região que domina completamente na atualidade, o que torna muito complicado qualquer possibilidade de negociação com os israelenses. Sua insistência em pregar a destruição de Israel dificulta enormemente a resolução da questão palestina. Desde que mandaram 3.000 homens de suas forças de segurança para "ocupar" Gaza e controlar a faixa politicamente, rompendo o governo de coalizão com o Fatah, o Hamas complicou ainda mais o que já estava difícil. O fato é que as eleições foram realizadas dentro dos preceitos democráticos preconizados pelos Estados Unidos. Por causa da extrema corrupção do Fatah e da consolidada máquina política e militar do Hamas, este último ganhou o pleito, o que mostra o crescimento, nos anos recentes, do islamismo religioso radical entre as populações mais pobres, que parecem, em alguma medida, abandonar uma saída "secular" para a crise. Religião e nação, neste caso, parecem se tornar parte de um só sistema. O Fatah conquistou 45 cadeiras no Parlamento, o Hamas, 74 e a FPLP, apenas 3 lugares. Esta última organização é forte em Ramallah, nos distritos orientais e subúrbios de Jerusalém e Belém, e no distrito de Refideh, em Nablus. Tem pouca força no resto da Cisjordânia e nenhuma em Gaza. Nas eleições legislativas de 2006, ganhou apenas 4,2% do voto popular. O principal apoio da FPLP continua sendo o da classe média urbana, árabes cristãos e organizações estudantis universitárias. Mas as massas, principalmente de Gaza, parecem preferir seguir as organizações com um claro viés religioso. Ainda assim, uma pesquisa recente do jornal *Haaretz* indica que 64% dos israelenses apóiam negociações diretas entre seu governo e o Hamas. A percepção da população daquele país certamente está mudando.[10]

Enquanto as diferentes facções e organizações políticas palestinas não entrarem num acordo e conseguirem conviver harmonicamente entre si, dificilmente conseguirão representar uma Palestina unida e politicamente viável nas negociações com os israelenses. A única solução possível para este conflito, de qualquer forma, é inequivocamente a criação, o quanto antes, de um Estado palestino "laico", independente e soberano.

9 GOLBERG, Jeffrey. "Unforgiven".
10 PAULO HENRIQUE. "Heróis ou terroristas". In: *Correio do Icarabe,* Ano 4, No. 143, de 10 a 16 de abril de 2008.

Em nome da Ordem Democrática e da Reconciliação Nacional: Igreja Católica e imperialismo na América Latina – o caso chileno*

Ana Lima Kallás**

O nosso objetivo neste artigo é analisar o papel político desempenhado pela Igreja Católica na América Latina no contexto do pós-revolução cubana, considerando a sua participação ativa ao longo da nova etapa do processo de modernização capitalista iniciada na região após a Segunda Guerra Mundial. Entendendo a instituição católica como um importante aparelho privado de hegemonia na sociedade moderna, de caráter transnacional e de organização hierárquica, partimos da hipótese de que desde o início da década de 1950 a Igreja, em função de suas particularidades, se constituiu de fato em um importante sujeito difusor da política imperialista para a América Latina. Por apresentar-se como instituição "neutra", portadora de um discurso "cultural universalizante"[1] e obscurecer suas conexões com interesses políticos, sociais e econômicos contingentes, a Igreja seria um canal mais eficiente que os partidos, o Parlamento e as Forças Armadas para legitimar estratégias de preservação da ordem capitalista numa conjuntura de bipolaridade.

Nesse sentido, é nosso intento discutir o fato de que, no pós-revolução cubana, os distintos posicionamentos políticos da Igreja em relação aos regimes de colaboração de classes da região (em sua maioria populistas) corresponderam, no essencial, às diferentes posturas do imperialismo e das classes dominantes nativas frente a esses mesmos regimes. Em outras palavras, abordaremos como a mudança de estratégia política por parte do imperialismo face aos regimes colaboracionistas da América Latina, motivada pelo acirramento da luta de classes, encontrou uma expressão, com todas as mediações e particularidades devidas, na inflexão da política eclesiástica relativa aos governos nacional-reformistas do continente. Após o fracasso do projeto da Aliança para o Progresso levado a cabo pelo governo Kennedy e com o desgaste dos regimes populistas, a Igreja Católica passaria a ocupar um lugar central na estratégia de legitimação moral (e política) das saídas golpistas que ganharam terreno nas décadas de 60 e 70.

Dedicaremos neste breve artigo uma especial atenção ao caso chileno por considerá-lo exemplar no que se refere ao processo descrito acima. A alta hierarquia católica do país ofereceu sua legitimação "espiritual" tanto para as estratégias "reformistas" de contenção do comunismo adotada pelo imperialismo em um primeiro momento, quanto para as estratégias golpistas adotadas por este último em um outro momento. O apoio da Conferência Episcopal do Chile ao governo de Eduardo Frei (1964-1970) - da Democracia Cristã (DC), foi uma expressão fiel das novas posturas políticas adotadas por uma instituição que saíra "reformada" do Concílio Vaticano II (1962-1965) – e, no que tange particularmente à Igreja latino-americana, da Conferência de Medellín (1968). Do mesmo modo, o ingresso do episcopado chileno, a partir de setembro de 1972, na frente de oposição ao governo de Salvador Allende (1970-1973), que buscava (e conseguiu) derrubá-lo, foi a prova de que, quando o conflito de classes sob o governo da Unidade Popular (UP) tornou-se incontornável, a Igreja Católica, tal como o conjunto das forças imperialistas, enxergou na saída golpista a única alternativa possível para superar o estado de "desordem" e resgatar a "tradição democrática" chilena.

Nos debruçaremos, portanto, sobre a relação da alta hierarquia católica com estes governos a partir da análise dos pronunciamentos oficiais proferidos pela Conferência Episcopal do Chile (CECH) entre

* Este artigo é parte de minha dissertação de mestrado intitulada *A Paz Social e a Defesa da Ordem: a Igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973,* realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

** Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1 Esta idéia é apontada, porém não desenvolvida, pelo autor Hernán Vidal em *Las capellanías castrenses durante la dictadura. Hurgando en la ética militar chilena*. Santiago: Mosquito Comunicaciones, 2005. p.38.

1970 e 1973. Estes documentos foram publicados no boletim arquidiocesano mensal, *Iglesia de Santiago*, e na *Revista Católica*, de abrangência nacional, ambas localizadas no arquivo histórico do arcebispado de Santiago do Chile. Considerando que as publicações oficiais da Igreja chilena constituem o único corpo documental disponível para a pesquisa desta instituição no período que abrange as décadas de 60 e 70, nos voltaremos para a análise dos discursos episcopais buscando identificar as relações que a instituição católica travou publicamente com o Estado e a imagem que a mesma construiu de si numa determinada conjuntura histórica.

A Guerra Fria adentra as nossas veias abertas

A eclosão da Revolução Cubana em 1959 e sua reorientação marxista-leninista a partir de 1961 podem ser consideradas um marco na transferência direta dos conflitos da Guerra Fria para a América Latina. O medo da influência cubana sobre os países vizinhos impulsionaria uma política de certa forma "diferenciada" por parte do governo norte-americano com relação a estes países. A chamada Aliança para o Progresso, desenvolvida a partir das contribuições de teóricos cepalinos, de representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), buscou concretizar um plano de reformas estruturais combinadas com uma política de treinamento e aparelhamento das forças repressivas nacionais. O projeto, apresentado na reunião da OEA em *Punta del Este* em 1961, sintetizava as idéias dos setores empresariais e dos círculos intelectuais latino-americanos mais influentes com relação aos problemas e saídas mais "adequadas" para a região[2]. Desta vez, ao invés de apoiar todo regime aliado e combater aqueles que ensaiavam vôos próprios, sem medir as conseqüências de médio e longo prazos causadas pela imposição de medidas antipopulares, o governo norte-americano arriscaria na implementação de um plano de desenvolvimento econômico para estes países, privilegiando o apoio a governos de conciliação de classe.

Esse período também seria marcado pela crise dos governos populistas, que emergiram na década de 1930 a partir do desgaste do modelo agrário-exportador e do poder das antigas oligarquias agrárias. A crise de 1929 teria possibilitado que estes países colocassem em prática um sistema de substituição de importações e privilegiassem uma política de industrialização nacional. Entretanto, como afirmou Dreifuss, após a II Guerra Mundial os interesses multinacionais passaram a reingressar nas economias periféricas, apesar de ainda não possuírem uma "adequada representação nos canais formuladores de diretrizes políticas".[3] Este é o momento de consolidação econômica e supremacia política do capital monopolista nos grandes centros industriais e financeiros caracterizando a nova fase do capitalismo baseada nas corporações multinacionais.

Podemos dizer que a partir da década de 1950, este tipo de modelo, que se caracterizou pela forte intervenção do Estado na economia e pela ampliação parcial dos meios de expressão e organização de setores até então alijados da cena política, em especial as massas populares, começou a declinar. Sua estrutura contraditória, que combinava por um lado, um fator "nacionalista", criador das bases da industrialização nacional, e por outro, um processo de crescente internacionalização do capital, explica – conjuntamente com a ativação dos setores populares – seu declínio na década de 1960.

A realização de mudanças estruturais na economia desses países seria acompanhada por crises políticas e econômicas marcadas por um aumento desmedido da inflação e por novas demandas populares. A exigência do grande capital por uma "estabilização" da economia gerou um maior controle dos salários e o corte das despesas públicas para serviços sociais. As greves e a tendência estatizante destes governos "ameaçavam a capacidade de acumulação do Estado em favor da comunidade empresarial"[4]. Nos anos 1960, em meio ao acirramento da luta de classes, o populismo, em crise, permitira a participação e a expressão de demandas dos setores populares, o que foi percebido pelo conjunto da classe dominante como o início do processo de erosão da ordem capitalista. Tal contexto criou condições para a reconciliação política das diversas frações e setores das classes dominantes que reagiram de forma unificada à emergência da classe trabalhadora organizada.

Uma vez fracassado o projeto da Aliança para o Progresso na América Latina, o governo norte-americano retornaria ao uso de uma política abertamente intervencionista e repressiva, formulando doutrinas de contra-insurgência (de origens bem anteriores) e aparelhando as Forças Armadas dos países latino-americanos para combater o "inimigo infiltrado".[5] Os novos regimes ditatorial-militares abriram caminho para a construção e consolidação de um modelo de desenvolvimento capitalista baseado na livre iniciativa, na concentração de renda, na oligopolização do capital e

2 Cf. AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina – a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p.116-118.
3 DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.32-33.
4 DREIFUSS, *Op.cit*., p.135.
5 Cf. WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: _____ & GUAZZELLI,César Augusto B. (Org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004. p.27-44.

na centralização do poder.

A Igreja se adequa às mudanças do cenário internacional

O ano de lançamento da Aliança para o Progresso (1961) também foi um ano de preparação da Igreja para o Concílio Vaticano II, que seria convocado por João XXIII em 1962 e duraria até 1965. Em 1961 o Papa lançou a encíclica *Mater et Magistra* na qual resgatava os principais eixos das encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) e acrescentava outros temas, de forma a atualizar a relação Igreja-sociedade. Assim, ao mesmo tempo em que condenava a desigualdade social gerada pelo capitalismo moderno, a violência como forma de resolução dos problemas sociais e o isolamento das nações, o documento ressaltava a importância da propriedade privada e de sua socialização, a preocupação com o "equilíbrio" social e a busca permanente de posições políticas não extremistas. A *Mater et Magistra* enfatizou a necessidade de salários justos para que os trabalhadores mantivessem um padrão de vida digno. Nesse sentido, representou a ampliação do conceito de "justiça", introduzindo também a idéia de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas como maneira de garantir uma melhor distribuição da riqueza social.

A encíclica, ao recuperar os princípios fundamentais da "Carta dos Trabalhadores", como ficou conhecida a *Rerum Novarum*, procurou aprofundá-los e resignificá-los diante da nova conjuntura internacional. O documento frisou a importância da harmonização entre a iniciativa privada e o poder público no que concernia à atividade econômica; a "justa" remuneração do trabalho como forma de possibilitar o progresso social; a "fraternidade cristã" e a "solidariedade humana" como pilares de sustentação da relação trabalhadores e empresários. Importante ressaltar que a defesa da harmonia entre capital e trabalho baseou-se na negação tanto do liberalismo pelo estímulo à livre concorrência ilimitada, quanto do marxismo pela luta de classes, sendo esta última considerada "contrária à natureza humana" e à "concepção cristã da vida".[6] Merece destaque o ponto da encíclica – desenvolvido inicialmente na *Quadragesimo Anno* de Pio XI – que defendia a doutrina social como alternativa ao comunismo, confirmando a incompatibilidade entre o cristianismo social e um socialismo moderado. Para isso a Igreja apontou três soluções: a criação de organismos intermediários de caráter econômico e profissional, a recuperação da função do Estado como garantidor do "bem comum" e a colaboração dos países na ordem mundial para garantir o "bem-estar dos povos"[7].

A postura "modernizada" da Igreja, cuja consolidação se deu no Concílio Vaticano II, foi entendida pelos autores Souza e Camargo como uma estratégia de fortalecimento do chamado "terceirismo católico"[8]. Esta "terceira via" católica – reduzida, na prática, "aos reclamos de um capitalismo corrigido de seus desvios e excessos"[9] – convergia não apenas em termos de conteúdo com a política externa norte-americana para a América Latina, mas também possibilitou a ação conjunta entre EUA e Vaticano na luta contra a expansão da influência da revolução cubana por intermédio de uma estratégia "reformista" no continente.

Assim, da mesma forma que os governos receberam altos empréstimos para a modernização da infra-estrutura nacional, além da instalação de subsidiárias dos conglomerados multinacionais, as Igrejas da América Latina foram orientadas a investir as pesadas somas recebidas de instituições de ajuda social norte-americanas e alemãs (ocidentais), como a *Catholic Relief Service* e a USAID, em programas sociais e educacionais. De forma resumida, poderíamos dizer que esses programas visavam expandir a influência da Igreja sobre uma base social mais ampla, reforçando a evangelização e os princípios da doutrina social católica contra alternativas de organização e luta propostas pelos partidos de esquerda. Neste período, a ligação da Igreja com projetos de reforma agrária ganhou grande importância, assim como a sindicalização rural. Interessante notar que a questão agrária na América Latina foi identificada pela diplomacia norte-americana, pelos teóricos cepalinos e pela Igreja Católica como um dos maiores problemas para o desenvolvimento nacional devido à baixa produtividade agrícola, à manutenção do latifúndio e à permanência de relações de trabalho *atrasadas* no campo[10]. Nesse sentido, as ações da instituição católica no meio rural complementariam o incentivo à reforma agrária feito pela Aliança para o Progresso aos governos nacionais.

Entendemos que a busca da Igreja por uma ação mais comprometida com a atenuação dos

6 *Mater et Magistra*, 1961, p. 23 *apud* CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica.* São Paulo: Edições Loyola, 1991. p.191.
7 CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica. Op. Cit.*, p. 191.
8 SOUZA, Beatriz Muniz de e CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. A Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III, O Brasil Republicano, v. 4. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989-1993. p. 363.9
9 *Ibidem*, p.364.
10 Essa perspectiva desenvolvimentista de lógica dualista foi criticada, entre tantos outros intelectuais renomados, por Francisco de Oliveira em sua clássica obra *Crítica à razão dualista.* São Paulo: Boitempo, 2003.

problemas sociais estava ligada à conjuntura da Guerra Fria. É importante, no entanto, diferenciarmos esta ação social católica nas diversas conjunturas históricas. Apesar do trabalho social da Igreja entre os setores populares existir desde antes da década de 1930 na maioria das sociedades latino-americanas, esta iniciativa ainda estava muito relacionada aos princípios tradicionais do catolicismo ligados à caridade e à piedade. Na esfera política, eram práticas que reforçavam a postura da Igreja junto aos setores oligárquicos tradicionais, mantendo a relação de dominação característica do sistema agrário-exportador. Na década de 1960 verificamos uma outra forma de "engajamento social". Aqui, a luta social da Igreja convergiu com o processo de mudanças do próprio capitalismo internacional, onde as periferias passaram a cumprir um novo papel na divisão internacional do trabalho, principalmente a partir da sucessão de golpes civil-militares na região. Consolidada a revolução na ilha caribenha, a cúpula católica passou a postular a "importância das reformas estruturais", o "combate ao comunismo a partir da defesa da justiça social", o "rechaço a qualquer forma de violência" e o regime democrático como o mais apropriado para alcançar os "valores humanos", sendo a democracia entendida como "ausência de conflitos", "respeito à institucionalidade vigente" e como "condição para a liberdade". Em outras palavras, para o pensamento católico a atenuação da miséria dificultaria o crescimento das forças políticas de esquerda em determinados setores sociais nos quais a Igreja também exercia influência.

O caso chileno

Como já antecipamos, a análise do caso chileno é exemplar no que se refere à compreensão da participação da Igreja Católica nos processos políticos que mencionamos até aqui. Diferentemente do Brasil e Argentina, no Chile houve espaço para o crescimento político da alternativa proposta pelo Partido Democrata Cristão, que como na Itália do pós-guerra, ganhou enorme expressão nos anos 60 apresentando-se como uma "terceira via" entre o comunismo e o capitalismo liberal. Aglutinando os setores mais empobrecidos do campo e da cidade, os setores médios que se beneficiaram com a expansão do Estado na década de 30 e a juventude universitária, a Democracia Cristã se apresentou como a melhor opção para conter o avanço do comunismo após consolidada a revolução cubana, recebendo forte apoio do governo norte-americano e do conjunto da burguesia chilena. A "Revolução em Liberdade" de Eduardo Frei – eleito com 56% dos votos em 1964 – prometia a "chilenização" do cobre, principal produto de exportação do Chile, e a realização de uma ampla reforma agrária, além do desenvolvimento de órgãos políticos intermediários – como os sindicatos rurais, os Centros de Mães e as Juntas de Vizinhos, projetos criados pelos jesuítas e que pretendiam ampliar a participação política para além das "cúpulas partidárias".[11]

A vitória do PDC em 1964 representou o fortalecimento do projeto social da Igreja que vinha sendo desenvolvido há décadas. A formação comum entre dirigentes do partido e membros da alta hierarquia católica mostrava o triunfo de um projeto político comum baseado nos princípios do *comunitarismo*, do Estado como representante do "conjunto das comunidades" e do sindicalismo como símbolo da fraternidade entre patrões e empregados. Apesar do sucesso inicial, a viabilização do projeto de desenvolvimento econômico sustentado pelo novo governo sofreria muitas limitações, tendo em vista a combinação de elementos contraditórios de estímulo à industrialização nacional com a participação do Estado em conjunto com as transnacionais, tal como o caso de Juscelino Kubitschek no Brasil. [12]

A implantação do projeto da DC acentuou as contradições no seio da burguesia chilena. Os setores empresariais se dividiram entre a defesa do "estatismo" dos democrata-cristãos e do "anti-estatismo" dos setores ligados ao capital monopolista. Para manter a ação do Estado nos limites de seus interesses, alguns destes grupos, vinculados ao capital estrangeiro, ingressaram no governo e foram ganhando influência no interior do próprio PDC. O resultado foi a paralisação do programa de reformas a partir de 1967[13]. Deste ano em diante as contradições do governo se mostraram insuperáveis e o número de ocupações de terrenos urbanos, protestos e greves aumentara. A administração de Frei recorreu à força pública para aplicar a lei e manter a ordem. As mudanças nos rumos do governo e a intensificação das mobilizações sociais também acirraram os debates no interior da Igreja Católica. Não apenas o PDC teve que enfrentar a fragmentação com posterior divisionismo em sua estrutura interna, como a Igreja assistiu à emergência de grupos de católicos que reivindicavam um maior apoio da instituição à radicalização das mudanças sociais, e outros que

11 CORVALÁN MARQUEZ, Luis. *Del anticapitalismo al neoliberalismo en Chile*. Santiago: editorial Sudamericana, 2001. p. 74.
12 YOCELEVSKY, Ricardo A. Los proyectos políticos de los años sesenta. In: ZAPATA, Francisco (Org.). *Frágiles Suturas. Chile a treinta años del gobierno de Salvador Allende*. México, D.F.; Chile, Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2006. p.199-218.
13 *Idem*.
14 Secretariado general del Episcopado. Declaración de los obispos sobre la situación actual del país (24 set. 1970). *Iglesia de Santiago*, ano IX, n. 50, out. 1970. p.23-24.

encararam as reformas de Frei como uma espécie de abertura do Chile para o comunismo.

Este cenário de intensas mobilizações populares e polarização política favoreceu a vitória da esquerda nas eleições de 1970. Se nos primeiros anos da década de 60 os documentos oficiais da Igreja chilena rechaçavam qualquer diálogo com a esquerda, em 1970 tornou-se impossível seguir com esta estratégia. A Conferência Episcopal do Chile se mostrou simpática às medidas que apontavam para o desenvolvimento nacional, como a nacionalização dos principais recursos minerais e a reforma agrária, apesar de temer "mudanças precipitadas, excessivas e erradas" e a "perda do patrimônio espiritual da Pátria".[14] Devemos considerar que, em tempos de Guerra Fria, um programa sustentado pelos tradicionais partidos Comunista e Socialista não teria a Igreja como aliada. A alta hierarquia católica procurou então estabelecer uma relação "diplomática" com o governo da UP – diplomacia que apresentou seus frágeis limites a partir de 1972, com a crise política e econômica enfrentada pela sociedade chilena. A partir desse período, a Conferência Episcopal do Chile mostraria constantes preocupações com o processo de reorganização dos setores populares e da classe trabalhadora – organizados no Poder Popular -, além do enfrentamento direto entre este último e a burguesia.

Utilizando-se de declarações ambíguas, os bispos enfatizaram a urgência de saídas "conciliadas", que respeitassem a "tradição democrática" do país, e o fim do divisionismo no mundo do trabalho. Em meio à fase revolucionária do processo político chileno, em que a UP era acusada pelo conjunto da oposição de atuar à margem da Constituição e da "legalidade" democrática, as vozes dos bispos reforçaram as estratégias de deslegitimação do governo Allende dirigidas pela burguesia chilena.

Em abril de 1972 a Igreja do Chile lançou em seu boletim arquidiocesano uma análise bastante negativa do governo Allende, afirmando que a implantação do programa da UP representava uma "ameaça ao sistema democrático" chileno:

> *"Valores tradicionales chilenos*, como la *democracia y la libertad*, se encuentran en tela de juicio y afectados por una nueva moral revolucionaria surgida con el advenimiento de la Unidad Popular. Se plantean situaciones de hecho, como son las tomas de propiedades grandes, medianas y pequeñas; existen brigadas de choque y se emplea la fuerza pública en contra de sectores de oposición, agudizando las medidas regresivas que se ejercen contra las mismas personas que antes participaron en el gobierno y que también usaron medidas policiales de represión que afectaron a personas de la clase obrera. Todo esto ha acarreado una escalada de hechos violentos, que crea en muchos la *sensación de caos y anarquía y que hace aún más difícil la convivencia de los principios cristianos*. En esta forma, muchos cambios que se plantean, coincidentes con los planteamientos de principios cristianos, resultan sospechosos para cristianos de los partidos de oposición que así restan su concurso al proceso de cambios".[15]

Num contexto em que o governo Allende iniciara o processo de estatizações acompanhado de ocupações de fábricas e terras por parte dos trabalhadores, e em que a burguesia tentava frear o processo de mudanças, a Igreja expôs em seus documentos a oposição entre "democracia" e "via chilena ao socialismo". As sucessivas ocupações de terra, os crescentes conflitos entre partidários do governo e oposição e o início do boicote interno da burguesia ao projeto da UP, o qual estimulava a crise econômica nacional, provocaram não apenas na alta hierarquia católica, mas também nas classes médias chilenas a sensação de que o país se encontrava numa situação de "desordem", "caos" e "anarquia". Apesar das mudanças sociais defendidas pelo governo coincidirem em alguma medida com alguns dos princípios cristãos, o método aplicado pela esquerda e os efeitos gerados se tornaram inaceitáveis para o episcopado. Os bispos afirmaram que a democracia chilena, ao deixar de lado a vivência autêntica dos valores cristãos de "fraternidade" e "conciliação", estaria seriamente ameaçada.

Interessante notar que a Igreja buscou forjar em seus pronunciamentos, de forma semelhante aos setores da frente de oposição à UP, valores coletivos identificadores de uma nacionalidade chilena. Exemplo disso são os usos feitos no documento acima dos termos "democracia" e "liberdade", apresentados como "valores tradicionais" desta sociedade. Além de reforçar a idéia de unidade da "comunidade nacional", o discurso da Igreja também fez uso da oposição "Bem/Mal" na medida em que os valores apresentados como inquestionáveis estariam ameaçados por uma "nova moral revolucionária". Ao atrelar o socialismo à idéia de "anarquia" e "violência", os bispos definiram a democracia como "regime das liberdades", atrelado à "tradição chilena" e coerente com os princípios cristãos. Na idéia forjada

15 El cristianismo frente al Chile de hoy. *Iglesia de Santiago*, ano X, n. 65, abr. 1972. p.21-26. *Grifos nossos*.

de "nacionalidade chilena" não haveria espaço, portanto, para o conflito e a ruptura, apenas para a unidade, a concertação e a estabilidade. Nesse sentido, a "via chilena para o socialismo" seria apresentada como uma via "anti-chilena" nos discursos oficiais da Igreja do Chile.

É importante ressaltar que após o primeiro ano de governo da UP – de relativo sucesso em termos de realização de parte importante de seu programa – o país passou a enfrentar sinais de grave crise econômica e política, em parte devido ao boicote interno e externo que levaram a uma desaceleração da produção agrícola e industrial. Isso levou o governo a importar gêneros alimentícios e produtos básicos, o que provocou enormes gastos para o Estado. Além disso, o Chile assistiu ao aumento considerável da taxa de inflação e ao surgimento do mercado negro, resultado da política de especulação de preços por parte da burguesia. O enfrentamento entre a pequena-burguesia assalariada e as classes operárias e populares na luta pela obtenção de bens de subsistência também se constituiu em fator importante para o aumento do descontentamento da primeira com relação ao governo. Esse processo explica, em parte, a incorporação das classes médias, temerosas da proletarização que as ameaçava, à esfera de influência do grande capital, o qual alcançava gradativamente sua unificação na oposição ao governo da UP.

O surgimento do Poder Popular em 1972, formado a partir dos Cordões Industriais, Conselhos Comunais e Juntas de Vizinhos, permitiu que parte dos trabalhadores organizados iniciasse um movimento de autonomização organizativa e política. Este processo, aos olhos da Igreja, classes médias e burguesia chilena, representava um elemento de ruptura com a "tradição política" chilena. Defendendo desde fins do século XIX a sindicalização operária e camponesa como forma de garantir a unidade do capital com o trabalho, a Igreja viu com extrema desconfiança e medo as organizações alternativas dos trabalhadores chilenos em 1972 e 1973. Segundo essa concepção, o mundo do trabalho deixava de ser local da "solidariedade", da "realização pessoal", da "unidade familiar", da "graça" e da "harmonia" como pregava o catolicismo, passando a constituir-se como espaço da "desordem social". Os pronunciamentos episcopais de 1973 ilustram não apenas o incômodo da alta hierarquia com relação à "inquietação" no mundo do trabalho, atrelando-a à perda da disciplina e dos hábitos laborais, como também ao processo de "superpolitização do país" que teria levado a disputa política para esferas de natureza "não-política" como as escolas, os grêmios, a universidade, o exército e a própria Igreja. Esta visão reificada da política por parte do episcopado aproximou a Igreja do discurso orquestrado pela burguesia na mesma conjuntura:

> "Miramos con suma inquietud la superpolitización del país, no solo porque amenaza a la Iglesia, sino también a la entera vida nacional. *Cuando todo en un país se vuelve política, la política misma se vuelve insana, porque ocupa zonas de la vida que no le* corresponden. Se destruyen así otras raíces autónomas y otras reservas humanas que, de existir, humanizarían la vida y harían incluso más sana y creadora la propia actividad política. No se puede matar, a fuerza de tensiones partidistas, esas raíces profundas de las que procede la mejor savia – espiritualidad, ciencia, trabajo, arte, técnica, cultura – para fecundar la vida de una comunidad."[16]

Em 1973, alta hierarquia lançou uma exortação em que invocava o "fim da luta fratricida no Chile", apelando para a "reconciliação com Deus". Naquele contexto, visto a impossibilidade de construção de um consenso, a Igreja pediu que o povo chileno, sendo em sua maioria católico, se conciliasse ao menos com a fé e pusesse fim à "guerra civil":

> "Tal vez nunca en su historia ha sentido nuestra Iglesia chilena tan en carne viva la necesidad de reconciliación. Siempre hemos sabido que el pecado, bajo cualquiera de sus formas constituye un rechazo al amor y origina una ruptura profunda en las relaciones del hombre con Dios y con sus semejantes. Pero nunca habíamos sentido tan terriblemente real y cercana su presencia como en los momentos que actualmente vive Chile. El odio entre hermanos – es decir, el pecado en su más directa y brutal desnudez – se proclama hoy, de diversas maneras, por método y principio, como el único camino capaz de conducirnos a una sociedad más justa. Nos urge liberar a Chile cuanto antes de este torbellino fraticida. No será el aplastamiento ni la eliminación de un bando por otro lo que nos traerá la paz y la reconciliación."[17]

O "ódio entre irmãos" não era desejável no processo de construção de uma sociedade mais justa, tal como declararam os bispos. Neste e em inúmeros outros pronunciamentos que invocavam a reconciliação nacional, o episcopado demonstrou a

16 Conferencia Episcopal de Chile. *Fe cristiana y actuación política*. Santiago, ago. 1973. [s.p.] Disponível em: www.iglesia.cl. Acesso em: 2 out. 2005. *Grifos nossos*.

17 Conferencia Episcopal de Chile. Exhortación del Comité Permanente del Episcopado para la reconciliación en la fe. *La Revista Católica*, ano LXXIII, n. 1026, mai. – ago. 1973. p.160-162.

sua descrença na "via chilena ao socialismo" como caminho para a obtenção de mudanças e justiça social. Segundo a Igreja, a intensificação da luta de classes provocara a "divisão entre os chilenos", colocando-os em uma situação "de pecado" permanente. A alta hierarquia reivindicou reformas sociais que garantissem uma melhor distribuição das riquezas, amenizando as desigualdades sociais, desde que este processo não se convertesse em uma ameaça à ordem e à estabilidade do sistema vigente. Nesse sentido, a reconciliação como consenso – defendida pelo episcopado - se tornou palavra vazia numa sociedade em convulsão social.

No mesmo ano, a alta hierarquia católica expulsou de seu interior um grupo de sacerdotes denominado "Cristãos para o Socialismo" que, desde sua origem em 1971, havia apoiado o governo da UP e colaborado na construção do "Poder Popular". Por meio de um documento disciplinador, o episcopado afirmou a contradição entre "luta política" de esquerda e a "reconciliação católica":

> "La actividad del grupo "Cristianos por el Socialismo" es de una profunda ambigüedad, y requiere una definición clara por su parte. Si ese grupo pretende ser un frente de penetración en la Iglesia, para convertirla desde su interior en una fuerza política y anexarla a un determinado programa de revolución social, es necesario que lo diga leal y claramente, y deje entonces de considerarse un grupo eclesial; sería más recto, en ese caso, tomar el nombre de grupo político, sumarse al partido o corriente que estime más oportuno y renunciar a las ventajas de orden práctico o propagandístico que obtienen sus dirigentes por su condición de sacerdotes católicos."[18]

Após o golpe de 1973 a Conferência Episcopal continuou invocando a reconciliação, priorizando dessa vez a idéia de "perdão". Assim, colocou-se como necessário o "esforço" tanto por parte dos "vencedores" quanto dos "vencidos" para que preservassem o país de uma "dor dispensável". Apenas por meio do "arrependimento" e do "perdão", de ambos os lados, a sociedade chilena voltaria a ser uma sociedade conciliada consigo mesma e com Deus, e os sentimentos de "vingança" e "rancor" seriam finalmente derrotados.

Em dezembro de 1973, período de acirrada perseguição, repressão e assassinatos contra militantes de esquerda e suspeitos de tal envolvimento, a alta hierarquia católica lançou uma declaração de conteúdo otimista, em que pedia que os chilenos fossem "fiéis à esperança":

> "La reconciliación tiene sus exigencias. Exige un esfuerzo personal, difícil, casi imposible para las fuerzas humanas, de parte de los 'vencedores' y de parte de los 'vencidos'. El vencedor de hoy es el vencido de ayer. En vencido de hoy, el vencedor de ayer. (...) *'No* hay *ni vencedores ni vencidos', dijo desde un comienzo el Presidente de la Hon. Junta de gobierno.* Noble frase que más que afirmar un hecho, expresa un deseo. Queremos que nuestro mensaje sea para el Chile esperanzado y también dolorido de 1973 un simple eco del eterno y universal mensaje del Pesebre. (...) *Qué significa el no tener alma de vencedor? Significa saber perdonar y saber pedir perdón.* (…) Significa no sacar provecho de la victoria en beneficio de los propios intereses con perjuicio de los demás. Significa no asumir la actitud de juez, que sólo corresponde a quienes tienen la difícil y temible obligación de serlo. Significa decir 'no' a la represalia, a la delación, al odio. Significa aceptar que no todo lo que los vencidos pensaron, dijeron o hicieron fue siempre errado, siempre falso, siempre malo. (...) Significa *invitar a los caídos a participar en la obra de la reconstrucción del país*, hacerles sentir que se les necesita, que para todos hay un lugar en la tarea común, que en Chile no sobra ningún chileno. *Qué significa no tener alma de vencido? Significa también y en primer lugar perdonar y pedir perdón*. (…) *Significa pensar que los grandes ideales por los que muchos lucharon, la promoción de los pobres, la igualdad entre todos, la justicia para todos, la participación de todos, la felicidad al alcance de todos, son metas imperecederas, que se pueden lograr por diversos caminos, que no son exclusivos de unos pocos, que son el patrimonio del pueblo chileno, la fuerza invencible que anima su historia.* Significa aceptar que más allá de algunas ideologías a veces equivocadas, a veces incompletas, a veces ilusorias, está la verdad – nunca plenamente alcanzada – pero siempre ardientemente buscada, con apertura, con humildad y con caridad, en el respeto y con la ayuda de los demás". [19]

Consideramos que este é um dos documentos mais importantes da época, pois evidencia o conteúdo do pronunciamento da Igreja oficial diante do golpe e com isso a sua opção política frente ao processo vivido no Chile. As exigências da reconciliação invocada pela Igreja consistiram em "perdoar e pedir perdão" tanto por parte do novo

18 Conferencia Episcopal de Chile. *Fe cristiana y actuación política*. Santiago, ago. 1973. [s.p.] Disponível em: www.iglesia.cl. Acesso em: 2 out. 2005.

19 Conferencia Episcopal de Chile. Ser fieles a la esperanza. *La Revista Católica*, ano LXXIII, n. 1027, set. – dez. 1973. p. 262-263. *Grifos nossos*.

governo militar, quanto por parte dos partidários do governo da UP e da esquerda revolucionária, a essa altura perseguidos pelo aparelho repressivo a serviço de Pinochet. Ao primeiro caberia amenizar as represálias, já que "nem tudo" feito pelos vencidos poderia ser considerado "equivocado". Os vencedores deveriam, portanto, tentar inserir os "vencidos" no processo de "reconstrução do país" – processo este que, na prática, fisicamente os eliminava. Aos segundos caberia se desfazer da "prepotência" de se considerarem os "portadores do caminho verdadeiro para a construção da justiça social" – pois para a Igreja os caminhos eram muitos e o socialismo defendido pela UP não era aceitável. Essa luta deveria ser feita por todo povo chileno, independente das diferenças internas, rumo a um objetivo comum e consensual. Após o golpe, a Conferência Episcopal tornou menos ambíguas as suas palavras, apontando que os "vencidos" escolheram uma ideologia e um método equivocados, incompletos e ilusórios para lutar por uma sociedade mais justa, além de almejarem conquistar todo o "poder para si". Por isso, deveriam "aceitar" a perda e se "inserir", como "bons cidadãos", no processo de "reconstrução nacional", perdoando seus repressores e carrascos.

Observa-se, portanto, que a alta hierarquia da Igreja Católica acabou cumprindo um papel de "legitimadora moral" do golpe civil-militar e da consolidação do novo regime ditatorial-militar imposto à classe trabalhadora chilena. O discurso que invocava a "reconciliação nacional" e a defesa da "tradição democrática" chilena serviu não apenas para deslegitimar o governo de Salvador Allende, colocando a Igreja junto aos demais setores que compuseram a frente heterogênea de oposição, como também para legitimar o poder da Junta Militar e o novo regime implantado no país.

A compreensão da participação da alta hierarquia católica na disputa ideológica contra o governo da UP nos permite identificar a forma específica de participação da Igreja na política, diferenciando-a dos demais atores políticos que compuseram a frente golpista, como partidos e organizações políticas diversas – Partido Nacional, Democracia Cristã, Movimento Pátria e Liberdade, sindicatos patronais etc – nos quais estavam organizadas diversas frações da burguesia chilena e estrangeira, além de parte significativa das classes médias. Importante ressaltar também que a estratégia de deslegitimação do governo de Allende levada a cabo pelo conjunto da oposição e "moralmente" legitimada pela Igreja recebeu apoio do Departamento de Estado norte-americano que, desde 1962, iniciara no Chile as chamadas ações encobertas.[20] Os documentos relativos à atuação da CIA no Chile revelam não apenas seu apoio ao PDC quando das eleições presidenciais de 1964, como também suas tentativas de desestabilização do governo Allende desde que fora eleito em 1970.

Apesar de compreendermos que a forma de "fazer política" da Igreja se diferenciou da de outros atores, identificamos em seus pronunciamentos oficiais do período o reforço à estratégia de deslegitimação e desestabilização do governo da UP levada a cabo por uma frente heterogênea de oposição. No plano propriamente "ideológico", esta estratégia contou com a veiculação de um discurso que denunciava a linha "anti-democrática" do governo "marxista" de Salvador Allende como uma postura política que se contrapunha à "tradição política chilena" consolidada desde os anos 1940, cujo os pilares seriam os acordos, a estabilidade, a harmonia, a legalidade, a ordem e a conciliação. Assim, ao contribuir para difundir entre as massas a oposição "socialismo vs democracia" e fortalecer a idéia de uma suposta "tradição democrática" chilena que se diferenciava por completo da conjuntura vivida pelo Chile a partir de 1972, a Igreja, tendo por objetivo o "saneamento" da democracia chilena, acabaria por legitimar tanto o golpe de Estado de 1973, quanto o novo e sanguinário regime oriundo deste. Ainda que com um discurso próprio a Conferência Episcopal do Chile, quando da ascensão política da classe trabalhadora que fez tremer a burguesia chilena, acomodou-se, mesmo que talvez um pouco constrangida, nas fileiras desta última.

20 Estes documentos estão disponíveis no site www.nsarchive.org e nos possibilitam identificar a participação do governo norte-americano na desestabilização do governo Allende desde o início deste em 1970 até o golpe de 1973.

A questão energética: a Venezuela do petróleo entre os anos de 1910 e 1980

Mariana de Oliveira Lopes[1]

Este artigo visa analisar o papel do petróleo na Venezuela entre os anos de 1910 e 1980, demonstrando incidência sobre a política, a economia e a sociedade venezuelana. Ao longo do século XX, principalmente no período aqui analisado, o petróleo foi a principal fonte de renda do país, responsável por grande parte do PIB nacional e pela quase totalidade da exportação. É fonte de abastecimento segura para os países europeus e principalmente para os EUA.

O início da exploração petroleira venezuelana se deu com a entrada das grandes corporações internacionais do petróleo, por meio das políticas de concessões de campos pelo Estado. Primeiramente a Shell Corporation, consórcio britânico-holandês, e em seguida, após a primeira Guerra Mundial, a Standart Oil dos EUA, fruto da divisão imperialista do mundo.[2] A Venezuela estava entre os principais campos de exploração e o país se tornou, na década de 1940, o maior produtor de petróleo do mundo.

Buscaremos demonstrar ao longo do texto que, em total ligação com o imperialismo, o país desenvolve um campo industrial restrito vinculado ao petróleo, uma burguesia nacional rentista, parasitária e uma política de importação que beneficia uma pequena parcela da burguesia local e a grande burguesia imperialista.

O recorte feito neste artigo tem como objetivo demonstrar o papel do petróleo entre 1910 e 1980, anos de abertura e benefícios das grandes corporações de petróleo na Venezuela, com a ajuda do Estado[3] e com isso contribuir com as análises sobre a Venezuela atual.

VENEZUELA: O papel do petróleo nos primeiros anos do século XX

Para analisar o caso específico venezuelano temos que, conforme Asdrúbal Baptista:

> "(...) ressaltar a súbita interrupção por volta dos anos 1920, do curso da atividade econômica que vem do século XIX. Encerra aqui um padrão de comportamento econômico com um ritmo pouco expansivo e em seu lugar passa a ocupar um novo padrão que foi capaz de provocar um vertiginoso crescimento da economia. Em segundo lugar, temos que indicar também ao menos a súbita interrupção da expansão econômica que ocorre em fins da década de 1970. Finalmente, sobressai a deterioração e paralisia que continua, e que se prolonga por quase trinta anos até quase o presente".[4]

Com isso em mente, cabe então perguntar-nos, o que aconteceu especificamente com o desenvolvimento venezuelano e principalmente qual o papel do petróleo neste processo.

Poucas coisas ocorrem no país que não tenham, direta ou indiretamente a ver com o petróleo[5]. Como em outros países da América Latina, a burguesia local nasceu em ligação direta com o imperialismo e, neste país, isto se deu por meio do petróleo. Antes da exploração deste minério, o país era agrícola (principalmente café e açúcar), despovoado e empobrecido, com reduzida importância no cenário internacional. Conforme Maringoni, o país passava por uma crise, onde a dívida pública era quatro vezes maior que o orçamento nacional. A concentração da riqueza estava nas mãos dos poucos latifundiários, o que condenava a maioria da população à miséria.[6]

---

1 Mestranda Ciências Sociais- Unesp-Marília.

2 Para isso ver VLADIMIR Lênin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.

3 Este artigo não descarta a necessidade de analisar os anos seguintes do século XX e XXI. Pelo contrário, esta será realizada numa posterior análise.

4 BAPTISTA Asdrúbal, El capitalismo rentístico petrolero. Elementos cuantitativos de la economia venezolana, In *Cuadernos Del CENDES* ano 22, n.60 p.95-111, 2005, p.97. Tradução de Mariana de Oliveira Lopes.

5 LANDER, Edgard e MAYA, Margarita. Venezuela, petróleo e golpe, In *Revista OSAL*, n.7: Disponível em: www.osal.clacso.org, 2002.

6 GILBERTO, Maringoni. *A Venezuela que se inventa*. Poder Petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

A história petroleira[7] na Venezuela se inicia por volta de 1907, durante o governo do general Cipriano Castro. Concessões de milhares de hectares foram cedidas para os grandes trustes do petróleo, primeiro o consórcio britânico-holandês Royal Dutch Shell, na região do lago Maracaibo, em Zulia.[8] Em 1908 já no governo Gómez, a Venezuela se transformou em um feudo privado abrindo o país para o capital estrangeiro, com ajuda e proteção dos Estados Unidos.

A primeira Guerra Mundial também repercutiu sobre a exploração de petróleo na Venezuela. Em 1915 a Shell não devolveu ao Estado, como previa a concessão de Vigas, os espaços não-explorados. De outro lado, os Estados Unidos, com medo de ficarem para trás na corrida pelo ouro negro, foram buscar concessões convenientes em todo o mundo, inclusive na Venezuela. Em 1919, os EUA são favorecidos pelo governo Gómez, em detrimento dos ingleses. Foram cedidas cinco concessões no Lago Maracaibo à Standart Oil, região com um dos maiores campos da Venezuela.[9]

Este período marca o início da luta entre a Standart[10] e a Shell pela hegemonia no mundo do petróleo, tanto no interior da Venezuela quanto no mundo todo. As empresas estrangeiras lograram do general Gómez uma legislação assegurando estabilidade política, administrativa e fiscal, além de condições definidas de concessões, royalties e cobrança de impostos. Em contrapartida o Estado seria proprietário das jazidas, além de receber 15% do total produzido.[11]

Segundo O´Connor, a primeira legislação petrolífera na Venezuela data de 1918. Impediam-se futuras concessões de um milhão de hectares e se estabeleciam os impostos e os novos royalties. As concessões se não exploradas em três anos deveriam ser devolvidas. Logo em 1922 criou-se uma nova legislação, com royaties e arrendamentos baixos, isenção de tarifas aduaneiras para importação de equipamentos e material, garantia de isenção de impostos, que foi aplaudida pelas companhias estrangeiras.

Neste período, um poço perfurado pela Shell[12] em La Rosa, (Maracaibo), jorrando 100 mil barris diários e a descoberta do campo de Mene Grande, fizeram com que a produção se expandisse e a corrida pelo óleo negro na Venezuela se acentuasse.

> "Em oito anos o negócio explodiu: de modestos 1,4 milhão de barris por ano, a Venezuela produzia, no final da década de 1920, 137 milhões de barris. Já era o segundo maior produtor mundial, atrás apenas, dos Estados Unidos. Não havia volta: aquela riqueza negra transformou a pátria de Bolívar numa economia rentista e importadora de bens industrializados, que fez a delícia das classes dominantes locais, inebriadas com o dinheiro fácil. A duríssima repressão gomezista, por sua vez, era tudo o que as empresas estrangeiras queriam" .[13]

Conforme afirma o autor, em 1928[14] a Venezuela tinha superado a Rússia e México tornando-se o segundo maior produtor mundial. A Shell, a Gulf e a Standart na Venezuela detinham 99% da produção de petróleo. Além da Shell, as companhias norte-americanas Standart Oil of New Jersey, Gulf e Standart de Indiana obtiveram rendosas concessões com a criação da companhia venezuelana de petróleo.

> "(...) o regime de latifúndio, que dominava 80% das terras privadas, não se enfraqueceu, mas conviveu e complementou a nova fonte de riquezas. A sólida aliança entre as classes dominantes internas- burguesia comercial, bancária e latifundiária- e os monopólios estrangeiros dedicados ao negócio do petróleo, materializada na política de concessões, perdurou até a morte natural do ditador, em dezembro de 1935".[15]

Em contrapartida, como relata O`Connor, nenhum governo, mesmo se proprietário das jazidas, tinha independência de ação e decisão na política energética. Todas as decisões eram tomadas em Manhatan pelo magnata Rockefeller.

Com a morte de Gómez, o país girava em torno da indústria petrolífera e, com o desenvolvimento econômico, novas classes sociais se formavam: o proletariado petroleiro e urbano, uma incipiente burguesia industrial e pequenos e médios proprietários rurais. Em 1936, houve uma greve geral

7 Em 1878 já existia uma exploração de petróleo quase artesanal na província de Tachira.
8 Como não havia uma legislação específica do petróleo, o governo utilizou a legislação das concessões de asfalto para o petróleo. Foi dado, portanto, um prazo de 50 anos para as companhias petroleiras explorarem o petróleo na região.
9 Ibidem p.145.
10 A subsidiária da Standart Oil na Venezuela é a Creole.
11 GILBERTO Maringoni. *A Venezuela que se inventa*. Poder Petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p.87.
12 A empresa da Shell na Venezuela era a Caribean Petroleum.
13 GILBERTO Maringoni. *A Venezuela que se inventa*. Poder Petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p.87.
14 Neste período segundo o censo (apud MARINGONI, OP. CIT. p.87), a Venezuela possuía 3 milhões de habitantes e houve uma migração dos trabalhadores rurais para os campos petrolíferos.
15 Ibid, p.87.

dos trabalhadores[16] em resistência às companhias estrangeiras e à "dança das concessões".[17]

Este período foi marcado por fortes lutas entre os trustes imperialistas do petróleo, tanto que em 1937 a Standart Oil juntamente com a Shell eliminaram a Gulf como grande empresa no país. Por cem milhões de dólares, a Standart adquiriu metade da participação na Mene Grande, subsidiária da Gulf, e vendeu metade desta parte à Shell, assim as duas grandes associadas conservaram o controle e monopólio no país.

O petróleo representava 90% da exportação venezuelana, sendo a principal indústria. Em 1940, durante o governo do general López Contreras, houve uma queda nas receitas de petróleo que fizeram o governo e as companhias elaborar uma nova legislação baseada no *New Deal*. Os lucros do petróleo seriam divididos meio a meio entre as companhias e o governo. Esta divisão em metades iguais foi aceita pelas companhias porque, além das compensações que o governo oferecia, surgiram, neste período, novas forças políticas. Os títulos da maioria das concessões e arrendamentos eram viciados e Acción Democratica (AD) pedia seu cancelamento, alegando fraudes. O governo validava os contratos por mais 40 anos e como a maioria terminava em 1961, estes novos contratos seriam muito vantajosos para as companhias.[18]

Com a nova formulação jurídica aumentou-se a receita petrolífera em 80%. Para minimizar os conflitos que se instauraram no país, o ministério do desenvolvimento baixou o preço da gasolina na Venezuela, sendo esta a mais barata do mundo.

A esta altura a importância do petróleo venezuelano mundialmente era incontestável. Mais de 60% do abastecimento das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial provinha da região do lago Maracaibo. Nos anos seguintes, a vinculação com os Estados Unidos levou o país a ser o maior beneficiário do Plano Marshall de reconstrução da Europa já que o petróleo venezuelano mais uma vez teve papel central na crescente demanda por energia das economias em recuperação.[19]

Por mais estáveis que estivessem as relações entre as grandes corporações e a Venezuela, Trinkunas afirma que ainda assim tinham conflitos, fricções. A verdadeira importância estratégica da Venezuela para os EUA emergiu com o descobrimento de jazidas de petróleo em 1914, onde até certo modo, os EUA estiveram presentes na criação da indústria petrolífera venezuelana. As companhias petrolíferas norte-americanas e a *Royal Dutch Shell Corporation* criaram a infra-estrutura física para que a Venezuela se convertesse no maior exportador de petróleo no Hemisfério Ocidental. Também foram importantes influenciadoras na formulação das leis petrolíferas no país e no papel que este recurso natural teria em suas políticas. [20]

A importância estratégica do petróleo venezuelano para os Estados Unidos foi confirmada durante a II Guerra Mundial e em cada crise política ou militar na Guerra Fria. O governo norte-americano apóia uma indústria petroleira privada, liderada por corporações internacionais.

Em 1945 a AD assume o governo com Rômulo Betancourt e apesar de, no plano político, aparentemente eliminar o que restava do regime gomezista, as bases econômicas da sociedade não foram alteradas. A concentração na propriedade fundiária permaneceu e aumentou a dependência externa do país. Neste contexto as companhias estrangeiras e o governo norte-americano não tinham o que reclamar. De outro lado, o ingresso petroleiro proporcionou uma melhoria na situação socioeconômica dos trabalhadores, fruto da política social-democrata da AD. Alguns anos depois, em 1948 uma comissão foi encarregada de pensar a criação de uma companhia petroleira nacional.

Neste mesmo ano, militares realizam um golpe militar. As forças armadas acusavam Betancourt de crimes e manobras, enquanto este acusava os oficiais de trabalharem em prol da Standart Oil. Os Estados Unidos nesta mesma época enviaram presença militar para a Venezuela. Para O`Connor, a relação golpe de Estado e EUA é real uma vez que as empresas monopolistas do petróleo sofreram altos encargos aumento de impostos, pagamentos onerosos aos trabalhadores, pressão na fiscalização, durante o governo social-democrata.

A ditadura instaurada pelos militares e P.J.[21], beneficiou em muito os magnatas do petróleo, durou até 1958 e deixou o país numa bancarrota financeira, social e econômica. As classes dominantes e os monopólios do petróleo optaram pela via segura da política ditatorial, um regime de força. O capital

16 Esta greve que reivindicava reajuste salarial, assistência médica, moradia digna etc., colocou a classe operária venezuelana na cena política e por outro lado, teve como contrapartida uma onda repressiva sobre dirigentes políticos e sindicais, além do banimento de partidos de esquerda e entidades populares Ibid. p.91.

17 Termo utilizado por O`Connor (1962), p.111.

18 HARVEY O´Connor *O Petróleo em crise.* Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p.156.

19 Ibid, p.93.

20 TRINKUNAS, Haroldo. A. A revolução bolivariana da Venezuela. *Revista Military Review*, p.31-36, 2005 p.32.

21 Marcos Pérez Jimenez, tenente eleito pelo golpe de 1948.

financeiro expandiu suas atividades e o governo investiu pesado nas áreas de infra-estrutura.[22]

Para as companhias petroleiras, os últimos anos de Pérez Jimenez (1956-57) foram muito bons, pois aumentaram suas reservas nacionais com aquisição de todos os campos restantes (do Lago Maracaibo, do estado de Barina) e tiveram um lucro de 829 milhões de dólares ou mais, segundo O`Connor.

Em 1958 os dirigentes dos partidos dominantes AD, URD (União Democrática Republicana), COPEI (católico) e PC (partido comunista) concordaram em juntar-se e convocar uma greve geral que derrubou a ditadura no país. Novamente Rômulo Betancourt assume em eleições diretas a presidência.

Com diversas opiniões acerca da "nova" política petroleira[23]. A comissão para instituir uma empresa petrolífera estatal não deixou de beneficiar o imperialismo. Com as dívidas herdadas do governo militar, o Estado toma empréstimo com as companhias petroleiras (como adiantamento dos lucros), de cem milhões de dólares, além de mais duzentos milhões em créditos com banqueiros de Nova York.[24]

O Pacto do *Punto Fijo*

A nova comissão, dirigida principalmente pela AD e COPEI decidiu por um pacto que acomodaria a partilha do poder às diversas frações da classe dominante (capital financeiro, empresas do petróleo, cúpula do movimento sindical, igreja e Forças Armadas). O Pacto Punto Fijo, foi uma tentativa de definir uma democracia liberal pró Estados Unidos e uma economia baseada no petróleo. Foi também um pacto de alternância de poder entre estes dois partidos políticos. Visava ainda conter as lutas sociais e eliminar qualquer foco de contestação integrando para isso a CTV (Central sindical) ao bloco no poder durante este período (por meio de cargos burocráticos). [25]

Mais uma vez o recurso petroleiro determinou a economia e a política venezuelanas. Rafael Villa afirma que a partir de 1958 não foi possível compreender a vida econômica do país sem compreender o papel protagônico do Estado, que em última instância, apresenta-se como o único proprietário do recurso petrolífero.[26] A democracia no país se inicia neste mesmo período, pois o pacto de conciliação aproveitou da base material da renda petroleira para distribuí-la de forma clientelista. Relata ainda o autor que o petróleo condicionou a forma de intervenção do Estado na economia e a forma de relação com os atores políticos (partidos, sindicatos, movimentos sociais, forças armadas, setor privado etc).

O novo governo da "doutrina Betancourt"[27] do partido AD, procurou estabilizar o preço do petróleo para assegurar à Venezuela uma renda estável e ainda se recusar a fazer novas concessões. Trinkunas afirma que este período caracterizou-se por um maior controle estatal sobre a indústria petroleira.[28]

O sucesso do grupo das "sete irmãs"[29] durou até 1960, período em que elas dominaram o mercado dada a estabilização nos preços e produtos petroleiros proporcionados pelos diversos contratos obtidos dos Estados produtores (geralmente meio a meio do lucro bruto da exploração, como foi o caso da Venezuela por muito tempo). Dominavam não só quase a totalidade das reservas, mas também 3/4 da capacidade de refino e comercialização, cerca de 1/3 da frota de petroleiros, boa parte do trafego marítimo e 90% do mercado mundial. Para Henry Deterding[30] o objetivo deste cartel era realizar um acordo mútuo incluindo "a produção, o transporte e venda de petróleo a preços pré-fixados (...) submetidos a um controle unificado e bem determinado; (...) e abastecer cada mercado, sempre que possível, a partir da fonte mais próxima".

Os anos de 1960 significaram uma maior disputa entre as *majors* do petróleo, principalmente pelo surgimento de empresas estatais e de independentes. O preço do petróleo oscilou e as grandes corporações Standart e Shell decidiram pelo repasse aos estados produtores das baixas nos

22 GILBERTO Maringoni. *A Venezuela que se inventa*. Poder Petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Perseu Abramo, 2004 p.99.

23A AD defendia a organização de uma companhia que se encarregaria das reservas nacionais e estabeleceria o monopólio sobre mercado interno, sem novas concessões e arrendamentos. A URD desejava que representantes do governo dirigissem as companhias estrangeiras de petróleo para controlá-las. O COPEI acredita que o país deveria agir como "os donos do petróleo". Os comunistas defendiam a nacionalização e divisão dos lucros em 75-25, com participação do capital privado venezuelano nas indústrias nacionais e uma nova legislação trabalhista. A fedecámaras (organismo patronal) propunha a divisão em meio a meio nos lucros petroleiros HARVEY O´Connor. *O Petróleo em crise.* Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

24 A inversão econômica dos EUA na Venezuela é muito vantajosa já que o ouro negro deste país se situa territorialmente mais perto de Nova York que o de Texas e México, sendo assim mais lucrativo investir na Venezuela que nestes dois campos. Ibid

25ALTAMIRO Borges *Venezuela: originalidade e ousadia,* São Paulo: Anita Garibaldi, 2005, p.25.

26VILLA, Rafael. *Venezuela*: mudanças políticas na era Chavez. In *Estudos avançados* vol.19 n.55 São Paulo, 2005.

27 Conforme chamada por Rafael Duarte Villa (2005).

28 TRINKUNAS, Haroldo. A. A revolução bolivariana da Venezuela. *Revista Military Review*, p.31-36, 2005 p.32.

29 Principais corporações monopolísticas do petróleo mundial: Standart Oil of New Jersey, Shell, Gulf, Texaco, Standart Oil of California e Móbil.

30 Apud DANIEL Hemery; JEAN-CLAUDE Debeir; JEAN-PAUL Deléage, *Uma história da energia.* Brasilia: EdUnb, 1993, p.200.

preços.[31]

Para O`Connor, esta conjuntura proporcionou a união dos países exportadores de petróleo para a criação de um instrumento de defesa comum: a OPEP[32]. Para Trinkunas,

> "A Venezuela também tentou promover suas opiniões a respeito da importância do controle nacional da produção de petróleo nos países em vias de desenvolvimento, valendo-se da sua condição de líder na criação da OPEP. Graças às negociações de ambos os governos, os desacordos sobre as políticas petrolíferas sempre foram resolvidos pacificamente. A Venezuela adquiriu uma reputação como um abastecedor confiável de petróleo para o mercado norte-americano, particularmente nos momentos de crises internacionais. Pela perspectiva venezuelana, perdeu-se uma oportunidade histórica, pois os EUA nunca demonstraram interesse na institucionalização de um relacionamento especial entre os dois países, no que concerne ao petróleo. Os venezuelanos culparam as companhias petrolíferas norte-americanas pela sua oposição a tal procedimento".[33]

O maior controle estatal no setor energético levou os Estados produtores, a cada vez mais nos anos que se seguiram, a participar das rendas petrolíferas. As *majors* para não se prejudicarem e manterem seus lucros aumentaram em muito os preços do petróleo.

A decisão das cotas de importação das companhias estrangeiras, que era realizada em Washington, a partir deste momento foi contestada pela Venezuela, que a denunciava como uma violação da soberania nacional.

Finalmente, AD e COPEI conseguiram instituir uma companhia nacional, como há muito tempo insistiam: a CPV (Corporação Venezuelana de Petróleo) foi criada com participação estrangeira, sendo que metade da renda era do Estado. As reservas nacionais ao longo do Lago Maracaibo e outras áreas produtoras foram entregues ao Estado. Os sindicatos, por sua vez, se comprometeram em investir seus fundos em ações da corporação nacional.

A renda do petróleo serviu mais uma vez para suprir as necessidades internas e para o desenvolvimento nacional. Em 1960 a exploração do petróleo caiu e o desemprego aumentou no país. Para Maringoni, Betancourt fez uma administração (1959-1964) voltada para formar uma burguesia nacional, com uma política de substituição de importações e vultosas concessões ao capital estrangeiro do petróleo. Seu governo conciliou conflitos e concessões. Para isso, fornecia subsídios ao setor industrial e facilidades para as grandes companhias petroleiras. Conforme Maringoni (2004), a burguesia nacional venezuelana nasceu em total ligação com o imperialismo.

A criação da CPV na verdade servia de ponte para os chamados "contratos de serviços" com as companhias estrangeiras e foi a primeira estatal a participar diretamente de todas as etapas da indústria do setor, da exploração à comercialização. Estes contratos de concessões se davam com a formação de "empresas mistas", segundo o economista venezuelano Maza Zavala.[34]

Conforme Pablo Hernandez[35], as empresas mistas têm sido a solução que o capital petroleiro internacional utiliza em todo o mundo como mecanismo de penetração onde o petróleo é estatizado. Desde este período, com a criação da CPV e a política de não mais realizar concessões, as empresas mistas têm sido o cavalo de Tróia do capital internacional em sua penetração e controle do negócio petroleiro.

O auge da bonança petroleira durou dez anos. Começou em 1973, quando os países da OPEP pressionaram os preços que quase quadruplicaram ao longo daquele ano e triplicaram até o final da década após a revolução iraniana em 1979.

Outro grande marco posterior à criação da OPEP foi a nacionalização do petróleo em 1 de janeiro de 1976. Resultado de um jogo político, a nacionalização na Venezuela teve como objetivo aumentar a participação estatal na receita fiscal da indústria, colocando ponto final na política de concessões. Em 1975 criou-se a *Petróleos de Venezuela S.A*. (PDVSA[36]) pela união da CPV com as

---

31 A primeira redução de 0,18 dólares custou aos países exportadores 476 milhões de dólares beneficiando os EUA e Europa Ocidental HARVEY O´Connor. *O Petróleo em crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

32 Organização dos países exportadores de petróleo. Para saber mais ver www.opec.org

33 TRINKUNAS, Haroldo. A. A revolução bolivariana da Venezuela. *Revista Military Review*, p.31-36, 2005 p.32.

34 Apud Maringoni, 2004. ZAVALA, M. Historia de meio século na Venezuela, 1926-1975. In. GONZÁLES CASANOVA, P. (org), *América Latina, história de meio século*, vol 2. Brasília, UnB, 1977. Atualmente, Zavala é diretor do Banco Central da Venezuela- BCV, 2008.

35 PABLO Hernandez. *El verdadero golpe de PDVSA*. Mérida:Imprenta Internacional C.A., 2006, p.31.

36 Por meio de suas filiais, a PDVSA atua em diversas instâncias pelas filiais: Corporação Venezuelana de Petróleo (CPV) negocia com terceiros; Palmaven adianta a s políticas sociais; Deltaven vende produtos e serviços tanto na Venezuela como no exterior; PDVSA Gás comercializa hidrocarbonetos gasosos nos mercados nacionais e internacionais; PDV Marina transporta e distribui hidrocarbonetos e seus derivados; Intervep desenvolve investigação científica e tecnológica; Bariven para aquisição de materiais e equipes das demais áreas (*PETRÓLEO INTERNACIONAL Investigacion para la industria de los hidrocarburos en AmericaLatina, 2008)* http://www.petroleo.com/pi/secciones/PI/ES/MAIN/IN/ARTICULOSREPORTAJESHOME/doc_60351_HTML.html?idDocumento=60351).

13 concessionárias nacionais, entre as quais estão Lagoven, Corpoven e Maraven, tendo o controle das atividades petroleiras depois da nacionalização do petróleo, gerando mais de 70% do ingresso de divisas.

As 15 concessionárias privadas existentes no país, dentre elas a Exxon, a Shell e a Mobil, logo integraram seu organograma tornando-se filiais da estatal no negócio. Para não gerar grandes abalos, o governo decide manter a mesma estrutura administrativa existente. Formalmente a empresa estaria subordinada ao Ministério de Minas e Energia.

Segundo Hernandez, desde Cipriano Castro até a nacionalização, as companhias petroleiras nunca foram proprietárias formais do petróleo extraído do subsolo, mas, com a outorga feita por meio dos contratos de exploração (concessões), elas se assenhoreavam de fato do petróleo. Para uma companhia (como para qualquer capitalista), o petróleo que interessa é o que tira do subsolo e não o que fica. As empresas mistas não são mais que vulgares concessões petroleiras, mediante o processo pelo qual as companhias aumentam suas reservas petroleiras sem necessidade de serem donas formais dela.[37]

Com o tempo, a estatal foi perdendo seus objetivos iniciais, embora formalmente pública a PDVSA tratou de limitar seus deveres fiscais por meio de uma agenda cada vez mais divorciada do Estado. Isso porque as companhias transnacionais estabeleceram as estratégias de mercado da gigantesca companhia venezuelana.[38]

III Algumas notas sobre o início da abertura neoliberal

Na década de 1980, o preço do petróleo começou a cair, de US$ 38/barril em 1981; US$ 33 em 1984 para US$ 12 em 1986 e US$16 em 1989, com a guerra entre Irã e Iraque.[39]

Neste período, o governo não conseguia mais controlar os preços internacionais do petróleo e, a partir de 1980, com a queda na demanda, fruto da desaceleração econômica mundial, "buscando fazer frente a dificuldades de caixa, resultante das oscilações do mercado, a partir de 1982 a PDVSA começou a tentar escapar, por meio de inúmeros subterfúgios, da política da OPEP".[40]

O governo de Campins (1979-84) iniciou um processo de desaceleração do PIB com características neoliberais. Todavia, as resistências levaram esta política ao fracasso. O governo procurou, então, fazer uma política de valorização cambial para conter a inflação, o que ocasionou grande fuga de capitais. Em 1983, a moeda nacional (Bolívar) se desvalorizou, resultado da queda substancial dos preços do petróleo. E a dívida pública disparou.

Segundo Hernandez, foi no meio dos anos oitenta que se confirmaram as denúncias da *Asociacion para el estúdio del pico del petróleo* (ASPO)[41], sobre a falsificação que fizeram todos os paises da OPEP quando adulteraram as informações sobre suas reservas de petróleo, em cumplicidade com as companhias petroleiras e os bancos internacionais, para renegociar a dívida externa e convertê-la em dívida interna. Afirma ele: "Todos recordamos quando Lusinchi[42] anunciou o melhor refinanciamento do mundo e um ano depois cinicamente declarava que o banco o havia enganado". Todos os governos da OPEP, segundo o autor, sem nenhuma exploração real duplicaram e até triplicaram suas reservas em uma confabulação com o banco internacional e os trustes do petróleo.

Em dezembro de 1988, no segundo governo Perez, de grande prestígio internacional, seguiu-se com o lema do primeiro mandato: *Democracia com energia.* As finanças em queda, conseqüência da acentuada baixa nos preços internacionais do petróleo, ocorrida nos anos anteriores, as escassas reservas do Banco Central, a alta inflação, o desemprego e fuga de capitais completavam o quadro econômico do país.

Um acordo com o Fundo Monetário Internacional, com o objetivo da liberação de mais um empréstimo no valor de US$ 4,5 bilhões, foi feito e teve como contrapartida, resultado da política neoliberal imposta por Washington, desvalorização da moeda nacional; redução do gasto público e do crédito; liberação de preços; congelamento de salários e aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade. Com isso a gasolina sofreu um reajuste imediato de 100%, aumentando em 30% o transporte coletivo.[43]

37 PABLO Hernandez. *El verdadero golpe de PDVSA*. Mérida:Imprenta Internacional C.A., 2006 p.31.
38 GILBERTO Maringoni. *A Venezuela que se inventa*. Poder Petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Perseu Abramo, 2004 p.106.
39 CANO, Wilson. Venezuela: limites para uma nova política econômica. In *Revista Economia e Sociedade,* Campinas, v.11, n.1 (18), p.95-127, 2002.
40 GILBERTO Maringoni. *A Venezuela que se inventa*. Poder Petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Perseu Abramo, 2004 p.106.
41Apud PABLO Hernandez. *El verdadero golpe de PDVSA*. Mérida:Imprenta Internacional C.A., 2006, p.46.
42Presidente da República entre 1984-1989.
43Este fato e também as políticas de reajuste econômico do governo Perez foram algumas das causas de uma rebelião no país denominada Caracazo em 27 de fevereiro de 1989, que deixou grande quantidade de mortos. Em sua maioria praticada pelos oficiais do Estado (Margarita López Maya, "Venezuela, la rebelion popular del 27 de febrero de 1989, resistencia a la modernidad?" Revista Venezolana de Economia y Ciencias sociales, n.5. Caracas, 1999, p.177-199).

Mais uma vez os EUA determinaram a realidade venezuelana. A crise deste período foi o início do fim do pacto puntofijista. Na seqüência, veio a abertura neoliberal do país.

O período aqui abordado, especialmente no que se refere à relação com o petróleo e com os EUA, influenciou a política e a economia do Estado venezuelano nos anos seguintes.

Considerações finais

Ao longo do texto buscamos demonstrar o papel do petróleo no período denominado imperialista monopolista e o porquê da expansão da exploração no contexto venezuelano no primeiro quartel do século XX. Conforme analisamos, o petróleo foi essencial neste processo de acumulação numa etapa de concentração e centralização do capital nunca antes vista.

Na Venezuela este processo foi também chave na política e na economia nacionais. Com uma economia essencialmente voltada para exportação de petróleo, esta foi, ao longo do século XX, a grande determinante do PIB nacional e a grande responsável pelas finanças e investimentos do país.

Para Ayerbe, com o surgimento da fase monopolista do capitalismo a partir do último quartel do séc. XIX ocorre um amplo processo de mudanças na economia internacional. Ao mesmo tempo em que crescem o comércio mundial de produtos primários e as áreas destinadas à sua produção, também aumenta o fluxo de capitais em direção aos países periféricos, por exemplo, a América Latina.[44]

Desta dependência percebemos o surgimento de uma burguesia nacional parasitária interligada ao imperialismo e de partidos políticos com diferentes interesses, mas que se uniram em um pacto para harmonizá-los. O chamado pacto *punto fijo*, ao mesmo tempo em que deu uma fachada democrática para o governo nacional, proporcionou uma política do continuísmo. Desenvolvimento da indústria petroleira e benefício dos grandes grupos monopolistas do petróleo: o grupo de Rockefeller e a Shell Corporation.

Para Hémery, Debeiur e Deleage, a imposição dos Estados produtores e das companhias independentes na década de 1960, por um maior controle estatal, iria prejudicar de certo modo o poder das sete irmãs. Apesar disso, as companhias privadas e as estatais constituídas neste período convivem em elos de contratos de serviços e comercialização e permanecem até hoje como as maiores do mundo. As sete irmãs controlam 70% da produção mundial de petróleo.

A intervenção feita pelos EUA no preço da energia no mercado internacional, foi sua maneira de resolver o dilema da crise. A renda petroleira veio a socorrer o lucro das grandes companhias monopolistas como a Standart e a Shell. O lucro destas empresas foi assegurado em troca de uma perda de controle sobre a produção, mesmo quando o Estado produtor administra a empresa nacional, na Venezuela, a PDVSA.

O desequilíbrio que estes fatores causaram nos países produtores foi enorme: desaceleração do crescimento do PIB, desvalorização da moeda nacional, inflação e dívida externa. A fachada industrial que as receitas de petróleo proporcionavam à Venezuela não impediu mais um acordo com o FMI para refinanciar a dívida e fazer mais empréstimos. Já durante o governo de Lusinchi, observamos esboços de políticas neoliberais que serão realmente implantadas durante o segundo governo de Carlos Andrés Perez. Em 1988, fez-se o acordo com o FMI e adotaram-se as medidas do Consenso de Washington.

Na "nova" fase, imperialista, os Estados não perdem força nem se diluem. Pelo contrário, sua função aumenta. Requer um processo ao mesmo tempo político, econômico e ideológico e, por isso, não se encerram as relações de dominação e dependência política entre eles.[45] Para Harvey, este período se singulariza pela importância das espoliações internas e externas, forjando os "novos espaços" que criam condições materiais ao processo de acumulação capitalista. É o novo perfil da exportação de capitais que incentiva as políticas neoliberais e gera espaços para acumulação[46]. Assim podemos entender que a estreita relação entre o Estado nacional venezuelano e as grandes corporações do petróleo favoreceu o processo de acumulação imperialista.

Tudo no país está relacionado ao petróleo. A alta ou a baixa deste produto, afeta as finanças, as políticas, a sociedade etc. Entretanto sabemos que o petróleo não é dirigido apenas no âmbito interno, das políticas nacionais, mas também externo. Em Manhatan e Washington definem-se importantes aspectos das políticas nacionais venezuelanas. Poulantzas afirma que neste período a dominação do modo de produção capitalista não se dá mais apenas

44 LUIS FERNANDO Ayerbe. *Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia.* São Paulo: Unesp, 2002, p.47.
45 NICOS Poulantzas. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
46 DAVID Harvey. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

do exterior, mas estabelece sua dominância no próprio seio dos países dependentes.

Na Venezuela percebemos que durante o período analisado, o bloco no poder agia na maioria das vezes em total conexão com o imperialismo. As classes dominantes locais equilibravam o domínio do país por meio de contratos, concessões ao capital estrangeiro e corrupção. Beneficiando as empresas petroleiras, viviam como uma burguesia parasitária[47] devido aos lucros que este setor fornecia.

A Venezuela se caracterizou ao longo do século XX (aqui recortado entre a década de 1910 a década de 1980), por um capitalismo rentista petroleiro, onde as classes dominantes locais, o Estado e as grandes corporações de petróleo se beneficiaram com o produto nacional. Recorrendo à formulação de Franz Lee[48], a política imperialista do petróleo foi, no período analisado neste trabalho, para a Venezuela, uma praga capitalista em nível global.

47 Lênin, 1982.
48 FRANZ, Lee; JUTTA, Schimitt, Venezuela: La revolucion pasando el Rubicón. Mérida: IMMECA, 2006.

As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras[1]

Pedro Henrique Pedreira Campos*

Recentemente, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, o presidente venezuelano Hugo Chávez teve que responder à seguinte pergunta de um representante da construtora Norberto Odebrecht:

> "Presidente Hugo Chávez, boa noite. Em 2006, o senhor deverá inaugurar um complexo rodoferroviário e a ponte sobre o rio Orenoco, que é a obra mais emblemática em termos de integração sul-americana. Este projeto, adicionado aos estudos que estão sendo desenvolvidos para a construção da infra-estrutura energética através de um gasoduto ligando Argentina, Brasil e Venezuela, não virão a significar aquela auto-estima que nós tanto precisamos para começarmos o caminho da independência sul-americana?"[2]

A resposta dada pelo presidente foi de grande entusiasmo e em total acordo com a mensagem implícita na indagação feita pelo executivo da empresa brasileira. Em um programa cheio de jornalistas questionadores do governo chavista, esse foi um dos raros momentos de conforto para o líder venezuelano.

Esse diálogo remete a um processo bastante vigoroso por que passam as empresas brasileiras de indústria de construção desde a década de 1970, o da sua transformação em multinacionais. O objetivo desse artigo é contribuir para a compreensão das origens do movimento histórico dos investimentos no exterior feitos pelas empreiteiras de origem nacional.

Pode-se dizer, sem grande chance de erro, que atualmente os ramos mais internacionalizados da economia brasileira são o de engenharia e o de siderurgia, contando com diversas transnacionais que atuam em várias partes do mundo. As principais empreiteiras nessa situação são Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS. Todas elas têm presença consolidada no exterior e serão citadas constantemente daqui por diante.

Para compreender esse processo, é necessário retornar algumas décadas da história e debruçar-se sobre grandes obras feitas no país e sobre a penetração de representantes dessas empresas e de suas agências específicas no aparelho de Estado. A partir do poder do grupo e também das diferentes conjunturas passadas pela economia brasileira nas últimas décadas será possível explicar esse processo de internacionalização.

Essas grandes firmas de construção civil nacionais surgiram por volta da década de 40. Como o nome de quase todas deixa mostrar, são empresas de origem familiar e nacional. A Odebrecht (NO) foi fundada na cidade de Salvador, em 1944, por Norberto Odebrecht, descendente de imigrantes alemães que chegaram a Santa Catarina em meados do século XIX. A Andrade Gutierrez (AG) foi criada em 1948 por Flávio Gutierrez e pelos irmãos Gabriel e Roberto Andrade e é mineira, assim como a Mendes Júnior (MJ), de 1953. A Camargo Corrêa (CC) é a mais antiga de todas, de 1939, gerada em Jaú, interior de São Paulo, por Sebastião Ferraz de Camargo Penteado, uma das maiores fortunas brasileiras, e Sylvio Brant Corrêa. A pernambucana Queiroz Galvão (QJ) nasceu em 1953 das mãos de três irmãos, Antonio, Mário e Dário Queiroz Galvão. Por fim, a OAS é a mais novata de todas, datando de 1976, em Salvador.[3]

Um dos motivos que explica o fato de três das maiores empresas de engenharia terem origem nordestina é o grande número de obras de infra-estrutura locais nas décadas de 1950 e 1960, principalmente por conta da SUDENE e das usinas hidrelétricas na região – o potencial hidrelétrico do Nordeste é o mais explorado dentre as regiões do

1 Agradeço a leitura do texto e as sugestões sempre pertinentes de Virginia Fontes.

* Doutorando em História social na Universidade Federal Fluminense e professor na UFF e na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

2 Programa exibido em 03/10/2005 e transcrito no endereço http://rodaviva.fapesp.br/, sítio acessado em 20 de janeiro de 2008.

3 http://www.odebrecht.com.br/ acessado em 19 de agosto de 2007. http://www.andradegutierrez.com.br/ acessado em 20 de agosto de 2007. http://www.camargocorrea.com.br/ acessado em 20 de agosto de 2007. acessado em 20 de agosto de 2007; http://www.queirozgalvao.com/br/ acessado em 30 de agosto de 2007; http://www.oas.com.br/ acessado em 20 de agosto de 2007.

Brasil. A maioria dessas empresas não manteve as sedes nos estados de origem, fazendo com que, hoje, as quatro maiores tenham centro nacional no Rio e em São Paulo. Outra aparente distorção na origem regional das companhias é a presença de apenas uma construtora paulista e duas mineiras. Para entender essa peculiaridade é preciso voltar os olhos para os cinco anos da administração do presidente mineiro Juscelino Kubitschek.

No Plano de Metas do governo JK, estavam previstos 10 mil quilômetros de rodovias a serem construídas, mas, em 1960, haviam sido feitos 20 mil quilômetros, ao passo que, no mesmo período, foram criados 826 km de estradas de ferro. Esses números se relacionam diretamente com a escolha do modelo rodoviário no Brasil, que remete à chegada das grandes montadoras multinacionais no período, quais sejam Volkswagen, General Motors, Mercedez-Benz e Toyota. Um caso mais emblemático no período é o da construção da estrada Belém-Brasília, enorme rodovia realizada pela Queiroz Galvão que corta grande parte do território nacional e que foi utilizada como marco de integração da Amazônia, segundo o discurso oficial. A mineira Andrade Gutierrez ganhou a oportunidade de fazer a sua primeira obra interestadual no período, com a BR-3, atual BR-040, no trecho que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte.[4]

Porém, a maior área de ganho das empreiteiras não foi e nem é a construção de rodovias e sim as hidrelétricas e barragens. Foi nesse tipo de obra que essas firmas mais auferiram lucros e acabaram se consolidando. Ainda no governo JK, foram construídas duas grandes hidrelétricas, as de Furnas e de Três Marias, que junto com outros projetos aumentaram em 65% a produção energética nacional. A construção da usina de Furnas foi importante para o fortalecimento da empresa mineira Mendes Júnior, que a construiu e acabou se tornando a primeira multinacional brasileira de engenharia.

Outra importante alavanca para o ramo da construção pesada nacional foi a Petrobrás e os seus requisitos na área de engenharia. Todas essas companhias prestaram serviços para a estatal e tiveram lucros com isso, havendo o caso extremo da Odebrecht que, em sua apresentação empresarial se orgulha de ter construído para a empresa refinarias, plataformas, estradas, prédios – inclusive o prédio-sede da BR na avenida Chile, no Rio –, portos e ter perfurado nada menos do que 140 poços de petróleo e gás no mar.

Se o governo de Juscelino possibilitou amplas encomendas para a construção civil brasileira, o regime ditatorial foi mais favorável ainda para essas empresas. Em primeiro lugar, a política dos governos ditatoriais foi, em geral, benéfica para o grande capital. Medidas como o rebaixamento do salário mínimo e restrições para os aumentos salariais, imposição de silêncio aos sindicatos, o incentivo às fusões de empresas, a criação das poupanças compulsórias do FGTS, PIS e PASEP, a inação forçada da justiça do trabalho e de mecanismos fiscalizadores típicos propiciaram o crescimento dos lucros privados e a consolidação de conglomerados empresariais. No caso da construção civil, as restrições à justiça trabalhista e aos mecanismos fiscalizadores – tais como imprensa, ministério público – tiveram o efeito perverso de incrementar em grande escala os acidentes de trabalho.[5]

Para o setor da construção, importantes medidas do regime ditatorial foram a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a encomenda de grandes obras às empreiteiras. O BNH foi projetado antes do período ditatorial por membros do IPES/IBAD como Sandra Cavalcanti, aliada de Carlos Lacerda e secretária de seu governo no estado da Guanabara, e outros agentes que participaram do planejamento do golpe de 64. Criado logo após a derrubada de João Goulart, o BNH estava incluído na reformulação do sistema financeiro nacional, que incluiu também a criação do Banco Central e do Sistema Federal de Habitação. O banco tinha o propósito de implementar políticas governamentais de habitação, refinanciar o crédito habitacional, remover favelas, dentre outras incumbências menores. Os recursos utilizados pelo banco estatal eram oriundos do FGTS e da poupança voluntária. Forjado para o financiamento de casas para as classes populares, o BNH foi utilizado preferencialmente para custear imóveis de pessoas de rendimento médio, já que não se admitia a hipótese de subsídio total das casas.[6]

Se o BNH é um elemento central para se compreender o fortalecimento das empresas de construção imobiliária, as grandes obras realizadas a partir de 1964 explicam em boa medida a robustez das grandes firmas de engenharia nacional no fim do período ditatorial. O modelo rodoviário, estabelecido na gestão JK, foi reiterado, com a construção de

4 MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. Coleção Tudo é História. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 44-67.
5 MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. *História do Brasil Recente*: 1964-1992. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 66-9; 5IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p. 69-78.
6 FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. *Rupturas e Continuidades na Política Habitacional Brasileira, 1920-79*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1986. p. 120-8; 156-63; DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 231-52; 446-7.

grandes estradas, como a Transamazônica e outras, em especial na região Norte do país. Isso fez com que, no final da década de 1970, mais de 80% de todo o transporte no país fosse feito em rodovias. As hidrelétricas de grande porte viraram regra nas construções para a área de energia, chegando ao ápice da construção de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo em atividade até hoje, com uma potência de 14.000 MW. Além da hidrelétrica no rio Paraná, podem ser destacadas as usinas de Tucuruí I e II, Ilha Solteira, Xingó, Paulo Afonso IV e Itumbiara, todas com mais de 2.000 MW de potência instalada. No período, houve outras grandes obras como a construção das linhas de metrôs urbano, estádios, pontes, túneis, usinas nucleares e outras.[7]

Maria Moraes e Guido Mantega afirmam que, no final da década de 1970, a economia nacional se mostrava mais madura, mais autônoma que anteriormente, com a emergência de grupos monopolistas em três setores: na produção de bens de produção, na área financeira e na de construção civil. Por grupos monopolistas, entenda-se grandes grupos empresariais que têm um controle monopolista ou oligopolista sobre um determinado ramo da produção. São grupos de formação e constituição razoavelmente nacional, apesar de estarem na órbita da produção de bens duráveis, ramo dominado pelas multinacionais. Os bens de produção tiveram um grande crescimento durante o chamado período do "milagre", com a triplicação da produção no setor. Os bancos brasileiros foram altamente beneficiados pela reformulação do sistema financeiro nacional e pela emissão de papéis do governo, ganhando caráter nacional e grande penetração no aparelho de estado no final do período ditatorial. Por fim, o setor da construção civil teve crescimento destacado em função da nova política habitacional e das grandes obras.[8]

As empresas construtoras se organizaram em aparelhos privados de hegemonia para garantir posições estratégicas no aparelho de Estado, impulsionando medidas benéficas, políticas favoráveis, além das obras de infra-estrutura. Esses organismos específicos asseguram a representação e reivindicação dos interesses das construtoras dentro do aparelho de Estado. Desde o final da década de 1950, foram criadas diversas agências desse tipo, como a Câmara Brasileira de Construção Civil (CBIC), em 1957, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON), em 1959, e, por fim, a mais importante de todas, a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), em maio de 1964. Esse último órgão reúne as principais empresas do ramo e tem maior projeção que as outras agências, por ter interlocução com a Petrobras e também maior acesso à mídia e à imprensa.[9]

Com seu grande porte e alta capacidade organizativa, as empresas do setor reunidas em torno de alguns objetivos comuns puderam barganhar e pressionar por políticas favoráveis ao longo do regime ditatorial, fator decisivo para a monopolização das empresas no final dos anos 70. E é exatamente nesse período que as empreiteiras brasileiras deixam de atuar unicamente no país para entrar em grandes projetos no exterior. Apesar de essa tendência se evidenciar claramente apenas no final da década de 1970 e início dos anos 1980, antes disso, a Mendes Júnior solitariamente participou de alguns projetos no exterior. Em um momento em que o Brasil não tinha nenhuma outra multinacional no ramo, a empresa construiu uma hidrelétrica na Bolívia, de 1969 a 1973, e uma rodovia na Mauritânia, de 1975 a 1979. No final da década de 1970, quando outras empresas do ramo já começavam a participar de projetos no exterior, a construtora mineira participou de um interessante mecanismo da política externa do governo Geisel. Como o petróleo tinha quadruplicado de preço em 1973 e a balança de comércio com o Iraque era em muito desfavorável para o Brasil, a solução encontrada pelo Itamaraty foi a de trocar petróleo por serviços de engenharia. Nessas circunstâncias, a MJ *foi convidada* para a construção de uma ferrovia, uma rodovia expressa e uma estação de bombeamento do rio Eufrates, o chamado projeto Sifão. Ao valor de US$ 1,3 bilhão, as obras mobilizaram 10 mil trabalhadores brasileiros e tiveram por saldo a abertura do valioso mercado do Oriente Médio para outras empreiteiras brasileiras, região até hoje com obras da Odebrecht e Andrade Gutierrez. Apesar de a Mendes Júnior ter incrementado sua participação no exterior nas décadas de 1980 e 1990 com hidrelétricas, obras de metrô, minas e tratamento de água na China e no Chile, ela não participa hoje do rol das principais multinacionais brasileiras da indústria de construção.[10]

As demais firmas de obras pesadas começaram a se internacionalizar em fins da década de 70. Em 1978, a Camargo Corrêa começou a construção da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, a segunda em potência do mundo, então, com

7 MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 59-71.
8 MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. op. cit. p. 13-20.
9 http://www.cbic.org.br/ acessado em 26 de julho de 2007; http://www.sinicon.org.br/ acessado em 20 de agosto de 2007; www.abemi.org.br acessada em 5 de abril de 2007.
10 http://www.mendesjunior.com.br/.

capacidade instalada de 10.300 MW. Em 1979, a construtora Norberto Odebrecht iniciou obras de barragens no Chile e no Peru, inaugurando sua fase internacional. Em 1983, A Andrade Gutierrez estabeleceu o seu primeiro projeto no exterior, o de uma rodovia no Congo. Com uma barragem próxima a Montevidéu, a Queiroz Galvão fincou os pés na América Latina, em 1984. Por fim, a OAS tem projetos internacionais desde 2003.[11]

A dispersão dessas empresas pelo mundo, em seguida, só tendeu a aumentar, mas não seguiu em uma ordem aleatória. Muito pelo contrário, o que se vê são focos bem claros nesse processo. Em primeiro lugar, mais da metade das obras no exterior se situa na América Latina, preferencialmente nos países da América do Sul. A presença marcante na América do Sul é o traço fundamental da internacionalização dessas empresas e um caso emblemático disso é a Bolívia, o único país do mundo em que todas as cinco grandes empresas construtoras brasileiras estão presentes. Após a América do Sul e América Latina, o alvo são os chamados países subdesenvolvidos, em especial a África e, em menor escala, o Oriente Médio. As incursões nos países desenvolvidos é marginal, sendo emblemático o fato de que apenas duas empresas, a AG e a NO, estejam presentes em um mercado gigante como o norte-americano e apenas a Odebrecht tenha presença na Europa para além de Portugal. A explicação para isso é o alto desenvolvimento das empresas de engenharia dos centros dominantes do capitalismo mundial. Enquanto as grandes empresas de construção civil norte-americanas, européias e japonesas tornam os mercados dos seus países de origem dificilmente penetráveis para as empresas brasileiras, regiões como a América Latina, a África e a Ásia apresentam um quadro inverso; não tem empresas poderosas o suficiente para fazer frente às grandes brasileiras.

O continente africano apresenta exatamente essas características e, por isso, é o segundo mercado preferencial para as construtoras brasileiras, destacando-se a África portuguesa. Após a independência desses países, muitas obras foram encomendadas a empresas estrangeiras pagas com recursos da exportação de matérias-primas e recursos minerais. O caso de Angola é emblemático. Independente em 1975, o país de governo comunista teve como primeiro país estrangeiro a reconhecer a sua independência o Brasil, que tinha então um Estado ditatorial de direita. Logo em seguida, a Petrobrás passou a atuar no país e, já em 1980, também a Odebrecht, para construir hidrelétricas, estradas e sistemas de abastecimento de água. Hoje, a empreiteira tem quase 11 mil funcionários no país e divide o mercado de engenharia local com AG, CC e QG.[12]

O movimento de internacionalização dessas empresas não se reduziu ao fim do regime ditatorial; muito pelo contrário, mostra-se fortemente atual. Por isso, vemos diariamente nos jornais notícias como a da morte de um funcionário da Odebrecht no Iraque invadido pelos Estados Unidos; a tentativa da CC, AG e QG de participar da ampliação do Canal do Panamá, obra orçada em US$ 5,2 bilhões; a expectativa de rescisão pelo governo boliviano de um contrato com a Queiroz Galvão para a construção de uma estrada no país por conta de graves denúncias de irregularidades no processo de licitação e construção; dentre muitas outras.[13]

Hoje, essas companhias, juntas, estão presentes em 35 países do mundo e tem boa parte de suas receitas provenientes do exterior. A empresa-líder desse processo, a construtora Norberto Odebrecht, já teve obras em 30 países do mundo e, atualmente, tem *80% de todas as suas receitas oriundas de atividades no exterior*, índice inédito no Brasil.

Em 2004, as exportações de serviços das empresas de engenharia brasileiras chegaram a US$ 2,3 bilhões, prevendo-se US$ 3 bi para 2005 e US$ 4 bi para 2006, números que provavelmente foram alcançados. Para essa trajetória ascendente dos últimos anos foi fundamental uma política do governo Lula de financiamento das exportações, incluindo a de serviços. De acordo com os parâmetros dessa política, o BNDES e o Banco do Brasil resguardam uma linha de crédito específico para as exportações de empresas nacionais. Assim, bancos estatais financiam obras por toda a América do Sul, África e outros locais.[14]

O ano de 2006 foi um marco para a internacionalização das empresas brasileiras em geral, não só as de engenharia. Ao longo desse ano, as empresas brasileiras fizeram um volume de investimentos no exterior maior do que o das empresas estrangeiras no Brasil. Empresas nacionais investiram US$ 27,2 bilhões no exterior enquanto as multinacionais estrangeiras entraram com US$ 18,6 bilhões no Brasil. Esses números, porém, são bem discutíveis, já que US$ 19 bilhões desses recursos que saíram correspondem à compra da Inco, empresa canadense de mineração, pela Vale do Rio Doce. As

11 http://www.odebrecht.com.br/; http://www.andradegutierrez.com.br/; http://www.camargocorrea.com.br/; http://www.queirozgalvao.com/br/; http://www.oas.com.br/.
12 *O Globo.* Caderno de Economia. Reportagens de Eliane Oliveira e Ramona Ordoñez. 20 de agosto de 2006. p. 38.
13 http://www.oglobo.com/ acessado em 21 de janeiro de 2008; http://www.mre.gov.br/ acessado em 22 de janeiro de 2008.
14 http://www.cbic.org.br/ acessado em 22 de janeiro de 2008.
15 http://www.alusa.com.br/noticias/ acessado em 22 de janeiro de 2008. acessado em 22 de janeiro de 2008.

multinacionais brasileiras incluem Petrobrás, Vale, CSN, Gerdau, Coteminas e as empresas de engenharia.[15]

Além dos números de investimentos, é interessante enfocar um dado que sempre era observado no sentido inverso, o das remessas de lucro para o exterior. Não se deve dar ênfase apenas ao que a economia brasileira remete para fora em lucros e dividendos de transnacionais instaladas no país. Em 2005, entraram no país US$ 641 milhões de remessas de empresas brasileiras estabelecidas no estrangeiro e, em 2006, foram US$ 928 milhões, um aumento de quase 50%, mesmo com a conjuntura cambial desfavorável, de desvalorização do dólar. Espera-se para 2007 a ultrapassagem da barreira do bilhão de dólares, com a manutenção dessa tendência. Esses números ainda são irrisórios quando comparados com o valor da remessa de lucros e dividendos das multinacionais instaladas no país para o exterior, de US$ 16,3 bilhões em 2006, mas não se pode desprezar e entrada de 1 bilhão de dólares de lucros de empresas nacionais no país.[16]

Uma outra tendência paralela à internacionalização é encontrada quando se pesquisa a trajetória dessas empresas de construção. Todas elas diversificaram suas áreas de atuação diante da diminuição das grandes obras no país na decadência da ditadura. Essa ramificação é visível em diversos segmentos, como energia, telecomunicações, petroquímica, cimentos, calçados, têxteis e outros. Um primeiro tipo de ramificação é o da integração de processos[17], em que as empresas investem em atividades subsidiárias às que vinham desenvolvendo, como a atuação no mercado imobiliário, ou passam a produzir o que antes cabia a seus fornecedores, aço e cimento, por exemplo. Outro caminho comumente traçado foi a participação em concessões públicas a partir das políticas neoliberais. Assim, todas as cinco grandes empreiteiras têm concessões nas áreas de rodovias, telefonia, geração e distribuição de energia elétrica e outros, inclusive no exterior, onde a Odebrecht tem, por exemplo, contratos para exploração de estradas em Portugal e de abastecimento de água na capital de Angola.

Essa tendência é tão acentuada que as empresas têm perdido o seu caráter original de construtoras, convertendo-se em conglomerados monopolistas com uma variada carteira de investimentos, dentre os quais o de construção de obras de infra-estrutura se tornou minoritário. Assim, as organizações Odebrecht incluem a famosa construtora e também uma empresa muito maior, a Braskem, conglomerado petroquímico que possui pólos no Sul e no Nordeste, líder na América Latina e o terceiro grupo petroquímico das Américas, atrás apenas das gigantes Exxon e Dow Chemical. A empresa foi criada a partir da privatização de empresas como a Salgema Indústrias Químicas, PPH e Poliolefinas, nas décadas de 80 e 90. O enorme tamanho da Braskem diminui o porte da construtora no grupo como demonstram os números: 68,85% das receitas das organizações Odebrecht em 2006 eram provenientes da química e petroquímica, enquanto 30,89% eram oriundos da construção e engenharia. Outros projetos da organização se situam nas concessões rodoviárias, concessões de energia e até no agronegócio, em que a empresa ETH, pertecente ao grupo, pretende investir R$ 5 bilhões no setor de açúcar e de álcool até 2014.[18]

A Andrade Gutierrez passou por um processo similar, apesar de ser especializada em outra atividade, a concessão de telefonia e telecomunicações. Mesmo participando de concessões como a da rodovia presidente Dutra, da ponte Rio-Niterói, da Rio-Teresópolis, da Via Lagos, da distribuição de energia na cidade do Rio de Janeiro e da ligação hidroviária entre Rio e Niterói através da AG Participações, o cerne da ramificação da companhia mineira é na área de telecomunicações, a partir da privatização da Telebrás, em 1998, certamente um grande negócio. A empresa é a terceira acionista da Telemar, atual Oi, com 10,28% do seu capital votante, e também da empresa Contax, da área de "callcenter", que tem 48 mil funcionários. Atualmente, está envolvida na compra da Brasil Telecom, negócio que, caso ocorra, fará com que a fatia da construção se reduza a 40% nos negócios do grupo AG, menos que o de telecomunicações.[19]

Queiroz Galvão, OAS e Mendes Júnior também têm negócios nas áreas financeira – principalmente nos empréstimos consignados e com desconto em folha –, concessões rodoviárias, abastecimento de água, controle de hidrelétricas, siderurgia, engenharia ambiental, agroindústria e petroquímica. Porém, nenhuma delas se compara aos tentáculos criados pela empresa de Sebastião Camargo Penteado. Dificilmente alguém lembraria mais da Camargo Corrêa do que de marcas como as

16 *O Globo*. 26/01/2007. Reportagem de Patrícia Duarte. http://oglobo.globo.com acessado em 24 de janeiro de 2008; http://www.alusa.com.br/noticias/ acessado em 22 de janeiro de 2008.
17 HOBSON, John Atkinson. *A Evolução do Capitalismo Moderno*: um estudo da produção mecanizada. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 108-9.
18 *O Globo*. Coluna do Ancelmo Góis. 31 de agosto de 2007. p. 24; http://www.odebrecht.com.br/
19 http://www.andradegutierrez.com.br/; *O Globo*. Coluna de Ancelmo Góis. 17 de janeiro de 2008. p. 14.

dos calçados Havaianas, Rainha e Topper, pertencentes ao grupo, ou das grifes Levi's, Gap e Lee, cujos tecidos são fornecidos pela Santista Têxtil, empresa do grupo CC. A ramificação da empresa a caracteriza como caso clássico de grupo monopolista que tem um leque extremamente variado de atividades. Fazem parte do grupo empresas de engenharia, edificações, equipamentos elétricos, empreendimentos imobiliários, construção naval, cimento, calçados, têxteis, siderurgia, táxi aéreo, gestão ambiental, agropecuária e concessões nas áreas de energia e rodovias. A Camargo Corrêa é acionista de empresas famosas e poderosas como Cimentos Cauê e Loma Negra, a empresa têxtil Alpargatas, a siderúrgica Usiminas e Itaúsa, holding que controla o banco Itaú, a Itautec-Philco, Duratex, Deca e outras. Isso tudo faz que a engenharia fique minorada dentro das atividades do grupo monopolista. Nos dados de 2003, a construtora representava apenas R$ 1,4 bilhão dos R$ 7,4 bilhões de receita de todo o grupo.[20]

Nos caminhos de uma explicação

A pesquisa que deu origem a esse artigo é ainda incipiente, sendo necessárias a coleta de mais informações e a discussão de diferentes hipóteses explicativas para se alcançar uma compreensão mais conclusiva do problema. Isso não impede que se faça um primeiro encaminhamento da questão, destacando-se as características e a historicidade desse processo de internacionalização, com vistas a encontrar a melhor explicação possível para o fenômeno.

As incursões das empresas de engenharia no exterior têm a "coincidência" de acontecerem quase ao mesmo tempo. Com a exceção da Mendes Júnior, com seu vôo solitário nos anos 70, as quatro outras grandes empresas de construção iniciaram seus projetos em território estrangeiro no período entre 1978 a 1984. A diversificações de atuação também começam no início da década de 80, acentuando-se esse processo com as desestatizações nos anos 90.

Baseado em leituras de Rufold Hilferding e John Hobson, Lênin mostrou que a expansão do capital em escala mundial é um fenômeno inserido na lógica do capitalismo e se deve à busca de altas taxas de lucro[21]. As possibilidades de investimentos e de obtenção de grandes lucros na área de construção pesada e infra-estrutura no Brasil em fins da década de 1970 diminuíram consideravelmente devido à crise do "milagre", ou melhor, ao esgotamento do modelo econômico da ditadura civil-militar[22]. A capacidade do Estado de encomendar grandes obras a essas firmas ficou reduzida devido aos índices de endividamento público e como o Estado era o principal cliente dessas companhias, houve a necessidade de ramificar ou buscar novos clientes. Essas empresas tinham adquirido experiência técnica e acumulado capital com as grandes obras desde meados da década de 50, o que facilitou a sua atuação em mercados como o latino-americano e o africano. Portanto, uma explicação possível para a internacionalização e diversificação das atuações dessas empresas pode ser encontrada na crise do modelo econômico dos anos 70 e na conseqüente diminuição de grandes obras de engenharia internamente e no estágio de consolidação monopolista que essas empresas tinham atingido no mesmo período.

Para que o sucesso dessas incursões no estrangeiro tenha ocorrido, não se pode deixar de lembrar a importância central que teve o Estado brasileiro. Se foi com grandes obras de infra-estrutura realizadas pelo Estado e política habitacional favorável que as companhias brasileiras de engenharia se fortaleceram – criando um oligopólio no mercado de construção pesada –, as políticas estatais foram fundamentais para a internacionalização dessas empresas. Através de políticas externas favoráveis, *convites* para projetos internacionais e financiamento direto, o Estado brasileiro foi decisivo para o processo de transnacionalização. Também para a ramificação das empresas, o aparelho de Estado teve papel essencial pelas privatizações realizadas e pela criação dos mercados de concessão rodoviária, de energia e outros.

A expansão dessas empresas pelo mundo pode se considerada imperialista no sentido de que se baseia na exportação de capitais, característica maior do imperialismo de acordo com a explicação de Lênin. O próprio capital financeiro, núcleo da expansão de capitais no final do século XIX e início do XX, também participa da expansão brasileira atualmente, via BNDES, BB e também de poderosos bancos privados estrangeiros e nacionais que financiam obras das construtoras no mundo. Notavelmente, há muitas diferenças entre a expansão mundial do capital atual em relação àquela ocorrida no início do século XX, mas não é possível negar a semelhança básica da tendência da exportação de capitais para busca de maiores taxas de lucro nos dois contextos.

20 http://www.mendesjunior.com.br/; http://www.queirozgalvao.com/br/; http://www.camargocorrea.com.br/; http://www.oas.com.br/

21 LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo*: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985. *passim*; LENIN, Vladimir Ilich. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. apud* MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. A economia política brasileira em questão, 1964-75. In: *Cadernos do Presente*. São Paulo: Aparte, 1978. p. 16.

22 Para a crise do "milagre", ver SINGER, Paul Israel. *A Crise do "Milagre"*: interpretação crítica da economia brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A cultura esportiva sob a hegemonia do Capitalismo Monopolista

Adriana Machado Penna[1]

O presente texto tem por objetivo analisar o processo de produção da ***cultura esportiva*** por entendermos que sua forma e seu conteúdo encontram-se determinados pela lógica do capitalismo monopolista contemporâneo. Nesse sentido, as expressões desta ***cultura esportiva*** – representada pelas diversas modalidades de esporte, pelas atividades da cultura corporal, pelos grandes eventos esportivos mundiais e a sua ampla cobertura pela mídia, sobretudo, televisiva – têm colaborado para a homogeneização de hábitos e padronização de comportamentos humanos, na tentativa de manipular e negar as contradições resultantes da luta de classes.

O avançado processo de mercantilização capitalista vem, cada vez mais, constituindo-se como circunstância fundamental para apreendermos as mediações presentes no campo esportivo. O esporte, nesta perspectiva, assimila uma nova funcionalidade ao inserir-se na dinâmica de produção e reprodução das atuais relações sociais capitalistas, tanto em escala internacional, quanto nacional.

Assim, o processo de fetichização da mercadoria[2] tem fortalecido o discurso que aponta o esporte como um instrumento exemplar, junto às políticas de inclusão social, para promover a paz e a tolerância entre os povos. Há, nesta direção, o reforço do discurso que defende a existência de uma neutralidade natural, própria das práticas esportivas e de seus participantes. Desta forma, o esporte se apresenta como unificador da sociedade, ao esconder-se sob uma falsa impermeabilidade aos embates políticos e disputas ideológicas.

A aparência de homogeneidade e neutralidade imposta à cultura esportiva (desde a sua linguagem e vestuários específicos, que produzem padrões estéticos e de comportamentos – além de uma gama interminável de mercadorias que prometem um novo estilo de vida...!), é funcional à propagação e fortalecimento da cultura hegemônica. Nesse sentido, se por um lado o esporte serve de instrumento para a socialização de novos hábitos (leia-se, imposição de novas mercadorias), por outro, serve de importante elemento para a propagação de políticas públicas assistencialistas que, a nosso ver, facilitam o processo de adequação social à fase monopolista do capital, contribuindo para mascarar as contradições atuais, responsáveis pelo acirramento da luta de classes. Entendemos que o esporte vem sendo utilizado como instrumento para a domesticação de corpos e mentes – tal como o temos percebido historicamente – e que, ao mesmo tempo, passa, também, a integrar a lógica contemporânea de expansão do capital.

Imperialismo: hegemonia dos monopólios

Desde a sua gênese aos dias atuais o capital busca, incessantemente, meios que promovam a expansão de sua ordem. Em outras palavras, é vital para o capitalismo a construção de mecanismos que dinamizem o seu processo de acumulação. Sobre este aspecto, Marx já nos alertava para o fato de que

> a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais. (...) A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. [3]

Nesse sentido, o imperialismo constituiu-se como uma nova fase do capitalismo, caracterizada pelo capital financeiro e pela fusão de grandes massas de capital industrial (produtivo) e bancário, além da fusão de megas corporações, o que irá desencadear o desenvolvimento dos grandes monopólios.

Marx, ao analisar questões referentes ao desenvolvimento do capital monopolizado identificou tendências do capitalismo que se afastavam da livre concorrência clássica entre

1 Profª. de Educação Física da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UERJ.

2 Nos apoiamos em Marx e sua teoria do valor, ao identificarmos o fenômeno esportivo como uma mercadoria.

3 MARX E ENGELS. O manifesto comunista. Em apêndice: A significação do manifesto do manifesto comunista na sociologia e na economia, por J. A. SCHUMPETER. 2ª edição. Zahar Editores; Rio de Janeiro. 1978. p. 96-97.

produtores, dando lugar à formação de monopólios. Tais tendências, de acordo com Marx, estavam "intimamente ligadas à maior composição orgânica do capital"[4]. Paul Sweezy[5] alerta para dois aspectos que devem ser considerados nesta análise e que, antes de qualquer coisa, foram destacados por Marx: "primeiro, o crescimento do capital constante em relação ao variável; e segundo, o crescimento da parte fixa do capital constante, isto é, de edifícios e máquinas em relação às matérias-primas, processadas e auxiliares". Como resultado da associação entre tais tendências, diz Sweezy, Marx verificou uma "elevação no volume médio da unidade produtiva"[6]. Este fenômeno, segundo Marx, se expressa tanto pelo processo de "Concentração do Capital", como pelo de "Centralização do Capital".[7]

Ainda, de acordo com Sweezy,[8] é necessário dar atenção aos três principais efeitos decorrentes da "Centralização" e, em menor grau, da "Concentração". São eles: 1º) o processo de "socialização" e de "racionalização" do trabalho, relativo ao avanço das forças produtivas; 2º) o fato da própria "Centralização", enquanto conseqüência das transformações técnicas produzidas e da crescente composição orgânica do capital, atuar no sentido de acelerar, ainda mais, os avanços e transformações técnicas. E o último efeito [o 3º] que, segundo Sweezy, "não interessava a Marx naquela fase de sua exposição onde tratava da centralização"[9]. Este último efeito corresponde, portanto, à substituição progressiva da "concorrência entre um grande número de produtores", por um número bastante reduzido de monopólios pelo controle dos mercados. Assim, submetidos às novas condições de "Concentração" e "Centralização" do capital, realizadas no domínio da indústria, passou-se a verificar uma nova forma de concorrência entre os diversos ramos industriais. Sob essas circunstâncias subsistiam um número cada vez menor de empresas que, em conjunto, passavam a dominar, quase que na totalidade, toda a produção do mercado, como já abordamos acima. Tais empresas podiam "desde então entender-se para tentar dominar o mercado, quer dizer, cessar de fazer baixar os preços de venda, repartindo entre si os mercados, segundo as relações de força do momento" .[10]

Esta fase do capitalismo, caracterizada no início do século XX, por Lênin, como Imperialismo, passa a privilegiar a formação dos monopólios e as práticas baseadas no "parasitismo e na decomposição do capitalismo". Configura-se, desta forma, uma fase histórica superior do capitalismo[11]. Esta é, na análise de Lênin, "a base econômica deste fenômeno histórico universal"[12]. Nesse sentido, conhecer a essência econômica do Imperialismo (que segundo o autor é "um problema econômico fundamental") torna-se tarefa indispensável à apreensão de toda e qualquer questão relativa à política, à economia e à cultura na atualidade.

Lênin, ao analisar a "livre concorrência"[13], reforça que o capitalismo, na sua fase imperialista, "conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos. (...) mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos"[14].

Sob o poder dos monopólios, o capitalismo responde por um sistema minado pela especulação e que, portanto, gera lucros extraordinários aos **"gênios da maquinação financeira"**[15]. Para Lênin, todo este processo de "maquinação" e de "trapaças", na realidade, tem "a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia os especuladores". [16]

Mandel[17], ao tratar do surto dos monopólios, afirma que este período não coloca um ponto final à concorrência capitalista e nem, tampouco, tal período traduz-se pelo domínio de cada ramo industrial, especificamente, por uma única empresa. Ao contrário, Mandel afirma que nestes novos setores monopolizados, a prática da concorrência deixa de se "exercer normalmente pela baixa de preços" e que, portanto, em função deste aspecto, "os grandes trustes

4 Para Marx a composição orgânica do capital: "é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante do trabalho exigido para seu emprego". (O Capital I, tomo. 2, p. 187)
5 SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Biblioteca de ciências sociais. RJ: Zahar Editores. RJ. 1973. Op.Cit.
6 Idem. Ibidem. p. 284.
7 A respeito da Concentração de Capitais, Marx afirma: "Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. (...). Sobre a Centralização de Capitais, Marx diz se tratar da concentração de "capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. (...) o progresso da centralização não depende, de nenhum modo do crescimento positivo da grandeza do capital social". (O Capital, I – tomo 2, p. 196 -197).
8 SWEEZY. P. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Biblioteca de ciências sociais. RJ: Zahar Editores, 1973, p. 286-287. Op.Cit.
9 Idem. Ibidem.
10 MANDEL, Erneste. *Introdução ao marxismo*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982, p. 43. Op. Cit.
11 I. V. LÊNIN. O imperialismo: etapa superior do capitalismo. 1917, p. 5.
12 Idem, ibidem, p. 5.
13 Idem, ibidem, p. 10.
14 Idem, ibidem, p. 13.
15 Idem, ibidem, p. 14. (grifo nosso)
16 Idem, Ibidem, p. 14.
17 MANDEL, Erneste. *Introdução ao marxismo*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982. Op. Cit.

obtêm sobre-lucros monopolísticos, quer dizer, obtêm uma taxa de lucro superior à das empresas de setores não monopolizados". [18]

É relevante ressaltarmos que – ainda que tais transformações permaneçam em curso, e que os monopólios se configurem hegemônicos, dentro da lógica capitalista contemporânea – temos por certo que a base da economia capitalista constitui-se no processo universal e de generalização da produção de mercadorias, agora, sob novas bases.

Imperialismo e Dependência

Como vimos acima, os monopólios dispõem de capital abundante, graças às práticas executadas através de acordos entre um grupo reduzido de empresas, detentoras de grandes massas de capitais. A exportação de capitais, enquanto característica da era imperialista se dá em direção a países nos quais os lucros são bastante superiores "à média dos setores competitivos dos países imperialistas, e vão estimular produções complementares da indústria metropolitana"[19]. Há, nesse sentido, uma mudança central observada no funcionamento do sistema capitalista ou, melhor dizendo, na lógica internacional do capital. O que se podia observar, anteriormente à hegemonia dos monopólios, era um controle efetivo por parte dos países imperialistas sobre suas mercadorias vendidas aos países da periferia, e sobre a compra de matérias-primas realizadas a estes últimos. Mas, tais circunstâncias sofreram profundas transformações na medida em que países imperialistas passam a exportar capital aos países da periferia do sistema capitalista. Sob esta lógica, os países imperialistas têm fortíssimo interesse em criar mecanismos de controle permanente sobre os países nos quais investiram o seu capital.

A era imperialista é compreendida por duas fases que, apesar de distintas, se complementam. A primeira, de acordo com Mandel[20], caracteriza-se como a fase do "imperialismo 'clássico'". A segunda, ou, a fase do "capitalismo tardio"[21], configura-se pelas novas tendências impostas à organização econômica dos Estados-nação. Sob tais circunstâncias, soma-se ao papel do Estado uma série de obrigações que vão, desde a reativação de setores industriais ("cronicamente deficitários" e "não rentáveis"[22]), até a necessidade de garantir a manutenção dos "lucros dos grandes monopólios, concedendo a estes encomendas do Estado (sobretudo, mas não só, encomendas militares) bem como subvenções, subsídios, etc".[23]

Esporte e Imperialismo

As relações sociais capitalistas, bem como suas desigualdades e privações, são socialmente produzidas nas, e, também, pelas relações de produção que imperam sob circunstâncias determinadas historicamente. Marx nos mostra que o "processo de produção capitalista se reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho". [24]

Nesse sentido, a ideologia dominante insiste em formar e divulgar uma relação mecânica, de causa e efeito, entre exclusão/inclusão. As circunstâncias pelas quais grandes massas de seres humanos sobrevivem sem trabalho, moradia e educação, por exemplo, sofrem tentativa de naturalização por parte da burguesia. Estas circunstâncias passam a justificar as várias expressões da pobreza e da desigualdade entre as classes sociais, em todo o mundo. Tal discurso, ao (re)produzir e naturalizar o fenômeno da marginalização social, não revela os elementos que determinam os fenômenos da "exclusão" e da "pobreza". É fundamental, portanto, uma análise que traga à tona as contradições que constituem esses elementos, posto que, os mesmos, são indispensáveis à própria existência da expansão capitalista.

Em decorrência destas condições observa-se por parte dos Estados-nação, a necessidade de adequação a critérios políticos e econômicos, que irão subsidiar projetos pontuais de inclusão social, conhecidos por suas políticas de assistencialismo e minimização da pobreza. Chamamos a atenção para o fato de que tal matriz ideológica tem alimentado o discurso do incentivo às "práticas solidárias" e ao "trabalho voluntário" e buscado arrefecer as manifestações da luta de classes. Nesse sentido, o discurso da inclusão/exclusão, além das práticas por ele garantidas, encontram-se vinculados aos inúmeros projetos imperialistas, dentre os quais estão os vários projetos esportivos.

Como exemplo de adesão à lógica imperialista exposta acima, podemos dar destaque ao

18 Idem, ibidem, p. 45.
19 Idem, Ibidem, p. 45.
20 Idem, Ibidem.
21 Idem, Ibidem, p. 47. Segundo Mandel, o "imperialismo clássico" faz parte do período anterior à 1º guerra mundial bem como o período entre as duas guerras. A era do "capitalismo tardio" começa com a 2ª guerra mundial ou com o fim desta. Nesta era do capitalismo tardio, a concentração e a centralização do capital estendem-se cada vez mais à escala internacional.
22 Idem, Ibidem, p. 47.
23 Idem, ibidem, p. 47.
24 MARX, Karl. O Capital Livro Primeiro – Tomo 2, 1984, p. 161.

programa "Esporte para Todos"[25], ou, mais recentemente, às políticas que emergem do discurso do esporte enquanto cultura para promover a tolerância entre os povos, rumo à paz no milênio. Este último teve início quando, em setembro de 2000, em Nova York, líderes de 191 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) definiram estratégias, até 2015, para garantir a qualidade de vida e a diminuição da pobreza em todo o mundo. Tais estratégias, batizadas de **Metas do Milênio**[26], incluem ações em benefício à educação, à saúde, entre outros aspectos que, segundo a ONU, são fundamentais para o desenvolvimento e para a manutenção da vida.

Inúmeros critérios ganharam destaque, objetivando o alcance das metas acima previstas. Alguns deles foram apontados, especificamente, no "***Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: em Direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio"***[27] **.** Este último mostra que, em julho de 2002, o Secretário Geral das Nações Unidas reuniu uma Força Tarefa para rever as atividades que envolvem o esporte dentro do sistema das Nações Unidas**.**[28]

O objetivo do relatório acima, consiste em apontar as principais contribuições do esporte na busca pela concretização das Metas de Desenvolvimento para o Milênio (MDMs). Nesta direção, os esforços das Nações Unidas, no sentido de prestar assistência aos diferentes países para que consigam atingir as MDMs, incluem "vários atores" que, ao trabalharem em parceria, supostamente contribuirão para o desenvolvimento sustentável do planeta, e para a promoção da paz entre os povos. As concepções defendidas por este relatório, reforçam o princípio liberal da igualdade, da participação e da responsabilidade do indivíduo.

Dentro das perspectivas acima apontadas, o texto do relatório destaca a idéia de que o esporte pode atravessar as barreiras que dividem as sociedades tornando-se, desta forma, uma poderosa ferramenta para apoiar esforços, voltados à prevenção de conflitos e pela construção da paz. Tanto simbolicamente, no nível global, quanto dentro dos diferentes países e comunidades, a idéia da tolerância e da paz deveria estar associada à imagem do esporte.

No que se refere à relação entre esporte e desenvolvimento humano, as Nações Unidas defendem que, quando aplicados eficazmente, os programas de esporte promovem a integração social e fomentam a tolerância, ajudando na redução de tensão e na facilitação e geração de diálogo. Defendem, ainda, que o poder de organização e a capacidade natural que o esporte tem, fazem deste uma ferramenta ainda mais eficaz para estruturar a comunicação e a conscientização dos indivíduos, independente de quaisquer diferenças.

Neste contexto, faz-se indispensável chamar a atenção para as políticas nacionais do esporte, que tiveram origem no primeiro governo Lula. Desde então, o esporte vem sendo utilizado, sobretudo, como política de "inclusão social" e "desenvolvimento humano" e, ao mesmo tempo, como mercadoria a ser negociada no mercado mundial.

As políticas para o desenvolvimento do esporte no governo Lula, sempre estiveram alinhadas à idéia da aquisição de parcerias público-privadas (PPP) que, de acordo com o próprio ministério, trata-se de parcerias imprescindíveis à viabilização dos "Projetos Esportivos Sociais". Ao divulgar a criação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, o Ministério do Esporte deixava claro que, as orientações contidas no Relatório da Força Tarefa da ONU, serviram como matriz teórico-metodológica para as políticas do esporte nacional e que, de forma surpreendente, boa parte destas orientações já vinha sendo aplicada no país.

Em dezembro de 2006 comemorava-se, em nota acessível no sítio do Ministério do Esporte, a aprovação da "Lei de Incentivo ao Esporte". A idéia era "criar canais para atrair empresas e pessoas físicas para investir em esporte por meio de renúncia fiscal"[29]. Pessoas físicas poderiam doar ou usar, como patrocínio, até 6% do imposto devido e as pessoas jurídicas, empresas, clubes sociais, entre outros, até

25 De acordo com Cavalcanti (1984), o conceito Esporte para Todos, foi formulado pela primeira vez em 1966, pelo Conselho da Europa. Já, enquanto movimento, o Esporte para Todos surgiu na Noruega, no ano de 1967. Objetivando a implantação deste programa, uma campanha, utilizando-se da mídia de massa, foi lançada por seu idealizador, Per Hauge-Moe, buscando estimular os sedentários a praticar atividade física. A concepção do Esporte para Todos defendia que os princípios do esporte deveriam orientar a prática esportiva no contexto da educação permanente e do desenvolvimento cultural. Em 1967 aconteceu o primeiro encontro internacional para se discutir "as possibilidades de implantação de programas dentro da nova filosofia de prática esportiva, que se estava desenvolvendo". (p. 15) CAVALCANTI, Kátia B. Esporte para Todos: um discurso ideológico. S.P.: IBRASA, 1984.

26 As Metas do Milênio podem ser conhecidas no Portal da Saúde – Ministério da SaÚde. Em: www.saude.gov.br, acesso em 20/09/2005).

27 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção às Metas de Desenvolvimento do Milênio. 2003. Disponível em: http://wwwesporte.gov.br. Acesso em: 15/11/2004

28 A Força Tarefa entre agências para o Desenvolvimento e a Paz, constituiu-se com a seguinte formação: OIT, UNESCO, OMS, UNDP, UNV, PNUMA, UNHCR, UNICEF, UNODC e a UNAIDS. (ibid.)

29 Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/ascom/noticia_detalhe.jsp?idnoticia=3877. Notícia veiculada em 21/12/2006: **Nota oficial - Ministério do Esporte comemora aprovação da Lei de Incentivo**

4%. Na concepção do Ministério, esta lei representa a garantia de acesso ao esporte e ao lazer a todos os brasileiros[30]. Acesso este que não é efetivado na prática, mas que, contraditoriamente, tem sua garantia prevista como direito constitucional.

A política de mercantilização do setor esportivo no Brasil alcança, no nosso entendimento, o auge de sua organicidade e competitividade, frente ao mercado mundial, com o advento dos Jogos Pan-Americanos[31]. A partir de fontes do próprio Ministério do Esporte[32], foi possível elencarmos várias empresas públicas e privadas, com a predominância destas últimas, que patrocinaram aquele evento[33]. Além destas informações, o Ministério do Esporte deu destaque a campanhas publicitárias que levavam a seguinte mensagem: **"Investir no Pan é investir no Brasil"**. Segundo o Ministério, este slogan tinha por objetivo mostrar que as ações do governo em vários setores, e também no que se refere aos esportes, "**[...] são investimentos de forte impacto e de longo prazo**" [34](grifos nossos).

O processo de mercantilização do esporte evidencia-se não apenas pela entrada do capital privado para o seu financiamento, mas pela criação de um mercado próprio a estes eventos, bem como, de todos os insumos e meios de produção que o cercam.

Esporte-mercadoria

Ao ser assimilado pela atual lógica de industrialização – aliada ao avanço tecnológico e às estratégias do marketing – o esporte vem assumindo uma nova expressão junto à produção e reprodução das relações sociais. Os atuais critérios de produção e ressignificação do mundo dos esportes seguem revelando, implícita e/ou explicitamente, toda a sua potência produtiva de valor. Nesse sentido, a ***cultura esportiva*** assume, em suas diversas expressões sociais, o caráter de mercadoria enquanto promotora da mercantilização de vontades e de determinadas relações humanas.

Ao refletirmos sobre o processo de mercantilização do esporte, não poderíamos deixar de associá-lo às ações de grandes monopólios – tal como foram caracterizados acima – entre os quais, muitos não estiveram, desde a sua origem, ligados ao campo esportivo. Neste contexto, é exemplar o grande número de empresas que já estão atentas ao campeonato mundial de futebol, que acontecerá no Brasil em 2014.

> A Copa do Mundo vai movimentar o mercado publicitário. Apenas dos seus 15 patrocinadores oficiais, a Fifa receberá R$ 1,25 bilhão em royalties pelo uso da marca do torneio.
>
> A Copa do Mundo revoluciona não só o mercado publicitário, com os patrocinadores se multiplicando ao infinito, mas também todos os meios de comunicação, que vêem no torneio uma maneira de poder sair da crise. **A competição conta com 15 patrocinadores oficiais, como a fabricante de material esportivo Adidas. Mas também empresas que nada têm a ver com futebol, desde o operador Deutsche Telekom, às cervejas Budweiser, passando pela fabricante de lâminas de barbear Gillette, os pneus Continental e o portal Yahoo.**
>
> É difícil saber a cota de cada um, mas a Federação Internacional de Futebol (Fifa) anunciou que arrecadará 500 milhões de euros (cerca de R$ 1,25 bilhão) em royalties pela utilização exclusiva do nome e do símbolo da Copa do Mundo pelos patrocinadores. Ao redor desse núcleo de privilegiados, que anunciarão nos 64 jogos, gira uma multidão de outros patrocinadores: os das equipes e os dos jogadores. [35]

Observa-se o elevado número empresas que, cada vez mais, se associam ao mercado do esporte e migram para este setor, contudo, sem abandonar seus setores originais. Tais empresas, de um modo geral, utilizam como mote para suas campanhas, a possibilidade de ofertar maior emoção aos seus consumidores e atletas, ao mesmo tempo em que os aproximam de suas mercadorias.

---

30 NOZAKI, Hajime T., PENNA, Adriana M. Jogos Pan-Americanos Rio de Janeiro 2007: por trás das cortinas do grande espetáculo. In: Lecturas: Educación Física y Deportes. Revista Digital. 2007 Acessível em: http//www.efdeportes.com

31 Os Jogos Pan-Americanos de 2007 foram realizados na cidade do Rio de Janeiro.

32 Disponíveis em: www.esporte.gov.br

33 NOZAKI, Hajime T., PENNA, Adriana M. (Op. Cit. 2007). Patrocinadores Públicos: Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Correios; Programa de Parceiros Olímpicos (TOP– The Olimpic Parther Programme), criado em 1985 e gerenciado pelo COI, é a única modalidade de patrocínio com direitos exclusivos dos Jogos de Verão e Inverno. Os parceiros TOP apóiam a organização dos Jogos e o movimento olímpico em geral. São eles: Coca-Cola; Mac Donald; Atos Origin; Omege; GE; Panasonic; Johnson-Jhonson; Kodak; Lenovo; VISA; Sansung; Manulife; Patrocinadores Oficiais dos Jogos Pan Americanos: Olympikus; Oi; Caixa; Sol (cerveja Pilsen); Petrobrás, Sadia; Parceiros: Golden Cross; Bob's. Fornecedores: Odonto Prev – Planos odontológico do Brasil.

34 Ministério do Esporte - http://portal.esporte.gov.br/ascom/noticia_detalhe.jsp?idnoticia=3983. Notícia veiculada em 01/03/2007: "Pan 2007 é divulgado em feira internacional na Colômbia"

35 JORNAL O POVO, 4 de maio de 2006. Disponível em: http//www.opovo.com.br. Acesso em: 25/02/2008. (Grifos nossos)

O conteúdo dos discursos de especialistas da área de marketing esportivo, que direcionam e subsidiam este mercado, pode ser observado abaixo.

> O Esporte de alta performance, também conhecido como esporte profissional de alto rendimento, sempre necessitou do patrocínio ou outras formas de investimento para sobreviver. Atualmente, a figura de grandes empresas é comumente encontrada em equipes, eventos e grandes campeonatos. Nos últimos anos, o investimento na área cresceu vertiginosamente: só nos Estados Unidos, o dinheiro alocado nos esportes, que em 1979 era de US$ 500 milhões, saltou para US$ 6 bilhões em 2001[36]. Mesmo sabendo da importância do patrocínio esportivo, são poucas as empresas que quantificam o retorno sobre este investimento. O resultado de uma pesquisa realizada pela *Performance Research* revelou que 72% das empresas não têm orçamento para pesquisar esse retorno e apenas 1% faz pesquisa neste sentido. A grande maioria depende do patrocinador para conhecer o retorno, e 61% não recebem essas informações[37]. Porém, este panorama tende a mudar no momento que os patrocinadores buscam obter informações a respeito do quanto ganham ou deixam de ganhar investindo no esporte pela mídia espontânea – mídia gerada por notícias, notas, reportagens e transmissões sem custo para a empresa – ou com o possível aumento das vendas. **Grandes empresas estão na busca de formas mais confiáveis e eficazes de avaliação do retorno do patrocínio esportivo**. **Cada vez mais é maior a consciência sobre a importância destas avaliações pelas empresas patrocinadoras**. [38]

O Estado, enquanto parte atuante e decisiva na totalidade complexa do capitalismo tem servido de forte estímulo à competitividade e aos investimentos no mercado mundial ligado, direta ou indiretamente, aos grandes eventos esportivos. Desta forma, estimula-se a propagação de uma ***cultura esportiva*** voltada à manutenção da hegemonia dos monopólios.

Considerações Finais

Ao considerarmos as análises apresentadas neste artigo, entendemos que a ***cultura esportiva*** vem se constituindo como uma instituição integrada ao modo de produção capitalista contemporâneo. Desta forma, problematizar a massificação da ***cultura esportiva*** representa munir a classe trabalhadora com instrumentos teóricos e práticos que estimulem a produção de atividades esportivas que neguem os modelos de esporte dominante. Tal negação deve se dar de forma crítica e organizada, ao compreendermos que os modelos dominantes de esporte são reproduzidos pelas políticas sociais e públicas dos Estados-nação que, ao mesmo tempo, estimulam a ampliação deste modelo na lógica do mercado.

À classe trabalhadora, impõe-se a tarefa histórica de apropriar-se dos meios de produção das atividades esportivas, bem como os da cultura corporal, enquanto um dos elementos que contribuirão para a superação do processo de alienação da consciência em si. Somente desta forma o esporte poderá contribuir, junto ao processo histórico-social, rumo à ruptura com o atual sistema de relações sociais.

---

36 KEARNEY, A.T. O jogo está começando**. HSM Management.** São Paulo, v.. 4, n. 39, p. 36-46, jul./ago. 2003. Apud. SOUSA, Paulo Daniel Batista de; MATTO, Leonardo Luiz de; SOUSA, Marco Aurélio Batista. REVISTA do *DCS ON LINE - CPTL/UFMS - TRËS LAGOAS - VOL. 1 - Nº 1 - NOVEMBRO/2005*.

37 Idem, ibidem.

38 SOUSA, Paulo Daniel Batista de; MATTO, Leonardo Luiz de; SOUSA, Marco Aurélio Batista. REVISTA do *DCS ON LINE - CPTL/UFMS - TRËS LAGOAS - VOL. 1 - Nº 1 - NOVEMBRO/2005*. (Grifo nosso).

TRADUÇÃO

O Imperialismo e a guerra[1]

Fonte: International Socialist Review, novembro de 1914. **Karl Kautsky (Setembro de 1914)**
Traduzido: William E. Bohn.
Transcrito: para marxists.org, março, 2002.

(Nota: A primeira tarefa dos socialistas em relação à guerra é compreendê-la. O fato de termos uma chave para o enigma que confunde a intelectualidade nacional constitui uma grande vantagem na atual campanha política. O artigo a seguir é uma aplicação dos princípios socialistas ao problema fundamental que demanda solução. Ele tem sua autoridade acrescida pelo fato de, com exceção dos últimos parágrafos, ter sido escrito várias semanas antes do início das hostilidades. Este texto foi publicado em Die Neue Zeit em 11 de setembro.)

O desenvolvimento do trabalho assalariado, a substituição da produção simples pela produção capitalista estimulam fortemente a produção industrial.

O capitalista – enquanto capitalista – não trabalha na empresa da qual extrai seus lucros. O pequeno produtor independente, trabalhando com suas próprias mãos, tem motivos para reduzir as horas de trabalho. Esses motivos não existem para o capitalista. Deve-se ter em mente que isso se refere, é claro, ao artesão do tempo em que o trabalho independente estava no auge, antes de ser reduzido ao estado de franca miséria pela competição com os capitalistas.

O capitalista tem homens trabalhando para seu proveito. Para ele, o desgaste desses trabalhadores nada significa. Quanto mais horas trabalharem, mais lucros terá.

Apesar disso, o capitalista individual precisa encontrar outros meios de aumentar a produção, uma vez que o desenvolvimento nessa direção tem limitações físicas precisas. Entretanto, tal limitação não se aplica ao número de trabalhadores que podem ser empregados. Se ele vai empregar 10, 100 ou 1.000, isso depende exclusivamente da extensão de seu capital. E cada empregado adicional significa um aumento em seus ganhos.

Com um investimento de capital acrescido e um maior número de trabalhadores vem, naturalmente, um aperfeiçoamento das máquinas, uma maior divisão do trabalho, métodos avançados de obtenção de matérias-primas e de comercialização dos produtos. Assim, independentemente da velocidade com que cresceu o número de trabalhadores na indústria, o aumento do montante de capital investido por trabalhador foi muito mais acelerado. E, na mesma proporção em que cresceram os lucros do capitalista individual, cresceu a soma que é incapaz de consumir.

Esse acúmulo precisa ser constantemente reinvestido para que o processo capitalista tenha continuidade.

Evidencia-se aqui uma enorme diferença entre a agricultura e a indústria. As possibilidades de investimento nesta são imensamente maiores do que naquela. Isso não significa que um proprietário de terras que imprima um caráter capitalista à produção agrícola tenha menos chances de acumular lucros do que um capitalista industrial. Mas implica, sim, que em determinados distritos as possibilidades de investir capital na agricultura sejam mais limitadas do que as possibilidades de investi-lo na indústria. As razões dessa diferença podem ser encontradas em vários fatores técnicos e sociais.

A agricultura lida com a produção e reprodução de organismos vivos. Esse processo não pode ser arbitrariamente facilitado ou estendido através do aumento do número de trabalhadores a ele dedicados. A indústria, ao contrário, pode ser ampliada indefinidamente enquanto o suprimento de trabalho e de matérias-primas for assegurado.

1 O presente artigo foi traduzido por Diana Berman (historiadora, tradutora e revisora) a partir da versão para a língua inglesa do texto de Kautsky, "Der Imperialismus", feita por William E. Bohn e publicada na International Socialist Review de novembro de 1914 sob o título "Imperialism and the war".

Essa versão encontra-se disponível no site www.marxists.org. Infelizmente, não nos foi possível localizar, até agora, o texto original em alemão. Foram pesquisados os catálogos digitais da uff, ufrj, puc-rio, puc-sp, usp e unicamp; além dos sites www.gutemberg.com e www.scholar.google.com.

Além disso, a indústria depende muito menos de terra do que a agricultura. Se um capitalista industrial tiver dinhero suficiente, ele terá pouca dificuldade em aumentar o número de empregados de 10 para 100. Ele pode, quase sempre, assegurar o terreno necessário à ampliação de suas instalações. O capitalista agricultor encontra-se numa posição diferente. Se quiser contratar dez vezes mais homens do que tinha até o momento, precisará de dez vezes mais terras. No entanto, as terras além das suas são propriedade privada de seus concorrentes. Mesmo que consiga obtê-las, estará apenas tomando a seu cargo os trabalhadores que lá já estavam, não havendo, conseqüentemente, aumento da mão-de-obra empregada no distrito. Num país estabilizado, um acréscimo no número de trabalhadores agrícolas está fora de questão, a menos que haja uma mudança nos métodos de produção.

No caso da indústria, por outro lado, pode haver, num determinado país ou região, um aumento do número de empresas, de seu tamanho médio e do total de trabalhadores empregados, ainda que os métodos produtivos se mantenham os mesmos.

Os avanços técnicos, por sua vez, afetam a indústria e a agricultura de modos distintos. Em ambos, certamente, eles tendem a diminuir o número de trabalhadores proporcionalmente ao capital investido e ao total da produção. Na indústria, todavia, essa diminuição tem sido apenas relativa, nunca absoluta. Ao invés de um decréscimo no número de trabalhadores, tem havido um rápido crescimento do capital investido e do total produzido. Já na agricultura, a diminuição do número de trabalhadores freqüentemente tem sido não apenas relativa, mas absoluta.

Essa diferença é acentuada por uma outra circunstância. Mesmo quando a indústria é separada da agricultura, esta segue sendo a base da sociedade pois não podemos existir sem o permanente aparecimento de novos produtos agrícolas. Nas cidades, dificilmente podemos sobreviver por um dia sem novos suprimentos de farinha, leite, carne e vegetais. Mas poderíamos usar nossas roupas e chapéus velhos por mais algum tempo e, assim, seguir em frente sem novas vestimentas. Da mesma forma, o fabricante de produtos de algodão não pode seguir produzindo sem novas importações de algodão, mas, mesmo que seus teares estejam velhos, ele pode fazê-los trabalhar por mais um ano.

Mas isso não é tudo.

Os produtos agrícolas são menos variados do que os da indústria e seu valor é mais estável. Grãos e leite, carne e batatas são, por toda a parte, os principais meios de subsistência; eles não estão sujeitos às variações da moda. Agora, se você quiser um casaco novo, quantos novos materiais não estão à sua disposição? E como os estilos mudam rápido! O tecelão que precisa de uma nova máquina pode escolher entre vários modelos, e o progresso em sua indústria demanda constantemente novos e melhores equipamentos.

De tudo isso decorre que se deve atentar, na indústria capitalista, para um poderoso fator que quase não se manifesta na agricultura, mesmo quando conduzida capitalisticamente. Esse fator é a competição, a luta entre várias empresas pelo mercado. O industrial capitalista precisa cultivar seu mercado com muito mais cuidado do que o proprietário de terras. As dificuldades dos produtores agrícolas devem-se mais aos intermediários do que aos competidores.

E a situação sofre uma mudança constante, desvantajosa para a indústria. O capital industrial cresce permanentemente e a agricultura o segue a uma distância cada vez maior. A população industrial aumenta regularmente e, com ela, a demanda por hortifrutigranjeiros, para seu sustento, e por matérias-primas. Enquanto isso, a população camponesa diminui relativa, se não absolutamente, e sua demanda por produtos industrializados sofre uma queda constante.

Na luta concorrencial, as maiores e mais bem equipadas empresas têm vantagem sobre as outras. Quanto mais exacerbada se torna a competição, maior é a necessidade de cada empresa de aumentar suas instalações e aprimorar seus equipamentos.

Até aqui apresentamos a acumulação de capital apenas do ponto de vista de sua conveniência para o capitalista individual. Precisamos, agora, encará-la numa perspectiva diferente. Mais do que uma conveniência; ela é uma necessidade. Para o capitalista, o crescimento de sua indústria é uma condição necessária à vida. Ele não pode esperar até que haja uma maior demanda para os seus produtos. Precisa aumentar sua produção e, se a demanda não cresce naturalmente, deve ser estimulada artificialmente.

A intensidade da concorrência resulta do fato de que o impulso rumo à acumulação de capital e ao aumento da produção é muito maior na indústria do que na agricultura. Esse fator, que é, em primeiro lugar, um resultado da diferença entre a indústria e a agricultura, acaba por aprofundar essa distinção.

Essa situação apresenta um problema importante.

A indústria deve se desenvolver rapidamente sob condições capitalistas ou a sociedade afundará na miséria. A agricultura está permanentemente dispensando trabalhadores. Mesmo onde o número de trabalhadores agrícolas se mantém estável, o acréscimo populacional é enviado para as cidades. A indústria atrai constantemente um número cada vez maior de pessoas. O desemprego se manifesta instantaneamente se o desenvolvimento industrial não é suficientemente rápido. Por outro lado, quanto mais feroz se torna a concorrência, mais os capitalistas são forçados a expandir seus negócios. Se o mercado não se amplia no mesmo passo, o capitalista se vê frente à falência.

Quando a indústria se expande, é preciso que a agricultura a acompanhe. Ela deve fornecer quantidades crescentes de matérias-primas e meios de subsistência; e precisa, ainda, consumir os produtos industrializados com os quais se compram os produtos agrícolas.

Como isso é possível se a acumulação de capital é muito mais rápida na indústria do que na agricutura?

De acordo com Malthus, a população cresce em progressão geométrica, isto é, 1, 2, 4, 8, 16 etc., enquanto os meios de subsistência aumentam em progressão aritmética, ou seja, 1, 2, 3, 4, 5 etc. Para ele, isso é uma lei populacional. Na realidade, entretanto, isso se manifesta como uma lei da acumulação capitalista. Vista dessa maneira, ela não é tão terrível quanto Malthus a concebeu. De acordo com ela, a população industrial de uma região cresce numa proporção do tipo 1, 2, 4, 8, 16, enquanto a população agricultora permanece estável ou diminui. E, ao mesmo tempo, a produção total de um trabalhador industrial aumenta muito mais rapidamente do que a de um trabalhador rural. Em qualquer distrito, seria impossível à indústria levar adiante a acumulação necessária à continuidade de sua existência se ela se limitasse aos mercados daquele distrito. A acumulação capitalista na indústria só pode progredir livremente quando quando a área agrícola que a supre de matérias-primas e consome seus produtos encontra-se em constante crescimento.

Uma vez que a produção agrária tem uma dupla relação com a indústria, uma ruptura entre elas pode se manifestar de duas maneiras. De um lado, se o mercado para os produtos da indústria nos distritos rurais não se ampliar na mesma velocidade de sua produção, teremos a chamada super-produção. De outro, se a agricultura não der conta de produzir uma quantidade suficiente de matérias-primas e alimentos, então sofreremos um aumento do custo de vida. Não resultando de outras considerações que extrapolam os limites da presente discussão, estes fenômenos relacionam-se intimamente. Qualquer um dos dois pode rapidamente levar ao outro. O aumento dos preços gera pânico, que é apenas um outro nome para super-produção, e o pânico leva à queda de preços.

Por outro lado, o contínuo esforço da indústria para ampliar a região agrícola através de relações que permitem-na manter sua atividade pode tomar as mais variadas formas. É verdade que esse esforço é necessário à continuidade da existência do capitalismo, mas isso não significa que o capitalista seja compelido a recorrer a qualquer método de expansão em particular.

Uma das formas desse esforço chama-se imperialismo. Ela foi precedida por uma outra, conhecida como livre-comércio. Há meio século atrás, esta era encarada como a última palavra do capitalismo, assim como o imperialismo o é hoje em dia.

O livre-comércio tornara-se um princípio regulador através do qual se garantia a predominância da indústria capitalista inglesa. A Grã-Bretanha deveria ser a manufatura do mundo, e o mundo deveria ser uma imensa região agrária a ser explorada pela Inglaterra, consumidora de seus produtos e fornecedora das matérias-primas e dos meios de subsistência a ela necessários.

Mas esse lindo sonho rapidamente chegou ao fim.

Os Estados agrários tendem continuamente a erguer sua própria indústria. Inicialmente foram os países da Europa Ocidental e os estados do leste da América que passaram por essa fase e se tornaram concorrentes da Inglaterra. Eles opuseram ao livre-comércio inglês os seus sistemas de tarifas. Pretendiam repartir as vantagens do comércio com as zonas agrárias entre as grandes potências industriais. A Inglaterra teve que se defender contra esse movimento, e esse foi o começo do imperialismo.

O imperialismo foi especialmente fomentado pelo investimento de capitais em países agrários. Para desenvolver os recursos de regiões escassamente povoadas, foram construídas estradas de ferro. Para protegê-las e garantir sua operacionabilidade, precisava-se de governos que pudessem zelar pelos interesses dos capitalistas e se

comprometessem a tal. Os governos de suas próprias nações naturalmente serviam mais eficientemente aos propósitos desses capitalistas. Essas observações se aplicam também aos investimentos extensivos que visavam o desenvolvimento da mineração ou de qualquer outra fonte de insumos.

Assim, com a tendência a exportar capitais para territórios agrícolas, consolidou-se o esforço para reduzi-los a um estado de dependência política.

Há um outro elemento dessa situação a contribuir para isso. Já foi notado que existe uma tendência, em toda região agrária, a desenvolver uma indústria independente. No caso de um país que tenha recebido investimento estrangeiro se mostrar capaz de estabelecer sua própria indústria e de manter sua independência política, os benefícios para os capitalistas estrangeiros serão apenas temporários, como ocorreu com os Estados Unidos e a Rússia. Ao invés de fornecedor de matérias-primas e de consumidor de produtos finais, tal país logo se torna um competidor. Esse fato passa a ser um fator de peso a influenciar os capitalistas no sentido de procurar estabelecer a dependência das novas áreas, seja transformando-as em colônias, seja colocando-as em sua esfera de influência. Pretendem mantê-las como regiões agrárias através de uma legislação desfavorável, que impeça sua industrialização.

Essas são as principais raízes do imperialismo.

Vimos que o imperialismo substituiu o livre-comércio como um meio da expansão capitalista. Isso nos coloca frente a uma importante questão: será o imperialismo a forma final da política capitalista mundial, ou devemos ainda esperar por uma outra? Em outras palavras, será o imperialismo o único meio de manutenção da necessária relação entre indústria e agricultura dentro dos limites do sistema capitalista?

Não há dúvidas quanto à resposta. A construção de vias férreas, a exploração mineradora, a crescente produção de matérias-primas e meios de subsistência tornaram-se necessárias à existência do capitalismo. A classe capitalista não cometerá suicídio; nenhum partido capitalista irá capitular diante dessas contingências. O esforço para conquistar regiões agrárias, para submeter suas populações à escravidão, é tão inevitável à sobrevivência do capitalismo que impede que qualquer grupo capitalista se lhe oponha seriamente. A subordinação desses territórios somente cessará quando suas populações ou a classe trabalhadora dos grandes países industrializados tornarem-se fortes o suficiente para determinar o seu fim.

Essa fase do imperialismo só poderá ser superada pelo Socialismo.

Mas o imperialismo tem uma outra etapa. O esforço para subjugar as regiões agrícolas deu origem a graves conflitos entre as grandes potências capitalistas. Essas disputas provocaram uma tremenda competição armamentícia, a qual finalmente resultou na tão profetizada guerra mundial. Será essa etapa do imperialismo necessária à manutenção do capitalismo? Ela desaparecerá apenas com o fim do próprio capitalismo?

Não há nenhuma razão econômica para a continuação da grande competição na produção de armamentos depois de acabada a presente guerra. No máximo, tal continuação serviria apenas para alimentar os interesses de uns poucos grupos capitalistas.

Mais do que isso, a indústria capitalista encontra-se ameaçada pelas disputas entre os vários governos. Todo capitalista de visão deveria conclamar seus associados: "Capitalistas de todo o mundo, uni-vos!"

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta a crescente oposição das regiões agrícolas mais desenvolvidas, que constitui uma ameaça não apenas a um ou outro governo capitalista, mas a todos em seu conjunto. Isso se refere tanto ao despertar da Ásia Oriental e da Índia, quanto ao movimento pan-islâmico da Ásia Menor e da África do Norte.

Na mesma categoria está a crescente oposição do proletariado das nações industrializadas a tributos adicionais.

A tudo isso soma-se o fato de, depois do fim da guerra dos Balcãs, o custo dos armamentos e da expansão colonial ter chegado ao ponto de ameaçar a acumulação de capital, colocando em perigo a própria base do imperialismo.

A acumulação industrial interna ainda avançava, graças ao progresso tecnológico da indústria. Mas o capital não estava mais se dirigindo ao exterior. Isso se comprova pelo fato de que os governos europeus estavam tendo dificuldades em quitar suas dívidas. A taxa de juros estava constantemente subindo.

Aqui estão dados que mostram preços pagos durante dez anos:

		Dívida Imperial a 3%		*Dívida Francesa a 3%*
1905		***89***		***99***
1910		***85***		***97***
1912		***80***		***92***
1914		***77***		***83***

Se o aumento da produção armamentícia continuar a fazer suas demandas no mercado financeiro, essa tendência deve piorar – e não melhorar – depois da guerra. O imperialismo está cavando sua própria cova, pois ao invés de desenvolver o capitalismo, vem se tornando um meio de obstaculizá-lo.

Mas isso não significa que o capitalismo tenha chegado ao fim da linha. Enquanto for possível ao capitalismo dos antigos países prover uma expansão suficiente dos domínios agrícolas, ele pode continuar se desenvolvendo. É certo que a insurgência da classe trabalhadora pode abalá-lo. Mas até que tenha exaurido os recursos das regiões agrícolas que conseguir tornar subsidiárias de suas atividades, o capitalismo não vai perecer necessariamente num cataclisma econômico.

Essa crise econômica pode ser acelerada pela continuação da atual política imperialista. Essa política não pode durar muito.

Se o imperialismo for necessário à manutenção do método capitalista de produção, essas objeções terão pouco impacto na mentalidade capitalista. Mas deixarão marcas profundas se o imperialismo for apenas um entre os vários meios de garanti-la.

Podemos aplicar ao imperialismo o que Marx afirmou sobre o capitalismo: monopólio gera concorrência e concorrência gera monopólio.

A violenta competição entre as grandes empresas leva à formação de trustes e à destruição das pequenas empresas. Analogamente, pode-se desenvolver na presente guerra uma combinação entre as nações mais poderosas que porá um fim à produção competitiva de armamentos.

Assim, de um ponto de vista estritamente econômico, não é impossível que o capitalismo esteja por entrar numa nova fase, uma fase caracterizada pela transferência das práticas de truste para a política internacional, uma espécie de superimperialismo. A classe trabalhadora poderia se ver forçada a lutar contra essa nova forma de capitalismo, assim como fez com a velha, mas o perigo daí decorrente apontaria para uma nova direção.

Essa análise foi concluída antes que a Áustria nos surpreendesse com seu ultimato para a Sérvia. O conflito entre essas duas nações não resulta exclusivamente de tendências imperialistas. No Leste Europeu, o nacionalismo ainda desempenha um papel de força revolucionária, e o presente conflito tem origem em razões nacionalistas, bem como imperialistas. A Áustria tentou implementar uma política imperialista; anexou a Bósnia e esteve a ponto de submeter a Albânia à sua esfera de influência. Através desses atos, ela acordou o espírito nacionalista da Sérvia, que se sentiu ameaçada e agora põe em risco o governo austríaco.

A Guerra Mundial estourou, não porque o imperialismo fosse necessário à Áustria, mas porque a Áustria, devido à peculiaridade de sua organização, colocou-se em perigo ao seguir uma política imperialista. Tal política só pode ser ensejada com sucesso por um Estado internamente unificado e que tenha como campo de atuação para suas operações uma região culturalmente atrasada em relação a ele. Contudo, nesse caso, um Estado dividido, com metade da população eslava, tentou pôr em prática uma política imperialista às expensas de um Estado vizinho eslavo, muito próximo em termos de civilização às partes adjacentes de seu inimigo imperialista.

Somente conflitos de interesse entre outras grandes potências sustentadas pelo imperialismo poderiam fazer com que tal política trouxesse resultados tão terríveis para nós. Nem todas as conseqüências da presente luta já se apresentaram aos nossos olhos. Ela pode levar a uma multiplicação dos armamentos. Nesse caso, a paz que seguirá o conflito não passará de uma trégua. No entanto, de um ponto de vista puramente econômico, não há nada que a impeça de dar origem a uma Santa Aliança entre imperialistas. Quanto mais durar a Guerra, quanto mais se esgotarem os participantes, mais próximos estaremos dessa solução final, por mais improvável que ela possa parecer no momento.

Percalços para traduzir e editar um texto

Diana Berman[1] e Virgínia Fontes[2]

Queríamos traduzir o artigo *O Imperialismo,* originalmente publicado na *Die Neue Zeit,* mas ele não está disponível na internet. Os diversos sites sobre Kautsky, que disponibilizam boa parte de sua obra, não contêm o texto em alemão. Também não figura no site mais difundido pela internet – www.marxists.org – que oferece o acesso a obras de autores marxistas em diversas línguas, e no qual realizamos inúmeras consultas entre março e agosto de 2008. Dos textos redigidos por Kautsky entre 1911 e 1915 estão disponíveis em alemão apenas três artigos[3]. Em link sugerido neste site, é possível encontrar o fac-símile do periódico *Die Neue Zeit*, porém apenas para os anos 1892-1893.[4]

Na opção em língua italiana sequer figuram textos de Kautsky. Em espanhol, apenas dois textos, de 1905[5]. Na seção francesa, há um hiato entre os anos de 1912 e 1922[6]. O acesso mais completo aos textos de Kautsky está na seção inglesa, onde figuram, para o ano de 1914, os seguintes artigos: *Imperialism and the War*, cuja fonte provém da ***International Socialist Review***, de novembro de 1914, a qual, por sua vez, remete ao original alemão (**Die Neue Zeit,** 11 de Setembro de 1914)[7], *Preparations for Peace* e *Ultra-imperialism,* também traduzido de **Die Neue Zeit**, setembro de 1914.[8]

Pesquisamos em inúmeras bibliotecas do país, consultando os catálogos disponibilizados on-line (a começar pela biblioteca do Instituto Goethe), sem sucesso. Foram pesquisados os catálogos digitais da UFF, UFRJ, PUC-RIO, PUC-SP, USP E UNICAMP; além dos *sites* www.gutemberg.com e www.scholar.google.com.

Há porém uma tradução em português do texto *O Imperialismo*, de Karl Kautsky. Ela integra o livro organizado por Aloísio Teixeira, *Utópicos, heréticos e malditos*.[9] Nele figura uma referência bibliográfica completa para o texto – Neue Zeit, XXXII, 1913-1914, pp. 908-22. O original foi traduzido para o italiano e editado por Luca Meldolesi (*Kautski – L'imperialismo.* Roma, Laterza, 1980). Desta edição, Andrea C. Gimenez verteu-o para o português.

Frente a isso, optamos por traduzir o artigo *O Imperialismo e a Guerra,* publicado em inglês, em 1914. Comparando os dois artigos disponíveis em inglês na internet com a tradução brasileira de *O Imperialismo*, verificam-se pequenas diferenças. Este último é ligeiramente mais extenso, contendo uma divisão por itens e uma parte introdutória ausente no texto que ora apresentamos. Todos os três artigos remetem ao periódico *Die Neue Zeit* de setembro de 1914. Tudo leva a crer ter havido uma versão inglesa – *O Imperialismo e a Guerra* – realizada no mesmo ano da publicação de *O Imperialismo* em alemão que, com elementos similares aos dois outros artigos, guarda com eles estreita correlação. *O Imperialismo e a Guerra é* uma versão um pouco reduzida de *O Imperialismo,* enquanto o artigo *Ultra-Imperialismo* é uma versão ainda mais reduzida. Todos contêm longas passagens idênticas. Optamos por apresentar a versão mais completa e explicativa e, a nosso conhecimento, ainda não traduzida para o português. O formato apresentado no site em inglês foi aqui mantido.

A referência constando das traduções italiana e brasileira de *O Imperialismo*, que menciona os números das páginas, coincide com a numeração assinalada nos comentários feitos por Lênin sobre o texto de Kautsky (Die Neue Zeit, 1914, p. 909 - Lenin, V. *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. Paris, Moscou; Ed. Sociales / Ed. du Progrès, 1975, p. 133). Lênin cita, aliás, na página 167, outro artigo de Kautsky, sobre o tema da democracia e sua relação com o imperialismo, que

1 Historiadora formada pela Universidade Federal Fluminense, tradutora e revisora.
2 Professora da Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.
3 Respectivamente, *Parlamentarismus und Demokratie* (1911), *Der politische Massenstreik* (1914) e *Das der Stunde* (1915).
4 Cf. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k747140. Acesso em junho de 2008.
5 *Las lecciones de la huelga de los mineros* e *Polémica sobre la cuestión de la huelga general.*
6 Os artigos disponíveis são *Souvenir de la jeunesse: Victor Adler* (1912) e *Rosa Luxemburg et le bolchévisme* (1922).
7 Cf. http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm. Acesso em junho de 2008.
8 Cf. http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm. Acesso em junho de 2008.
9 Rio, Record, 2002.

mereceria tradução: "É pela democracia pacífica, e não pelos métodos violentos do imperialismo, que as tendências do capital para a expansão podem ser melhor favorecidas" [Kautsky, *Nationalstaat, imperialistischer Staat und Staatenbund*, Nürnberg, 1915, p. 70].

Por fim, agradecemos a extrema gentileza de Rodrigo Castelo Branco, que nos ajudou a enfrentar essa seara para a seleção e a comparação entre os artigos, favorecendo o acesso a diversas publicações de, e sobre Kautsky.

Comentário: Kautsky e o Imperialismo

Virgínia Fontes[1]

Ao propormos o tema do Imperialismo para o dossiê da revista História & Luta de classes, coletivamente pensamos em publicar – e comentar – o famoso texto de Kautsky, muito citado e pouco lido. Coube-me a incumbência de elaborar o comentário abaixo, realizado como tarefa do coletivo editorial deste número de História & Luta de Classes, integrado por Kenia Miranda, Lucio Flavio de Almeida e eu.

Kautsky foi retomado em tempos recentes por alguns autores que recuperavam sua hipótese de um ultra-imperialismo pacífico e a aplicaram às condições do predomínio estadunidense após a Guerra Fria. Ressaltavam duas proposições de Kautsky: a) as guerras seriam excessivamente onerosas para o capital, que precisaria conter as despesas militares e b) a expansão anexionista era apenas uma das políticas possíveis para o capital, sendo a democracia sua forma política mais conveniente.

Tal leitura de Kautsky limitou-se a selecionar recortes pontuais sem analisar a integralidade do argumento do autor. Parecia que a década de 1990 e os primeiros anos do século XXI apagavam, juntamente com o predomínio inconteste dos EUA, boa parte da experiência histórica do século XX, olvidando o astronômico crescimento permanente de gastos militares, inclusive após a derrocada da União Soviética. Depois das duas Guerras Mundiais devastadoras, se não se seguiram conflitos bélicos entre as principais potências imperialistas, as razões são diferentes do que supôs Kautsky em 1914. O papel que deveria cumprir o ultra imperialismo para a redução das despesas militares jamais ocorreu.

A possibilidade tragicamente real de aniquilação total inaugurada na II Guerra Mundial limitou até aqui a eclosão de guerras mundializadas. Não obstante, os países imperialistas, isolados ou coligados (com maior ou menor unidade) envolveram-se em inúmeras guerras. Nos últimos anos, as mais violentas foram a partilha da Iugoslávia, a invasão do Iraque, do Afeganistão e, em seguida, nova invasão, com a devastação e ocupação do Iraque.

A democracia, ou seus simulacros cada vez mais difundidos, também não eliminou as políticas de anexação. Os formatos do controle imperialista sobre territórios foram modificados e, em muitos casos, atuam a partir de sanções econômicas (e não diretamente pela ocupação política), persistindo porém a clássica ocupação territorial (Palestina, Iraque e Haiti são exemplos significativos).

A rigor, menos do que uma leitura consistente de Kautsky, tratou-se mais de repescagem de algumas citações, sobretudo com o intuito de opô-lo a Lênin, considerado "ultrapassado". O rigor e a clareza de Lênin dispensam defesas apologéticas e remetemos o leitor ao opúsculo de Lênin sobre o imperialismo[2], pois não retomaremos aqui as críticas que dirige a Kautsky.

A diferença mais expressiva entre Lênin e Kautsky reside no fato de que este último analisa a expansão capitalista de um ponto de vista estritamente econômico, considerando existir uma permanente escassez de terras e de bens agrários para o capital industrial. O imperialismo, para ele, seria sobretudo o impulso industrial a ocupar terras. Por essa razão, aborda o imperialismo como uma forma política, recoberta eventualmente de cunho militar, que poderia ser transitório. Lastreado numa segmentação entre economia (acumulação do capital) e política (incluindo a ocupação militar de territórios), considerava que o imperialismo prejudicaria, a curto e médio prazos, a acumulação de capital.

A concepção de Lênin é distinta. Para ele, o imperialismo não poderia ser reduzido a um único aspecto, econômico ou político, mas remetia ao conjunto da vida social, uma vez que expressava uma nova dimensão na própria dinâmica capitalista. O nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre

1 Professora da Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

2 *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* de Lênin encontra-se disponível em http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm (acesso em 16/08/08). A tradução, infelizmente, tem alguns problemas.

capitais de procedência industrial e de procedência bancária), configurava um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente. Para ele, o imperialismo envolvia não apenas a partilha (e eventuais redivisões) do mundo, mas uma nova conexão entre ciência e processo produtivo, o crescimento da exportações de capitais (com uma subseqüente capitalização desigual do mundo), uma nova correlação entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e "suas" burguesias, a modificação das relações entre capital financeiro e estado. Lênin apontava para transformações substantivas no conjunto da vida social, implicando em novos desafios para as lutas de classes.

Lastimando dedicar-se prioritariamente aos aspectos econômicos, Lênin sublinha a alteração qualitativa resultante da expansão e concentração dos capitais. Para permanecer o mesmo (assegurando a extração ampliada de mais-valor), o capitalismo fora obrigado a revolucionar-se e abria uma nova era, na qual o controle do mundo passava a ser elemento fundamental. Uma vez que estava realizada a partilha do mundo, agora inteiramente subordinado à expansão capitalista, considerava ser esta uma etapa superior ou última. Assinalava ainda elementos de apodrecimento das relações sociais, sem que isso entretanto significasse um enfraquecimento do capital e do capitalismo.

Kautsky considerava o imperialismo como a necessidade permanente da indústria para apoderar-se de terras, necessidade resultante de um desequilíbrio constitutivo entre produção agrária e industrial. Em outros termos, trata-se da reprodução das mesmas relações, territorialmente mais extensas. Admitia que o processo poderia dar lugar à implantação do capitalismo em países até então agrários, expandindo por seu turno ainda mais a tensão entre agricultura e indústria.

Para Lênin, diferentemente, a concentração ampliada de capitais alterava qualitativamente as relações sociais, impondo novas – e mais perversas – formas econômicas, sociais, políticas e ideológicas de caráter mundial. A monopolização expressava que, para manter-se o mesmo, isto é, como forma de acumulação ampliada, o capital precisara efetuar uma efetiva transformação qualitativa.

Para Kautsky o mesmo processo se refaz sem cessar, ampliando-se geograficamente e agudizando os mesmos problemas. Para Lênin, o mesmo processo ao ampliar-se sofre e impõe profundas modificações, desiguais segundo o posicionamento dos diferentes países (e das diferenças classes sociais) frente ao capital financeiro. Novas contradições emergiam e impunham novas formas de luta.

Com relação portanto às características do imperialismo, a abordagem de Lênin implica na admissão de uma historicidade bem mais complexa do que a apresentada por Kautsky.

Vale entretanto destacar o núcleo central da argumentação de Kautsky, que incide sobre a Questão Agrária, tema por ele tratado em livro publicado em 1899[3]. Nele, Kautsky apontava como problema fundamental, não a agricultura capitalista, mas "as formas pré-capitalistas no seio da sociedade capitalista." (p. 8). Partia da suposição de que "a agricultura não se desenvolve, em absoluto, como cópia fiel da indústria, mas de acordo com suas próprias leis" (p. 15), considerando portanto haver uma diferença de qualidade entre a produção de base urbana e a produção agrária. Em O Imperialismo e a guerra retoma o tema, sublinhando a distinção entre a atividade agrícola e a atividade industrial. A agricultura (mesmo capitalista) sofreria pela limitação das terras, pela limitação de seus produtos (sua menor variedade), pela tendência permanente a esvaziar-se de mão de obra, por maiores dificuldades técnicas em aumentar a produtividade. Não obstante, apesar de oferecer menos atrativos para o capital do que a indústria seguiria sendo fundamental para esta. Sua análise incide muito menos sobre as relações sociais predominantes em cada ramo de atividade, ou das conexões entre elas, do que sobre o tipo singularizado de cada atividade, o que o leva a diferenciar qualitativamente o trabalho na terra do trabalho industrial (e não a pautá-los sob o processo comum de expropriação e de extração de mais-valor). Nessa linha de raciocínio, a agricultura seria um "peso" para o capitalismo (que, para ele, é fundamentalmente sinônimo de indústria urbana). A oposição cidade-campo, característica dos primórdios do capitalismo, longe de diluir-se no predomínio geral do capital (o que reconfiguraria um campo capitalista ou industrial), se aprofundaria e uma das razões residiria na natureza do agrário, independentemente das relações sociais de trabalho que nele se instaurassem.

Kautsky realiza uma generalização problemática, derivada de atenta observação empírica. De fato, o ritmo de transformação do conjunto das relações sociais no campo não é o mesmo das vigentes nas regiões urbanas. Relações de trabalho de formatos variados seguiram – e

3 Kautsky, K. *A Questão Agrária*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

continuam – existindo na agricultura. Kautsky ressalta que a expansão industrial (no sentido da atividade urbana e fabril) resultou em pressões para a ampliação da produção agrária (mineração e agricultura) capaz de assegurar a dinâmica industrial e, nesse sentido, sua sugestão é pertinente, quando sublinha a importância da incorporação de terras (colonização), quaisquer que fossem as relações sociais ali dominantes, contanto que se assegurasse o aprovisionamento de bens para os países centrais. A coexistência ainda hoje persistente entre diversas formas sociais de produção agrária o reafirma. No entanto, supor que o imperialismo derivava centralmente de uma contradição entre indústria desenvolvida e produção agrária – especificamente a agricultura – refratária (ou incapaz de capitalizar-se na velocidade necessária) desconsiderava as profundas transformações (inclusive de produtividade) que a própria produção agrícola experimentaria, ainda que nela subsistindo uma pluralidade de formas sociais. Entretanto, essa jamais foi prerrogativa unicamente agrária, uma vez que, também nas regiões diretamente urbanas, plêiades de atividades se desenvolveram, crescentemente submetidas ao predomínio mercantil (artesanatos e pequenos empreendimentos), regularmente subsumidas ao capital, de maneira formal ou direta. Processos similares atingiram populações rurais e urbanas. Muitos trabalhadores, em diferentes atividades, tentaram (e seguem tentando, como os camponeses), preservar suas formas históricas de existência. Submetidos a intensa mercantilização e a sucessivas expropriações, muitas dessas atividades tradicionais foram, contraditória e simultaneamente preservadas, modificadas e mutiladas.

Rosa Luxemburg preocupou-se com fenômeno similar. Enquanto para Kautsky a relação entre indústria (urbana) e campo (sobretudo a agricultura, a mineração tendo outra configuração) resultava numa questão agrária exteriorizada por sua natureza, para Rosa o mesmo problema apresentava-se sob a forma da relação entre sociedades capitalistas e não capitalistas e, portanto, no avanço das relações sociais capitalistas para um espaço social que lhe seria exterior, porém condição para seu desenvolvimento. Para ela, a realização da mais-valia "se encontra ligada, de antemão, a produtores e consumidores não capitalistas."[4]

Nos dois casos, o que se instaura como problema é um "lado de fora" do capitalismo, seja pela natureza da atividade agrária em Kautsky ou pelas relações sociais não capitalistas, em Rosa Luxemburg. Em inícios do século XX, este aspecto era impactante, dado o predomínio em todo o planeta de formas de vida e de relações sociais de tipo não capitalista, isto é, populações fortemente rurais, fracamente expropriadas e em países não industrializados.

A proposição de Lênin, ao supor uma transformação qualitativa derivada do próprio crescimento e concentração do capital, sugere a tendência à eliminação de tal "exterioridade", incorporada desigual e subalternamente a uma dinâmica de cunho totalizante e planetária, sob modalidades diversas mas que envolvem, regularmente, o uso do controle militar. O que figurava como exterior era, de fato, incorporado de maneira desigual.

Esta questão permanece atual. Estamos no século XXI, e grande parcela da população planetária continua a ser brutalmente expropriada. Não obstante, somente recentemente e por pequena margem numérica, a maioria da população mundial se encontra em situação urbana, indicando a persistência de uma certa distinção desses trabalhadores agrários frente à situação de plena expropriação que tende a caracterizar o trabalhador "livre" urbano. Reiteram-se processos diversificados de expropriação camponesa, ao lado de intensa resistência, pois parcelas da população conservam variados vínculos com a subsistência, renitentes à sua completa expropriação. Constituiriam pois uma exterioridade para o capital, que encontra neles espaço para ampliar-se ao estender a expropriação? Ou, ao contrário, constituiriam formas já alteradas, modificadas e subordinadas de maneira desigual à expansão capitalista? As recentes expropriações incidindo sobre os trabalhadores urbanos (expropriações contratuais e de direitos[5]) assinalam, a meu juízo, que o procedimento da expropriação é condição necessária e permanente à expansão do capital, qualquer que seja a forma sobre a qual incide (camponesa ou plenamente urbana). Estaríamos pois diante de formas complementares, ainda que sob profundas desigualdades, menos do que de uma exterioridade.

O tema tem ainda outro desdobramento. Wallerstein sugeriu terem sido os próprios trabalhadores europeus, no século XIX, que impulsionaram o seu assalariamento, desmantelando a lógica da household, ou da produção familiar (a qual seria mais conveniente para os capitalistas), em troca de salários capazes de assegurar plenamente sua

4 Luxemburg, Rosa. *A acumulação do capital*. 2a. ed., SP, Nova Cultural, 1985, p. 251.

5 Cf. Fontes, V. "Marx, expropriações e capital monetário". In: *Crítica Marxista*. SP/Rio, Ed. Revan, 2008.

subsistência fora da unidade familiar[6]. Essa abordagem calou fundo em países que sofreram a colonização européia. Em diversos países da América Latina, houve a manutenção de parcela da reprodução dos trabalhadores em atividades agrárias e familiares (equivalente à household), ao lado de modalidades mais ou menos precárias de assalariamento. Esse tipo de arranjo acoplava-se a formas de discriminação desses trabalhadores no mercado de trabalho (racismo e sexismo), rebaixando seus salários. Quijano, abordando o tema sob prisma similar a Wallerstein, sugeriu que o assalariamento pleno teria sido reservado apenas aos grupos étnica e culturalmente dominantes[7]. Assim, manter-se-ia uma certa exterioridade dos grupos originários ou tradicionais que limitaria sua plena incorporação enquanto classe trabalhadora.

Nos últimos anos a vaga avassaladora e expropriadora do neoliberalismo encontrou fortíssima resistência de populações tradicionais, através de organizações populares com base cultural e étnica envolvendo lutas pela transformação direta das relações sociais hierárquicas e discriminadoras, questionando as formas de poder e de propriedade. Essa situação complexa conduziu alguns autores a supor que o capitalismo seria um atributo fundamentalmente branco e europeu e que o retorno às lógicas culturais prévias à implantação colonial poderia assegurar uma plena transformação da vida social.

Reintroduz-se a hipótese de mundos separados e marcados por atributos irredutíveis, mais próxima do argumento de Kautsky (natureza singular da atividade agrária) do que de Lênin (formas desiguais e combinadas da dominação imperialista). Abre-se a possibilidade de uma interpretação na qual a cultura se descola do processo histórico sofrido por essas populações, para tornar-se uma marca própria – e singular – de alguns grupos sociais, com forte componente étnico e religioso, sugerindo uma desconexão singularizada e mítica frente ao capitalismo. Essa interpretação segmenta as relações culturais das relações históricas sócio-econômicas, idealizando a dimensão cultural e obscurecendo que a vigência da dinâmica capitalista envolve, modifica e altera as próprias culturas originárias. A longa subalternização de alguns segmentos – ainda reforçada por perversas segregações – deixa marcas expressivas na configuração do conjunto da classe trabalhadora.

Decerto, a permanência de elementos comunitários – e a longa luta em defesa de tradições e de outro modo de vida – é fundamental para que se compreenda o sentido profundamente histórico (isto é, capaz de ser alterado pela intervenção social) do capitalismo, o qual naturaliza permanentemente suas próprias relações como insuperáveis. Além do mais, a defesa intransigente das culturas tradicionais é fundamental também por assegurar a experiência concreta e atual de elementos igualitários que persistem,[8] mesmo se modificados e subalternizados, cujo desaparecimento apenas contribui para naturalizar e tornar ainda mais densamente opaca a dominação capitalista. Trata-se de lutas sociais – e de classes – de extrema relevância e atualidade.

A permanência de grande parte da população mundial sob relações de trabalho aparentemente subsumidas apenas de maneira formal, em especial camponeses e/ou trabalhadores rurais, mostra como a questão agrária mantém com aguda atualidade, assim como o da configuração das classes sociais dominadas.

A leitura de Kautsky mantém portanto vivo interesse. Entretanto, vale alertar para o fato de que, diferentemente de Lênin, deixa entreaberta a possibilidade de atribuir uma dimensão especial ao trato direto com a natureza, secundarizando as relações sociais mediatas e imediatas que lastreiam as diversas atividades que acoplam subsistência a relações mercantis de maneira também variadas.

Nem relações culturais, nem relações específicas de trabalho – cuja relevância e significação merecem ser ressaltadas – devem ser naturalizadas. Isso conduziria a supor que setores da atividade econômica ou grupos sociais com bases culturais fortes estariam, de per se, imunes ao predomínio ou a influências do capitalismo na atualidade. A superação do capitalismo exige enfrentar as formas desiguais e combinadas com as quais se impõe e subalterniza todo o planeta.

---

6 Cf. Wallerstein, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio, Contraponto, 2000, p. 34.

7 Quijano, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: Lander, E. (Org.) *A colonialidade do saber.* Buenos Aires, Clacso, 2005.

8 Thompson mostra como essas sobrevivências demonstram, na prática e no cotidiano, a possibilidade de que a vida social tenha outro sentido e outro caráter, opostos ao capitalismo, que tende a aplastrar todas as formas precedentes. Thompson, E. P. "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial". in: *Costumbres en Común*. Barcelona, Crítica/Grijalbo Mondadori, 1995.

ENSAIO

O Subimperialismo Brasileiro na América Latina

Sérgio Domingues*

A presença de capital brasileiro em nossos países vizinhos é cada vez mais forte e agressiva. Mostra que o País já não pode ser considerado uma semicolônia. Seu lugar no tabuleiro mundial é o de linha auxiliar do imperialismo.

Em 2006, pela primeira vez, os investimentos de empresas brasileiras no mercado internacional ultrapassaram o volume de capitais que chega ao País. A tendência se manteve também em 2007, quando o Brasil investiu US$ 29,331 bilhões no exterior, novamente ultrapassando a entrada de capitais estrangeiros no País. E em janeiro de 2008, esse tipo de investimento havia alcançado US$ 3,138 bilhões, contra US$ 2,030 bilhões em igual mês de 2007. [1]

As exportações do Brasil cresceram 200% desde 2003. Mas, de cada US$ 4 recebidos pelas vendas brasileiras ao exterior, US$ 1 é proveniente da América do Sul. Empresas como a Gerdau e a Vale, têm investimentos de US$ 25 bilhões na região, sem contar as obras de grandes empreiteiras como Camargo Corrêa e Odebrecht. Esta última tem, hoje, cerca de 35% de seu faturamento vindo de países da América do Sul. A Camargo Corrêa executa obras ou participa de licitações na Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Paraguai. Recentemente, a empresa comprou a argentina Loma Negra por US$ 1 bilhão. Votorantim, Tratex, Petrobrás, Vale, Gerdau e Weg Motores são as outras seis empresas brasileiras com maiores investimentos na América do Sul.[2]

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já financiou mais de US$ 2 bilhões para a instalação de empresas brasileiras no continente e para os países vizinhos comprarem produtos brasileiros como aviões da Embraer e ônibus da Marcopolo.

Além disso, multiplicam-se os convênios regionais para construção de rodovias e hidrovias. É o caso da Rodovia Interoceânica, que pretende estabelecer uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, passando pelo Brasil, Peru e Bolívia. Ou da ligação viária entre Boa Vista, no Brasil, e Georgetown, na Guiana. Tudo a cargo de empreiteiras brasileiras em parceria com empresas dos países envolvidos. Trata-se de um esforço para resolver um dos problemas mais graves da região. A falta de infra-estrutura em estradas, portos, aeroportos. Uma rede que permitiria aumentar o comércio interno à região.[3]

Alguns setores populares de esquerda consideram positivo esse tipo de atuação. Por um lado, representaria oportunidades de investimento que poderiam garantir um crescimento sustentável de economia nacional. Por outro lado, ajudaria a melhorar o cenário econômico em países governados por lideranças populares, como Morales, Chávez e Correa, promovendo uma integração positiva entre economias dependentes. Por fim, tal tipo de atuação também seria uma forma de fortalecer o Mercosul, enfraquecendo a proposta norte-americana de formar a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Em primeiro lugar, a internacionalização das empresas brasileiras não é fenômeno recente. De fato, trata-se de um projeto iniciado sob a presidência de Ernesto Geisel, a partir de 1974. Foi sob esse governo que a política externa brasileira começou a se afastar de um alinhamento automático com os interesses do governo norte-americano. Marcos desse descolamento são o Acordo de Cooperação Nuclear com a Alemanha, o restabelecimento de relações com a China, o Tratado de Cooperação Amazônica e o reconhecimento da independência de países como Angola e Moçambique. Também foi nesse período que o governo brasileiro iniciou uma forte aproximação dos países árabes tanto no plano político quanto no econômico. Em 1978, no Iraque, foi assinado o maior contrato por empresa brasileira no exterior, até então. Tratava-se da construção de uma ferrovia entre Bagdá e Akashat, a cargo de um

* Sociólogo.

1 Agência Brasil – 9 de Março de 2008. *Expansão global requer empresas brasileiras fortes no exterior, diz técnico*: http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/06/materia.2008-03-06.3024784990/view

2 Revista *Veja* – 16/02/2005

3 Revista *Época*. – 24/12/2007

consórcio formado por Mendes Júnior-Interbrás e Ministério dos Transportes do Iraque. Ou seja, em nome da expansão dos negócios dos capitais sediados no Brasil o governo militar passou a buscar maior colaboração com os países africanos, árabes e asiáticos.

Esta opção geopolítica tem raízes em alterações no cenário internacional e regional. Um fato importante foi a crise econômica mundial provocada pelo aumento dos preços do petróleo, obrigando o Brasil a buscar formas de diminuir custos com energia. Outro elemento a ser destacado foi a fragilização do papel econômico e político dos Estados Unidos e, daí, o surgimento de outros centros de poder, enfraquecendo a bipolarização típica do auge da Guerra Fria. Além disso, de 1970 a 1980, as exportações brasileiras para países industrializados caíram de 72% para 45% do volume de seu comércio exterior. Enquanto isso, as vendas para países "em desenvolvimento" subiram de 28% para 45%. [4]

Assim, o governo brasileiro optou por intensificar relações comerciais com os países periféricos. E uma das conseqüências dessa decisão foi reforçar a presença empresarial brasileira na América Latina. Ela já era forte na região da Bacia do Rio da Prata, principalmente em relação a Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai. Mas, uma nova frente comercial seria aberta na região amazônica através da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em julho de 1978. O acordo reúne os oito países que compõe a Floresta Amazônica: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O objetivo oficial é o de promover o desenvolvimento harmônico da Bacia Amazônica e sua preservação como reserva natural. Mas, a intenção real foi franquear a região para exploração por grandes empresas brasileiras, com participação ou sob controle de capital estrangeiro.

Em suma, a forte atuação de empresas brasileiras no cenário internacional, em especial, na América Latina é produto de um projeto nascido há mais de três décadas, com vocação autoritária, e subordinado aos interesses do grande capital sediado em território brasileiro.

Em segundo lugar, não há nada de positivo na integração da infra-estrutura latino-americana, recentemente anunciada como uma rede de desenvolvimento dos povos do cone sul. Este projeto nasceu em agosto de 2000, durante a Cúpula de Presidentes da América do Sul, em Brasília, sob o governo Fernando Henrique Cardoso. O empreendimento recebeu o nome de Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (IIRSA). Trata-se da construção de uma rede de rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, energia e telecomunicações. O financiamento é do Banco Mundial, que sempre pensou no projeto como uma forma de ampliar mercados às custas das populações locais. O risco de elevados impactos ambientais e sociais nas regiões em que serão feitas as obras é alto. Vão desde a expulsão de comunidades e destruição da natureza até a imposição de padrões urbanos e de consumo que devem piorar as condições de vida das populações afetadas.

Não há nada que permita pensar o contrário. Afinal, o IIRSA não nasceu sob patrocínio do governo FHC, nem é financiado pelo Banco Mundial à toa. Trata-se da integração física necessária para os tratados de livre comércio e a formação definitiva da ALCA no longo prazo. Ou seja, criar estradas, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos para aumentar os mercados e lucros das empresas com sede no Brasil. Ao mesmo tempo, tais investimentos fortalecem as posições do capital que têm negócios aqui para negociar acordos menos desfavoráveis com potências como os Estados Unidos, no caso da ALCA, ou como Alemanha, França, Itália, no caso da União Européia. Enquanto isso, os governos eleitos por setores de esquerda tentam se beneficiar da temporária melhora das condições econômicas em seus países e em quase toda região[5]. O que menos conta aí são os interesses dos povos latino-americanos.

Em terceiro lugar, a presença das empresas brasileiras está longe de ser considerada positiva pelas populações dos países vizinhos. Um caso grave é o da Petrobrás. No Equador, por exemplo, o início de atividades da estatal no Parque Nacional Yasuni irá afetar algumas comunidades da região. Em especial, os índios Huaorani, a quem pertence o território e que, por isso, estão em luta contra a empresa brasileira. Também são muitas as denúncias quanto ao desrespeito da estatal brasileira em relação a direitos trabalhistas na Argentina. Na Colômbia, a Petrobrás é acusada de perfurar poços próximos a nascentes de rios e superexplorar as águas do Rio Sumapaz. Na Bolívia, antes das mudanças promovidas pelo governo Morales, o preço pago pelo gás era quatro vezes menor do que o de mercado. Mas, permanecem sem resolução casos de prejuízos ambientais, como a

4 BECKER, Bertha e Egler, Cláudio. *Brasil - Uma Nova Potencia Regional*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 158.

5 Segundo o estudo *Panorama Social da América Latina - 2007*, da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), o PIB per capita da América Latina registrou de 2004 a 2007 o maior crescimento desde os anos 1970 - Jornal *Folha de São Paulo* - 16/11/2007

contaminação do Rio San Alberto. No Peru, a Petrobrás pretende explorar o gás em áreas próximas à reserva indígena Nahua Kugapaori pondo em risco territórios ocupados por populações indígenas que vivem isoladas há séculos .[6]

Por fim, fortalecer o Mercosul não significa nem melhores condições de vida para as populações envolvidas, nem é totalmente contraditório com a formação da ALCA. Também não nos livra de outros acordos de livre comércio, em que os países pobres sempre saem perdendo.

A própria posição brasileira em relação à ALCA demonstra isso. Nas negociações pela implantação da área de livre comércio, Washington queria acesso livre aos mercados aqui do sul, mas mantinha fechados e protegidos seus próprios mercados. Desta forma, os Estados Unidos recorriam ao argumento de que medidas protecionistas deveriam ser discutidas na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 2003, o ministro das relações exteriores, Celso Amorim, usou o argumento do governo estadunidense contra seus próprios interesses, concordou em negociar na OMC, mas, incluiu a própria criação da ALCA nessa pauta de negociação. O resultado foi o congelamento do debate. Afinal, na OMC os países ricos só querem saber de obter facilidades sem nada ceder .[7]

No entanto, essa tática está sendo contornada pelo governo norte-americano facilmente. Suspensas as negociações com os países sul-americanos, a diplomacia estadunidense iniciou negociações bilaterais. O primeiro acordo desse tipo foi feito com o Chile em 2004. O segundo, com o Peru, em 2006. Como um Davi desarmado negociando com um Golias bem equipado militarmente, os negociadores chilenos e peruanos aceitaram tudo o que os capitalistas norte-americanos queriam. Agora, é esse tipo de acordo que virou referência para a futura ALCA. Antes, quando a negociação era entre um peso-pesado e vários garotos desnutridos, já era difícil. Agora, o grandalhão vai sentar com cada menino raquítico para negociar. O resultado é óbvio.

O fato é que nenhum acordo de livre comércio interessa às partes fracas. E o discurso de Lula de que é a favor do livre comércio "desde que ele seja livre de verdade"[8] não passa de uma forma de jogar usando regras que só valem para alguns jogadores. Mas também é produto de quem sabe que pode bancar o brutamontes com seus vizinhos mais fracos do sul.

Como se vê, o governo atual não vem fazendo nada muito diferente do que faziam seus antecessores. Cada vez que Lula fala em "Brasil potência" confirma sua condição de guardião dos capitais com sede no Brasil. A diferença em relação ao governo petista seria sua suposta posição progressista. Uma ficção cada vez mais difícil de sustentar. Afinal, a Petrobrás e muitas empresas brasileiras continuam superexplorando trabalhadores e recursos naturais mundo a fora.

Um teste terrível para verificar os verdadeiros compromissos do governo Lula é a situação na Bolívia. Os ricos do país estão tentando derrubar Evo Morales e iniciar uma guerra civil. Uma conspiração que tem forte participação de capitalistas brasileiros. São setores que não querem abrir mão de seus privilégios para melhorar a vida da maioria indígena miserável. De que lado ficará o governo Lula se Evo for obrigado a nacionalizar a Petrobrás e expropriar os capitalistas, muitos deles, brasileiros? Ou se os mineiros e indígenas tomarem o poder? E se o mesmo acontecer na Venezuela? E quanto às eleições no Paraguai? O candidato dos setores populares, Fernando Lugo, colocou no centro de sua campanha a revisão do tratado da Hidrelétrica de Itaipu, assinado nos anos 1970 entre os governos militares dos dois países. O acordo é extremamente desfavorável para os paraguaios e não conta com a simpatia popular. As outras candidaturas foram obrigadas a adotar a mesma linha. Mas, Lula já chamou o candidato paraguaio de "populista de esquerda". A sinalização é clara. Se um novo governo paraguaio colocar a questão na mesa, o governo brasileiro vai usar o todo seu poder econômico e político para que o país vizinho se conforme ao lugar de subordinação a ele imposto no tempo dos militares.

Esse debate precisa ser feito urgentemente pela esquerda socialista revolucionária. Limitar-se à caracterização da economia brasileira como uma semicolônia implica fechar os olhos para contradições importantes. Principalmente, aquelas que os capitais sediados no Brasil provocam junto aos setores populares dos países em que atuam.

O equívoco oposto é ver na política de fortes investimentos de empresas brasileiras no exterior algum elemento de soberania nacional ou desafio ao imperialismo. Tal caracterização baseia-se no fato de que em alguns momentos a política externa brasileira

6 *Petrobrás: integración o explotación?*. 2006. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável/FASE. p. 72; .

7 BATISTA Jr, Paulo Nogueira (2003). *Estratégias comerciais do Brasil: ALCA, União Européia, OMC e Negociações Sul-Sul*. http://www.fgvsp.br/eventoceei/PNB_paper.pdf

8 Jornal *Gazeta Mercantil* - 27/01/2004

entra em choque com os interesses dos capitalistas norte-americanos. Mas, esses choques jamais alteraram o papel subordinado do País em relação à política norte-americana na região. É o que provam as várias declarações favoráveis do governo dos Estados Unidos em relação ao governo brasileiro e em contraste com o tratamento dispensado aos governos Chávez e Morales, por exemplo. É o que demonstra a vergonhosa atuação de tropas brasileiras no Haiti com vistas a um lugar no Conselho de Segurança da ONU, de que fazem parte os governos responsáveis pelas piores políticas de exploração e repressão do planeta.

Esta visão tenta reviver um nacionalismo desenvolvimentista que jamais foi benéfico para a grande maioria da população brasileira. Ao contrário, está na raiz dos maiores problemas de injustiça social e destruição ambiental por que passamos nas últimas décadas. Seu maior risco é levar os setores populares brasileiros a apoiar políticas que afetam diretamente os interesses das populações vizinhas.

Na verdade, o lugar ocupado pelo Estado brasileiro é o de linha auxiliar do imperialismo, mas com interesses muito próprios. É o que se pode chamar de subimperialismo, conceito elaborado por Rui Mauro Marini nos anos 1960. Segundo Marini:

> "El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza".[9]

Ou seja, os governos brasileiros há muito tempo não se comportam apenas como "capachos" dos interesses dos Estados Unidos. Os capitais com sede no Brasil precisam de guardiões de seus interesses nos postos de comando político. Não é à toa que a política externa brasileira é tida como independente há mais de três décadas. Tal independência é resultado de um papel próprio no tabuleiro mundial, em que a burguesia localizada em nosso território reservou para si a exploração de economias como as do Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia, Angola, África do Sul, dentre outros países pobres.

Por fim, é preciso clarear certos conceitos. O que queremos dizer quando falamos em "capital nacional", "empresa brasileira", etc? Afinal, a Petrobrás, por exemplo, tem mais de 60% de seu capital social sob controle de acionistas privados e pelo menos metade deles é formada por estrangeiros.[10] Muitas outras grandes empresas com sede no Brasil estão nessa situação. Entre as 500 maiores empresas relacionadas pela revista *Exame*, em sua edição de 2004, dentre as vinte que mais faturaram, treze estão sob controle acionário de estrangeiros.[11] Assim, o que significa falar em burguesia brasileira, quando ela não hesita em se associar a seus pares estrangeiros para explorar os trabalhadores brasileiros? Da mesma maneira, quando se discute o "socialismo do século XXI" temos que saber que lugar está reservado neste projeto para as burguesias nacionais. A experiência trágica do governo Allende mostrou que as burguesias nacionais não hesitam em se aliar com o imperialismo contra qualquer iniciativa que envolva fortalecer o poder popular.

É preciso aprofundar esse debate para tirar conseqüências políticas concretas. Por exemplo, é correto lutar pela reestatização de empresas públicas? Sim. Mas, para que o atual Estado as utilize a serviço dos capitalistas, como fazia antes? Se é preciso lutar por algum tipo de soberania, tem que ser pela soberania popular. Contra os capitalistas, sejam de que país forem. Nos conflitos entre o Estado e os capitalistas brasileiros, de um lado, e os povos latino-americanos e suas lutas, de outro, não pode haver dúvidas.

É preciso apoiar nossos irmãos de classe que vivem além da fronteira. Quando Lula, Morales, Kirchner, Chávez, concordam ou divergem, temos que nos posicionar segundo os interesses dos povos envolvidos e não dos exploradores e dominadores de cada país. Afinal, vivemos no estágio imperialista do capitalismo. Em que, mais do que nunca, a luta dos trabalhadores contra a burguesia e seus Estados é internacional e de baixo para cima.

---

9 MARINI, Ruy Mauro - *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* in *Cuadernos Políticos* n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977: http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/acumulacion.pdf.

10 Relatório Anual Petrobras – 2007: http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/pdf/RelatorioAnual_2007.pdf.

11 FERRADAS, Fiorella Macchiavello. *Concentração de capital e pobreza na América Latina na década de 1990 e começo do século XXI (*monografia). 2005. Florianópolis – Universidade Federal de Santa Catarina - Curso de Ciências Econômicas: http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2005.1/Fiorella%20Macchiavello%20Ferradas.pdf.

Imperialismo contemporâneo – espoliação e benevolência

Virgínia Fontes[1]

Resenha do livro:

HARVEY, David – O novo imperialismo. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

Este é um livro de leitura obrigatória. Resulta de conferências realizadas em fevereiro de 2003, na Oxford University, publicadas em inglês no mesmo ano, acrescido de um posfácio redigido em 2004. David Harvey é um geógrafo marxista original e instigante e seu texto conserva o ritmo vertiginoso – em informações, em hipóteses, em questionamentos – que deve ter pautado sua exposição oral. Harvey foge da tendência recorrente em análises sobre o imperialismo que se limitam a enfatizar a dinâmica unilateralmente econômica da expansão capitalista ou, ao contrário, que centram-se nas suas características políticas (ou militares) e, com isso, perdem de vista a dimensão social abrangente da acumulação de capital.

Para entender o papel do grande *hegemon* contemporâneo, os Estados Unidos, Harvey define o imperialismo *especificamente capitalista* (distinguindo-o de outras formas imperiais precedentes), apresentado como uma "fusão contraditória entre 'a política do Estado e do império' (...) e 'os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo' e a 'a política do Estado e do império'" (p. 32), sublinhando as diferenças entre as duas formas de atuação. Capitalistas ou seus prepostos obedecem a lógica distinta daquela seguida por homens de Estado, e elas podem ser mais ou menos contraditórias. A relação entre essas lógicas e tipos de atuação precisa dialeticamente dar conta das tensões que as atravessam, inclusive pelas formas específicas de lidar com a territorialidade. O capitalista opera num espaço e tempo contínuos, enquanto o político "opera num espaço territorializado e, ao menos nas democracias, no âmbito de uma temporalidade ditada por um ciclo eleitoral." (p. 32). Apresenta, ainda, uma análise das peculiaridades do imperialismo (e da sociedade) estadunidense e as relações entre concentração de capital e de poder, assim como demarca o papel estratégico desempenhado pelo petróleo (para além de visões meramente conspirativas).

Um ponto alto do livro reside na exigência de relacionar as dimensões interna e externa ao capital: a existência de fronteiras de expansão para o domínio do capital, compostas por relações não plenamente capitalistas foi considerada como um elemento essencial para a expansão do capital e do capitalismo, por exemplo, por Rosa Luxemburg. Para Harvey, criou-se uma nova capacidade de produzir externalidades (ou fontes de espoliação, segundo seus termos) *pelo próprio capital*. Harvey concorda com Luxemburg sobre a necessidade de uma 'exterioridade' para o capital, modificando porém sua formulação: "o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos *fora de si mesmo* para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação" mas, caso esses "ativos não estejam à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira" (p. 119, grifos meus, VF).

Não resumirei aqui o vasto arsenal de informações, tensionamentos e questões que o livro suscita, reafirmando a importância de sua leitura, pois apresenta de maneira densa e crítica temas cruciais da sociedade estadunidense contemporânea e de seu papel no mundo. Me limitarei a debater sobre uma das contribuições centrais do livro – a "acumulação por espoliação" (*dispossession*, em inglês[2]), contraposta por ele à acumulação por reprodução expandida (termo traduzido literalmente do inglês, quando o uso generalizado é "reprodução ampliada") e a alguns comentários adicionais, ao final.

---

1 Professora da Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

2 O termo *dispossession* não figura na tradução inglesa de O Capital, vol. 1, disponível em www.marxists.org. Na mesma edição, em contrapartida, há 41 menções a *expropriation*.

Harvey define como acumulação por despossessão o renascimento modificado, no mundo contemporâneo, de uma forma arcaica (acumulação primitiva), que volta a se expandir, incidindo inclusive nos países já plenamente capitalistas. Ela implica na eliminação (espoliação) de direitos e no controle capitalista de formas de propriedade coletiva (como natureza, águas, conhecimento) e, com isso, potencializa sua acumulação, ameaçada por uma sobreacumulação.

Ele menciona que a expansão capitalista atual reatualizou o roubo, "pecado original" da acumulação primitiva, para que a acumulação atual, sobreacumulada, não cesse (p. 119). Mantém-se a expropriação de trabalhadores do campo mas volta-se agora para espoliar bens e direitos em situações plenamente urbanas e já capitalistas.

Vejamos de perto alguns pressupostos de seu argumento que me parecem problemáticos. Harvey supõe que Marx trata a expropriação como um momento original ("primitivo"), que desaguaria em seguida na acumulação ampliada, normalizada, embora sujeita a crises. Por essa razão nomeia a situação atual de acumulação por espoliação, pois seria *qualitativamente* diferente da forma tradicional, produtiva e ampliada, do capital: "a implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto" (p. 135). O capitalismo normalizado abrandaria as características especulativas e fraudulentas dos momentos "primitivos" (p. 123).

Ora, Marx de fato considera que, uma vez realizada a violenta expropriação camponesa, a coação econômica "normalizada" sobre os trabalhadores agora "livres" substitui a violência aberta. No entanto, em inúmeras passagens d'O Capital, reafirma que a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe sucessivas expropriações, para além daqueles trabalhadores já "liberados" (inclusive mencionando a expropriação de capitalistas menores).

Além disso, a expansão histórica do capitalismo jamais correspondeu a uma forma plenamente "normalizada", pois nunca dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto e, sobretudo, as expropriações primárias que, ao contrário, foram impulsionados. A maior produtividade, ou a intensificação da exploração de força de trabalho nos países centrais, foi acompanhada de permanente expropriação ao par da recriação de formas compulsórias de trabalho nas periferias. A passagem para a grande indústria, no século XIX, impôs a colonização brutal da Ásia; a intensa tecnologização da produção, já em plena etapa monopolista caracterizada pelo fordismo, exigiu violenta partilha do mundo, com o recrudescimento da colonização (fenômeno apontado por Lênin) e atravessado por duas guerras mundiais. Finalmente, os chamados "anos gloriosos" do Welfare State conviveram com a imposição de ditaduras ferozes nos mais distantes pontos do planeta: Oriente Médio, América Latina e, em especial, América Central, na própria Europa – Grécia, Portugal e Espanha – e na Ásia, sendo o mais dramático o caso da Indonésia. Em muitos desses países a população foi reduzida a condições extremas de trabalho, com o decidido apoio militar dos países centrais e, em especial dos EUA. Assim, a dualidade entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório (financeirizado, espoliativo) não parece se sustentar, e sim formas de conexão peculiares a cada momento histórico, no qual as forças capitalistas dominantes aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, subalternizando-as sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando-as ou recriando-as como trampolim para sua expansão.

A violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais.

Harvey distingue ainda uma "acumulação produtiva" de uma "acumulação predatória", embora assinale sua imbricação: "*A acumulação do capital tem de fato caráter dual*. Mas os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente" (144, grifos meus, VF). Esta última predominaria sobre a primeira no período atual, estando no cerne das práticas imperialistas neoliberais e neoconservadoras.

Essa dualização conduz Harvey a enfatizar a separação entre as lutas de classes (que perderia relevância na atualidade) e a identificação de múltiplas e dispersas identificações, que decorreriam "das formas difusas, fragmentárias e contingentes que a acumulação por espoliação assume" (p. 142), sugerindo entretanto sua aproximação. A concepção de classe social subjacente ao texto desliza de uma forma de organização fulcral do conjunto da vida social, a qual somente pode se expressar concretamente a partir de experiências comuns, para uma modalidade identitária ou cultural. A contraposição entre as formas de acumulação leva Harvey a não correlacionar as múltiplas expropriações ao gigantesco crescimento

disponibilização dos trabalhadores para o capital ("livres como pássaros" como expressou Marx) expandindo-se a classe trabalhadora, cuja unificação atual, ao ocorrer sob o jugo do capital, se dá sob a forma da fragmentação e da competição, na disputa por melhores condições, em situação social dramática.

Esse fenômeno contemporâneo, ao converter massivamente a população em meros indivíduos ofertadores de sua capacidade de trabalho, de maneira mundial, permite supor, ao contrário, o acirramento da luta social atualmente dispersa. A atuação incisiva e apassivadora desempenhada por aparelhos privados de hegemonia empresariais, através de entidades sem fins lucrativos, como fundações e assemelhadas, expressa sua importância como locais onde se gestam lutas de classes. A contraposição está a cada dia mais evidente entre a concentração do capital, de forma direta e brutal, e a dispersão que impõe a seus oponentes.

É possível compreender essa distância, para Harvey, entre capitalismo normalizado e espoliativo. A grande diferença atual é que fraudes e roubos cometidos pelos países imperialistas fora de seu território passam agora a fazer parte do seu próprio cotidiano. Essa a razão pela qual muitos consideravam que os países centrais teriam alguma virtude específica, enquanto os demais sofreriam de algum déficit: de capitalismo, de capacidade organizativa popular, de democracia. Raros os que derivavam a virtude dos primeiros à existência dos segundos. Não é este o caso de Harvey, crítico feroz do imperialismo.

Para ele também, entretanto, essa nova característica internamente predatória parece pesar. Na atualidade, a distância se reduz velozmente e as mesmas práticas tornam-se corriqueiras em todos os países, com fraudes eleitorais, manipulações grosseiras das 'opinião pública', sindicatos pelegos, máfias diversificadas e escândalos de corrupção não mais limitados ao que se convencionou chamar de "periferias". A ameaça recorrente do desemprego aprofunda-se nos países centrais através da expropriação de direitos que limitavam a disponibilização da força de trabalho; modificações perversas nas modalidades de contratação de força de trabalho intensificam-se indiscriminadamente. Aprofunda-se a disponibilidade permanente, "livre", de enorme parcela da força de trabalho e o fenômeno vem ocorrendo também entre estratos de trabalhadores que se acreditavam protegidos de tal eventualidade, pela hierarquia que ocupavam no processo de trabalho.

Finalmente, admiro a enorme contribuição teórica, histórica e geográfica de Harvey ao marxismo. Neste livro porém, ao não perceber as relações sociais (expropriações e produção de trabalhadores livres) como a base da extensão da própria classe trabalhadora, e portanto da possível eclosão de novas contradições – e lutas acirradas – de classes, chega a uma proposição inquietante. Sugere e defende a luta por um "novo New Deal liderado por EUA e Europa" enfrentando, interna e internacionalmente, forças formidáveis que a isso se opõem (neoliberalismo e neoconservadorismo, com seu cortejo de fundamentalismos religiosos branco e racista). Essa proposta constituiria uma "meta suficientemente ampla pela qual lutar na atual conjuntura". Ainda que permanecendo sob a lógica capitalista, poderia "mitigar" problemas da sobreacumulação por alguns anos, reduzindo a acumulação por espoliação, e associando forças "democráticas progressistas" na expectativa de reverter a situação atual para uma trajetória que, mesmo se imperial, seria "bem menos violenta e bem mais benevolente" (p. 169).

Sua intenção é permitir um novo fôlego aos trabalhadores, considerando tratar-se de processo especificamente estadunidense. Acrescenta ainda que "o resto do mundo só pode observar, esperar e alimentar esperanças. Mas uma coisa é certa: o antiamericanismo generalizado da parte do resto do mundo não vai nem pode ajudar. Aqueles que lutam nos EUA para construir uma alternativa, tanto internamente como no tocante a envolvimentos externos, precisam de toda a simpatia e de todo o apoio que puderem obter" (170).

Ora, caso a suposição não explicitada seja a de que formas fascistas se expandem nos EUA (que ele nomeia de "coerção consentida"), ao contrário do isolamento, a convocação deveria ser socializada e internacionalizada, uma vez que as condições de interconexão capitalistas – que ele próprio aponta e enfatiza – demandam hoje exatamente que as forças populares estadunidenses rompam seu isolamento, para o que precisam do apoio de trabalhadores de todo o mundo.

Soldados, borracha: duas palavras, várias preposições

Ana Lúcia da Costa Silveira *

SECRETO, María Verónica. Soldados da Borracha. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. (Coleção História do Povo Brasileiro).

Que papel têm tido trabalhadores que migram de suas regiões de origem para serem submetidos a um regime de exploração que consiste em trabalhar para pagar débitos contraídos junto a seus empregadores? O problema da escravidão por dívidas vem se repetindo em muitos momentos da história da ocupação da terra brasileira, caracterizando-se pela celebração de contratos enganosos assinados muitas vezes com o incentivo de propagandas patrocinadas pelo governo.

Um exemplo desse tipo de regime de exploração foi protagonizado pelos trabalhadores migrantes nordestinos atraídos nos anos 1940 para os seringais amazônicos, sendo tema da obra "Soldados da Borracha", em que a historiadora e professora universitária María Verónica Secreto reúne resultados de uma pesquisa historiográfica sobre a complexidade das relações trabalhistas na era Vargas envolvendo os trabalhadores rurais do Nordeste e da Amazônia nas políticas do Estado Novo.

O teor do subtítulo "Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas" vai sendo desenvolvido, no decorrer da obra, pela autora, que traça com detalhes o perfil dos "soldados da borracha": grupos de trabalhadores, principalmente do sertão do Ceará, que se inseriram, ou melhor, "se alistaram", na campanha de exploração da borracha na Amazônia, implementada durante a Segunda Guerra Mundial, sob a influência e pressão dos Estados Unidos que, ao iniciarem sua participação no conflito, perderam os fornecedores asiáticos deste produto, do qual necessitavam desesperadamente para alimentar as demandas bélicas da própria guerra em si.

A pesquisa utiliza predominantemente fontes documentais, como (entre outras): fotos dos nordestinos sendo recrutados, reproduções dos cartazes utilizados no recrutamento, além de transcrições de contratos de trabalho, de documentos oficiais de interventores federais, de relatórios de comissões de trabalho e até mesmo de cartas enviadas pelas esposas dos seringueiros a seus maridos e ao presidente Getúlio Vargas.

A expressão "soldados da borracha" era oficial nos discursos governamentais da época, apresentando uma ambigüidade possivelmente proposital, para atrair migrantes com a promessa de que teriam tratamento semelhante ao dispensado aos soldados militares que se dirigiam para a Itália recrutados na Força Expedicionária Brasileira (FEB). A principal tese da autora na obra é mostrar a não concretização desta promessa como uma ruptura na imagem, vinculada pelo governo varguista, de um trabalhador amparado por direitos trabalhistas. A intenção de mostrar outras faces do fato histórico, que não a governamental, ratifica a inserção da obra, editada pela Fundação Perseu Abramo, na Coleção *História do povo brasileiro*, que se propõe oferecer uma visão abrangente e alternativa da história brasileira.

Em decorrência dessa possibilidade de interpretações alternativas dos fatos históricos, podem ser percebidas algumas nuances sugeridas pelo título "Soldados da Borracha". Proponho-me, então, substituir a preposição que une os substantivos do título. Em cada substituição, apresentar-se-á uma dessas variadas nuances pertencentes à rede de interpretações que não só este, como qualquer outro fato histórico, suscita.

Soldados para a borracha. Nessa primeira substituição, a preposição sugere direção. No texto de María Verónica, representa as dificuldades dos sertanejos em galgar a distância que separava o sertão

*Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ

da Amazônia. Não apenas uma distância física ou geográfica, transposta com muita dificuldade e falta de conforto nos vapores que transportavam os "soldados"[1] de Fortaleza até Belém, mas também uma distância cultural explicitada pela pesquisadora na oposição pátria-rio (Amazônia) e pátria-terra (sertão), que mantinha acesa no nordestino a intenção de voltar, conferindo um caráter provisório à preposição "para" empregada nesta possibilidade de título. O rumo à distante Amazônia com a finalidade de extrair borracha teria um retorno, sonho não concretizado pelos milhares de "Antônios", nome dado pela autora, na conclusão, a um destes "soldados" com o objetivo de personificar todo o "exército".

Soldados por causa da borracha. Usa-se, nesta substituição, uma preposição acidental, capaz de revelar com precisão o desejo da historiadora em ressaltar o fato que motivou a transformação de grupos miseráveis de flagelados da seca em "soldados". A extração de borracha ganhou força no governo de Getúlio Vargas não apenas pela pressão dos norte-americanos, mas também pelo interesse deste governante em ocupar os espaços vazios da região Norte, retomando o tempo histórico das bandeiras e seus protagonistas. Nesse caso específico, de acordo com o que frisa a autora, Vargas apareceria como um dos principais deles, chefe-bandeirante, líder forte, que tudo ordena e decreta as leis do sertão.

María Verónica Secreto ressalta ainda, em vários momentos de seu texto, o caráter ideológico dado pelo discurso oficial ao recrutamento e formação destes "soldados". De acordo com a propaganda estatal, por causa da borracha, formar-se-iam levas de brasileiros abnegados, dispostos a lutar pelo progresso de seu país, defendendo-o, junto aos países aliados, de um inimigo internacional, que provocara uma guerra mundial. Para tanto, bastava deixarem sua família sob a assistência de um órgão chamado SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazonas) e assinarem um contrato que, mais tarde, não teve todas as suas cláusulas cumpridas pelo Estado. Ou seja, nessas circunstâncias, formar um "soldado" por causa da borracha era uma questão básica de convencimento. Nada que uma boa propaganda não pudesse conseguir, na forma de folhetos e cartazes, criados pelo pintor suíço Jean Pierre Chabloz e reproduzidos no livro, que mostravam uma Amazônia como terra de esperança e de fartura.

Soldados à borracha. A troca pela preposição "a" encontra-se intimamente relacionada à substituição anterior e reforça o discurso ideológico utilizado pelo governo varguista para justificar o objetivo de formação destes contingentes humanos. Segundo a autora, nesse discurso sobressai o farto uso de termos bélicos e nacionalistas: dever de lutar, guerra de vida ou morte, apelo da pátria, vitória final, lutar na retaguarda, etc. A extração da borracha era igualada, em ordem de importância, a armas como a bala e o fuzil, e o seu "soldado" comparado aos da FEB que lutavam no *front* das batalhas, sendo pacífica a luta dos primeiros. Triste tentativa de nivelar tipos de soldados tão desiguais: dados colhidos pela historiadora revelam que, enquanto a FEB teve 454 baixas, a estimativa de mortes e desaparecimentos no "exército" da borracha foi de aproximadamente 25 mil.

Soldados sem borracha. A substituição aqui apresentada contém a essência do livro. Estatísticas e relatos apresentados pela autora no decorrer do texto denunciam que pouco ou quase nada do lucro obtido com a extração da borracha reverteu-se em melhorias para os "soldados" e suas famílias. Na narrativa de María Verónica, o auge da preposição "sem" revela-se na suspensão do pagamento da assistência às famílias dos "soldados", previsto pelo contrato assinado junto aos seringalistas, mas não cumprido até o fim de sua vigência, ação desumana que lançou na miséria mais de 4.500 pessoas e desencadeou uma avalanche de cartas e telegramas das mulheres do nordeste ao presidente Getúlio Vargas.

De acordo com informação presente no livro, um dos auditores do CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, órgão que substituiu o SEMTA), encarregado de encaminhar as correspondências recebidas, julgou improcedente o reclamo destas mulheres, alegando que as mesmas, ao serem colocadas sob a tutela do SEMTA, já viviam uma situação anterior de pobreza e miséria, da qual o órgão não seria o culpado e pela qual não poderia se responsabilizar. Tal auditor, ao dar o seu crivo sobre as cartas, certamente não levou em conta ou não quis lembrar que a palavra "assistência" foi mencionada 20 vezes no contrato assinado pelos "soldados" recrutados. Utilizando com justiça a preposição "sem", poder-se-ia propor, nesse momento, um título para essa passagem do livro: *Contrato sem vergonha*.

Soldados de borracha. Essa substituição utiliza a mesma preposição do título original, porém com uma diferença: a falta do artigo "a". Tal ausência,

1 A palavra soldado e suas variantes serão empregadas entre aspas por se distanciar de seu sentido mais denotativo e convencional (militar das Forças Armadas) e passar a significar trabalhadores atraídos para os seringais com a promessa (traída pelo Estado) de tratamento semelhante aos dos militares, principalmente no tocante à assistência a suas famílias.

aparentemente tão irrelevante, provoca uma significativa mudança no sentido. Nesse caso, a preposição "de", sem o artigo definido, funciona dando uma idéia de matéria, ou seja, metaforicamente os "soldados" seriam feitos da substância borracha, que é elástica e resistente, segundo a definição apresentada pela própria autora, retirada de um dicionário. Elasticidade e resistência, não há palavras que melhor caracterizem a saga do povo nordestino, não só na "guerra da borracha" cujos percalços foram detalhadamente narrados por María Verónica nessa obra de cunho histórico, mas na guerra geral que consiste em sua própria sobrevivência em um tipo de lugar como o sertão. Dialogando com a Literatura Brasileira, a historiadora cita alguns de seus autores clássicos, dentre eles Cassiano Ricardo, Mário de Andrade e Euclides da Cunha, ratificando, em seu relato da saga dos "soldados" da (de) borracha, os conceitos de elasticidade e resistência reforçados numa conhecida frase do último escritor acima citado, autor da obra *Os sertões*: "O sertanejo é, antes de tudo, um forte".

Soldados após a borracha. No desfecho de seu relato, a pesquisadora revela o que a história já informou: os "soldados após a borracha" estão mortos e enterrados, boa parte deles em locais desconhecidos, nas entranhas da densa floresta. Fazem parte desse "exército" não só os homens que foram "responder o chamado da pátria oferecendo sua quota de sacrifício para chegar à vitória final", como também suas mulheres e filhos, que permaneceram "nucleados" em Parangabussu (Fortaleza) e, com a proximidade do tempo "após" a borracha, foram descartados e entregues à própria sorte. O descarte não foi passivo, ao contrário, houve muita grita a ponto de se instaurar, em 1946, a CPI da Borracha. Os movimentos se prolongaram até a década de 1980, tendo obtido algumas vitórias, como a aposentadoria para o "soldado" da borracha no valor de dois salários mínimos e a criação de Associações de "Soldados" da Borracha.

À guisa de conclusão, pode-se considerar "Soldados da Borracha" uma obra que, somada a tantas outras sobre o assunto, consegue responder à pergunta feita no início desta resenha: a importância dos trabalhadores com o perfil dos "soldados" da borracha reside principalmente em ter suas histórias detalhadas e reveladas para servirem de motivação em reflexões sobre a incidência da exploração trabalhista no Brasil. María Verónica Secreto contribui nessa abordagem de forma original, por destacar interessantes informações sobre o tema diagramadas no texto dentro de retângulos de diferentes tamanhos. Além disso, dialoga com a História e a Literatura e, principalmente, dá nome, rosto e voz aos personagens dessa história através da variedade de fontes documentais que oferece aos seus leitores sobre este episódio histórico em sua obra.

"Pelo Pão e pela Liberdade": a luta contra a exploração de escravizados e livres no Rio de Janeiro entre meados do século XIX e início do XX

Kenia Miranda* e Romulo Mattos**

Resenha do livro:
MATTOS, Marcelo Badaró – Escravizados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

Professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Marcelo Badaró Mattos é um pesquisador de destaque no campo da História social do trabalho, pelo menos, desde a publicação de *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*, em 1998[1]. Em seu novo livro, *Escravizados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, o historiador se dedicou ao estudo da formação da classe trabalhadora carioca entre meados do século XIX e início do XX. A sua hipótese é a de que em tal processo não só a experiência dos trabalhadores livres, mas também "a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação da nova classe de trabalhadores assalariados" (p.21).

O autor inscreveu sua pesquisa no campo dos estudos que tomam como fundamentais os conceitos de classe social e luta de classes, dividindo com os leitores o seu profundo conhecimento da obra de Edward P. Thompson[2]. Na análise desenvolvida no livro *Escravizados e Livres*, foi particularmente inspirador o ponto de vista de Thompson de que "a análise do processo de formação deve recuar aos momentos anteriores, formadores de padrões e valores, forjados na luta de classes, que orientam a visão de mundo da 'nova' classe" (p.30).

No primeiro capítulo, Mattos reconstruiu o terreno de transformações materiais em que se moldou a "experiência" – novamente nos termos de Thompson – de homens e mulheres, escravizados e livres, que trabalhavam no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. Com relação aos aspectos econômicos e sociais, o autor abordou os modos de viver - como por exemplo moradia, transporte e condições de saúde da população - e trabalhar na cidade – salário, emprego e condições insalubres de trabalho - e a forma pela qual os trabalhadores traduziram as experiências das diversas modalidades de exploração.

O historiador questionou a existência de um mercado de trabalho assalariado na maior parte do século XIX, tendo em vista a abrangência temporal da escravidão, a diversidade das formas de emprego da força de trabalho cativa e também as várias modalidades de exploração não assalariada de trabalhadores livres.

Vale destacar que Marcelo Badaró Mattos encontrou no ambiente fabril – comumente privilegiado entre aqueles que estudam a formação da classe trabalhadora assalariada típica do capitalismo – a possibilidade de avaliar o grau de diversidade na exploração do trabalhador escravizado. Além disso, ratificou a idéia de que houve uma integração funcional entre elementos livres e escravos nas

* Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense e professora do Colégio Pedro II.
** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

1 MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

2 A perspectiva de cultura em Thompson foi estudada por Mattos em seu estágio de pós-doutoramento, no PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. Parte dos resultados dessa pesquisa pode ser vista em: MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson no Brasil*. Outubro (São Paulo), v. 14, p. 81-110, 2006.

fábricas cariocas do Oitocentos.

Ao tratar da dimensão da exploração na experiência dos trabalhadores – a principal problemática do capítulo –, Marcelo Badaró Mattos abordou "a contraditória positividade do compartilhamento de territórios comunitários do ponto de vista da criação de uma identidade entre os diversos setores da classe trabalhadora urbana" (p 75). Embora tenha dado destaque ao lado africano da vida comunitária associada às moradias e bairros dos trabalhadores, o professor da UFF não desprezou a forte presença estrangeira na força de trabalho carioca da época.

Quanto a esse ponto, pode-se dizer que o historiador não se deixou levar pela sedução de uma análise calcada apenas na imagem da "cidade negra"[3], recorrente na historiografia sobre o Rio de Janeiro. Essa opção se mostrou acertada por que a convivência entre livres e escravizados até 1888 – e entre nacionais e estrangeiros antes e depois deste ano – nas precárias moradias coletivas, contribuiu para as comparações entre as diferentes condições dos trabalhadores – uma questão central para o desenvolvimento de sua hipótese.

O segundo capítulo adentra o terreno das muitas formas de organização que propiciaram uma rica troca de experiências entre os trabalhadores escravizados e livres – configurando, em muitos casos, um amálgama das lutas pela liberdade e contra a exploração. A análise de processos de formação da classe trabalhadora na Europa foi realizada nesta seção não para apresentar um modelo a ser buscado no caso brasileiro, mas, justamente, para demarcar a singularidade da experiência histórica concreta aqui desenvolvida – que tinha nas experiências européias parte de suas referências.

Neste momento, abriu-se espaço no livro não só para as organizações tradicionais da classe trabalhadora, como os partidos e os sindicatos - que precisam ser compreendidos no escopo das tradições anteriores -, mas também para outras modalidades organizativas, como as irmandades e as associações mutuais – que foram analisadas, de forma inovadora, através de suas inter-relações.

Tais modalidades organizativas, ora motivadas por interesses específicos, ora por interesses de classe, partiam da compreensão de que havia interesses comuns entre seus associados – sentimento este que em diferentes momentos e patamares interpretativos seriam fundamentais para o desenvolvimento processual de uma identificação de classe. Com efeito, o autor nos levou ao encontro de experiências que tornaram tênues os limites inicialmente existentes nos modelos do associativismo: associações mutuais com características sindicais e de vinculações abolicionistas, assim como irmandades que, paradoxalmente ao objetivo fundador de cristianizar negros, possuíam conotações organizativas de resistência à escravidão – expressas, por exemplo, na compra sistemática de alforrias. A luta pela liberdade aproximou ainda tais organizações aos quilombos urbanos e às maltas de capoeira, no entrelaçamento permeado de conflitos e solidariedade vivido pelos trabalhadores cariocas.

Variados foram os movimentos sociais dos trabalhadores urbanos em sua trajetória de lutas, a qual não se esgotou na abolição; embora a partir deste marco tenham se consolidado e generalizado organizações típicas de classe – tais como partidos e sindicatos – e ações como as greves. Estes são os aspectos tratados no terceiro capítulo, intitulado "Resistência e luta".

Para comprovar que a classe trabalhadora em formação "não era monocolor" (p. 168), o autor recorreu a diversos exemplos de greves ocorridas na segunda metade do século XIX, destacando, de um lado, o pioneirismo dos tipógrafos, e, de outro, o dos escravos do estaleiro e fundição da Ponta d'Areia. Décadas mais tarde, a população carioca participou de revoltas como a do Vintém e a da Vacina. Apesar de terem sido vistas pelas classes dominantes como uma onda irracional, estas rebeliões urbanas construíram um espaço de questionamento quanto às formas de viver e trabalhar impostas pela superexploração à população. O comportamento organizativo da classe em formação divergia da ideologia que buscava disseminar a passividade inerente ao povo brasileiro e despertou a repressão do braço armado do Estado, a polícia.

O Abolicionismo, movimento social considerado pelo autor como o mais significativo da segunda metade do século XIX, é interpretado a partir da relação dos indivíduos livres com a luta dos escravos e do papel relevante, mas que não pode ser superestimado, da legislação emancipacionista no processo de superação da escravidão.

Está certo que Mattos atentou para o fato de que homens como Joaquim Nabuco tentaram promover uma memória segundo a qual o fim da escravidão teria sido obra exclusiva de um grupo ilustrado de abolicionistas. No entanto, ao insistir na

3 Termo originalmente proposto em: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

idéia de que os abolicionistas teriam sido companheiros de luta dos escravos contra a escravidão – o que é justo –, o autor deixou de enfatizar a diversidade de interesses contidos no Abolicionismo, que também tinha o objetivo de arrefecer os conflitos presentes na transição da mão-de-obra escrava para a livre.

O autor nos convida a acompanhar os traços de continuidade das lutas travadas entre o período anterior à abolição e o advento da República através da trajetória do padeiro João de Mattos – que por esse motivo assumiu um papel central no livro. Organizador de fugas em massa de escravos das padarias de Santos, João passou por São Paulo e, mais tarde, chegou à Corte. A sua história de vida é marcada pela luta em prol daqueles a quem chamou de "escravizados de fato" e, no pós-abolição, de "escravizados livres".

Todos os capítulos, em seus diferentes objetos, buscaram interpretar o campo da consciência em formação, mas no quarto capítulo que foram analisadas as manifestações mais sistematizadas de uma consciência coletiva através dos discursos registrados principalmente em jornais identificados com os trabalhadores. Em contraposição à perspectiva da chamada *linguistic turn* – corrente que trata o discurso como o principal elemento estruturante da vida social –, os escritos analisados pelo autor ganharam materialidade através da história de homens livres e escravos nos cortiços, ruas e fábricas da cidade do Rio de Janeiro. Um pensamento em relevo nesta análise foi, como salienta o autor, que, diante da falta de uma ética de positividade do trabalho num país marcado pela instituição da escravidão, a valorização do trabalho seria uma das primeiras funções das organizações de trabalhadores para criar uma identidade própria de toda a classe.

Mattos notou que os termos autoindentificatórios dos trabalhadores livres variavam entre dois pólos: de um lado, o artista, associado ao trabalho qualificado; de outro, o operário – trabalhador fabril, assalariado industrial. O autor ponderou que não é possível "precisar um momento único, um ponto de inflexão preciso em que a tradução mais objetiva de experiências compartilhadas numa identidade comum, de classe, fosse generalizada" (p.206), mas várias características de uma consciência de classe estavam presentes entre os trabalhadores assalariados das primeiras décadas do século XX.

Conforme o historiador refletiu, foi em meio à heterogeneidade – expressa em fatores de distinção como a nacionalidade, o gênero e as condições dos trabalhadores – que se construiu a identidade de classe. No que tange especificamente à afirmação de igualdade entre operários brancos e negros (existente mesmo antes da Abolição), havia, de um lado, um discurso que realizava um paralelo entre a escravidão e a exploração aos trabalhadores; de outro, um discurso que fazia apelos à necessidade de união, independente da raça ou da cor de pele.

Mattos elegeu como fundamentais duas pistas acerca das tradições anteriores que seriam resgatadas e reconfiguradas pela consciência de classe em formação no Rio de Janeiro: a dignidade do artista – ou a respeitabilidade do ofício – e a luta pela conquista da liberdade. Nas palavras do próprio autor: "Em suas combinações, nem sempre isentas de contradições, essas tradições [...] alimentaram uma geração que guerreou a 'escravidão de fato', mas também estendeu seu combate à 'escravidão dos livres', percebendo-se como classe trabalhadora em meio a essas lutas" (p. 224).

Essas representações identitárias – a dignidade do trabalho e a luta pela liberdade – destacam-se no Lema da Sociedade de Combate dos Empregados de Padaria, fundada pelo já mencionado João de Mattos: "Pelo Pão e pela Liberdade".

Por tudo que foi visto aqui, *Escravizados e livres* é leitura obrigatória para os estudiosos do mundo do trabalho e dos trabalhadores. Cabe destacar o fecundo dialógo com a vasta bibliografia utilizada, sendo ela constituída, basicamente, de obras sobre a História da escravidão, a História social do trabalho, a História econômica – um campo que não vinha sendo visitado pelos autores que trataram da importância dos escravos e ex-escravos na formação da classe trabalhadora carioca – e a História social urbana.

Outro fator a ser ressaltado é a extensa pesquisa documental sobre a qual o trabalho se assenta, que consegue integrar: jornais operários e da grande imprensa; estatutos, compromissos e relatórios de irmandades e associações; e documentação policial e judiciária.

Em suma, a vigorosa pesquisa que temos em mãos - resultado de tese de titularidade defendida, na UFF, em 2005 - contribui de maneira original para a reflexão do processo complexo e contraditório de *fazer-se* classe trabalhadora no Rio de Janeiro em contraposição às várias faces da exploração.

Normas para Autores

1. A revista *História & Luta de Classes* [historiaelutadeclasses@uol.com.br] nasce em tempos de domínio social da barbárie neoliberal e de hegemonia conservadora no pensamento acadêmico, com destaque para a área da História e das Ciências Sociais. Ela procura servir como ferramenta de intervenção de historiadores e produtores de conhecimento que se recusam a aderir e se opõem ativamente a essa dominação.

2. Os objetivos da revista *História & Luta de Classes* estão expressos na "Apresentação" do seu primeiro número. Eles definem os marcos referenciais para os interessados em colaborar com a revista ou propor sua integração ao coletivo da revista.

3. A revista está aberta a propostas de colaborações, reservando-se o direito de exame dos textos enviados espontaneamente à redação. Sem exceção, todos os artigos serão submetidos a parecer.

4. A revista *História & Luta de Classes* dirige-se aos estudantes e professores de história e ciências sociais, em especial, e ao grande público interessado, em geral. Sem concessões de conteúdo, na forma e na linguagem, os autores procurarão que seus artigos alcancem o mais vasto público leitor.

5. Os artigos poderão ser enviados através de e-mail em arquivo anexado em formato Word para o endereço historiaelutadeclasses@uol.com.br ou para os organizadores de cada número. Os textos enviados deverão ser inéditos, no relativo à publicação impressa, e não excedendo os **35.000 caracteres, contando notas de rodapé e os espaços em branco**. Os originais deverão conter título, nome do autor e filiação institucional (universidade, escola, sindicato, etc.).

6. Resenhas, com um máximo de **15.000 caracteres**, seguirão as mesmas regras.

7. Referências bibliográficas completas deverão constar em nota de rodapé (e não ao final do texto), obedecendo à seguinte formatação:

7.1. Livros: Nome Sobrenome. Título em itálico. Cidade: Editora, ano de publicação, página citada. Ex.: CAPITANI, Avelino Biden. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. p. 123.

7.2. Capítulo de livros: Sobrenome, nome. Título do capítulo. In: Sobrenome, nome (org.). Título do livro em itálico. Cidade: Editora, ano de publicação, página citada. Ex: BROUÉ, Pierre. O fim da Segunda Guerra e a contenção da revolução. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã/FFLCH-USP, 1995. p. 22.

7.3. Artigo de periódico: Sobrenome, Nome. Título do artigo. Nome da revista em itálico, v. (volume), n. (número), mês e ano de publicação, página citada. Ex.: BARRETO, Teresa Cristófani; GIANERA, Pablo; SAMOILOVICH, Daniel; Piñera, VIRGILIO. Cronologia. *Revista USP*, n. 45, out. 2000. p. 149.

8. As citações de outros textos deverão estar entre aspas duplas no corpo principal do texto e a referência bibliográfica correspondente deve ser colocada em nota de rodapé.

Próximos Dossiês:

Número 7 – Estado e Poder. Prazo para encaminhamento de contribuições encerrado.

Número 8 – Questão Agrária. Prazo para encaminhamento de contribuições: 30 de março de 2009.

Número 9 – Teoria da História. Prazo para encaminhamento de contribuições: 31 de julho de 2009.

ISSN 1808-09X

IMPERIALISMO: Teoria, experiência histórica e características contemporâneas

NESTA EDIÇÃO

Na aurora do Imperialismo: o Império Egípcio do XVI Século Antes de Cristo
Fábio Frizzo

O antiimperialismo de Stálin e a Questão Chinesa dos Anos de 1920
Danilo Enrico Martuscelli

O Imperialismo e as teorias dos "Ciclos Longos": um diálogo improvável
Gilson Dantas

Sistema Imperial: Hierarquias, Redes e Clientes – o caso da Somália
James Petras

A luta pela Palestina
Luiz Bernardo Pericás

Em nome da Ordem Democrática e da Reconciliação Nacional: Igreja Católica e imperialismo na América Latina – o caso chileno
Ana Lima Kallás

A questão energética: a Venezuela do petróleo entre os anos de 1910 e 1980
Mariana de Oliveira Lopes

As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras
Pedro Henrique Pedreira Campos

A Cultura Esportiva sob a hegemonia do Capitalismo Monopolista
Adriana Machado Penna

O Imperialismo e a guerra
Karl Kautsky (Setembro de 1914)

Percalços para traduzir e editar um texto
Diana Berman e Virgínia Fontes

Comentário: Kautsky e o Imperialismo
Virgínia Fontes

O Subimperialismo Brasileiro na América Latina
Sérgio Domingues

Imperialismo Contemporâneo – espoliação e benevolência
Virgínia Fontes

Soldados, borracha: duas palavras, várias preposições
Ana Lúcia da Costa Silveira

"Pelo Pão e pela Liberdade": a luta contra a exploração de escravizados e livres no Rio de Janeiro entre meados do século XIX e início do XX.
Kênia Miranda e Romulo Matos